



A revista DEP – Diplomacia, Estratégia e Política é um periódico trimestral, editado em português, espanhol e inglês, sobre temas sul-americanos, publicado no âmbito do Projeto Raúl Prebisch, com o apoio do Ministério das Relações Exteriores (MRE/Funag – Fundação Alexandre de Gusmão/Ipri – Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais), da Construtora Norberto Odebrecht S. A., da Andrade Gutierrez S. A. e da Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S. A.

Editor
Carlos Henrique Cardim

Endereço para correspondência:
Revista DEP
Caixa Postal 2431
Brasília, DF – Brasil
CEP 70842-970

revistadep@yahoo.com.br
www.funag.gov.br/dep

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

DEP: Diplomacia, Estratégia e Política/Projeto Raúl Prebisch no. 6 (abril/junho 2007) – .
Brasília : Projeto Raúl Prebisch, 2007.

Trimestral

Editada em português, espanhol e inglês.

ISSN 1808-0480

1. América do Sul. 2. Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai, Venezuela. I. Projeto Raúl Prebisch.

CDU 327(05)

DEP

DIPLOMACIA
Número 6

ESTRATÉGIA POLÍTICA
Abril / Junho 2007

Sumário

-
- 5** Realidade da Argentina e região
Cristina Fernández de Kirchner

-
- 15** Diplomacia para a vida
Pablo Solón

-
- 35** Brasil 2007: pronto para crescer novamente
Guido Mantega

-
- 49** A integração regional: fator de desenvolvimento sustentável
Emílio Odebrecht

-
- 61** Em busca do crescimento com eqüidade
Ricardo Ffrench-Davis

-
- 76** Colômbia: desafios até 2010
Álvaro Uribe Vélez

-
- 91** Um plano para o Equador
Rafael Correa Delgado

-
- 97** Identidade cultural e *creolização* na Guiana
Prem Misir

-
- 109** Paraguai: Estado patrimonial e clientelismo
Milda Rivarola

-
- 132** Colonialidade do poder, globalização e democracia
Aníbal Quijano

-
- 180** Combate ao narcotráfico no Suriname
Subhaas Punwasi

-
- 193** Mercosul: projeto e perspectivas
Luis Alberto Lacalle de Herrera

-
- 202** Acerca da grandíssima importância de um partido
Hugo Chávez

-
- 229** Guayasamín por ele mesmo

Realidade da Argentina e região*

*Cristina Fernández de Kirchner**

Para mim não é apenas uma honra, mas também um momento muito grato em termos humanos e políticos haver sido convidada pela FLACSO. O senhor mencionou minha participação em numerosos foros e espaços acadêmicos e institucionais. A maioria delas se deu em espaços do chamado primeiro mundo, onde as categorias de pensamento muitas vezes não conseguem decodificar a realidade de uma região tão complexa e tão castigada como tem sido a América Latina.

Há poucos instantes, conversando com o diretor da FLACSO, ele se queixava, sorrindo, que vários de seus professores emigraram para formar parte do novo governo. Eu lhe disse que não se queixasse, que isso é muito bom. É muito bom que a FLACSO proporcione pensamento crítico aos governos da região, que durante tanto tempo receberam pensamentos alheios e muitas vezes contrários aos interesses de seus países, produto de outras usinas intelectuais que não respondem exatamente aos interesses da região. Assim, creio que em boa hora estão soprando novos ventos na região latino-americana. E minha presença aqui tem a ver com uma dupla abordagem que pretendo realizar esta tarde, aqui

* Conferência realizada na FLACSO-Quito, em 21 de março de 2007.

** Senadora da República Argentina.

kirchner@senado.gov.ar

em Quito, no Equador. Por um lado, a experiência argentina, não como uma espécie de receita ou de modelo a ser seguido. Creio nas experiências próprias de cada país, de cada sociedade, de cada governo, simplesmente porque a Argentina, tal como o restante da América Latina, teve processos históricos semelhantes, em termos de interrupções institucionais por governos *de facto* e ao mesmo tempo, talvez mais que qualquer outra, junto com o Equador, experimentações de construções intelectuais que não correspondiam precisamente aos interesses do país e de seus povos. Por isso, com este breve esclarecimento, de que não pretendemos converter-nos em professores e nem ditar cátedra, embora estejamos em uma universidade, é que queremos trazer-lhes a experiência argentina depois de quase quatro anos de governo do Presidente Kirchner.

Faltam poucos dias para que em meu país se registre, no próximo sábado, 24 de março, outro aniversário, o do último golpe militar, semelhante a tantos outros na região, e que teve efeitos devastadores em termos políticos, econômicos e sociais. Para citar alguns números: no momento do golpe, em 24 de março de 1976, os trabalhadores, a massa assalariada de meu país, participava com pouco mais de 48 por cento do PIB. Quase o *fifty-fifty* que o justicialismo sempre propugnou. Faltavam, além disso, muito poucos meses para as eleições seguintes, ou seja, para que o povo voltasse a decidir. Todos conhecem, não vou aprofundar-me sobre um processo que devastou cultural, moral, econômica e socialmente o país, além da desaparição de 30 mil argentinos, do encarceramento de outros, da tortura, do vexame no exílio, etc. Um panorama e uma paisagem que não ocorreram unicamente na República Argentina, mas que pode ser observado na história de toda a região.

Em seguida, durante a década de 80, sobreveio a abertura democrática. Fundamentalmente, ela também se acentua a partir da queda do muro de Berlim, que como sabem rompeu o processo de bipolaridade, e então a doutrina de segurança nacional já não era necessária na região. É preciso abordar de maneira crítica o processo pelo qual se desenvolve e se desemboca na democracia para entender que também os primeiros passos dessa democracia foram talvez os de uma construção que teve a ver com concordar com o que chamo governabilidade corporativa, sobre a qual me estenderei mais adiante.

Acordar com os diferentes setores do poder das sociedades a fim de tornar governável o país é uma verdadeira contradição do que significa a construção democrática. A construção democrática é fundamentalmente construção de cidadania, participação cidadã. E também, essencialmente, representação dos

interesses das grandes maiorias nacionais por parte daqueles que ganharam lugares ou espaços institucionais em processos eleitorais. Muitas vezes, na democracia, esses processos não ocorreram, seja pela conversão ideológica daqueles que chegavam ao governo em nome de idéias, projetos e princípios e acabavam executando projetos, idéias e gestões diametralmente opostos aos que haviam sustentado historicamente antes de aceder ao governo, seja por debilidade, imperícia ou falta de capacidade de gestão. Em certo momento começavam também a questionar a democracia na América Latina como fonte eficaz para solucionar problemas e melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Há muita crise, muita instabilidade na região. Não vim aqui para contar aos equatorianos o que significou a instabilidade institucional, produto das grandes crises econômicas e sociais.

O ano de 2001 impressiona em meu país, quando a Argentina praticamente parecia desintegrar-se. Havia uma grave crise de representação, a sociedade argentina havia apostado fortemente no governo da aliança que chegou em nome de um programa de governo e o que executou foi exatamente uma continuidade do que vinha acontecendo. Vemos, então, que as crises econômicas e sociais recorrentes são fatores de ruptura institucional, de instabilidade institucional e essencialmente de ausência de construção democrática.

Qual é o diagnóstico do Presidente Kirchner e do espaço político do qual faz parte, e do qual obviamente faz parte quem lhes fala? Assumimos o governo em 25 de maio de 2003. Antes de tudo, havia nos governos da região uma profunda dissociação entre a legalidade institucional e a legitimidade política e social. Que significa isso? Que os processos eleitorais eram ganhos em nome de projetos, plataformas, representações políticas, e se fazia exatamente o contrário. Chegou a haver um Presidente em meu país que disse que se revelasse o que ia fazer, teria perdido as eleições.

Essa crise entre legalidade e legitimidade, que significa a eficácia e não somente cumprir com o enunciado em uma plataforma eleitoral durante um processo eleitoral, mas também, além disso, com o que foi enunciado e aplicado para que tenha o resultado desejado. Porque, em última análise, política é resultado. Podemos ter as melhores idéias, podemos ter os melhores projetos, mas se não conduzirem de forma eficaz a resultados verificáveis e quantificáveis na qualidade de vida de nossos compatriotas, de nossos concidadãos, poderão atestar a profunda honestidade intelectual de quem formulou e cumpriu esses passos, mas não a eficiência do governo e a construção da gestão democrática.

Digo, portanto, que essa foi a primeira questão que decidimos, a de que a legalidade e a legitimidade não poderiam estar dissociadas, e que por isso a governabilidade não era uma governabilidade corporativa, de pactuar com as corporações, e sim, fundamentalmente assumirmos os compromissos de cidadania que a sociedade e os argentinos exigiam em matéria econômica, e principalmente no papel do Estado – porque, afinal, nós que militamos em política e concorremos em processos eleitorais democráticos, plurais e abertos, estamos tomando a iniciativa política no Estado para levar adiante um projeto e uma gestão. É isso o que está em jogo em um processo eleitoral. Um grupo político, em nome de um sistema de idéias, em nome de uma representação que deseja exercer, se apresenta aos cidadãos, submete seus planos, se submete à sua consideração quanto a seus projetos políticos, sociais, em matéria de política internacional, e em seguida executa esse projeto, esse sistema de idéias.

O sistema de idéias que nós apresentávamos era completamente oposto ao que tomou conta de toda a região latino-americana durante a década de 90. Esse foi o neoliberalismo, ou o que ficou conhecido com o nome de Consenso de Washington. Com base nisso, havia quatro ou cinco eixos, além de questões comuns, particulares, como por exemplo o tema da impunidade em matéria de violações de direitos humanos. Afirmava-se, por exemplo, que não se podia castigar os que tinham causado a desaparição, tortura e vexames de 30 mil argentinos e de mutíssimos mais que tiveram de exilar-se no interior ou no exterior. Afirmava-se que não se podia fazer isso. E quando foi feito, passou-se a dizer que agora, na verdade, podia-se fazê-lo porque já havia passado a fase dura. Era, então, mais fácil fazê-lo. Fatos como os que nos comoveram há muito pouco tempo, há quase seis meses, com a desaparição de uma das testemunhas de acusação das principais causas e que colocam em um ponto de inflexão a política em matéria de direitos humanos como questão de Estado, não pertencente a um setor político ou a uma idéia política. A necessidade de viver e de não conviver com os que resultaram responsáveis por tais atrocidades.

Mas havia um sistema de idéias que nos dizia que a política de ajuste era permanente, que não era possível dizer *não* às linhas propugnadas pelo Fundo Monetário Internacional em matéria de negociação, de dívida soberana, ou em matéria de políticas internas. Que o consumo devia ser restrinrido, porque além de tudo era inflacionário. Era curioso, porque quem dizia isso eram as usinas do capitalismo. Então, dizíamos a nós mesmos: que capitalismo é esse, que não deseja consumidores? Porque se algo caracteriza o capitalismo como

sistema de idéias diante do que havia, do que estava do outro lado da cortina, que triunfou não somente por uma questão de poderio econômico, ou militar, ou tecnológico, ou científico. Foi algo muito mais simples. Os que estavam do outro lado queriam viver como os que estavam deste lado. Isso foi realmente o que fez desmoronar, como sistema de idéias e como sistema de funcionamento, o que o muro representava. Como lugar emblemático, espaço emblemático do que significa outro sistema de idéias, outra forma de funcionamento. Não obstante, as principais usinas nos diziam que era preciso viver com o ajuste permanente, com a restrição do consumo interno, que quem se atrevesse a afastar-se dessas políticas, em última análise, dos ditames do Fundo Monetário Internacional, seria esmagado pelo raio de Júpiter, de algo parecido com Júpiter ou alguém que pensa ser Júpiter.

Nós afirmávamos que era possível outro caminho. Sustentamos que outro caminho é possível. Que era possível renegociar como se fez na República Argentina, que renegociou sua dívida externa. Hoje estamos com todos os pagamentos em dia, o que significa uma economia de 75 por cento. Explicamos isso em todos os foros internacionais, em que nos diziam: lhe parece bem isso, nos foros internacionais vinculados aos grandes centros financeiros internacionais? Isto, vejam, respondia eu: no mundo financeiro, enquanto se colocava dinheiro a 3 por cento anuais, na Argentina chegou-se a colocar a 15 ou 20 por cento anuais, uma autêntica jogatina financeira. Qualquer pessoa que coloque esse dinheiro no mundo financeiro, a essa taxa de juros, conhece o risco, porque o capitalismo é também risco. E portanto, devem assumir o risco aqueles que participaram dessa verdadeira economia de cassino, ou de batota financeira, como a denominamos, e como se denomina porque não há outra forma de qualificar a participação nos resultados dessa política.

O tema da dolarização da economia, que num primeiro momento serviu de instrumento anti-inflacionário em uma economia e em uma sociedade com forte cultura inflacionária, converteu-se em um fim em si mesmo, esvaziando e praticamente destruindo a indústria nacional.

Outra das linhas defendidas no governo era a necessidade de voltar a criar a indústria nacional, recriar a necessidade de um empresariado nacional. Não em oposição ao investimento estrangeiro, em absoluto, e sim porque todos os países, todas as economias, necessitam do desenvolvimento de uma burguesia nacional que compra o papel reservado pelo capitalismo, que é o de reproduzir

de bens e serviços. E, essencialmente, uma economia que também dê ênfase ao tema da responsabilidade social. Com tudo isso, concebeu-se também na gestão pública o novo papel do Estado, que já não podia ser o ausente desejado pelo neoliberalismo e nem tampouco o Estado empresário dos primeiros albores do peronismo, mas sim o Estado regulador, articulador do mercado e da sociedade, articulador do espaço público e privado, essencialmente sem abandonar a representação dos interesses nacionais e das grandes maiorias. Isso é, em última análise, o que propúnhamos iniciar naquele 25 de março de 2003, quando um Presidente, Ernesto Kirchner, assumia o cargo com 22 por cento dos votos e 27 por cento de desemprego. Como eu dizia numa recente viagem à França, um Presidente que tinha mais desempregados do que votos. Uma dívida externa absolutamente asfixiante, de uma vez e meia o produto interno bruto, com níveis de pobreza e indigência de 57, 58 por cento, aproximadamente. Uma indústria inexistente. Não tínhamos competitividade. O câmbio de um por um tornava o país inviável em termos de produção, em termos de agregar turismo: um país inviável.

Isso fizemos naquele 25 de maio de 2003, quando pusemos em marcha o que eu denomino de um sistema de idéias. Junto a isso, também, a necessária renovação do que constitui outro ponto de inflexão na política argentina, que foi a renovação da Suprema Corte de Justiça da nação, onde pela primeira vez na história de meu país, um Presidente renunciou à faculdade que lhe confere a Constituição de propor unilateralmente, sem ser submetido à consideração de ninguém, os membros da Corte Suprema, simplesmente um número de votos exigidos no Senado, e introduziu um procedimento no qual os nomes propostos são submetidos à consideração pública. São passíveis de impugnação, não somente no âmbito do Poder Executivo, mas também em seguida se traslada ao âmbito do Poder Legislativo, promovendo a designação de pessoas que não apenas tinham ilibados antecedentes judiciais, acadêmicos e intelectuais, mas que além disso nenhum deles era pessoalmente conhecido do Presidente da República. A não ser um só, o Dr. Safaroni, a quem ele conhecia por haver sido seu feroz crítico quando era Governador da província de Santa Cruz. Foi essa a Corte construída no período iniciado naquele 25 de maio de 2003.

Foram muitos os que disseram que estávamos loucos. Loucos, para usar um dos adjetivos mais suaves que nos haviam endereçado. Mas quando depois de passar o tempo se percebeu que não se verificavam as críticas feitas e os presságios ou premonições proferidos sobre qual seria o resultado das

políticas e daquela gestão, e pelo contrário, chegava-se a resultados pontuais, concretos, na direção exata para a qual haviam sido apresentados, seria preciso haver de parte dos críticos a honestidade intelectual de reconhecer o equívoco. Não diante do Presidente, de um Deputado, do partido ao qual pertenço, mas simplesmente diante da própria cidadania, diante da qual cada um de nós é responsável, qualquer que tenha sido o papel que nos conferiram as eleições. Governistas ou opositores, temos um compromisso, não diante do governo, não diante da mídia, e sim diante da cidadania, de honestidade intelectual.

Hoje, com quatro anos de governo e com aquele panorama quanto à situação na gestão da dívida externa, desemprego, níveis de pobreza e indigência, aumento das exportações, atividade econômica crescente, atividade industrial e uma presença crescente e cada vez mais importante em matéria de exportação de produtos manufaturados, não unicamente *commodities*, mas também indústria presente, o desemprego no último trimestre alcançou um dígito, abandonando os dois dígitos que duraram quase uma década e meia, e o INDET anunciava que a indigência também estava em um dígito. Pela primeira vez em muito tempo em meu país, a República Argentina, a pobreza se reduzia a 27/28 por cento, com uma modificação sem precedentes nos salários mínimos dos trabalhadores também na última década e meia. Isso sem falar da situação do sistema previdenciário argentino, com mais de 8 ou 9 aumentos ao setor inativo. Aumento que não ocorria desde o ano de 1990 ou 1991. O desemprego caiu no último trimestre, crescendo a exportação e o *boom* do turismo na República Argentina, superamos inclusive a renda dos cereais, com uma oferta turística absolutamente diversificada, um *boom* imobiliário importantíssimo também no país, porque foi um dos instrumentos que também participaram e que constituíram um eixo fundamental nessa recriação da realidade argentina, e que sustentamos durante toda a campanha. Um dos mitos do neoliberalismo era também o tema da infra-estrutura e das obras públicas como grandes reativadoras da economia.

Recordo o que o Presidente Kirchner, quando era ainda candidato, sustentava e repisava, porque essa é a palavra mais adequada. Repisava a importância que dávamos às obras públicas, à infra-estrutura como movimento que multiplica o crescimento econômico. Assim entendemos, do ponto de vista dogmático e teórico. Ele já o havia experimentado como Governador da província de Santa Cruz, mas o resto havíamos copiado do *New Deal*, principalmente, quando tudo desmoronou, depois da crise de 30 nos EUA. E foram precisamente Roosevelt

através do *New Deal* e das obras públicas o que reativou fortemente a economia, porque é um multiplicador no plano econômico e no plano social. No econômico, como indústria-mãe. Não é preciso explicar tudo o que ela implica e tudo o que se move em torno da construção, mas além disso ela proporciona a infra-estrutura básica que é necessária à atividade econômica, para que o empresariado possa desenvolver sua atividade por meio das ferrovias, vias de comunicação, aeroportos. E a sociedade, através de hospitais, escolas, água potável, moradia; tudo isso é um círculo virtuoso que além de tudo vai recriando a confiança do país em si mesmo, porque esse foi outro aspecto chave no diagnóstico que fizemos da situação argentina.

Legalidade, legitimidade, basta de impunidade, mas essencialmente sabíamos que os processos que tínhamos vivido com tanta força de 1976 em diante haviam feito surgir duas questões essenciais em toda sociedade: a confiança nas próprias energias para progredir e a idéia de que não há salvação individual, e sim a da construção do projeto coletivo. Esforço próprio e coletivo, mas também o esforço não podia continuar a ser feito pelas mesmas pessoas que tinham sido castigadas durante mais de duas décadas. Os setores de menores recursos, os que não podiam ter acesso aos mínimos serviços, ou os que, acedendo aos serviços, não podiam pagar mais por eles. Por isso fomos duramente criticados, porque diziam que dessa maneira espantávamos os investidores em matéria tarifária por exemplo, que iriam abandonar o país.

Recordo ainda reuniões muito tempestuosas, as primeiras do período de governo, em uma ou outra viagem ao exterior, em um ou outro país do primeiro mundo com grandes investimentos em nosso país. Parecia que o mundo desabava, que todos iriam embora. Hoje, são os mesmos que fazem grandes planos de investimento e que além disso reconhecem estar ganhando mais do que antes. Alguns, pela primeira vez em 5 anos, em 7 anos, remeteram lucros às matrizes em seus países de origem. Porque, é claro, quando há mais usuários, quando há mais consumidores, a economia cresce para todos.

O que acontecia era que na Argentina o setor de usuários e consumidores se encolhia cada vez mais, e cada vez mais se afogava quem não podia afastar-se disso, isto é, a classe média argentina. E foi a que essencialmente acabou suportando, em grande medida, o peso específico da crise, sem falar dos setores que, vítimas do modelo produtivo, já nem sequer tinham a esperança do amanhã, ou de que um governo viesse a mudar as coisas. Por isso, então,

era necessário, em termos de economia, em termos de cultura, em termos de credibilidade, perceber que o negócio sério de todo capitalista que se preze é que haja cada vez mais usuários, que cada vez haja mais consumidores, que cada vez seja maior o poder aquisitivo destes, a fim de poder vender mais, qualquer que fosse a sua produção: bens, serviços, etc. Isso custou muito a ser entendido, mas penso que muita gente começou a entender. Por isso os números do crescimento em matéria de investimento, por isso a Argentina hoje é vista como uma oportunidade de negócios e por isso importa este processo, essa experiência argentina. Reitero que não se trata de uma receita enlatada; por convicção e por atitude não acreditamos em receitas enlatadas sem embarcar neste processo latino-americano, era o que eu dizia há alguns instantes quando conversava com Bonilla e outros professores desta alta casa de estudos FLACSO sobre os novos ventos que percorrem a região.

Há muito pouco tempo estive em Paris, reunida com os principais dirigentes políticos, tanto governistas quanto oposicionistas no Parlamento, no Poder Executivo, na oposição. E a pergunta recorrente era o que estava acontecendo na América Latina depois que em numerosos processos eleitorais surgem as figuras de Kirchner, Bachelet, Evo Morales, o Presidente Chávez, aqui no Equador o Presidente Correa. E eu respondia que pela primeira vez, na América Latina, os governantes se parecem com os governados. Creio que é um momento muito especial na América Latina, e creio que se deve aproveitar esse momento histórico em que os governos têm essa particularidade; é impossível querer interpretar um governante como Kirchner comparando-o com qualquer outro, ou vice-versa. Não se pode comparar Correa com Kirchner, Chávez com Bachelet, Bachelet com Evo Morales porque cada um responde às realidades, idiossincrasias e história de seu próprio país. Isso que para nós, latino-americanos, é de fácil compreensão, muitas vezes é difícil explicar à luz das categorias européias de pensamento.

Mas eu creio sinceramente que estamos em um momento único na história da América Latina, no qual a integração é um dever. É o grande desafio para todos os que temos responsabilidades institucionais. Com diferentes instrumentos. Todos sabem, integramos o Mercosul junto com o Brasil, ao qual se integrou também a Venezuela. Mas o importante é perceber que cada um de nossos países, que cada uma de nossas economias, tem um grau de complementaridade que deve ser aproveitado e aprofundado. Diante de um mundo que se debate em políticas exteriores de confrontação ou de subordinação, propor um modelo

de integração mediante complementaridade ou solidariedade na América Latina deve ser um ponto de inflexão. Devemos apresentá-lo não somente como posição teórica, em altas casas de estudos ou em espaços institucionais, e sim em gestões pontuais e concretas, de ação de governo.

Não é casual a presença hoje, aqui no Equador, da missão de empresários argentinos encabeçada pela Ministra da Economia, pelo Chanceler e pelo Ministro do Planejamento. Nós, latino-americanos, nunca nos visitamos e nos conhecemos tanto quanto estamos fazendo agora. Nunca conversamos tanto sobre nossos problemas e como resolvê-los em comum. Nunca havíamos falado de um Banco do Sul como instrumento para financiar nossos próprios projetos sem recorrer a fontes de financiamento que logo levantam exigências que pouco têm a ver com programas de crescimento e desenvolvimento social. Por isso, compatriotas latino-americanos, creio que estamos em um momento muito especial. Saibamos aproveitá-lo. Além isso, tal como afirmei em numerosos espaços institucionais e acadêmicos, cuidemos do que muitas vezes parece preocupar-nos tanto: a instabilidade da região. A principal causa da instabilidade da região latino-americana tem sido a pobreza, a miséria. Essa é a principal causa de instabilidade. E creio que todos aqueles que nos dedicamos à construção de uma sociedade democrática estável, na qual cada um de nossos concidadãos possa exercer seus direitos, temos de entender que a representação de interesses que hoje fazemos a partir deste sistema de idéias não é uma questão nem dogmática e nem ideológica. É simplesmente haver verificado, na prática, que aquele outro sistema de idéias que nos propuseram somente causou fome, miséria e dor, e teve um efeito devastador. É então a hora de que este sistema de idéias que nos permite exibir resultados pontuais e concretos, que têm impacto na qualidade de vida de nossos compatriotas, tenha a oportunidade histórica que a América Latina merece. **DEP**

Tradução: Sérgio Duarte

Diplomacia para a vida

*Pablo Solón**

Todos os sistemas se desenvolvem por meio de processos tendentes a equilibrar o desequilíbrio existente entre seus componentes e o entorno, alcançando um novo equilíbrio que gera novos desequilíbrios. A política internacional não é alheia a essa lógica. Seu objetivo final é progredir na superação dos desequilíbrios que se apresentam em diferentes níveis (econômicos, sociais, ambientais, territoriais, culturais, etc.), obtendo novos equilíbrios instáveis que por sua vez constituem a base de novos desequilíbrios, os quais precisam ser equilibrados por meio de novos enfoques, instrumentos e políticas. Partindo dessa visão, nada é mais prejudicial para a política internacional e em especial para a diplomacia do que a inércia e a rotina em um mundo dinâmico e em permanente mudança.

Hoje está claro que o objetivo das políticas internacionais não comprehende apenas o relacionamento entre Estados. É evidente que o que fazemos é negociar e assinar convênios, tratados, políticas e ações entre Estados, porém as implicações de tais acordos vão muito além das relações interestatais. O conceito de que na ação diplomática nada mais faço senão defender os interesses de minha nação é reducionista e a-histórico. A defesa ou promoção de determinados interesses nacionais particulares tem repercussões em áreas imprevistas, e o que em primeira instância pode ser uma medida unicamente de caráter “técnico” pode produzir enormes consequências no que se refere ao planeta.

* Embaixador. Ministério das Relações Exteriores, República da Bolívia.
pablosolon@gmail.com

Os planos de equilíbrios e desequilíbrios são múltiplos, entrelaçam-se, superpõem-se e mudam ao longo do tempo. Neste trabalho, e somente por razões expositivas, refletiremos sobre quatro deles: o planeta/mãe terra, a economia, as relações entre Estados e a interação social.

A mãe terra

Há cerca de 20 ou 10 anos atrás, a visão dos povos indígenas era considerada um fenômeno do passado, algo que devia ser preservado em uma vitrine para ser estudado por especialistas. A atitude para com os povos indígenas era em geral paternalista; uma atitude de comiseração e proteção de lembranças de sua história. A apreciação de sua existência se fazia mais através da dança, da música, da indumentária e do mal denominado “folclore”, porém muito pouco, ou quase nada, salvo em círculos acadêmicos muito especializados, no plano de sua cultura e sua visão.

Mas após 500 anos, os povos indígenas chegaram de volta a uma situação de poder, de governo em um país da América Latina, e o fizeram não apenas como expressão dos movimentos sociais e populares, e sim como indígenas que afirmam sua própria concepção da vida, da natureza e do mundo.

Essa visão está refletida na carta enviada pelo Presidente Evo Morales em 2 de outubro de 2006 a todos os seus pares da região (ver anexo I), por ocasião da Segunda Reunião de Cúpula da Comunidade Sul-Americana de Nações: “Nossa integração é e deve ser uma integração dos povos e para os povos. O comércio, a integração energética, a infra-estrutura e o financiamento devem estar voltados para a solução dos problemas maiores da pobreza e da destruição da natureza em nossa região. Não podemos reduzir a Comunidade Sul-Americana a uma associação para fazer projetos de super-estradas ou créditos que acabam por favorecer essencialmente os setores vinculados ao mercado mundial. Nossa meta deve ser *forjar uma verdadeira integração para ‘viver bem’*. Dizemos ‘viver bem’ porque não aspiramos a viver melhor do que os demais. Não acreditamos na linha do progresso e desenvolvimento ilimitado à custa do outro e da natureza. Temos de complementar-nos e não competir. Devemos compartilhar e não aproveitarmo-nos do vizinho. ‘Viver bem’ é pensar não somente em termos de renda per capita e sim de identidade cultural, de comunidade, de harmonia entre nós mesmos e com nossa mãe terra.”

Em nossa visão todos somos parte de uma só unidade. Os seres humanos, as plantas, os animais, os montes, os rios, o céu e o vento. Todos interagimos uns com os outros. Todos nos relacionamos. Todos nos comunicamos. Às vezes nos zangamos e reagimos. As pedras do caminho não são entes sem vida; elas também têm uma história, uma função, um porvir. O ser humano é mais um; mais um dos componentes da mãe terra. Não está acima da natureza e nem tem a capacidade de moldá-la a seu gosto e semelhança. Se há alguém acima de tudo, é a “mãe terra”, o sistema do qual somos parte e sem o qual não podemos existir. É a “*pachamama*”, a quem devemos respeito e tudo o que fazemos deve ser para agradá-la, para manter o equilíbrio com ela. Por isso, antes de retirar o minério das entradas da terra ou de preparar o solo para a semeadura, é preciso pedir-lhe licença e demonstrar-lhe respeito de alguma forma, porque estamos alterando sua harmonia interna.

Em síntese, estamos diante de uma visão que: a) é totalizadora, considera o sistema em sua totalidade, em sua integralidade; b) presume que todos os elementos têm vida, reagem uns diante dos outros; e c) reconhece que o ser humano é mais um entre eles.

Há poucas décadas atrás o progresso era medido quase exclusivamente pela quantidade de metros quadrados de cimento e aço existentes em um país ou em uma região. Exemplos de progresso eram, e em certa medida ainda são, essas fotos clássicas de grandes cidades cheias de chaminés que atingem o céu. Eram, e ainda são, épocas em que alguns homens se consideram capazes de dominar a natureza, mover montanhas, mudar o curso dos rios, inventar sementes; enfim, criar a vida, etc. sem que nada aconteça. Sem que a mãe terra reaja, sem que a natureza se altere e se defenda.

Por sorte, a questão da mudança de clima foi um golpe muito forte e agora mais de cinco mil peritos de todo o mundo tangeram os sinos do alerta. “Isto não pode continuar assim”. Cada vez mais há a consciência de que está sendo produzido um imenso desequilíbrio com a natureza. Mas por que motivo produziu-se essa situação, e que devemos fazer para remediar-la? Estamos longe de haver chegado a um consenso. Isso não é casual, porque o diagnóstico implica responsabilidades e contém receitas que afetarão alguns mais do que outros.

Em nossa visão esse problema não terá solução fundamental se não mudarmos os padrões de consumo criados pela sociedade capitalista. Não

haverá solução enquanto vivermos em um sistema que para sair das crises cíclicas precisa incentivar e promover o consumo irresponsável. Em outras palavras, devemos impor a lei do respeito à natureza, de preferência à lei do mercado. A lei de vender mais, de produzir cada vez mais, sem levar em conta que somente possuímos um planeta azul, está nos levando ao abismo. Estamos firmemente convencidos de que o “livre mercado” chegou a certos limites nos quais ele é incompatível com a existência da natureza.

O neoliberalismo pretende fazer negócios com a própria tragédia que provoca. Supõe-se que para limitar o mal uso da água, é preciso que a água tenha preço; para compensar a “contaminação” produzida pelas grandes indústrias é preciso comprar certificados de captura de gás carbônico; para preservar as pradarias é preciso fornecer subsídios... aos agricultores dos países ricos. A receita do neoliberalismo se resume no conceito de que “para não destruir o meio ambiente é preciso que ele tenha um preço, porque quando as coisas custam dinheiro, são cuidadas.” Mas que acontece com as pessoas que não podem pagar o preço estabelecido para aceder a esse pedaço da natureza? Em que medida essa solução é viável para toda a espécie humana? E isso nos leva a uma pergunta ainda mais dolorosa: acreditam ser possível preservar um enclave azul em um planeta devastado pela super-exploração de recursos?

A visão indígena não é a de voltar ao arado egípcio, como vulgarmente nos dizem os profetas da modernidade. A ciência, a tecnologia, a indústria, o mercado, são manejáveis no quadro de certos parâmetros e equilíbrios com a natureza, assim como todos os elementos de um sistema. O problema é que alguns deles deixaram de agir em função do bem comum e começaram a transbordar em busca de maiores lucros. Tornaram-se então insaciáveis por mercados, por consumidores, por energia, por recursos naturais.

Não há solução fácil à vista. Enquanto se fala em tomar precauções, a dinâmica do sistema capitalista impele em seguida os indicadores da China a crescer a 8%. Se realmente todos (inclusive a China em sua totalidade) crescessemos a esse ritmo, qual seria o futuro do planeta?

Estamos no início de uma mudança na política internacional dos países em torno do grande problema do equilíbrio com a natureza. Nós, por exemplo, consideramos que deve haver uma mudança radical e profunda na OMC e nos acordos de livre comércio, porque até agora a lógica tem sido a de subordinar os componentes ambientais às regras comerciais. Além do Conselho de

Segurança das Nações Unidas, a OMC é o único acordo multilateral que possui um mecanismo de solução de controvérsias com capacidade de impor sanções que são cumpridas. O correto deveria ser que convenções como a de Quioto e outras no campo do meio ambiente tivessem maior hierarquia e capacidade de regulamentação do que os acordos comerciais. Enquanto não avançarmos seriamente nesse sentido não haverá nenhuma mudança de fundo em relação aos temas da mudança de clima.

A economia

Os desequilíbrios com a natureza e na natureza estão intimamente vinculados com os desequilíbrios na distribuição da riqueza. As 200¹ maiores empresas do mundo controlam um quarto (26,3%) da produção mundial e crescem em ritmo igual ao dobro do crescimento do PIB dos 29 países da OCDE. A soma da produção dessas 200 empresas supera a dos 100 países em desenvolvimento na parte inferior da escala.

Segundo a revista Forbes, 587 multimilionários possuem uma fortuna igual ao dobro da riqueza de todo um país como a Espanha e que chega a quase um quinto da economia norte-americana.

No outro extremo, 2,8 bilhões de pobres sobrevivem no planeta com menos de dois dólares por dia, segundo relatório da ONU em 2005. 840 milhões de pessoas não têm acesso aos alimentos básicos e uma média de 6 milhões de crianças menores de cinco anos morrem mensalmente de inanição.

Segundo a CEPAL, temos na América Latina cerca de 220 milhões de pobres (43,4% da população) dos quais 95 milhões são pobres indigentes (18,8% da população).

Em termos de sustentabilidade ambiental e social é impossível pretender encontrar um equilíbrio se não forem tomadas medidas para corrigir essa situação. Para nós, o futuro da humanidade depende da capacidade que

¹ Algumas das maiores empresas transnacionais de caráter não financeiro: Shell, General Motors, Ford, Exxon, IBM, AT&T, Mitsubishi, Mitsui, Merck, Toyota, Philip Morris, General Electric, Unilever, Fiat, British Petroleum, Mobil, Nestlé, Philips, Intel, DuPont, Standard, Bayer, Alcatel Alston, Volkswagen, Matsushita, Basf, Siemens, Sony, Brown Bovery, Bat, Elf, Coca-Cola... entre as clássicas; Microsoft, Cisco, Oracle, entre as novas. Entre os bancos: IBJ/DKB/Fuji, o Deutsche, BNP/Paribas, UBS, Citigroup, Bank of America, Tokio/Mitsubishi...

tiverem as nações para regular e assumir mecanismos que contribuam para a redistribuição da riqueza. A iniciativa privada por si mesma não é má. Mas quando chega a estes extremos se converte em um enorme fator de desequilíbrio. Já não é importante o que seja bom para o planeta, para meu país ou para os demais, e sim o que é bom para minha empresa, para meus interesses particulares. Muito se fala da livre concorrência, mas o que estamos vivendo é a concentração do poder econômico. Em outras palavras: uma competição entre monopólios da qual a maioria da população está ausente, mas sofre seus impactos. Uma concentração em tais níveis constitui um perigo não apenas para o equilíbrio com a natureza, mas também para a subsistência de milhares de pessoas e para o exercício real da democracia. Em fim de contas, na hora de aprovar este ou aquele convênio internacional, o mais importante são os interesses desses setores de poder.

As consequências desse desequilíbrio se manifestam em diferentes níveis. Um deles, muito preocupante e contra o qual muito resistem os povos indígenas é a homogeneização cultural. Na citada carta, diz Evo Morales: “A maior riqueza da humanidade é a diversidade cultural. A uniformização e mercantilização com finalidade de lucro ou de domínio é um atentado contra a humanidade. No plano da educação, da comunicação, da administração da justiça, do exercício da democracia, do ordenamento territorial e da gestão dos recursos naturais devemos preservar e promover essa diversidade cultural de nossos povos indígenas, mestiços e todas as populações que migraram a nosso continente. Da mesma forma, devemos respeitar e promover a diversidade econômica, que compreende formas de propriedade privada, pública e social-coletiva.”

Para as grandes empresas, deixamos de ser cidadãos e nos convertemos em consumidores, em sujeitos que é preciso moldar de acordo com o mercado. Nesse quadro criam-se necessidades, promovem-se modas, invadem-se os espaços familiares com a publicidade, criam-se ficções de vida com os *reality shows*, criam-se padrões de consumo, utilizam-se crianças para promover novos produtos, mercantilizam-se os espaços de lazer como o esporte e o teatro. Quase já não existem espaços públicos livres do *marketing*. Até os colégios estão caindo nessa lógica e as grandes empresas transnacionais passaram de patrocinadoras de eventos culturais a “criadoras” de cultura.

A resistência a esse alheamento cultural é extremamente difícil porque ela se dá todos os dias e através de muitos instrumentos, e quando se perde

uma cultura, perde-se um pedaço irrecuperável da humanidade. Nesse quadro, colocamos em plano tão importante quanto a preservação do meio ambiente, a defesa e promoção da diversidade cultural em nossa política internacional.

A visão indígena não é uniformizadora; no texto citado acima, Evo Morales não fala em exclusão da propriedade privada e sim de complementaridade entre as formas de propriedade privada, pública e social-coletiva. Não se trata de escolher entre uma e outra, e sim antes de tudo reconhecer que há mais de duas opções – também existe a forma de propriedade social coletiva – e em segundo lugar buscar um equilíbrio entre as diferentes formas de propriedade.

As relações entre Estados

Mais de 50% do comércio mundial e mais de 75% do investimento de capital no exterior está somente nos Estados Unidos, Japão e União Européia. Um relatório do *Financial Times*, de maio de 2002, afirma que 48% das maiores companhias e bancos do mundo são dos Estados Unidos, 30% da União Européia e apenas 10% são japonesas. Em outras palavras, 90% das transnacionais que dominam a economia são norte-americanas, européias ou japonesas. A África e a América Latina são absolutamente marginais nesses grupos de poder econômico.

Ninguém se admira de que em política internacional estão em jogo os interesses dessas megacorporações, por meio das relações diplomáticas entre os países. Em muitos casos os interesses “nacionais” ocultam ou encobrem interesses de grupos de poder econômico e não necessidades ou reivindicações dos cidadãos. E muitos dos conflitos entre nações têm mais a ver com o embate entre esses interesses do que com verdadeiros conflitos entre nossos povos. Quando o poder econômico dessas megacorporações começar a decair, mais construtivas serão as relações entre nossos países. Para contribuir a esse processo é fundamental ser transparente e estar consciente de que interesses cada um de nós representa em uma mesa de negociações em nível internacional.

No século anterior passamos de um mundo bipolar a um mundo unipolar em crise. Nenhuma dessas correlações de força têm sido saudáveis para o mundo e para a humanidade. O sistema que se desenvolveu nas Nações Unidas está muito longe de exprimir um verdadeiro equilíbrio entre as nações. Temos uma situação na qual um punhado de países possuem o poder de definir e

legalizar a intervenção militar direta. Um mundo mais equilibrado é impensável sem o desenvolvimento de um mundo multipolar.

A soberania, entendida como direito de um país a definir seu destino, está cada vez mais relativizada na atualidade. Para um país que representa 0,07% na economia mundial, a capacidade de incidir sobre o mundo fazendo respeitar seus direitos e sua visão é quase uma missão impossível. Nesse quadro, é fundamental avançar para a constituição de blocos regionais que nos permitam alcançar um mundo multipolar, um mundo mais equilibrado. Na carta dirigida a seus pares sul-americanos, Evo Morales assinala: “A Comunidade Sul-Americana de Nações pode ser uma grande alavanca para defender e afirmar nossa soberania em um mundo globalizado e unipolar. Individualmente, como países isolados, alguns podem ser mais facilmente suscetíveis a pressões e condicionamentos externos. Juntos, temos mais possibilidades de desenvolver nossas próprias opções em diferentes cenários internacionais.”

A visão indígena andina não é localista, talvez porque na história mais longa sempre recorda que pertence a uma civilização maior, a qual transcendia os cinco países em que foi esquartejado o território andino a fim de preservar os interesses de determinadas oligarquias locais e certos impérios da época. A superação das fronteiras a fim de avançar em direção à pátria grande, a uma nação única, não é para os povos indígenas a expressão de uma intenção expansionista, e sim da firme convicção de que é necessário recompor o tecido territorial. Não se trata de voltar ao passado, mas de assumir que o futuro somente é possível com a integração superadora.

A construção de blocos regionais como mecanismo de afirmação e exercício da soberania deve estar acompanhada de um conjunto de políticas que permitam superar as graves assimetrias existentes no interior dos processos de integração. Não há unidade possível com grandes desigualdades entre países e regiões em seu próprio interior. A idéia de um desenvolvimento com certos enclaves em meio a um mar de pobreza não é sustentável social, econômica e ambientalmente.

Assim como o tema do meio ambiente está sendo reconhecido no discurso dos diplomatas, também o tema das assimetrias começa a ser muito discutido nas relações internacionais. No entanto, ainda estamos em uma fase embrionária de sua implementação efetiva. É compreensível, porém não justificável que assim seja, porque um verdadeiro tratamento das assimetrias

implicaria um redirecionamento de parte dos recursos que antes beneficiavam regiões privilegiadas. Nesse panorama é necessário desenvolver mecanismos inovadores que a partir de uma percentagem da renda comum aduaneira, de impostos progressivos específicos em determinadas rubricas, da criação de fundos estruturais expressivos, de mecanismos e normas preferenciais e não recíprocas, se possa efetivamente superar a questão das assimetrias.

Nesse processo de integração e de resolução das assimetrias temos de reconhecer nossa diversidade e avançar reconhecendo os tempos de cada um. Por isso, Evo Morales assinala: “Tenho consciência de que as nações da América do Sul têm ritmos e processos diferentes. Por isso proponho *um processo de integração de diferentes velocidades*. Proponho traçarmos um plano de rota ambicioso, porém flexível, que permita a todos participarem, possibilitando que cada país vá assumindo os compromissos que pode assumir e permitindo que aqueles que desejem acelerar o passo o façam, em direção a um verdadeiro bloco político, social e cultural. Assim se desenvolveram outros processos de integração no mundo e o caminho mais adequado é avançar na adoção de instrumentos de supranacionalidade, respeitando os tempos e a soberania de cada país.”

As interações sociais

No plano social, o maior desequilíbrio que vivemos é o esvaziamento do conteúdo da democracia, ou talvez ela não se tenha enchido do conteúdo das expectativas da população, quando foram conquistadas as liberdades democráticas. O desmoronamento das ditaduras foi acompanhado por um amplo processo de recuperação da democracia em nossos países, porém tal como se deu em outras regiões a democracia acabou por converter-se em um espaço retórico para a maioria da população, que sente que apenas participa uma vez a cada 4 ou 5 anos, quando é preciso eleger autoridades. Em seguida, as relações de força entre os diversos atores sociais muda de plano e quem possui mais poder na economia possui mais poder no exercício do poder.

De todos os fatores analisados, esse é o mais determinante para nós, seres humanos, porque sobre este podemos atuar diretamente, e somente se o conseguirmos poderemos incidir sobre os outros planos dos equilíbrios entre nações, setores econômicos e a natureza.

Nesse contexto, temos de ver as coisas com sinceridade e perguntarmos: quanto da diplomacia internacional responde aos interesses das nações, suas populações e suas democracias, e quanto está condicionado ou dirigido a promover os interesses de determinados setores do poder econômico? Não estaremos entrando em uma fase na qual para salvar a vida do planeta será preciso democratizar o exercício das relações internacionais?

Na Bolívia cunhamos uma frase que fala na “diplomacia dos povos”; é um conceito amplo que abarca desde o fato de que nas relações internacionais o país deve fazer prevalecer antes de tudo os interesses de nossos povos, até o fato de que muitas vezes podemos avançar de maneira mais substancial por meio da aproximação de nossos povos, que não sentem nem conhecem fronteiras, e que através da ação de nossas Chancelarias estão em alguns casos impregnados de conservadorismo.

Se escutássemos o que nos dizem os movimentos sociais, de mulheres, de indígenas, muitos erros não seriam cometidos. Um exemplo: a “Via Campesina”, uma rede de organizações camponesas e indígenas do mundo, manifestou que não devemos falar de “bio” combustíveis e sim de “agro” combustíveis. A vida não deve ser equiparada à energia; o que é possível é que sob certos parâmetros, uma porção da energia que consumimos venha de produtos agrícolas, porém obviamente de acordo com certos limites, porque senão, a fim de produzir a energia de que se necessita iremos acabar com o meio ambiente, incrementar o consumo de água, arrasar bosques e causar a erosão na terra.

Não se trata de excluir os setores empresariais das negociações comerciais ou de outro tipo, mas de reconhecer que nós, nas Chancelarias, temos dívidas com todos, e em particular com os que são menos ouvidos.

Por isso, Evo Morales diz: “Depois de muitos anos de termos sido vítimas das políticas do mal denominado ‘desenvolvimento’, hoje nossos povos devem ser os atores das soluções dos graves problemas de saúde, educação, emprego, distribuição não eqüitativa dos recursos, discriminação, migração, exercício da democracia, preservação do meio ambiente e respeito à diversidade cultural”.

Essa busca do equilíbrio na diversidade em todos os planos é o que na Bolívia passamos a chamar “Diplomacia para a vida”.

Anexo I – Proposta do Presidente Evo Morales*

Construamos com nossos povos uma verdadeira comunidade sul-americana de nações para “viver bem”

La Paz, 2 de outubro de 2006

Irmãos Presidentes de Povos da América do Sul,

Em dezembro de 2004, em Cuzco, os Presidentes da América do Sul assumiram o compromisso de “desenvolver um espaço sul-americano integrado nos aspectos político, social, econômico, ambiental e de infra-estrutura”, e afirmaram que “a integração sul-americana é e deve ser uma integração dos povos”. Na declaração de Ayacucho destacaram que os princípios de *liberdade, igualdade, solidariedade, justiça social, tolerância, respeito ao meio ambiente* são os pilares fundamentais para que esta Comunidade alcance um desenvolvimento econômico e social sustentável “que leve em conta as urgentes necessidades dos mais pobres, assim como das exigências especiais das economias pequenas e vulneráveis da América do Sul”.

Em setembro de 2005, durante a Primeira Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações, realizada no Brasil, foi aprovada uma Agenda prioritária na qual estão incluídos, entre outros, os temas do *diálogo político, as assimetrias, a integração física, o meio ambiente, a integração energética, os mecanismos financeiros, a convergência econômico-comercial e a promoção da integração social e a justiça social*.

Em dezembro desse mesmo ano, em uma Reunião extraordinária realizada em Montevidéu, foi formada a Comissão Estratégica de Reflexão sobre o Processo Sul-Americano de Integração, para elaborar “propostas destinadas a impulsionar o processo sul-americano de integração, em todos os seus aspectos (político, econômico, comercial, social, cultural, energético e de infra-estrutura, entre outros).”

* webmaster@presidencia.gov.br

Agora, na II Reunião de Cúpula de Chefes de Estado, devemos aprofundar esse processo de integração, a partir de cima e a partir de baixo. Com nossos povos, com nossos movimentos sociais, com nossos empresários produtivos, com nossos ministros, técnicos e representantes. Por isso, na próxima Cúpula de Presidentes, a realizar-se em dezembro na Bolívia, estamos também dando impulso a uma Cúpula Social para dialogar e construir de maneira comum uma verdadeira integração com participação social de nossos povos. Depois de muitos anos de termos sido vítimas das políticas do mal denominado “desenvolvimento”, hoje nossos povos devem ser os atores das soluções dos graves problemas de saúde, educação, emprego, distribuição não equitativa dos recursos, discriminação, migração, exercício da democracia, preservação do meio ambiente e respeito à diversidade cultural.

Estou convencido de que em nosso próximo encontro na Bolívia é preciso passar das declarações aos fatos. Creio que devemos progredir em direção a *um tratado que faça da Comunidade Sul-Americana de nações um verdadeiro bloco sul-americano em nível político, econômico, social e cultural*. Estou seguro de que nossos povos estão mais próximos do que nossas diplomacias. Creio, com todo o respeito, que nós, Presidentes, devemos dar uma sacudidela em nossas Chancelarias para que se libertem do pó da rotina e enfrentemos esse grande desafio.

Tenho consciência de que as nações da América do Sul têm ritmos e processos diferentes. Por isso proponho *um processo de integração de diferentes velocidades*. Proponho traçarmos um plano de rota ambicioso, porém flexível, que permita a todos participarem, possibilitando que cada país vá assumindo os compromissos que pode assumir e permitindo que aqueles que desejem acelerar o passo o façam, em direção a um verdadeiro bloco político, social e cultural. Assim se desenvolveram outros processos de integração no mundo e o caminho mais adequado é avançar na adoção de instrumentos de supranacionalidade, respeitando os tempos e a soberania de cada país.

Nossa integração é e deve ser uma integração dos povos e para os povos. O comércio, a integração energética, a infra-estrutura e o financiamento devem estar voltados para a solução dos problemas maiores da pobreza e da destruição da natureza em nossa região. Não podemos reduzir a Comunidade Sul-Americana a uma associação para fazer projetos de super-estradas ou créditos que acabam por favorecer essencialmente os setores vinculados ao mercado mundial. Nossa meta deve ser *forjar uma verdadeira integração para “viver bem”*. Dizemos “viver bem” porque não aspiramos a viver melhor do que os

demais. Não acreditamos na linha do progresso e desenvolvimento ilimitado à custa do outro e da natureza. Temos de complementar-nos e não competir. Devemos compartilhar e não aproveitarmo-nos do vizinho. “Viver bem” é pensar não somente em termos de renda per capita e sim de identidade cultural, de comunidade, de harmonia entre nós mesmos e com nossa mãe terra.

Para avançar por este caminho, proponho:

No plano social e cultural

- 1) *Libertemos a América do Sul do analfabetismo, da desnutrição, do impaludismo e outros flagelos da extrema pobreza.* Estabeleçamos metas claras e um mecanismo de acompanhamento, apoio e cumprimento desses objetivos que são o piso mínimo para começar a construir uma integração a serviço do ser humano.
- 2) *Construamos um sistema público e social sul-americano para garantir o acesso de toda a população aos serviços de educação, saúde e água potável.* Unindo nossos recursos, capacidades e experiências, estaremos em melhores condições para garantir esses direitos humanos fundamentais.
- 3) *Mais emprego na América do Sul e menos migração.* A coisa mais valiosa que temos é nossa gente, e a estamos perdendo por falta de emprego em nossos países. A flexibilização trabalhista e a redução do tamanho do Estado não trouxeram mais emprego, como prometeram há duas décadas. Os governos têm de intervir coordenadamente com políticas públicas para gerar empregos sustentáveis e produtivos.
- 4) *Mecanismos para reduzir a desigualdade e a injustiça social.* Respeitando a soberania de todos os países, temos de comprometemo-nos a adotar medidas e projetos que reduzam o hiato entre ricos e pobres. A riqueza tem e deve ser distribuída de maneira mais equitativa na região. Para isso devemos aplicar diversos mecanismos de tipo fiscal, regulatório e redistributivo.
- 5) *Luta continental contra a corrupção e as máfias.* Um dos maiores males enfrentados por nossas sociedades é a corrupção e o estabelecimento de máfias que vão perfurando o Estado e destruindo o tecido social de nossas comunidades. Devemos criar um mecanismo de transparência no plano sul-americano e uma Comissão de luta contra a corrupção e a impunidade que, sem vulnerar a soberania

jurisdicional das nações, faça o acompanhamento dos casos graves de corrupção e enriquecimento ilícito.

- 6) *Coordenação sul-americana com participação social para derrotar o narcotráfico.* Desenvolvamos um sistema sul-americano com participação de nossos Estados e nossas sociedades civis para apoiarmo-nos, articular e desterrar o narcotráfico de nossa região. A única forma de vencer este câncer é com a participação de nossos povos e com a adoção de medidas transparentes e coordenadas entre nossos países para enfrentar a distribuição de drogas, a lavagem de dinheiro, o tráfico de precursores, a fabricação e a produção de cultivos que são desviados para esses fins. Esse sistema deve certificar o avanço em nossa luta contra o narcotráfico superando os exames e “recomendações” dos que até agora fracassaram na luta contra as drogas.
- 7) *Defesa e impulso à diversidade cultural.* A maior riqueza da humanidade é sua diversidade cultural. A uniformização e mercantilização com objetivo de lucro ou de domínio é um atentado contra a humanidade. No plano da educação, da comunicação, da administração da justiça, do exercício da democracia, do ordenamento territorial e da gestão dos recursos naturais, devemos preservar e promover essa diversidade cultural de nossos povos indígenas, mestiços e todas as populações que migraram para nosso continente. Ao mesmo tempo devemos respeitar e promover a diversidade econômica que compreende formas de propriedade privada, pública e social-coletiva.
- 8) *Despenalização da folha de coca e sua industrialização na América do Sul.* Assim como o combate ao alcoolismo não nos pode levar a penalizar a cevada, tampouco a luta contra os estupefácia deve conduzir-nos a destruir o Amazonas em busca de plantas psicotrópicas, temos de acabar com a perseguição à folha de coca que é um componente essencial da cultura dos povos indígenas andinos, e promover sua industrialização com finalidades benéficas.
- 9) *Avancemos em direção a uma cidadania sul-americana.* Aceleremos as medidas que facilitam a migração entre nossos países, garantindo a plena vigência dos direitos humanos e trabalhistas e enfrentando os traficantes de todo tipo, até conseguir o estabelecimento de uma cidadania sul-americana.

No plano econômico

- 10) *Complementaridade e não competição desleal entre nossas economias.* Longe de seguir o caminho da privatização, devemos apoiarmo-nos e complementarmo-nos para desenvolver e potencializar nossas empresas estatais. Juntos podemos forjar uma empresa aérea estatal sul-americana, um serviço público de telecomunicações, uma rede estatal de eletricidade, uma indústria sul-americana de medicamentos genéricos, um complexo mineiro-metalúrgico; em síntese, um aparelho produtivo que seja capaz de satisfazer as necessidades fundamentais de nossa população e fortalecer nossa posição na economia mundial.
- 11) *Comércio justo a serviço dos povos da América do Sul.* No interior da Comunidade Sul-americana deve ser privilegiado o comércio justo em benefício de todos os setores e em particular das pequenas empresas, das comunidades, dos artesãos, das organizações econômicas camponesas e das associações de produtores. Precisamos caminhar para uma convergência entre o CAN e o Mercosul sob novos princípios de solidariedade e complementaridade, que superem os preceitos do liberalismo comercial que beneficiaram fundamentalmente as transnacionais e alguns setores exportadores.
- 12) *Medidas efetivas para superar as assimetrias entre países.* Na América do Sul temos em um extremo países com um PIB por habitante de 4 a 7 mil dólares anuais e no outro extremo países que mal chegam aos mil dólares por habitante. Para encarar este grave problema temos de cumprir efetivamente todas as disposições já aprovadas no CAN e no Mercosul em favor dos países de menor desenvolvimento, e assumir um conjunto de novas medidas que promovam processos de industrialização nesses países, incentivem a exportação com valor agregado e melhorem os termos de troca e os preços em favor das menores economias.
- 13) *Um Banco do Sul para a mudança.* Se criarmos na Comunidade Sul-Americana um Banco de Desenvolvimento baseado em 10% das reservas internacionais dos países da América do Sul, estariámos partindo de um fundo de 16 bilhões de dólares, que nos permitiria efetivamente atender projetos de desenvolvimento produtivo e integração segundo critérios de recuperação financeira e com

conteúdo social. Da mesma forma, esse Banco do Sul poderia fortalecer-se com um mecanismo de garantia baseado no valor atualizado das matérias primas que temos em nossos países. Nossa “Banco do Sul” tem de superar os problemas de outros Bancos de “fomento” que cobram taxas de juros comerciais, que financiam projetos essencialmente “rentáveis”, que condicionam o acesso ao crédito a uma série de indicadores macroeconômicos ou à contratação de determinadas empresas fornecedoras ou executoras.

- 14) *Um fundo de compensação para a dívida social e as assimetrias.* Devemos assumir mecanismos inovadores de financiamento, como a criação de impostos sobre passagens aéreas, vendas de tabaco, comércio de armas, transações financeiras das grandes transnacionais que operam na América do Sul a fim de criar um fundo de compensação que nos permita resolver os graves problemas da região.
- 15) *Integração física para nossos povos e não apenas para exportar.* Temos de desenvolver a infra-estrutura viária, as hidrovias e corredores não e apenas e nem tanto, para exportar mais ao mundo, mas sim e sobretudo para comunicarmo-nos entre os povos da América do Sul, respeitando o meio ambiente e reduzindo as assimetrias. Neste quadro, devemos rever a Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (IIRSA), para levar em conta as preocupações das pessoas que desejam ver estradas em função de pólos de desenvolvimento e não super-estradas por onde passam *containers* para a exportação atravessando corredores de miséria e de aumento do endividamento externo.
- 16) *Integração energética entre consumidores e produtores da região.* Formemos uma Comissão Energética da América do Sul para:
 - garantir o abastecimento a cada um dos países privilegiando o consumo dos recursos existentes na região;
 - assegurar, por meio do financiamento comum, o desenvolvimento das infra-estruturas necessárias para que os recursos energéticos dos países produtores cheguem a toda a América do Sul;
 - definir preços justos que combinem os parâmetros de preços internacionais com critérios solidários para a região da América do Sul e de redistribuição em favor das economias menos desenvolvidas;

- certificar nossas reservas e deixar de depender das manipulações das transnacionais, e
- fortalecer a integração e complementaridade entre nossas empresas estatais de gás e hidrocarbonetos.

No plano do meio ambiente e da natureza

- 17) *Políticas públicas com participação social para preservar o meio ambiente.* Somos uma das regiões mais privilegiadas do mundo no que toca ao meio ambiente, à água e à biodiversidade. Isso nos obriga a sermos extremamente responsáveis com esses recursos naturais que não podem ser tratados como mais uma mercadoria, esquecendo-nos que deles depende a vida e a própria existência do planeta. Temos a obrigação de conceber um manejo alternativo e sustentável dos recursos naturais, recuperando as práticas harmoniosas de convivência com a natureza de nossos povos indígenas e garantindo a participação social das comunidades.
- 18) *Junta Sul-Americana do Meio Ambiente para elaborar normas estritas e impor sanções às grandes empresas que não respeitam essas regras.* Os interesses políticos, locais ou conjunturais não podem sobrepor-se à necessidade de garantir o respeito à natureza e por isso proponho a criação de uma instância supranacional que tenha capacidade para ditar e fazer cumprir as normas ambientais.
- 19) *Convenção Sul-Americana para o direito humano e o acesso de todos os seres vivos à água.* Como região favorecida com 27% da água doce do mundo, temos de discutir e aprovar uma Convenção Sul-Americana da Água que garanta o acesso de todos os seres vivos a esse recurso vital. Devemos preservar a água, em seus diversos usos, dos processos de privatização e da lógica mercantil imposta pelos acordos comerciais. Estou convencido de que esse tratado sul-americano da água será um passo decisivo em direção a uma Convenção Mundial da Água.
- 20) *Proteção de nossa biodiversidade.* Não podemos permitir que se patenteiem plantas, animais e matéria viva. Na Comunidade Sul-Americana temos de aplicar um sistema de proteção que por um lado evite a pirataria de nossa biodiversidade e por outro lado

garanta o domínio de nossos países sobre esses recursos genéticos e os conhecimentos coletivos tradicionais.

No plano político institucional

- 21) *Aprofundemos nossas democracias com maior participação social.* Somente uma maior abertura, transparência e participação de nossos povos na tomada de decisões pode garantir que nossa Comunidade Sul-Americana de Nações avance e progride pelo bom caminho.
- 22) *Fortaleçamos nossa soberania e nossa voz comum.* A Comunidade Sul-Americana de nações pode ser uma grande alavanca para defender e afirmar nossa soberania num mundo globalizado e unipolar. Individualmente, como países isolados, alguns podem ser mais facilmente suscetíveis a pressões e condicionamentos externos. Juntos, temos mais possibilidades de desenvolver nossas próprias opções em diferentes cenários internacionais.
- 23) *Uma Comissão de Convergência Permanente para elaborar o tratado da CSN e garantir a implementação dos acordos.* Necessitamos de instituições ágeis, transparentes, não burocráticas, com participação social e que levem em conta as assimetrias existentes. Para avançar efetivamente devemos criar uma Comissão de Convergência Permanente composta por representantes dos 12 países para que, até a III Cúpula de Chefes de Estado, elabore o projeto de tratado da Comunidade Sul-Americana de Nações levando em conta as particularidades e ritmos das diferentes nações. Igualmente, essa Comissão de Convergência Permanente, por meio de grupos e comissões, deveria coordenar e trabalhar conjuntamente com a CAN, o Mercosul, a ALADI, a OTCA e diferentes iniciativas sub-regionais, para evitar duplicar esforços e garantir a aplicação dos compromissos que assumirmos.

Esperando que esta carta fortaleça a reflexão e a construção de propostas para uma efetiva e positiva II Cúpula de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de nações, despeço-me reiterando-lhes meu convite para nosso encontro em 8 e 9 de dezembro em Cochabamba, Bolívia.

Atentamente,

Evo Morales Ayma
Presidente da República da Bolívia

Anexo II

Carta do Presidente Evo Morales aos Presidentes da União Européia

La Paz, 30 de janeiro de 2007

Estimado senhor Primeiro Ministro,

No momento em que se conclui a fase prévia ao lançamento das negociações entre a CAN e a UE, desejo expressar as premissas fundamentais apresentadas pela Bolívia em repetidas oportunidades para que essas negociações avancem com êxito e sejam frutíferas para todas as partes.

Primeiro, é necessário que as negociações levem em conta a existência de enormes diferenças de riqueza e desenvolvimento industrial entre os dois blocos, assim como no interior da CAN. A Bolívia manifestou repetidas vezes que é imprescindível levar em conta as mencionadas assimetrias e considerar um tratamento especial e diferenciado para os países da CAN e especialmente para a Bolívia. Consideramos que o Acordo de Associação entre a CAN e a UE é uma excelente oportunidade para construir uma relação comercial solidária entre os dois blocos que dê um exemplo do que deve ser um verdadeiro tratamento especial e diferenciado a uma das nações de menor desenvolvimento na região andina.

Segundo, é fundamental levar em conta o processo de mudança e revalorização do Estado que ocorre na região andina e particularmente na Bolívia, respeitando essas políticas no processo de negociação entre a CAN e a União Européia. Depois de três décadas, a Bolívia conseguiu um duplo superávit fiscal e comercial graças ao fato de haver recuperado a propriedade e o controle sobre seus recursos hidrocarburíferos, exercendo maior capacidade reguladora, cumprindo a palavra empenhada de nacionalizar sem expropriar, garantindo a segurança jurídica das empresas que observam nossas normas. Esse fortalecimento econômico do Estado nos está permitindo um processo de distribuição da riqueza que vem reduzindo os enormes hiatos de desigualdade e injustiça no interior de nosso país. Da mesma forma, está reforçando as capacidades comunitárias de nossa população, que anteriormente estavam sendo asfixiadas pela lógica do lucro e da competição. Por isso, no processo de “valorização conjunta” para o

Acordo de Associação CAN-UE, a Bolívia reiterou várias vezes que descartava a possibilidade de incluir na negociação temas que conduzissem à redução do papel do Estado e dos serviços públicos, ou que impeçam políticas públicas em temas econômicos, sociais, ambientais ou culturais.

Terceiro, esperamos que o tema do meio ambiente tenha um tratamento integral e verdadeiro. Geralmente a preocupação com o futuro de nosso planeta costuma reduzir-se a ser um adorno dos acordos comerciais. Tomando consciência da gravidade do tema ambiental e dos problemas vinculados, queremos dar a este Acordo de Associação com a União Européia um caráter prioritário para a proteção de nossas condições de vida. Essas considerações são fundamentais para o “viver bem” proposto pelos povos indígenas a todos os seres humanos e a elas devem subordinar-se as lógicas da produtividade e do lucro. Em consequência, não podemos considerar a agricultura, os serviços ambientais, a biodiversidade e os conhecimentos como simples mercadorias de um acordo comercial.

Esperamos que dessas negociações surja uma aliança estratégica entre a União Européia e a Comunidade Andina de Nações que não reproduza os intercâmbios neocoloniais e que contribua para melhorar o desenvolvimento de nossos povos em harmonia com a natureza, aproveitando a complementaridade existente em nossas regiões no plano humano, ambiental e energético, mais além dos meros intercâmbios comerciais baseados na lógica da competição.

Queremos promover um novo momento nas relações comerciais entre os blocos. Queremos uma associação solidária e complementar que não esteja a serviço da lógica de liberalização do mundo. Esperamos que haja compreensão da realidade vivida por nosso país e pelos povos indígenas da região andina e que isso se reflita de maneira adequada nas diretrizes de negociação que a União Européia venha a adotar.

Aproveito esta oportunidade para reiterar-lhes minhas mais sinceras saudações,

Evo Morales Ayma
Presidente da República da Bolívia

DEP

Tradução: Sérgio Duarte

Brasil 2007: pronto para crescer novamente

*Guido Mantega**

A

o longo do século XX, sobretudo a partir da década de 1950, a economia brasileira foi uma das que mais se expandiu em todo o mundo. Tal como a China e a Índia hoje em dia, ou os chamados Tigres Asiáticos alguns anos atrás, Brasil era literalmente sinônimo de crescimento.

Falava-se a certa altura até mesmo em “milagre brasileiro”. Com todo o devido respeito à conhecida fé religiosa do nosso povo, não era disso que se tratava. Vivíamos, isto sim, um período de crescimento forte, de grandes investimentos em infra-estrutura, de intensa industrialização em diversos setores, de urbanização acelerada, enfim, de modernização.

Entre 1930 e o final dos anos setenta, deixamos de ser uma economia agrícola, conhecida sobretudo como grande exportadora de café, e nos transformamos em uma nação industrializada, em uma economia diversificada e complexa. Muito embora a agricultura continue a ser uma de nossas maiores forças, o país predominantemente rural deu lugar a uma sociedade majoritariamente urbana.

Em pouco tempo, considerados os prazos usuais da história, o Brasil elevou-se à condição de uma das maiores economias do mundo. Tal trajetória

* Ministro da Fazenda da República Federativa do Brasil.
secretarias.dfmf@fazenda.gov.br

– esta observação servirá sobretudo aos leitores mais jovens – seguiu, porém, caminho distinto do que seria adotado, em tempos mais próximos, por outras nações emergentes. Por decisão própria, mas também como resultado de como então se estruturava a economia internacional, adotamos um modelo de desenvolvimento no qual o Estado se aliou a investidores privados nacionais e estrangeiros não para transformar o País em fábrica ou celeiro do mundo, mas, prioritariamente, para atender às necessidades do nosso grande mercado interno, e para expandir esse mercado.

O nosso modelo de desenvolvimento, que se convencionou chamar de substituição de importações, era perfeitamente compatível com a ‘globalização’ prevalecente em meados do século passado. Mais que compatível, aliás, aquele modelo foi o principal motor do rápido aprofundamento da inserção do Brasil na economia internacional, não pela via do comércio exterior, é claro, já que o nosso crescimento se fazia principalmente em torno do eixo do mercado interno, mas pelo caminho da atração de investimentos maciços que ajudaram a transformar a nossa sociedade.

Não havia, naquela época, diga-se, qualquer contradição entre investimento estrangeiro e mecanismos de proteção aos mercados nacionais. Ao contrário, barreiras ao comércio eram exigências das empresas que aqui implantavam filiais nos mais diversos setores – e o Brasil foi por muito tempo destino preferido de investimento direto estrangeiro oriundo das economias mais avançadas. Como se vê, as regras da internacionalização econômica eram outras.

Ao contrário do que muitos ainda sustentam, portanto, o Brasil nunca foi uma economia fechada. Passamos de séculos nos quais a principal fonte de riqueza era a exportação de produtos naturais, que se foram sucedendo em ciclos, para uma industrialização em que as então denominadas empresas multinacionais desempenharam papel essencial. Ressalto, por exemplo, o caso da implantação da indústria automobilística, iniciada na década de 1950 – e ampliada nos anos noventa, vale dizer, com a chegada de numerosas empresas, europeias e asiáticas, até então ausentes do nosso mercado.

O Brasil, sobretudo por suas próprias dimensões territoriais e demográficas, mas também por escolhas que fez no século passado – muitas delas, insisto, decorrentes do ordenamento econômico internacional que então vigia e dos espaços disponíveis para o desenvolvimento de um país como o nosso – foi, sim, uma economia relativamente introvertida; ou seja, portadora de uma

tendência natural a crescer sobre si mesma (embora, ao realizar essa vocação, tenha contado com volumosos investimentos estrangeiros). Tal introversão é um traço típico dos países continentais, a começar pelos próprios Estados Unidos da América.

A esta altura do argumento, no entanto, o dado a reter é que a história econômica do Brasil se caracterizou, ao longo de boa parte do século XX, pelo crescimento e modernização acelerados.

Outro dado a considerar, de signo oposto, é que, a partir da década de 1980, a economia brasileira passou a crescer com uma velocidade média insuficiente, e até mesmo, em alguns anos, a não crescer.

Esse fenômeno não se pode atribuir simplesmente ao esgotamento de um modelo ou de um ciclo, mas, como tende a ocorrer na história, a múltiplos elementos cujo efeito combinado foi um período, do qual apenas recentemente começamos a emergir, em que a economia do Brasil deixou de se expandir com a velocidade indispensável ao seu desenvolvimento.

Embora não se pretenda aqui tentar enumerar todos esses elementos, podem-se arrolar alguns deles, a título de exemplo: os surtos inflacionários que, com maior ou menor intensidade, estiveram presentes em nosso cotidiano desde pelo menos os anos sessenta; a falta de disciplina no manejo das contas públicas originária de momento ainda mais distante; as duas ‘crises do petróleo’ (1973 e 1979); as sucessivas expansões e contrações da liquidez financeira internacional e seu efeito, por vezes devastador, sobre as contas externas do País; o impacto fiscal, na previdência social, por exemplo, decorrente da reconstrução de nossa ordem político-social que se seguiu ao retorno à democracia em 1985; as pressões derivadas de transformações de sentido liberalizante da economia mundial que impuseram duros ajustes às empresas brasileiras, principalmente no setor industrial.

Esses são apenas alguns dos fatores associados ao crescimento insuficiente da economia brasileira. Por uma questão de justiça histórica, cabe fazer duas observações. Em primeiro lugar, vários problemas que convergiram a partir dos anos setenta/oitenta/noventa para travar o crescimento brasileiro tiveram origem em etapas mais remotas de nossa história – embora objetivamente discutível, tornou-se um lugar-comum, por exemplo, associar a origem da inflação no Brasil à construção de Brasília, inaugurada em 1960. Em segundo

lugar, muitas das condições que hoje abrem a perspectiva de um novo ciclo de crescimento acelerado começaram a ser construídas há mais tempo. Data de 1994, vale lembrar, o lançamento do Plano Real, início da superação de décadas de instabilidade macroeconômica no Brasil. Do mesmo modo, foi em 1986, há mais de vinte anos, que a criação da Secretaria do Tesouro Nacional marcou o começo do ordenamento das contas públicas em nosso país.

Assim, se estamos prontos – como efetivamente estamos – para iniciar um novo ciclo de crescimento de nossa economia, portanto, isto se deve não apenas aos esforços do atual governo, cujos resultados serão resumidos a seguir, mas da contribuição de sucessivos governos, inclusive em nível estadual e municipal, bem como, acima de tudo, do esforço e do talento de nossos empresários e trabalhadores, os quais, cada um cumprindo seu papel, há muito vêm buscando equacionar esse que é o desafio-chave do Brasil.

Os últimos quatro anos

Embora em ritmo menos intenso do que gostaríamos, a economia brasileira vem crescendo de forma sustentada e sustentável de 2003 para cá. Esse crescimento, que foi de 3,7% no ano passado, e de 3,4% na média de 2003 a 2006, haverá de acelerar-se de agora em diante, como já apontam os indicadores de 2007. Ele se apóia em três pilares fundamentais: estabilidade de preços; responsabilidade fiscal e redução da vulnerabilidade externa.

Para um país que, em 1990, chegou a índices de inflação da ordem de 70% ao mês, é notável que tenhamos tido, nos últimos anos, taxas decrescentes, compatíveis com as metas de inflação determinadas à autoridade monetária, as quais, pela primeira vez em nossa história econômica recente, vêm convergindo também com as expectativas do mercado.

Em resumo, a inflação no Brasil é baixa, foi de 3,14% em 2006, está sob controle, e os agentes econômicos têm confiança na manutenção desse ambiente. Isto é muito importante, pois, como se sabe, um dos efeitos mais deletérios da instabilidade macroeconômica é o comprometimento da possibilidade de se planejar o futuro, de se tomarem decisões seguras de investimento. Não há dúvida, como já se disse acima, de que a instabilidade macroeconômica na qual o Brasil viveu por muito tempo foi uma das causas centrais do crescimento insuficiente no final do século passado.

Os resultados das contas públicas são igualmente encorajadores e contribuem para um ambiente favorável ao crescimento. A dívida líquida do setor público, que chegou a 52% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2003, reverteu uma tendência ascendente de sete anos e vem caindo de forma significativa. Em 2006, ficou em 45% do PIB. Com a confiança em que se continuarão a cumprir, rigorosamente, as metas de superávit primário, tal como tem ocorrido de modo invariável, a relação dívida pública/PIB deverá manter-se em trajetória declinante.

O terceiro pilar do novo ciclo de crescimento é a redução da vulnerabilidade externa da economia brasileira. Esse é um dado importante em tempos prósperos e estáveis como os que vivemos hoje – sobretudo porque tende a reduzir os custos e a ampliar o acesso a recursos do exterior, bem como a atrair mais investimentos –, mas que se torna crucial em dias de tormenta. Não terá sido obra do acaso o fato de que o Brasil foi uma das economias emergentes menos afetadas pelos episódios de turbulência financeira internacional ocorridos este ano e em 2006.

Desde 2003, o País mais do que dobrou o valor de suas exportações, que passaram de US\$ 73 bilhões em 2003 para US\$ 137 bilhões em 2006. Embora nossas importações venham crescendo em velocidade ainda maior, o Brasil tem obtido elevados saldos comerciais, da ordem de US\$ 46 bilhões no ano passado. Graças a esse desempenho, bem como ao influxo de investimentos estrangeiros, contamos hoje com reservas cambiais superiores a US\$ 100 bilhões.

Também em decorrência dos bons resultados em transações correntes, a relação entre dívida externa e exportações, um indicador significativo de vulnerabilidade, é agora o menor em 35 anos. No mesmo sentido, a dívida externa do Tesouro Nacional é hoje, pela primeira vez desde a adoção do câmbio flutuante em 1999, inferior às reservas internacionais líquidas – uma medida essencial da solvência do Brasil.

Essa grande solidez da economia brasileira diante do resto do mundo tem-se refletido na queda vertiginosa, de 2003 para cá, das taxas adicionais de risco cobradas ao Brasil pelo mercado financeiro internacional. Essas taxas, que chegaram a cerca de 2.500 pontos-base na virada de 2002 para 2003, encontram-se atualmente em patamar inferior aos 200 pontos-base. Ou seja, esse sobrepreço (“spread”) financeiro caiu de 25% para menos de 2% em quatro anos.

O Brasil tem sido capaz, assim, de reduzir o risco de ser mais duramente afetado por situações adversas no ambiente externo não pela via do fechamento de sua economia, da menor presença nos fluxos econômicos internacionais, mas, ao contrário, por meio de um desempenho mais vigoroso e competitivo tanto no comércio, como nos mercados financeiros internacionais.

Em outras palavras, temos sabido aproveitar o bom momento vivido pela economia mundial para aumentar a nossa capacidade de, no futuro, atravessar períodos internacionais menos favoráveis que, infelizmente, haverão de vir e, dessa forma, tornar mais sustentável o crescimento que estamos tratando de acelerar.

As sociedades têm, entre outras, a obrigação de aprender com as lições da história, sobretudo com aquelas aprendidas à custa de reveses, frustrações e sofrimento. O Brasil aprendeu com as experiências adversas que viveu. No âmbito interno, por exemplo, descobrimos como era equivocada a crença, que coletivamente nutrimos ao longo de muitos anos, de que era possível conter e controlar os efeitos nocivos do convívio com níveis elevados de inflação e com a falta de controle mais rigoroso das contas públicas. Na frente externa, sofremos os efeitos da imprevidência com que, em dados momentos de nossa história, remota e recente, buscamos e contratamos financiamento internacional para o nosso desenvolvimento.

Sim, o Brasil aprendeu essas lições. E as aprendeu como parte do processo de amadurecimento de nossa vigorosa democracia. Aprendeu que, mesmo em um país no qual as necessidades prementes ultrapassam em muito os recursos disponíveis, a sociedade, e suas lideranças políticas, têm de ser capazes de definir prioridades e limites, de ordenar no tempo a realização de objetivos.

Recorrendo a uma imagem automobilística, aprendemos a não tentar alcançar velocidades mais elevadas antes de contarmos com uma máquina segura, sustentável, suficientemente sólida para enfrentar os trechos mais acidentados do caminho. No passado, a inversão dessa ordem lógica não produziu bons resultados e pagamos um preço elevado por uma combinação – ora concomitante, ora sucessiva – de imprudência e imperícia.

A política econômica do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva é a melhor prova de que, efetivamente, o Brasil não está disposto a repetir erros pretéritos. Em seu primeiro mandato, de 2003 a 2006, o Presidente Lula tratou, em primeiro lugar, de reforçar a solidez estrutural de

nossa economia, de eliminar ou reduzir suas maiores fragilidades, de acentuar sua credibilidade interna e externa, tornando-a mais atraente a investidores nacionais e estrangeiros.

Alcançou pleno êxito nesse esforço, porém, seguindo a ordem lógica acima mencionada – máquina antes, velocidade depois – sem repetir outro erro cometido no passado, erro fundado na noção de que, quanto à repartição dos frutos do crescimento, era preciso aumentar o bolo para só depois, mais tarde, tratar de compartilhá-lo.

Desafiando essa idéia equivocada, e pela primeira vez em nossa história, conseguimos superar o falso dilema que tanto espaço ocupou nos debates econômicos. O dilema de escolher entre duas supostas alternativas: crescimento ou distribuição? Na verdade, as duas faces indispensáveis da mesma moeda, sobretudo em sociedades democráticas que optaram pela economia de livre mercado.

Hoje, como observado acima, a economia cresce de modo consistente, embora não ainda no ritmo forte de que o Brasil necessita, mas já permite que as parcelas mais pobres da população colham os frutos desse progresso – e em ritmo superior à taxa de crescimento do PIB. Em outras palavras, estamos realmente distribuindo renda e diminuindo desigualdades.

A taxa de desemprego vem caindo de forma consistente; passou de 12,3% em 2003 para 10% em 2006. Esse recuo só não tem sido ainda mais expressivo, e isso ocorreu principalmente em 2006, porque a velocidade com que a melhora das perspectivas atraiu mais pessoas em busca de postos de trabalho superou o ritmo do crescimento de novas vagas. Em 2006, por exemplo, o número de vagas cresceu 2,3%, enquanto a população economicamente ativa aumentou pouco mais de 2,4%. Mais importante ainda tem sido a formalização dos empregos. De 2003 a 2006, foram criados mais de 4,6 milhões de empregos formais, com reflexos significativos tanto sobre o equilíbrio financeiro da previdência social, quanto sobre a valorização pessoal do trabalhador e a segurança proporcionada por sua incorporação aos benefícios da rede de proteção social.

Ao crescimento do número de empregos, soma-se a elevação da renda real, proporcionada pela queda das taxas de inflação. A combinação de mais emprego e renda gerou uma forte elevação da massa salarial real, que, desde 2005, se vem ampliando em ritmo superior aos 5% anuais.

O aumento da capacidade de consumo, que decorre do crescimento e da estabilidade de preços, vem sendo reforçado pelo desencadeamento de uma verdadeira revolução da área do crédito – uma das que mais sofreu com os efeitos corrosivos de décadas de inflação elevada.

O chamado crédito consignado – no qual os trabalhadores têm descontadas de seus salários as prestações dos empréstimos que tomam – é apenas a face mais ostensiva dessa revolução, que o governo tem impulsionado por meio de diversas reformas e providências.

Os números falam por si: o saldo total das operações de crédito do sistema financeiro subiu 20,7% em 2006, repetindo o mesmo ritmo de crescimento nominal verificado desde 2004. Essa expansão tem sido ainda mais expressiva quando se observa o saldo das operações de crédito para pessoas físicas, o qual aumentou 24,8% em 2006 e mais do que dobrou, em termos nominais, do final de 2003 até agora.

Isto para não mencionar o desenvolvimento do mercado de capitais, onde um número crescente de empresas lançam cada vez mais debêntures e ações.

O aumento da renda dos consumidores e o acesso mais fácil e mais barato ao crédito geram, entre outros resultados, a expansão do comércio de varejo. Em 2006, as vendas de produtos no varejo cresceram 6,2%, destacando-se as vendas de equipamentos de informática e de comunicação, que se elevaram 30%.

Esse aumento da demanda se refletiu em uma vigorosa expansão do consumo das famílias, que cresceu 4,3% em 2006 e gerou, por conseguinte, maior demanda por produtos da indústria e do setor de serviços, que ampliaram seus investimentos.

A formação bruta de capital fixo aumentou 8,7% em 2006 em relação ao ano de 2005 e impulsionou a indústria de bens de capital, a construção civil e, indiretamente, o emprego nesses setores, com efeito multiplicador sobre o aumento da produção e da renda de toda a economia. Enquanto o crescimento do PIB atingiu 3,7% no ano de 2006, em comparação com 2005, no último trimestre do ano passado já se registrava uma alta de 4,8% em relação ao mesmo trimestre de 2005 – ou seja, já se identificava uma aceleração do crescimento.

Esse ciclo virtuoso, que combina estabilidade, crescimento e distribuição de renda, tem-se beneficiado de forma importante das políticas sociais do

governo, já que elas, além de melhorarem a repartição da riqueza, têm ajudado a aumentar o poder aquisitivo da população, impulsionando o consumo das famílias, sobretudo nas regiões menos desenvolvidas.

Desde 2004, as transferências do governo federal às famílias têm crescido a taxas superiores a 8% ao ano e beneficiam dezenas de milhões de brasileiros mais necessitados.

Como esta revista se destina também a leitores não brasileiros, parece útil explicar o funcionamento e o impacto do maior e mais conhecido desses programas de transferência de renda, o “Bolsa Família”.

Trata-se de um programa que beneficia mais de 11 milhões de famílias em todos os 5.562 municípios do Brasil. Famílias que vivem em situação de pobreza ou de extrema pobreza recebem benefícios em dinheiro, que variam de acordo com a renda mensal *per capita* dessas famílias, bem como do número de crianças, gestantes e nutrizes. Em troca, como condição para permanecerem no programa, as famílias assumem o compromisso de: manter na escola as crianças e adolescentes de 6 a 15 anos de idade; levar regularmente as crianças de até 7 anos para vacinação e exames médicos; cuidar da saúde pré-natal e materna.

O fato é que, como parte desse novo ciclo de desenvolvimento, estamos realizando o sonho maior de economistas e cidadãos brasileiros. Estamos conseguindo incorporar efetivamente ao nosso mercado interno, como consumidores efetivos, milhões de pessoas que antes estavam excluídas dos benefícios do progresso econômico.

Essa é uma mudança que ainda se percebe tenuamente nas estatísticas, mas que já se faz sentir com clareza nas ruas de nossas cidades maiores e menores; no comportamento de nossos consumidores, sobretudo os de renda mais limitada; no cotidiano de nossas empresas, que se vão ajustando aos novos desafios e oportunidades derivados dessa ‘revolução’ nos mais diversos setores da economia.

Uma transformação, diga-se de passagem, que também se reflete na expressiva renovação política do País, no fortalecimento de nossa vigorosa e dinâmica democracia.

Finalmente, em um país com mais de 180 milhões de habitantes, podemos falar cada vez mais, com crescente amparo em dados reais, em consumo de

massa. Podemo-nos orgulhar de estar consolidando e ampliando uma economia de mercado que, neste novo ciclo de crescimento, avança no sentido de integrar o conjunto de nossa população à vida econômica nacional.

O imperativo de acelerar o crescimento

Crescer com equilíbrio, distribuir renda e reduzir desigualdades são condições necessárias, mas não suficientes, para responder às legítimas expectativas da maioria dos brasileiros, do conjunto de nossa sociedade. É preciso fazê-lo com maior velocidade. Não nos podemos deixar confortar pelo argumento da duração mais longa dos prazos da história. Ao contrário, devemos pautar as nossas ações de acordo com o sentido de urgência que decorre do tempo bem mais curto que às pessoas é dado a viver. Temos de trabalhar para o futuro, mas também para o presente.

Daí a primeira iniciativa do Presidente Lula, ao inaugurar o segundo mandato para o qual foi reeleito pela maioria dos brasileiros, ter sido o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Em cerimônia no dia 22 de janeiro deste ano, ele resumiu em algumas linhas o sentimento que o inspira:

“No nosso primeiro governo, conseguimos implantar um modelo de desenvolvimento firmado na estabilidade, no crescimento do emprego e do salário, da diminuição da pobreza e na melhoria da distribuição de renda.

O desafio agora é acelerar o crescimento da economia, com a manutenção e ampliação destas e outras conquistas obtidas nos últimos anos. É hora, acima de tudo, de romper barreiras e superar limites. (...)

Queremos continuar crescendo de maneira correta, porém, de forma mais acelerada. Crescer de forma correta é crescer diminuindo as desigualdades entre as pessoas e entre as regiões, é crescer distribuindo renda, conhecimento e qualidade de vida.

Crescer de forma acelerada é arrancar as travas e colocar o País em um ritmo mais compatível com sua capacidade e com sua força. Crescer de forma correta é crescer com equilíbrio fiscal, com redução da dívida e da vulnerabilidade externa. Crescer de forma acelerada é gerar mais emprego e produzir mais riqueza. Crescer de forma correta é crescer sem inflação e

sem controle de preços. Crescer de forma acelerada é estimular a indústria, o campo e o setor de serviços em todas as suas escalas e configurações. Crescer de forma correta é crescer mantendo e ampliando as liberdades civis e os direitos democráticos. É implementar um nova cultura de produção e trabalho que reforce os valores fundamentais da sociedade brasileira.”

Entre os economistas, felizmente, não há consensos. Se houvesse, a profissão deixaria em pouco tempo de existir. Mas há, sim, diagnósticos amplamente compartilhados. No que se refere ao Brasil, e em particular à explicação de nosso crescimento insuficiente nas últimas décadas, a maioria tende a apontar a baixa taxa de investimento como uma das principais causas do problema.

Esse diagnóstico não é novo. O enfrentamento mais direto da questão, no entanto, foi sendo de certa forma postergado ao longo do tempo. Primeiro, em função da prioridade que se deu à difícil busca e conquista da estabilidade macroeconômica, com base no pressuposto de que, em um ambiente de crônica inflação elevada, não havia mesmo condições para investir. Depois, e aqui sim há variações de pensamento, como resultado da expectativa de que os níveis de investimento se elevariam ‘naturalmente’ em resposta à melhora dos quadros econômicos nacional e, também, internacional.

A profecia, como se sabe hoje, não se cumpriu. E, embora reconhecidamente tampouco haja consenso quanto a esse ponto, tal fato parece indicar que, mais do que apenas buscar melhorar as condições macro e microeconômicas e o ambiente de negócios, requisitos essenciais mas não suficientes, parece ser necessário também que o governo produza incentivos mais específicos, além de apontar áreas prioritárias de investimento.

Essa é a idéia que orientou a elaboração do Programa de Aceleração do Crescimento: a) é preciso crescer mais depressa; b) para tanto, é indispensável elevar a taxa de investimento em nossa economia; c) nesse sentido, cabem ao governo responsabilidades indelegáveis não apenas na consolidação e melhora do ambiente econômico (macro e micro) e dos marcos regulatórios, mas também como promotor, mobilizador e indutor de investimentos em setores-chave da economia nacional.

As ações e metas do PAC estão, por conseguinte, organizadas na forma de um amplo conjunto de investimentos em infra-estrutura e de medidas de

incentivo e facilitação do investimento privado. O programa prevê, igualmente, a melhora da qualidade do gasto público, mediante contenção do crescimento das despesas correntes e aperfeiçoamento da gestão pública, tanto no orçamento fiscal, como da previdência e seguridade social.

O PAC estabelece a realização, ao longo de quatro anos, de investimentos em infra-estrutura da ordem de R\$ 504 bilhões, nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos. Este valor se subdivide em aproximadamente R\$ 68 bilhões do orçamento do governo central e R\$ 437 bilhões provenientes das empresas estatais federais e do setor privado.

Esse conjunto de investimentos contempla os seguintes setores: logística – rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias; energia – geração e transmissão de energia elétrica, petróleo e gás natural, combustíveis renováveis; infra-estrutura social – saneamento, habitação, transporte urbano, ampliação do acesso à energia elétrica (programa “Luz para Todos”) e recursos hídricos.

O Programa de Aceleração do Crescimento inclui ainda entre seus objetivos manter a expansão do crédito, em especial do crédito habitacional e do crédito de longo prazo para investimento em infra-estrutura. Nesse sentido, o PAC contempla medidas destinadas a elevar o financiamento de longo prazo, em condições mais favoráveis, principalmente por parte da Caixa Econômica Federal e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Também com o propósito de favorecer maior disponibilidade de recursos para o desenvolvimento, o PAC traz medidas destinadas ao aperfeiçoamento do ambiente de negócios e dos marcos regulatórios, por meio da agilização e facilitação de investimentos em infra-estrutura. Tanto no que se refere à regulação, como ao ambiente de negócios, que neste caso inclui regras de defesa da concorrência, já tramitam no Congresso Nacional importantes propostas de legislação encaminhadas pelo governo. Medidas de incentivo ao desenvolvimento regional, dirigidas sobretudo às regiões Nordeste e Norte, complementam essas mudanças. O PAC, vale observar, tem entre seus objetivos não somente a retificação da desigualdade social, mas também de desequilíbrios entre regiões.

O Programa contempla, igualmente, medidas de desoneração tributária, bem como ações de modernização e dinamização da administração tributária. A desoneração de tributos pretende estimular o investimento em construção civil e a aquisição de bens de capital, promover o desenvolvimento tecnológico dos

setores de semicondutores e televisão digital, e, ainda, incentivar a formalização e crescimento das micro e pequenas empresas. As mudanças na administração tributária, por sua vez, objetivam reduzir a burocracia, modernizar e racionalizar a arrecadação de impostos.

Finalmente, as medidas fiscais que também integram o PAC pretendem conter a expansão do gasto com pessoal do governo federal, para cujo crescimento anual se estabelece um teto de 1,5% acima da inflação. Além disso, o Programa prevê a implementação de uma política de longo prazo para o reajuste do salário mínimo, que, como se sabe, tem impacto direto nos gastos da previdência social. O PAC estabelece, quanto ao encaminhamento da questão previdenciária, a criação de um foro, já implantado, para a realização de amplo debate nacional.

Voltando às palavras do Presidente Lula, cabe enfatizar que a decisão de buscar crescer em passo mais acelerado de modo algum significa que iremos deixar de crescer de modo correto.

Assim, todas as ações e medidas incluídas no PAC foram definidas de modo a que se possa compatibilizar a aplicação dos recursos previstos com a manutenção da responsabilidade fiscal e a continuidade da redução gradual, nos próximos anos, da relação entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto.

Os números detalhados do cenário de consistência fiscal no qual se baseia o Programa está sendo revisto, à luz da nova metodologia de cálculo do PIB. A aceleração do crescimento proporcionada pelo aumento dos investimentos, no entanto, combinada com a redução da taxa básica de juros esperada para os próximos anos, deverá permitir que a relação dívida pública/PIB chegue a 35% até 2010, e que o déficit nominal do setor público continue a cair, em direção a zero.

Em resumo, o crescimento mais acelerado da economia brasileira se fará não com o sacrifício da consistência fiscal, mas com base e, em última instância, a favor de uma consistência fiscal ainda mais sólida e saudável.

Saudável, porque, para o Brasil, crescer em ritmo intenso é uma necessidade vital. Dada a dimensão dos desafios que trabalhamos ativamente para superar, sobretudo os relacionados à probreza e às desigualdades que ainda definem o nosso perfil como sociedade, não temos alternativa. É o único caminho para gerarmos os empregos de que o Brasil precisa, para a

expansão da poupança, do investimento e do crédito, para a ampliação dos recursos destinados à saúde, à educação, à infra-estrutura, segurança pública, preservação ambiental, pesquisa, ciência, tecnologia e cultura. Em última instância, para a melhoria das condições em que vivem os nossos cidadãos e da nossa capacidade de desenvolvimento.

Em síntese, para o Brasil, não basta crescer no ritmo que, para os países desenvolvidos, configura uma expansão saudável. Às nossas maiores carências e urgências, precisamos responder com mais crescimento. Crescer em ritmo acelerado não é, para o nosso país, apenas uma necessidade econômica, trata-se de um imperativo social, político e moral. **DEP**

A integração regional: fator de desenvolvimento sustentável

*Emílio Odebrecht**

O estado do mundo, explicitado em fevereiro último por 2.500 cientistas reunidos no Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por iniciativa da Organização das Nações Unidas e da Organização Meteorológica Mundial, coloca diante dos países, das organizações e de cada indivíduo, com toda sua crueza, a necessidade urgente da busca de sustentabilidade em todas as atividades humanas. Esse desafio, distribuído globalmente segundo as responsabilidades de cada país, tem na América do Sul uma contrapartida de histórica oportunidade: é nesta região que se concentra a maior diversidade biológica do planeta, além de imensas reservas minerais, de água doce e de terras agriculturáveis onde se podem produzir os recursos necessários para prover grande parte das necessidades alimentícias e de energia do mundo.

* Engenheiro civil, Presidente do Conselho de Administração da Odebrecht S.A., empresa holding da Organização Odebrecht.
versal@versal.com.br

Os esforços governamentais e o engajamento das empresas e dos cidadãos deverão fornecer as respostas adequadas a este desafio. Porém, sabemos de há muito que as ações isoladas ou setoriais, embora muitas vezes repletas das melhores intenções, quase sempre resultam em soluções paliativas ou favoráveis a interesses pontuais. Estamos diante de uma potencial crise de proporções globais, para a qual é necessário buscar estratégias inovadoras e, acima de tudo, para cuja resolução será necessário o aprendizado das ações conjuntas.

Mas, embora o cenário seja de alerta, o mundo deve seguir seu curso. Para os países sul-americanos, o imperativo do desenvolvimento se apresenta não apenas como forma de solucionar seus graves problemas sociais, mas também como exigência do ambiente global altamente competitivo. Conciliar o necessário crescimento com a defesa do meio ambiente é uma das missões que precisam ser encaradas solidariamente pelo conjunto das nações do continente.

Integração humana

Formalizado, oficialmente, em 26 de março de 1991, em Assunção, Paraguai, o Mercado Comum do Sul – Mercosul – oferece instrumentos para essa ação. O programa de liberalização comercial, com reduções tarifárias progressivas e eliminação de restrições não tarifárias, tem estimulado a economia regional. Embora não tenha sido possível, em tempos mais recentes, harmonizar amplamente as políticas macroeconómicas, também pela ampliação do número de integrantes do bloco regional e de sua diversidade, os países-membros têm buscado cumprir suas responsabilidades comuns.

Mas a construção de um mercado comum na América do Sul tem que se basear em premissas otimistas, porém realistas. Aos 16 anos, o Mercosul tem maturidade para que seus protagonistas possam abandonar certas ilusões, como aquela segundo a qual “tudo nos une, nada nos separa”, e, por exemplo, buscar a convergência nas diferenças. Como no ambiente natural, também nas relações humanas a diversidade deve ser considerada uma riqueza.

Nesse sentido, o Mercosul precisa se tornar muito mais do que a conjugação oportuna de interesses de negócios. Embora não se possa descartar as vantagens que oferecem a proximidade geográfica e a complementaridade de nossas economias, nós, latino-americanos, temos que agregar ao tabuleiro

dos ganhos recíprocos, o valor que se oferece na riqueza cultural da região, na qualidade das pessoas que integram suas populações, em sua capacidade de gerar conhecimento, no diferencial oferecido por um histórico de resolução pacífica de conflitos – e na solução emergente dos problemas que nos são comuns.

O desafio de criar e partilhar riquezas econômicas e sociais, preservando a riqueza natural, não pode ser alcançado sem que as relações de negócio sejam amplificadas pela busca da integração entre nossos povos. Ao mesmo tempo em que as organizações buscam exercer sua parcela de responsabilidade na construção do desenvolvimento, na busca de resultados cada vez melhores, as comunidades devem ser estimuladas a também buscar o fortalecimento de seus valores culturais e o atendimento às suas necessidades básicas, para que possam se apresentar, inteiras, com sua parcela de contribuição para o enriquecimento do complexo sócio-cultural que é de todos.

Obviamente, essa integração não haverá de acontecer de forma linear. Cada país, cada comunidade, cada organização, se encontra em um determinado estágio de envolvimento no processo de adaptação ao ambiente de negociações no qual os interesses individuais e nacionais têm que ser harmonizados com o grande mapa dos interesses comuns.

Até porque o Mercosul é, atualmente, muito mais do que a zona de livre comércio pactuada por seus quatro Estados fundadores em 1991. O estabelecimento da Tarifa Externa Comum, em 1º. de janeiro de 1995, definiu a vontade política de seus integrantes, assinalando o caminho que as políticas econômicas nacionais iriam consolidar. O recente ingresso de novos participantes, estendendo o alcance do bloco, antes restrito ao Cone Sul, a toda a extensão do continente, estabelece uma nova realidade. Somos agora 311 milhões de cidadãos, com um Produto Interno Bruto de aproximadamente 2 trilhões de dólares.

Essa nova configuração conduz a instituição a um novo patamar de complexidade e exige ainda mais determinação dos dirigentes e agentes públicos, das organizações empresariais e da opinião pública. Eventuais discordâncias na forma ou no ritmo de implementação de algumas medidas, bem como as divergências que sempre afloram nos sistemas complexos devem ser tratadas sob o pressuposto da tolerância, com vistas aos objetivos maiores que têm até aqui estabelecido o norte de todas as decisões.

Desenvolvimento sustentável

Assim como a entrada em vigor do Tribunal Arbitral Permanente de Revisão do Mercosul, em 2004, trouxe mais segurança jurídica aos participantes e seus parceiros comerciais mundo afora, é preciso ter em conta, sempre, que não estamos tratando apenas de produção e comércio, mas de uma escolha fundamentada em princípios democráticos, observando-se permanentemente o que foi pactuado no Protocolo de Ushuaya, de modo que esteja assegurado que a plena vigência das instituições democráticas seja “condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração entre os Estados-Partes”.

Nesse sentido, é essencial o fortalecimento institucional do Mercosul, com a consolidação de seus órgãos e instâncias de representação. Um esforço político há de ser realizado para reduzir restrições burocráticas ainda pendentes. Da mesma forma, é necessário tornar mais ágeis os processos de comunicação entre as partes, aproveitando-se a rápida expansão, no continente, das novas tecnologias de informação e telecomunicações.

A integração comercial, retratada em acordos sobre agricultura, energia e transportes, que em tempos recentes vem se configurando também como um processo de convergência em termos políticos, com a reafirmação dos valores democráticos, começa a favorecer a busca de pontos comuns em setores como educação, cultura e justiça. O reconhecimento de títulos acadêmicos, os protocolos de cooperação em assuntos judiciais e o incentivo ao intercâmbio de bens culturais, servem muito ao propósito da integração social, sem o qual o Mercosul se tornaria vulnerável.

A ampla gama de intercâmbios potenciais a que nos referimos tem aqui seu ponto de máxima inflexão. Quando cultura, justiça e educação de origem em nacionalidades diversas podem se realizar em um ambiente comum, tem-se o sinal da verdadeira integração. Não teria bastado, para que o mercado comum se consolidasse, que as iniciativas se houvessem limitado às questões tarifárias ou aos investimentos em infra-estrutura.

Da mesma forma, embora represente um passo essencial, também não seria a integração das cadeias produtivas dos países participantes que haveria de assegurar um futuro sólido ao Mercosul. Evidentemente, a integração dos processos produtivos torna os países-membros mais competitivos diante do mercado global, especialmente com a criação de instrumentos ágeis de

financiamento e estímulo aos investimentos. Mas ainda não basta para assegurar sustentabilidade.

É a integração da sociedade e a redução das desigualdades que podem assegurar esse futuro.

Embora seja conveniente a observação permanente de todos os protocolos e o acompanhamento constante das práticas no dia-a-dia, é num espectro mais profundo de tempo que podemos avaliar melhor algumas assimetrias remanescentes, considerando que uma experiência dessa envergadura apresenta naturalmente algum grau de comportamento cíclico, e que o equilíbrio no comércio regional e o alinhamento político serão alcançados em prazo mais longo.

Juntamente com os negócios e as iniciativas de caráter político, devem prosperar projetos educacionais fundamentados em novos paradigmas, nos quais estejam inseridos os valores essenciais para o desenvolvimento sustentável.

São esses valores que proporcionam firmeza e flexibilidade, como o respeito à diversidade cultural, étnica e de credos religiosos, o gosto pelo aprendizado, a tolerância quanto às diferentes visões de mundo que o ser humano desenvolve segundo sua história, seu ambiente físico e social.

Assim como os protagonistas das negociações entre organizações devem ser educados para o melhor desempenho, com respeito ao parceiro, em processos nos quais todos devem ganhar, as comunidades alcançadas pela integração devem ter a oportunidade de crescer no entendimento das intenções e benefícios possíveis valorizando o espírito cooperativo que é condição para a existência de mercados comuns.

Aprendizados da integração

Sem problemas fronteiriços, a América do Sul de há muito cultiva, nas interseções de seus países, a tradição do comércio e do intercâmbio de conhecimento, sendo muitos os casos em que uma mesma etnia nativa habita ambos os lados da fronteira, assumindo cada lado sua nacionalidade. Da mesma forma, cidades-espelho convivem e se complementam em vários pontos do continente, eventualmente diferenciadas pelos idiomas próprios de seus países

mas desenvolvendo expressões comuns que são utilizadas especificamente para esse intercâmbio.

Serviços médicos, escolas, equipamentos de lazer e festividades também se incluem nesses pontos de convergência, sem que uma ou outra das comunidades tenha que abrir mão de sua própria cultura, de suas crenças, de seus hábitos e preferências. Com ou sem a formalização de um acordo de livre comércio entre seus governos, com ou sem contratos de negócio entre as organizações, temos no continente uma sociedade tradicionalmente afeita ao convívio pacífico e mutuamente proveitoso entre vizinhos.

Ao contrário de exacerbar as diferenças, por conta de interesses temporais, os representantes dos Estados-membros e os gestores das organizações devem se inspirar nesse longo histórico de relações harmoniosas, que tem sido capaz de manter o continente imerso em ambiente de paz, para, sobre essa paz, empreender o esforço conjunto pela prosperidade.

Em seus 16 anos de existência, o Mercosul elevou o volume de comércio entre os países da região de 3 para 30 bilhões de dólares. Além desse evidente fator de crescimento, o comércio regional tem ajudado muitas empresas a desenvolver a cultura adequada para sua inserção no mercado global. Valiosas lições sobre negociação acontecem diariamente nas relações entre parceiros sul-americanos, o que constitui uma base de conhecimento inestimável para a expansão dos negócios no âmbito mundial.

Até o Tratado de Assunção, que definiu a criação de uma zona de livre comércio entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, as empresas da região, de modo geral, eram muito voltadas para seus mercados internos. Nesse novo cenário, muitas – dentre as quais a Organização Odebrecht, desenvolveram as qualificações necessárias para se inserir no mercado internacional. O relacionamento com fornecedores e parceiros do mercado regional tem se constituído numa forma adicional de expandir esse conhecimento e desenvolver competências para a realização de negócios em ambientes políticos e culturais diversificados.

Da mesma maneira, os formuladores de políticas públicas poderiam combinar seus interesses nacionais com os interesses comuns ao bloco, de modo a estimular o desenvolvimento de políticas industriais conjuntas e complementares. Os empecilhos e eventuais períodos de dificuldades devem

ser encarados como desafios dessa aprendizagem. Uma lição a ser aprendida desse processo é que não se deve discriminar geração de conhecimento da geração de riqueza.

A busca de melhor qualificação tem tirado empresas do torpor provocado pela comodidade dos mercados domésticos. A necessidade do desenvolvimento de novas competências tem injetado ânimo novo e induzido à busca do domínio de conhecimentos mais avançados, não apenas em termos de tecnologia, mas principalmente nos processos de gestão. O desafio da inserção no mercado regional é um estímulo vigoroso à melhoria contínua e à inovação – e às empresas sul-americanas cabe compreendê-lo, com enfoque na oportunidade. Nesse sentido, é legítimo que os empresários lancem mão das forças de seus países e das estruturas competentes nos âmbitos de seus Governos, visando o alcance dos propósitos de suas empresas, na perspectiva do bem comum, representado pela geração de riquezas que a sociedade compartilha e pela prática do empresariamento socialmente responsável.

Segurança pública e educação

Nesse caminho, ainda há grandes obstáculos a superar. A falta de segurança é um deles, talvez a grande ameaça capaz de alterar o espírito conciliador que ainda nos caracteriza. A existência de comunidades que, sem contar com recursos públicos, se tornaram reféns de grupos criminosos organizados, não pode ser ignorada pelos protagonistas que constroem o Mercosul. Essas populações precisam ser resgatadas para o ambiente da convivência saudável e merecem a oportunidade de serem integradas ao projeto de desenvolvimento comum.

As estruturas altamente sofisticadas do crime organizado, que desafiam as mais elaboradas políticas de segurança pública, só podem ser desmanteladas pela ação interna, com o corte das linhas de suprimento de mão-de-obra que as alimentam.

O crime organizado não se alimenta da pobreza em si, mas da pobreza sem esperança, daquela pobreza que não dialoga com as oportunidades, aquela na qual uma geração, especialmente no tempo em que o indivíduo desperta para a vida independente, não vislumbra em seu horizonte uma réstia de

dignidade. O resgate desses cidadãos escravizados no outro lado da lei se faz pela formação e pelas oportunidades de desenvolvimento pessoal.

Neste ponto, educação é a palavra-chave.

Não estamos nos referindo apenas, evidentemente, à educação como tarefa do Estado, com suas redes de escolas e suas escolhas próprias de políticas pedagógicas. Referimo-nos à missão de educar que compete a todo cidadão e a todas as instituições e organizações, públicas ou privadas. Estas, por sinal, sendo as instituições que, por definição, não subsistem sem contar com profissionais qualificados e bem educados, sem os quais não teriam condições de crescer nem mesmo no mercado interno, devem se colocar no papel de fontes de educação de qualidade.

Espera-se das organizações que não se restrinjam aos investimentos sociais que tenham como objetivo a educação e a cultura, mas que se transformem, institucionalmente e na figura de cada um de seus líderes e integrantes, em centros difusores de conhecimento. Cada contato, cada negociação, cada contrato e cada etapa de uma obra, prestação de serviço ou fornecimento de produto deve ser encarado como uma oportunidade para essa troca de saberes que constitui o educar e ser educado.

O comércio sempre esteve atado a esse fenômeno, no qual se trocam não apenas mercadorias e serviços, mas principalmente conhecimento e visão de mundo. A cultura, as crenças, as ciências e a linguagem têm viajado o mundo por conta desse intercâmbio sutil, que deixa marcas em expressões cuja origem, muitas vezes, remonta ao outro lado do planeta e a um tempo que se perdeu na História. Construir um mercado comum, mais uma vez, supera em muito a simples busca de vantagens mercantis, para se constituir em uma missão civilizatória e humanizadora através da educação.

Responsabilidade social

Como nas organizações de negócio voltadas para a sustentabilidade, também a gestão deste processo integrador deve considerar aqueles elementos de conhecimento que contribuem para o sucesso de qualquer empreendimento. Temos, em todos os países integrantes do Mercosul, organizações de ponta que construíram histórias individuais de sucesso, graças ao desenvolvimento de estratégias apropriadas fundadas em

tecnologias empresariais eficientes, respeitosas quanto ao ser humano e ao meio ambiente, apoiadas em princípios sólidos.

Essa cultura empresarial de vanguarda precisa ser instilada no sistema estrutural do Mercosul, através do intercâmbio entre gestores públicos e profissionais das organizações privadas. Esse relacionamento deve ser baseado na premissa de que há objetivos comuns a serem alcançados, e não no mero pressuposto de que um lado solicita e outro arbitra.

Da mesma forma, essa cultura empresarial do desenvolvimento sustentável deve ser transmitida às comunidades, através de programas de responsabilidade social e ambiental que levem em grande consideração as diversas características culturais e étnicas, as vocações, os desejos e as qualificações existentes e possíveis de serem desenvolvidas em cada uma delas. O domínio do conhecimento, hoje uma disciplina profundamente inserida na filosofia das organizações que buscam a sustentabilidade, deve ser estimulada no âmago das comunidades, em especial entre suas populações mais jovens, para que elas encontrem o caminho das melhores condições de vida sem que suas energias tenham que ser deslocadas para outros centros em busca de oportunidades.

O contato com tais comunidades precisa ser planejado para evitar que valores culturais estranhos a elas, venham a se sobrepor ao que constitui as tradições. Muitas vezes, a tradição é o que mantém as sociedades locais íntegras e, assim fortalecidas, lhes permite conectar-se ao global sem serem engolfadas pela cultura de massa, que muitas vezes predomina. Os indivíduos de cada comunidade devem ser levados em consideração, uma vez que neles se realiza e se perpetua o complexo de conhecimentos, crenças e valores daquela sociedade.

A idéia de um mercado comum sempre está relacionada à potencialidade da produção em grande escala, mas ela não se realizará a contento se sua construção e consolidação não for baseada no respeito ao indivíduo. Da mesma forma, a busca da competitividade de cada país, de cada organização, pela combinação de forças, talentos e competências agregadas em um mercado comum, tem no indivíduo sua síntese. Esse indivíduo será localizado, identificado e devidamente valorizado nesse processo pela prática do relacionamento aberto e democrático, no qual os objetivos comuns estejam explicitados e as oportunidades sejam oferecidas à iniciativa de cada um.

Aqui, então, retornamos ao ponto inicial. O estado do mundo, tal como descrito pelos 2.500 cientistas que estudaram as mudanças climáticas, não esgota sua lista de más notícias na descrição dos nossos problemas ambientais. O mesmo sistema de exploração indiscriminada de recursos naturais, que gerou a grave crise física do planeta, deu causa ao outro grande desafio, que é o abismo social que separa os seres humanos. Ao negligenciarmos o indivíduo, nós asfaltamos seu caminho rumo à marginalidade social.

Nesse sentido, merece especial atenção o tratamento às comunidades indígenas presentes em quase todos os países da região. Detentores de uma sabedoria milenar, principalmente no trato das relações entre o homem e a natureza, não compartilham este conhecimento com o conjunto da sociedade e são privados do acesso a bens e serviços que – sem agredir seus modos de vida – lhes asseguraria os benefícios do desenvolvimento humano e do progresso científico e tecnológico.

Projeto comum de desenvolvimento

O Mercosul tem conseguido incrementar sua corrente de comércio. Da mesma forma, vem consolidando o processo de integração política, apesar de algumas divergências e das naturais diferenças de interpretação de temas relacionados a modelos de desenvolvimento. Temos rios e florestas em comum e nossas fronteiras só conhecem alguma instabilidade onde o crime ainda domina. Temos sabido produzir protocolos e instrumentos nacionais para preservar esse patrimônio, mas dependemos, para isso, do engajamento das comunidades nessa missão.

Sem elas, não há Estado capaz de defender e preservar suas riquezas naturais. Essa razão adicional reforça a tese de que a grande meta é a integração social. Nossas relações serão mais produtivas e sustentáveis quanto mais integradas estiverem nossas comunidades. É necessário, portanto, estimular as relações interpessoais entre latino-americanos, levando para a vida civil o que já ocorre nas relações políticas e de negócios. Conhecendo-nos melhor uns aos outros, poderemos identificar os grandes pontos de convergência que nos unem e equacionar as diferenças, aprendendo mutuamente o valor da diversidade que enriquece nosso continente.

Nossos estudantes devem ser estimulados ao intercâmbio regional e os líderes comunitários devem ter a oportunidade de trocar experiências, de

modo que as melhores práticas sejam disseminadas rapidamente por todos os países.

O turismo regional precisa crescer, com a divulgação de destinos pouco procurados nos roteiros regulares, o que ajudará a nos conhecemos melhor. Para isso, deve ser incrementado o investimento em infra-estrutura. No entanto, estradas comuns não devem servir para transportar a miséria de um lugar para outro. Elas devem ser recuperadas e postas em condição de uso, a par com projetos de apoio aos produtores, para que por elas não apenas possa escoar a produção de uma comunidade para mercados mais amplos, mas também para que através delas possam ser levadas a todos os rincões o conhecimento mais evoluído.

Exemplos de excelência, como os resultados dos estudos de alta qualidade e aplicabilidade produzidos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA – devem ser colocados à disposição dos produtores rurais em todo o continente, para que o desenvolvimento da agricultura, da pecuária e da indústria que eles promovem ocorra de maneira equânime. Apoiados em tecnologias avançadas, cultivos tradicionais podem ganhar competitividade e gerar riqueza, ajudando a conter os movimentos migratórios forçados pela pobreza.

Da mesma forma, os projetos de inclusão digital devem andar lado a lado com a educação bilíngüe, para que se potencialize o que a tecnologia da informação pode oferecer. No caso do nosso continente, Português e Espanhol devem encontrar campos comuns de convivência, pois através da familiaridade com outros idiomas as pessoas são estimuladas a buscar a compreensão do universo cultural que cada língua representa.

Esse aprendizado de cidadania, uma cidadania do mundo que não se rejeita – pelo contrário – se orgulha de sua origem, deve estar no centro de um projeto de integração social do Mercosul. Ainda temos contra nós uma brutal desigualdade. Mas temos a nosso favor uma natural curiosidade pelo outro, o gosto pelas cores e pelo ritmo, a aceitação e apreciação da nossa riqueza musical e artística, o humor e um saudável orgulho nacional. Estes, são elementos de uma equação sustentável.

O pressuposto de que, juntos, podemos amplificar ainda mais os êxitos comerciais e políticos até aqui alcançados, revertendo-os em benefícios para a mais ampla gama de nossas populações, deve orientar nossas escolhas.

Dessa forma, poderemos realçar as capacidades individuais, dando a cada um a oportunidade de imprimir sua marca pessoal no projeto comum de desenvolvimento.

O que move o ser humano é a percepção de bem-estar. Se conseguirmos aliar os ganhos recentes de nossas economias consorciadas e os frutos do processo de consolidação de nossas democracias a um positivo sentimento de melhoria nas nossas sociedades, teremos as comunidades associadas ao esforço pelo desenvolvimento sustentável de toda a América Latina. Sem abdicarmos das crenças, da orientação que cada um pode dar à sua própria existência, o estabelecimento de objetivos comuns e o amplo compartilhamento de seus benefícios podem conduzir todo o continente, num prazo relativamente curto, a uma posição destacada no cenário mundial, deixando para a História todos os estigmas do subdesenvolvimento. **DEP**

Em busca do crescimento com eqüidade

Ricardo Ffrench-Davis*

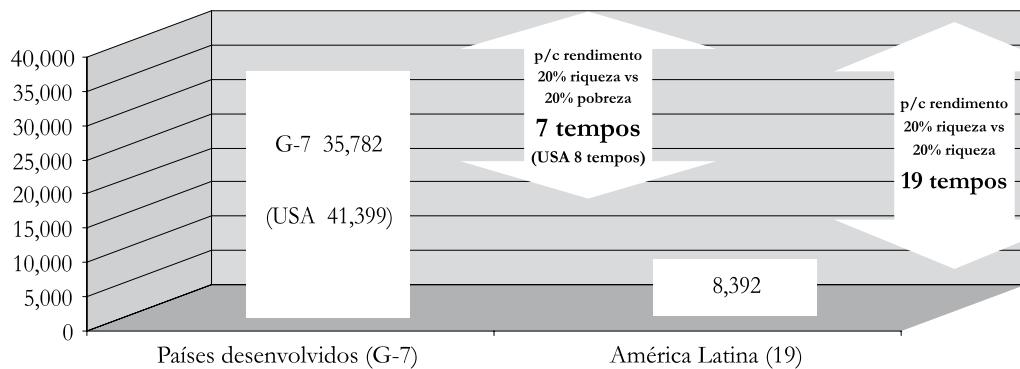
As reformas realizadas durante mais de um decênio e meio no quadro do chamado “Consenso de Washington” produziram resultados mistos na América Latina. Por um lado, progressos no controle da inflação, balanços fiscais mais equilibrados e recordes de exportações. Porém, por outro lado, no que era fundamental, isto é, o crescimento econômico e a eqüidade, o desempenho foi medíocre. No período 1990-2005 se observa um crescimento do produto (PIB) de apenas 2,7% anuais, com um aumento por habitante de somente 1% no mesmo período, taxa insuficiente para conseguir reduzir em alguma medida o hiato em relação aos países desenvolvidos. De fato, a brecha com os Estados Unidos se ampliou no decurso desses anos. O desempenho atual se reflete também no fato de que em 2005 havia no continente cerca de 9 milhões de pobres a mais, em relação a 1990.

Em resumo, produziu-se uma dupla divergência. Por um lado, o PIB *per capita* não convergiu no sentido dos países desenvolvidos, e por outro, o hiato regressivo entre os grupos de elevados rendimentos e os de baixa renda

* Professor de Economia da Universidade do Chile e Assessor da CEPAL.
ricardo.ffrenchdavis@cepal.org

aumentou. Atualmente, o PIB por habitante na América Latina é de somente um quarto do dos países mais ricos (G-7), enquanto que a diferença de eqüidade é mais do dobro da dessas economias. O desafio é crescer, porém com muito mais eqüidade (ver gráfico 1).

Gráfico 1
*América Latina versus países desenvolvidos, *per capita* PNB & rendimento/distribuição PPP dólares)*



Fonte: Fundo Monetário Internacional, perspectivas econômicas mundiais – base de dados (2006) e Dados: Fundo Monetário Internacional, perspectivas econômicas mundiais – base de dados (2006), Banco Mundial, Desenvolvimento mundial – Indicadores Base de dados (2006.)

Neste artigo fazemos uma revisão sucinta das reformas implementadas desde os anos 90 (seção 1), as realizações (seção 2), as falhas (seção 3), os desafios no novo decênio e a necessidade de implementar o que denominamos reforma das reformas (seção 4).

1. Reformas econômicas na América Latina

Era necessário reformar? Indubitavelmente sim. A América Latina de 1990 necessitava reformas profundas. Tínhamos super intervenção nas economias, com um setor privado restringido, excessivo intervencionismo e regras pouco transparentes. Não obstante, as maciças privatizações na América Latina e as intensas liberalizações comerciais acarretaram mudanças muito abruptas, com seqüências equivocadas, sem adequação à especificidade de cada país e com hiatos graves.

Essas reformas foram em geral lineares. Tendiam a mover-se sempre na mesma direção e a outorgar a cada reforma um caráter de *objetivo* e não de meio, que é o que elas são. Portanto, é vital não dirigir-se às reformas *per se*, e sim levar a cabo as reformas funcionais para conseguir os objetivos de crescer mais e crescer com mais eqüidade.

Dentro do espírito do *Consenso de Washington* o que se buscava era que as reformas tendessem a conduzir a preços *corretos* e que fossem *amigáveis* para com o mercado. Compartilho plenamente desses dois princípios. No entanto, os resultados se orientaram na direção contrária. Por um lado, os preços macroeconômicos chave – a taxa de câmbio e a taxa de juros – tenderam a desalinhhar-se, exibindo muita instabilidade em seguida às reformas na década de 90. Isso se torna muito pouco amigável para com o mercado, pois submete o setor produtivo a uma enorme tensão. Por outro lado, a demanda, ou capacidade de compra, da população sofreu grandes variações, determinadas por fluxos de capital voláteis e preços de exportação muito flutuantes. Em consequência, os resultados se desviaram muito das expectativas dos reformadores neoliberais.

2. As realizações

Entre as realizações houve conquistas importantes.

a) No lado comercial ocorreu um grande aumento das exportações. Esse fenômeno é generalizado na América Latina desde os anos 90. Os volumes exportados cresceram de maneira substancial, a uma taxa média de 7,9% anuais em termos reais no período 1990-2005. Esse impulso exportador médio da América Latina foi significativamente mais rápido do que o aumento das exportações do mundo na mesma época (5,7%).

b) Os equilíbrios fiscais. Na década de 80, a América Latina mostrou desequilíbrios fiscais muito elevados, com o déficit de alguns países da ordem de 10-17% do PIB. Nos anos 90 registrou-se um progresso notável nos equilíbrios orçamentários da região, quando vários países aparecem com superávits fiscais durante muitos anos: em média, a América Latina cumpria com folga o critério de Maastrich, antes da crise asiática, com um déficit fiscal da ordem de 1,5% do PIB.

c) O controle da inflação. Nesse âmbito, a América Latina experimentou notável melhora, com o desaparecimento dos processos de hiperinflação de

décadas anteriores. Com efeito, nos anos 80 houve países com níveis de inflação de mais de 1.000% anuais, o que é muito destrutivo para as empresas e as pessoas. Isso era um inimigo mortal do investimento, da inovação, da eqüidade e da harmonia social. Desde os anos 90 esses níveis de inflação desapareceram, cedendo lugar a taxas de um dígito (uma média regional de um dígito desde 1997, e de 6,1% em 2005).

3. As falhas

As reformas padeceram também de graves deficiências. Entre as mais salientes, destacam-se:

a) *Volatilidade financeira e macroeconômica*

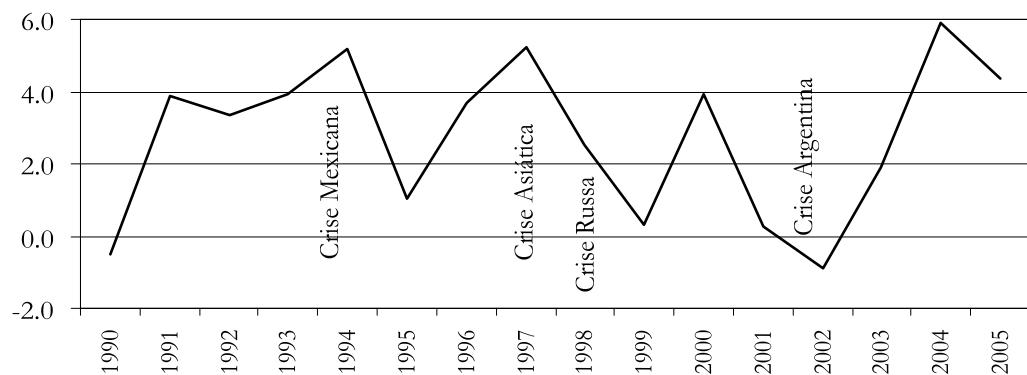
A volatilidade constitui um dos principais problemas das economias latino-americanas. Embora tenha havido um esforço decidido para conseguir equilíbrios macroeconômicos, como no campo fiscal e no da inflação, houve também uma notável incapacidade para prever os problemas decorrentes dos desequilíbrios financeiros externos, assim como os efeitos dos desequilíbrios reais (econômicos e sociais) que surgiram como produto de reformas financeiras concebidas de maneira ideológica.

Com efeito, os desequilíbrios externos dos anos 90 respondem a uma oferta externa de capitais contagiada por etapas de super-otimismo e super-pessimismo. A experiência da região durante os períodos de auge de financiamento externo – entre 1990 e 1994 e entre meados de 1995 e 1998 – mostra um forte crescimento dos déficits externos e atrasos cambiais, estimulados por ingressos maciços de capitais, o que inevitavelmente gera vulnerabilidades. Em consequência, a América Latina sofreu em 1995 a crise mexicana e em seguida, desde 1998, a crise asiática e seu prolongamento até a crise argentina. O conjunto da região sofreu, *durante todo um sexênio (1998-2003)* uma situação recessiva; com efeito, o PIB por habitante decresceu como havia ocorrido na crise da dívida (a década perdida). Esses ciclos financeiros determinaram também os ciclos produtivos, ocasionando grandes brechas entre o desempenho efetivo da economia e seu potencial.

O gráfico 2 mostra essa dinâmica de *montanha russa*, em que se sucedem períodos de auge e de crise. Como veremos, esses ciclos têm consequências

negativas duradouras sobre o desenvolvimento social e o investimento produtivo. Isso responde aos desequilíbrios que foram criados como fruto da maneira de fazer política macroeconômica, comercial e particularmente, financeira (ver Ffrench-Davis, 2005). Surgiu um conflito, um *trade-off*, entre um “financeirismo” excessivo, muito de curto prazo, e um débil “produtivismo”.

Gráfico 2
América Latina (19): PNB instabilidade, 1990-2005
(variação anual – porcentagens)



Fonte CEPAL, baseado em dados oficiais.

É surpreendente que os erros cometidos nas reformas financeiras e cambiais da Argentina e do Chile nos anos 70 – que os levaram a pagar enormes custos econômicos e sociais ao produzir-se a *crise da dívida* – tenham se repetido em outros países da região desde meados dos 80, e em países da Ásia durante os 90. Não apenas compartilham a debilidade da supervisão prudencial, mas também os cenários de *booms* dos segmentos de capitais de curto prazo e deslocamento da poupança interna, fortes atrasos cambiais e crise financeira de elevado custo fiscal e social.

Devido à trajetória seguida pela globalização, os peritos em intermediação financeira – um treinamento microeconômico – passaram a ser chave para os desequilíbrios macroeconômicos das economias emergentes. Nas economias em desenvolvimento, que baseiam parte de sua estratégia de desenvolvimento na diversificação das exportações, uma taxa de câmbio dominada por movimentos de capitais de curto prazo revela uma clara inconsistência de política. Para ter

um bom sistema econômico, com crescimento e eqüidade, é preciso premiar os ganhos de produtividade mais do que a especulação, e as perspectivas de longo prazo em vez do *curto-prazismo*.

Em conseqüência, a integração dos mercados de capital tem importantes repercussões na governabilidade das políticas internas. De fato, a maioria dos líderes dos países emergentes vivem em uma “*síndrome do duplo eleitorado*”: por um lado, são eleitos pelos votantes de seus países, porém por outro lado em breve procuram o apoio daqueles que “votam” por meio de seus investimentos financeiros. Os ciclos dos mercados financeiros do último terço do século revelam uma notável contradição entre ambos os fatores, em um jogo de soma zero, com os países encerrados em uma armadilha financeira. A prolongada recessão recente – de 1998-2003 – assim atesta.

b) Exportações com baixo valor agregado

O maior impulso exportador, positivo em si, não se traduziu em maior dinamismo para o conjunto da economia. Por um lado, em muitos casos, processos de liberalização comercial abruptos, desenvolvidos em presença de uma taxa de câmbio pouco competitiva, debilitaram a produção eficiente de bens comerciáveis, causando um grande incremento das importações. Como resultado, apesar do dinamismo exportador, foram gerados desequilíbrios de grande significação nas contas externas.

Por outro lado, houve pouco progresso na diversificação da pauta exportadora dos países da América Latina em direção a produtos com maior valor agregado. Pelo contrário, não obstante certo progresso, a região ainda exporta principalmente produtos baseados em recursos naturais com escasso dinamismo em sua demanda internacional e com preços especialmente propensos aos vaivéns da economia mundial. O auge dos preços internacionais dos recursos naturais é um paliativo bem-vindo, mas que não resolve a falência de um desempenho exportador que apresenta encadeamentos e externalidades muito débeis para o restante de nossas economias.

Durante os anos 90 houve alguns avanços claros nesse sentido através do fortalecimento do comércio inter-regional, que permitiu a expansão vigorosa das exportações de manufaturas com maior valor agregado (CEPAL, 2002). Não obstante, a volatilidade macroeconômica presente nas principais economias da região desde a crise asiática de 1998 teve impacto muito negativo

sobre o intercâmbio regional, especialmente sobre o Mercosul. Este vem ultimamente se recuperando.

c) Equilíbrio fiscal que não prioriza a modernização produtiva e social

No setor fiscal, embora se tenham conseguido orçamentos reequilibrados, ainda prevalece uma insuficiência de investimento em capital humano, em infra-estrutura e em inovação produtiva. Há uma marcada insuficiência de *bens públicos*. É preciso investir recursos dirigidos à melhoria da qualidade dos sistemas educacionais para os cidadãos do futuro. Além disso, porém, é preciso atender aos requisitos de maior capital humano da atual força de trabalho, tanto de mão de obra quanto empresarial. Isso é imprescindível para redundar em aumento das possibilidades de crescimento econômico e alcançar, paralelamente, maior eqüidade na distribuição de oportunidades e da produtividade.

Quanto à outra face do orçamento, a da receita tributária, existem ainda grandes vazios nos sistemas tributários e demasiada evasão em comparação com as economias desenvolvidas. Os sistemas predominantes recolheram um dos vícios da atual globalização, que enfatiza a carga tributária sobre o trabalho menos móvel e o capital produtivo, privilegiando o capital móvel e especulativo.

d) Má distribuição das oportunidades e das produtividades: o desafio da eqüidade

Segundo estimativas da CEPAL, em 2005 havia 209 milhões de pobres na América Latina (cerca de 40% da população), 9 milhões a mais do que em 1990 (ver quadro 1). Isso se explica, em parte, pelo ajuste recessivo de 1999 e pela derrocada argentina em 2001-2002. Uma conclusão das experiências dos anos 90 é que as crises afetam nossas sociedades de maneira muito regressiva. Há trabalhos muito interessantes – como os de Rodrik (2001), Ocampo (2005) e Bourguignon e Walton (2006) – que reforçam a afirmação de que em cada uma das crises financeiras há uma intensificação da pobreza e da regressão distributiva. As crises não são neutras entre os setores, afetam de maneira diferenciada inúmeras empresas e pessoas, consumidores e produtores, com um viés regressivo, pois recaem mais sobre os que estão nos quintis de menores rendas. A recuperação posterior não é automática e sim lenta, o que representa uma significativa perda de rendimento e patrimônio para os grupos mais pobres, com consequências regressivas sobre o patrimônio dos lares e nos balanços das pequenas e médias empresas.

Tabela 1
América Latina: indicadores sociais, 1980-2005

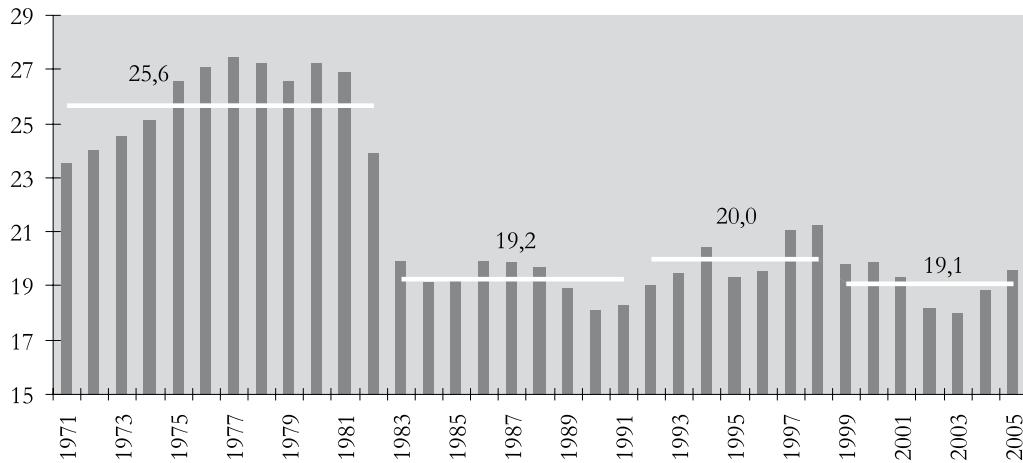
	Per capita GDP (PPP US\$)	Pobreza		Salário real (1995=100)	Desemprego (% força de trabalho)	População (milhões)
		(milhões)	(% da pop.)			
1980	7,633	136	40.5	102.7	7.7	343
1990	6,925	200	48.3	96.2	7.2	423
2005	8,392	209	39.8	96.8	9.3	540

Fonte: Ffrench-David (2005, Cap. I) e CEPAL.

e) Investimento produtivo insuficiente

Um dos aspectos em que as reformas mostram desempenho mais medíocre é o do insuficiente investimento produtivo e consequentemente o do escasso crescimento econômico. A América Latina dos anos 90 investiu 5 pontos do PIB menos, em média, do que nos anos 70, e somente alguns décimos mais do que na década perdida dos anos 80 (ver gráfico 3). O resultado foi o minguado crescimento do PIB a partir da década de 80, conseguindo apenas uma taxa de 2,7% desde 1990 (ver quadro 2). Isso implica que em 1990-2005 o PIB por habitante da região (1%) cresceu menos do que o mundo (1,2%) e do que nos Estados Unidos (1,8%).

Gráfico 3
**América Latina (19): capital bruto afixado, formação e
classificação, 1971-2005 (PNB %, em preços de 1995)**



Fonte: CEPAL, baseado em dados oficiais.

Tabela 2
América Latina: crescimento do PNB, 1971-2005
(classificação anual média, %)

	1971-1980	1981-1989	1990-1997	1998-2003	2004-2005	1990-2005
Argentina	2.8	-1.0	5.0	-1.3	8.8	3.0
Brasil	8.6	2.3	2.0	1.5	3.7	2.0
Chile	2.5	2.8	7.0	2.7	6.0	5.2
Colômbia	5.4	3.7	3.9	1.1	4.1	2.9
México	6.5	1.4	3.1	2.9	3.6	3.1
Peru	3.9	-0.7	3.9	2.0	5.4	3.4
Uruguai	2.7	0.4	3.9	-2.1	9.1	2.2
América Latina (19)						
Total	5.6	1.3	3.2	1.3	5.1	2.7
Por habitantes	3.0	-0.8	1.4	-0.3	3.6	1.0
Por trabalhadores	1.7	-1.5	0.5	-1.1	2.7	0.2

Fonte: Ffrench-David (2005, cap. I) e CEPAL.

A chave para crescer de modo sustentável é o investimento. É freqüente deixar-se enganar com taxas de crescimento elevadas porém transitórias, pois muitas vezes se baseiam em processos de recuperação da atividade econômica e não de forte expansão da capacidade produtiva (Chile em 1985-89; Argentina em 1992-94 e 1997; a maior parte da América Latina em 2004-2006, depois da recessão de 1998-2003). É importante aproveitar a recuperação seguinte às recessões, mas a chave é reativar de maneira que os investimentos e os ganhos de produtividade mantenham sustentável o crescimento elevado depois que termina a reativação.

Uma exceção interessante na América Latina dos anos 90 foi o Chile. Entre 1990 e 1998 o país cresceu 7% (Ffrench-Davis, 2004). Um fator determinante desse aumento sustentado do produto foram as reformas do regime democrático efetuadas sobre as reformas neoliberais da ditadura. Costuma-se falar em “aplicar o modelo chileno”. Já demonstramos (ver Ffrench-Davis, 2004) que com o retorno à democracia foram realizadas mudanças substanciais, em especial no início dos anos 90; por outro lado, também documentamos que inclusive na ditadura se registraram mudanças significativas entre os anos 70 (um modelo neoliberal mais extremista) e os 80, com diversas intervenções no mercado embora também, com viés regressivo (certo pragmatismo regressivo).

Outra variável de grande relevância foi o nível da taxa de investimento produtivo. Nos anos 90 o Chile investiu 10 pontos do PIB mais do que durante o governo de Pinochet (1974-89). Como ficou dito, a América Latina, em contraposição, investiu 5 pontos menos do que nos anos 70 (ver gráfico3). Essa é uma razão determinante para explicar porque o Chile (apesar de incluir a deterioração de seu crescimento após a crise asiática desde 1998) cresceu 5,2% em média e a América Latina somente 2,7% em 1990-2005.

f) Concentração da propriedade e o poder econômico

A concentração é um fenômeno generalizado, que se reflete na deterioração da distribuição da renda registrada na América Latina. As privatizações tiveram em geral um impacto regressivo na distribuição do poder econômico.

Houve processos internos de privatizações na Argentina, Bolívia, Peru e México, entre outros. No México, por volta de 1994, as empresas públicas tinham se reduzido de 1155 a menos de 80 (ver Morley, Machado e Pettinato, 1999).

O Chile fez privatizações maciças no curso dos anos 1974-89, durante o regime de Pinochet¹. A venda de empresas se realizou, em grande parte, em períodos de recessão e taxas de juros muito elevadas no mercado interno. Por causa disso, poucos agentes tiveram possibilidade de aceder à compra. Esse fato constituiu uma das causas da aguda concentração de propriedade registrada nesses anos. Nesse processo, foi notória a fraca participação direta das empresas transnacionais. Não obstante, um maciço incremento de créditos externos e seu domínio sobre bancos nacionais projetou uma fração substancial do financiamento necessário a grupos econômicos para adquirir as empresas que eram privatizadas.

Mesmo quando os processos de privatização constituíram uma das causas de concentração de poder, as outras reformas – comercial, financeira, conta de capitais, tributária, legislação trabalhista - contribuíram significativamente para a recessão. A isso juntaram-se as sucessivas crises macroeconômicas, com seu intenso impacto regressivo. É curioso que se diga, com freqüência, que a região aprendeu a fazer macroeconomia. A verdade é que aprendeu a controlar a inflação sem aprender a fazê-lo de maneira coerente com o desenvolvimento produtivo e o combate à desigualdade.

¹ Ver Ffrench-Davis (2004, cap. II); aí se encontram numerosas referências bibliográficas.

4. Como melhorar o desempenho?

A necessidade de reformar as reformas

Dada a heterogeneidade de resultados das reformas econômicas, com suas feições positivas e negativas, é vital aplicar mudanças que tendam a conservar as características saudáveis e corrigir os erros mais graves. No fundo, trata-se de introduzir *reformas às reformas*.

No caso do Chile, ao ser recuperada a democracia em 1990 produziram-se diversas *reformas das reformas*. Houve uma reforma tributária para cobrir um aumento do gasto social. Reforma trabalhista para restabelecer (não para eliminar) direitos dos trabalhadores. Reformas macroeconômicas substanciais para que a economia se tornasse mais sustentável, o que significou ir contra a moda de abrir indiscriminadamente a conta de capitais; introduziu-se uma regulamentação macroeconômica prudente a fim de desalentar um ingresso excessivo de capitais financeiros de curto prazo, aperfeiçoou-se a supervisão preventiva do sistema financeiro, estabeleceu-se uma aplicação sistemática de um fundo de estabilização do cobre; procurou-se desenvolver (ainda muito debilmente) o segmento de longo prazo do mercado de capitais e se aplicaram políticas cambial e monetária ativas, e uma política fiscal muito responsável: cada novo gasto social teve financiamento efetivo (ver Ffrench-Davis, 2004).

a) *Macroeconomia real sustentável*.

Existe amplo consenso quanto a que os “fundamentos macroeconômicos saudáveis” são uma variável determinante. Não obstante, há grande incompreensão sobre como se definem e como consegui-los e mantê-los. Uma definição adequada dos fundamentos macroeconômicos deveria incluir – junto com a inflação baixa, contas fiscais saneadas e exportações dinâmicas – déficits externos e dívidas líquidas suportáveis, investimento sustentável em capital humano, investimento elevado e eficiente em capital físico, passivos externos líquidos reduzidos, taxa de câmbio real não desalinhada, forte regulamentação e supervisão prudente do sistema financeiro. Em períodos recessivos deveria implicar, por exemplo, i) a implementação de um equilíbrio fiscal estrutural (reconhecendo que durante a recessão as receitas fiscais são inusitadamente baixas e que, nessas circunstâncias, o gasto público não deveria acompanhar os impostos em sua trajetória descendente e sim desempenhar, ao contrário, um papel compensador ou contra-cíclico) e ii) um forte impulso da demanda real,

com mudanças decididas de política, quando a atividade interna esteja claramente abaixo de sua capacidade produtiva (ver Ffrech-Davis, 2005, cap. VI).

Como foi exposto no início, necessitamos reformas *amigáveis* para com o mercado (*market friendly*) e preços *corretos* (*right prices*), sendo ambas as coisas evidentemente essenciais para o crescimento. No entanto, o magro desempenho atual indica que a amizade não tem sido confiável e que com freqüência os preços macroeconômicos se afastaram do equilíbrio. Esses desequilíbrios dificultam, evidentemente, a avaliação de projetos para a alocação de recursos, promovem o investimento especulativo de preferência ao produtivo e contribuem para deteriorar a carteira das instituições financeiras e excluir as pequenas e médias empresas do acesso ao financiamento.

Por isso, é fundamental preocupar-se com que esses preços macroeconômicos – que afetam o conjunto de agentes econômicos e a demanda acumulada – sejam relativamente estáveis e não estejam demasiadamente desalinhados ou desequilibrados. Isso depende de variáveis de política econômica e da forma como se organizam os mercados. Por exemplo, a escolha do regime cambial é uma das chaves. A taxa de câmbio determina a competitividade das exportações e das empresas que competem com os produtos importados, motivo pelo qual seu nível e volatilidade têm impacto enorme sobre o desempenho do setor produtivo e as contas externas. As opções que hoje estão mais *na moda* se limitam a dois extremos: por um lado, uma taxa de câmbio fixa ou a dolarização, o que implica em renunciar à moeda nacional e a fazer política cambial e monetária; e por outro lado, uma taxa de câmbio totalmente livre, que é tremendamente sensível aos fluxos de *capitais andorinha*, de natureza muito volátil; o resultado é uma taxa de câmbio notavelmente instável.

É preciso olhar mais além das modas e encontrar uma resposta pragmática para o problema. Em Ffrech-Davis (2004) mostramos que é possível um melhor desempenho global ao utilizar um sistema eficiente de *flexibilidade administrada* da taxa de câmbio que permita ajustes de preços relativos e uso da política monetária, que evite as cotações extremas e que facilite a transição entre períodos de auge e de escassez de financiamento externo. Não obstante, para que uma política desse tipo tenha êxito, uma condição necessária é que exista um conjunto coerente de políticas fiscais, de supervisão bancária e de gestão da conta de capitais, dotados de elementos contra-cíclicos e de prudência; e um equilíbrio entre objetivos como o controle da inflação e a geração de

emprego, superando o atual predomínio anti-inflacionário a expensas do desenvolvimento produtivo. Aqui surge, novamente, a importância de um enfoque integral e a coerência entre objetivos e meios.

b) Desenvolvimento sustentado e investimento social

Para crescer de modo sustentável, é preciso criar nova capacidade produtiva: maior quantidade e qualidade de capital e de trabalho, organização e institucionalidade funcional. Nesta era de “globalização”, isso é necessário para aproveitar as oportunidades que se apresentam e eludir os perigos. Destaca-se nesse ponto um papel chave para a educação e a capacitação do operariado. A capacitação da mão de obra é uma peça fundamental para incrementar a produtividade; é a maneira “progressista” de flexibilizar o mercado pelo lado da oferta. Os trabalhadores que já deixaram o sistema educativo e que vão estar na força de trabalho durante quarenta anos já não podem voltar ao primeiro ou o segundo graus; precisam ser capacitados durante sua vida profissional. Um tema com características semelhantes é o da difusão tecnológica, em particular nas pequenas e médias empresas. Na capacitação trabalhista e na tecnologia há externalidades e falhas de mercado substanciais, que não foram corrigidas com decisão: essa é uma das diferenças entre desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Como vimos, quando se enfrenta uma crise, as pessoas e empresas de menores recursos econômicos têm menos capacidade de proteger-se e, em consequência, a pobreza aumenta e a distribuição de renda tende a piorar. Isso impõe uma responsabilidade muito grande de gestão macroeconômica.

É imperativo ético e técnico gerar melhores condições para superar a pobreza e melhorar a distribuição de renda, que evitem o surgimento de tensões e maior desintegração social no interior de nossos países. Trata-se de participar da globalização integrando-nos internamente e não nos desagregando; queremos *fazer* nossa globalização. A integração latino-americana é um desses instrumentos eficazes para avançar nesse objetivo.

c) O caráter integral do desenvolvimento

Para conseguir um desenvolvimento vigoroso e sustentável é necessário um conjunto coerente de políticas econômicas e sociais, com um horizonte extenso. O objetivo central de elevar o bem-estar do conjunto da população não

se realizará sem avanços significativos na consolidação de economias dinâmicas e competitivas, capazes de enfrentar os desafios de um mundo globalizado. Eqüidade e desenvolvimento econômico são, nesse sentido, elementos de uma mesma estratégia integral (ver CEPAL, 2002). O desenvolvimento social não pode repousar exclusivamente na política social, assim como a política econômica não pode, por si só, isolada do projeto da política social, assegurar objetivos socio-econômicos. A geração de emprego e renda sustentáveis; a superação de heterogeneidades produtivas estruturais, tanto herdadas quanto de criação recente, potencializando a contribuição das pequenas e médias empresas para o desenvolvimento; a canalização de maiores recursos para o melhoramento do capital humano, e programas integrais de luta contra a pobreza que priorizem distribuir produtividade, de maneira consistente com uma política fiscal saudável, são alguns dos elementos de conexão entre o desenvolvimento econômico e o social.

Os modelos de desenvolvimento econômico não são “neutros” em termos sociais. Políticas macroeconômicas que gerem equilíbrios sustentáveis na economia real, e políticas de desenvolvimento produtivo, consistentes com uma melhor distribuição de oportunidades e de produtividades através da sociedade, são vitais para a consecução daquele objetivo esquivo, qual seja o *desenvolvimento econômico com eqüidade*. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento social, a redução da desigualdade e a eliminação de diversas formas de discriminação criam condições favoráveis para o desenvolvimento econômico, como resultado do investimento em capital humano e da construção de “capital social”, que favorecem a competitividade sistêmica das economias em um mundo globalizado.

Não se consegue a eqüidade com a mera ação *ex post* e sim incorporando-a ao sistema produtivo, porque na medida em que as pessoas e as pequenas e médias empresas aprendem a operar cada dia melhor, obtém-se desenvolvimento econômico e social: crescimento com eqüidade.

Referências bibliográficas

Bourguignon, F. Y M. Walton (2006), “Is greater equity necessary for higher long-term growth in Latin America?”, em R. Ffrench-Davis e J.L. Machinea (orgs.), *Economic Growth with Equity: Challenges for Latin America*, Palgrave Macmillan, Londres.

- CEPAL (2001), *Crecer con estabilidad*, Nações Unidas, Santiago.
- CEPAL (2002), *Globalización y desarrollo*, Nações Unidas, Santiago.
- Ffrench-Davis, R. (2004), *Entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad*, J.C. Saez Editor, Santiago, quarta edição, 2007, y Siglo XXI Argentina, Buenos Aires.
- _____ (2005), *Reformas para América Latina: Despues del fundamentalismo neoliberal*, Siglo Veintiuno Argentina, Buenos Aires.
- Morley, S., R. Machado e S. Pettinato (1999), “Indexes of structural reform in Latin America”, *Serie Reformas económicas*, NQ 12, CEP AL, janeiro.
- Ocampo, J. A. (2005), *Retomar la Agenda del Desarrollo*, Santiago.
- Rodrik, D., (2001), “Por que hay tanta inseguridad en América Latina?”, *Revista de la CEPAL* No. 73, abril.
- Stallings, B. e W. Peres (2000), *Crecimiento, empleo y equidad: el impacto de las reformas económicas en América Latina y el Caribe*, Fondo de Cultura Económica/CEPAL, Santiago. [DEP](#)

Colômbia: desafios até 2010

*Álvaro Uribe Vélez**

Paz, defesa e segurança

1. Insistir no diálogo útil com os grupos armados à margem da lei, com intermediação nacional e internacional. Obter apoio político e recursos de cooperação internacional para os processos de paz. Aumentar para 10 o número de regiões atendidas pelos Programas de Desenvolvimento e Paz.
2. Fortalecer o Programa de Reincorporação à Vida Civil para os reinseridos em todas as etapas; assistência psicológica, formação acadêmica ou profissional e emprego.
3. Estender a presença da polícia a 236 *corregimientos*. Aumentar a presença policial permanente nas ruas das cidades.
4. Implementar um número telefônico único de atenção à cidadania.
5. Fortalecer os mecanismos de cooperação cidadã na luta contra a delinqüência, tanto na cidade quanto no campo.
6. Reduzir o número de homicídios e sequestros.
7. Melhorar a proteção da propriedade.

* Presidente da República da Colômbia.
jgapiria@presidencia.gob.co

8. Fortalecer a produção de inteligência e contra-inteligência estratégica da nação e sua institucionalidade.
9. Criar uma unidade especializada para a defesa judicial digna e oportuna de militares e policiais acusados de presumíveis delitos cometidos durante o desempenho de suas operações e serviços.
10. Equilibrar o incremento e o bem estar da força pública, oferecendo-lhe oportunidades de moradia, saúde e educação.
11. Vincular ao programa musical Batuta 25.000 crianças deslocadas.
12. Um milhão de crianças jogando xadrez a fim de melhorar a capacidade analítica e de solução de conflitos e a disciplina de trabalho da população infantil vulnerável.

Direitos humanos, interior e justiça

1. Aprofundar e estender à totalidade dos funcionários os programas de capacitação e treinamento em direitos humanos e direito internacional humanitário de juizes, fiscais, militares e policiais.
2. Apresentar um projeto de lei de anistia que beneficie gratuitamente os colombianos maiores de 25 anos das camadas I, II e III cuja situação militar não esteja regularizada.
3. Promover convênios de segurança social com países receptores de imigrantes colombianos a fim de melhorar suas condições de vida.
4. Construir um país sem droga, desenvolvendo uma campanha ativa de prevenção contra a dependência e penalização do consumo com penas diferentes da privação de liberdade.
5. Reduzir o número de hectares cultivados com coca, com ênfase especial nos cultivos ilícitos em parques nacionais.
6. Manter e defender a instituição da extradição como um dos principais instrumentos de cooperação judicial internacional na luta contra o narcotráfico.
7. Fortalecer a política de segurança coletiva dos cidadãos, urbana e rural.
8. Fortalecer a defesa jurídica internacional dos interesses colombianos.

9. Ampliar a oferta nacional de vagas nas penitenciárias e cárceres e a construção de novas prisões. Reduzir a superpopulação nas prisões.
10. Impulsionar a criação de Casas de Justiça, Centros de Convivência e Casas de Conciliação nas diversas regiões do país.
11. Criar novos mecanismos de justiça comunitária, promover decisões judiciais equânimes.
12. Promover brigadas de justiça que permitam o deslocamento de juízes aos municípios e bairros.
13. Adotar um código único de procedimento que favoreça a oralidade como regra geral em todas a áreas e jurisdições.

Economia: confiança para o investimento

1. Prosseguir na política macroeconômica que conduza a uma taxa de crescimento de 6% anuais, mantenha baixos o déficit fiscal e a inflação e promova a redução da dívida pública líquida.
2. Reformar o Estatuto Orgânico de Orçamento e incluir noções como a da avaliação dos gastos e orçamentação por resultados.
3. Promover uma reforma tributária para crescer com um sistema simples, equitativo e competitivo, que promova a poupança e o investimento.
4. Realizar a “Segunda Revolução do Microcrédito” assegurando maior financiamento de microempresários mediante desembolso de recursos do Bancóldex e continuar beneficiando as Micro, Pequenas e Médias Empresas por meio do Fundo para a Micro, Pequena e Média Empresa.
5. Criar o “Banco de Oportunidades” como organismo gestor da massificação do crédito popular.
6. Humanizar a informação creditícia modificando a lei de *habeas data* a fim de equilibrar os relatórios relacionados com microempresários feitos às centrais de risco.
7. Promover créditos para os projetos associativos de Micro, Pequenas e Médias Empresas, que ajudem a aquisição e comercialização de insumos e produtos importados.

8. Facilitar o entorno nacional para o investimento estrangeiro, promovendo acordos bilaterais para promoção e proteção dos investimentos e acordos gerais para evitar a dupla tributação.

Desenvolvimento industrial e turismo

1. Fomentar as diferentes formas de alianças ou associações para a formação de empresas.
2. Eliminar obstáculos de acesso ao financiamento.
3. Incrementar a percentagem de empresas exportadoras aprofundando a promoção da oferta nacional exportável por meio do Proexport.
4. Dar prioridade a bens e serviços produzidos no país nas compras feitas pelas instituições do Estado.
5. Modernizar o Estatuto de Proteção ao Consumidor.
6. Estabelecer uma política de propriedade intelectual de longo prazo, através de uma única autoridade.
7. Organizar e regulamentar o uso de praias e recuperar litorais em cidades estratégicas para o turismo, como San Andrés e Santa Marta.
8. Duplicar os projetos de pousadas turísticas em diversas regiões do país.
9. Avançar nos programas de certificação turística empresarial.
10. Consolidar as rotas de Vive Colombia.
11. Fortalecer a polícia turística (infra-estrutura, equipamento).
12. Gestionar tarifas especiais para estudantes, deficientes físicos e idosos para que tenham acesso aos serviços turísticos.

Agricultura e desenvolvimento rural

1. Implementar o programa “Agro, renda segura” como estratégia integral de resposta às necessidades do setor pecuário.
2. Impulsionar a Revolução Agroindustrial, como pilar do desenvolvimento produtivo nacional, em produtos nos quais a Colômbia possui vantagens

comparativas, de alto conteúdo de conhecimento tecnológico e utilização da biodiversidade.

3. Consolidar o país de proprietários rurais não somente com a entrega de títulos de propriedade de terras, mas também com projetos produtivos segundo um esquema associativo de gestão.
4. Projetar e promover uma organização social empresarial da produção agrícola.
5. Consolidar o financiamento do setor promovendo a entrega de títulos de propriedade, o microcrédito e o ICR, prosseguindo o incentivo CIF para reflorestamento, aumentando as colocações do Finagro e a cobertura do Fundo Agropecuário de garantias, e incentivando o capital de risco para o desenvolvimento de projetos produtivos de longo prazo.
6. Incentivar a incorporação de terras propícias à produção em um quadro de desenvolvimento rural integral. Recuperar 593 mil novos hectares agrícolas e criar 140 novas bancas de maquinaria.
7. Generalizar o cumprimento integral do sistema nacional sanitário e fito-sanitário. Avançar para que a Colômbia seja um país 100% livre de aftosa.
8. Focalizar novos projetos de infra-estrutura de irrigação e drenagem do país segundo as necessidades do setor agropecuário, incentivando o setor privado para que invista na construção de distritos de irrigação.
9. Aumentar a área em hectares entregues a camponeses profissionais e técnicos agropecuários dos bens submetidos a extinção de domínio pela DNE, a partir de sua desapropriação.
10. Fazer da saúde rural uma prioridade, incentivando os municípios para que implementem unidades móveis de saúde e as EPS para dispor de mais alternativas para prestar efetivamente os serviços.
11. Ampliar a cobertura educativa e melhorar a qualidade da educação em zonas rurais.

Comércio internacional e integração

1. Promover o ajuste dos objetivos da CAN para que atue como mercado regional com uma verdadeira zona de livre comércio.

2. Aprofundar os acordos comerciais e convênios de cooperação com o Mercosul.
3. Realizar acordos de livre comércio (TLC) com os países centro-americanos (Panamá, Salvador, Guatemala), Canadá e União Européia.
4. Passar de membro observador a membro pleno do Plano Panamá Puebla.
5. Promover a cooperação econômica com a China e o Japão. Estimular a aproximação comercial e cultural com outros países e mercados asiáticos.
6. Consolidar o Guichê Único de Comércio Exterior.
7. Fortalecer o recurso humano como instrumento de competitividade mediante a capacitação em matéria de comércio exterior, comércio internacional, produção agrícola e manufatura.

Infra-estrutura: transporte

1. Avançar na construção e manutenção dos grandes corredores viários.
2. Promover a associação das entidades territoriais a fim de investir nas vias terciárias.
3. Concluir 8 projetos de Sistemas Integrados de Transporte de massa para 16 cidades.
4. Conseguir o desenvolvimento integral da infra-estrutura dos portos, especialmente os de Santa Marta e Buenaventura. Promover o desenvolvimento de um porto de águas profundas no Pacífico.
5. Resgatar os corredores ferroviários estratégicos para mobilidade de produtos aos principais portos.
6. Prosseguir no crescimento do transporte fluvial dos rios Magdalena e Meta.
7. Assegurar a modernização dos principais aeroportos do país.
8. Construção das obras de proteção de Mojana del Rio Cauca e do baixo Magdalena.

Telecomunicações e informática

1. Potencializar o desenvolvimento de indústrias que se apoiem na infra-estrutura de telecomunicações e informática e nas capacidades profissionais do talento humano.
2. Estabelecer o programa Colômbia@ Porto da Informação para que o país seja líder na atração de empresas dedicadas a atender o mercado de língua espanhola através da conectividade internacional aos cabos submarinos de ambas as bacias oceânicas e do desenvolvimento de indústrias de TIC.
3. Todo colombiano terá acesso à Sociedade da Informação diretamente ou através de centros de acesso comunitário.
 - contar com 10.000 centros dotados de ao menos 200.000 computadores conectados à Internet de banda larga;
 - realizar um plano maciço de alfabetização informática e capacitação, a cargo do Sena e do Ministério da Educação, na instrução primária, secundária, educação técnica, de adultos e para professores, e
 - Criar uma linha especial de crédito do Icetex, apoiado pelo Findeter, para que todos os estudantes universitários contem com seu próprio computador e serviço de acesso à Internet.
4. Eliminar o IVA para os computadores de baixo custo.
5. Fortalecer os projetos da Agenda de Conectividade, especialmente os relacionados com o desenvolvimento e uso efetivo da Internet II.
6. Oferecer incentivos para os cidadãos que façam uso da Internet para os trâmites com o Estado.
7. Desenvolver um esquema normativo e institucional que permita a sustentabilidade do serviço postal universal.
8. Desenvolver um esquema normativo e institucional que permita a sustentabilidade da televisão pública, do operador nacional e dos operadores regionais.
9. Contar com o Plano Nacional de Telecomunicações e Informática, construído sob coordenação do Governo com ativa participação dos usuários, do setor produtivo da academia e das entidades territoriais.

Minas e energia

1. Promover o fortalecimento comercial em mercados internacionais do setor mineiro de alto valor agregado, como a indústria do carvão e a produção de petróleo e seus derivados.
2. Desenvolver uma agressiva política petrolífera para poder acrescentar 1.500 milhões de barris de reserva antes de 2010 com altos incentivos e participação do capital privado e de Ecopetróleo.
3. Estabelecer uma moldura adequada para explorar todas as jazidas.
4. Fortalecer o desenvolvimento do mercado de gás natural por meio da vinculação de 300.000 novos usuários.
5. Melhorar a infra-estrutura de interconexão de gás natural buscando uma regionalização ótima, nacional e internacionalmente. Fomentar a construção do gasoduto colombo-venezuelano.
6. Espera-se que em 2010 a cobertura em energia elétrica seja de 95%. Recuperação de eletrificadoras para que existam proprietários que gerem valor com serviços de qualidade e cobertura universal.
7. Aumentar a capacidade de transmissão de energia a países vizinhos priorizando a interconexão futura com o Equador e o Panamá.
8. Implementar 5 novos projetos de construção de hidrelétricas em Guapi, Mitú, Araracuara, Juradó, Unguía, Nuquí e La Chorrera.
9. Aproveitar as vantagens do TLC (tarifa zero) para massificar a produção e exportação de biocombustíveis nas zonas francas.
10. Passar a produção de 550.000 litros de álcool combustível por dia para 3.500.000 litros diários em 2010.

Política social e redistributiva

1. Elevar para 1,5 milhão os beneficiários do Programa Famílias em Ação.
2. Endurecer a legislação penal em matéria de delitos contra a família e a infância.
3. Estabelecer um serviço social obrigatório como requisito para diplomação em algumas profissões cujos destinatários sejam crianças menores de 5 anos.

4. Conseguir a ampliação dos programas de nutrição a toda a população infantil menor de 5 anos de Sisben I e II.
5. Aumentar para 180 os dias do ano em que funcionam os restaurantes escolares.
6. Pôr em marcha a plena cobertura de saúde para as famílias das mães comunitárias
7. Ampliar a cobertura de atenção básica a 900.000 idosos e vulneráveis.
8. Aumentar a percentagem de pessoas ocupadas, formais, autônomas e informais filiadas à previdência social.
9. Garantir a segurança universal em saúde para as populações do Sisben I, II e II.
10. Criar zonas hospitalares especiais, com a finalidade de fortalecer a prestação de serviços de saúde e incentivar o turismo médico.
11. Melhorar a eficiência e transparência do setor saúde:
 - Consolidando o Sistema Único de Informação da Previdência Social;
 - Redesenhando a Superintendência de Saúde;
 - Concentrando em uma Entidade Única de Arrecadação de Previdência Social a auditoria de todos os recursos do setor;
 - Prosseguir a política de hospitais públicos sem corrupção, sem politicagem e sem excessos sindicais, para que sirvam à comunidade, e
 - Controlando a evasão e fraude nos pagamentos de contribuições à previdência social e aos parafiscais.
12. Agilizar os processos de reconhecimento e transparência na gestão de aposentadorias fundindo as caixas públicas que as administram e criando um grupo de elite de descongestão.
13. Ampliar a cobertura aumentando para 100.000 o número de empresas filiadas a riscos profissionais.
14. Desenvolvendo a Segunda Revolução do Sena, promover a articulação eficiente entre oferta e demanda de trabalho:
 - Fortalecendo o sistema de informação para emprego;
 - Realizando esforços suplementares quanto à pertinência da formação;

- Procurando garantir o acesso ao crédito dos diplomados pelo Sena, e
 - Fortalecer o Sistema Nacional de Formação para o trabalho com o objetivo de certificar as instituições técnicas e tecnológicas para que acedam aos recursos de formação do Sena.
15. Fazer um grande pacto social para que os trabalhadores que exercem trabalho permanente sejam vinculados a contratos de prazo indefinido.
 16. Promover os Pactos Territoriais e Setoriais para o Emprego.
 17. Assegurar salários reais positivos.

Educação

1. Fortalecer o processo de formação de capital humano por meio da articulação dos níveis educativos com base em competição, programas de adestramento e preparação para a educação básica.
2. A Revolução Educativa aprofundará o conhecimento científico e tecnológico e o uso maciço das tecnologias da informação e da comunicação para a instrução, aprendizagem e desenvolvimento da criatividade.
3. Apoiar o melhoramento das competências de docentes e alunos como atores centrais da construção de uma sociedade do conhecimento.
4. Cobertura universal para a educação básica no terceiro ano de governo. Reduzir a taxa de deserção na educação superior por matéria a 40% e a interanual a 8,4%.
5. Aumentar a carteira do Icetex a um mínimo de \$2 bilhões para financiar o acesso à educação superior, procurando incluir além da matrícula a manutenção para os extratos I e II.
6. Financiar com créditos a 30 anos com recursos do FNA a moradia para profissionais com doutorado ou mestrado.
7. Adequar o sistema educativo para que os bacharéis adquiram conhecimento básico de inglês como segunda língua.
8. Aumentar a oferta de programas de educação superior nas regiões do país por meio de programas virtuais.

9. Gerar maiores incentivos para os docentes:
 - Premiando seu desempenho;
 - Garantindo condições de trabalho equitativas para os professores contratados por entidades que prestam serviços ao Estado;
 - Atualizando as listas de antigüidade para melhorar suas rendas, e
 - Acedendo a crédito de moradia por meio do Fundo Nacional de Poupança.
10. Ampliar a infra-estrutura e dotação da educação pública.
11. Consolidar a descentralização, dando mais autonomia à Instituição Educativa e fortalecendo institucionalmente as secretarias de Educação.
12. Realizar a “Segunda Revolução do Sena”, promovendo a articulação eficiente entre oferta e demanda de formação:
 - Fomentar maciçamente a “formação técnica diplomada”;
 - Permitir flexibilidade entre programas de média técnica, tecnológica superior e profissional;
 - Fortalecer o sistema nacional de formação para o trabalho com o objetivo de certificar as instituições técnicas e tecnológicas para que acedam aos recursos do Sena, e
 - Fortalecer a capacitação no Sena para reinsertados e deficientes físicos.

Conhecimento para o desenvolvimento

1. Promover o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação como pilares para que a Colômbia se insira na sociedade do conhecimento e permita gerar um desenvolvimento produtivo e social sustentável.
2. Alcançar um investimento total de 1% do PIB para 2010, com pelo menos metade de fontes privadas.
3. Impulsionar setores intensivos em conhecimento e que contribuem para o desenvolvimento produtivo.
4. Articular as políticas de ciência, tecnologia e inovação com as políticas de educação superior.

5. Incrementar a Formação em Doutorado e Mestrado de pesquisa através de créditos perdoáveis.
6. Dar estímulos aos cérebros colombianos no mundo para que montem empresas no país para apoiar a educação superior e as empresas.
7. Continuar o programa bandeira de criação e consolidação de Centros de Pesquisa de Excelência para chegar a financiar 12 centros em 2010.
8. Incentivar os parque tecno-científicos como articuladores no território dos atores de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação.
9. Promover os profissionais portadores de doutorado para que se vinculem ao setor produtivo e impulsionem projetos de pesquisa e desenvolvimento.
10. Duplicar os recursos da linha de crédito Bancoldex-Colciencias para incentivar a inovação empresarial.
11. Aprofundar a Diplomacia Científica com o objetivo de promover a cooperação científica e tecnológica nas agendas de cooperação internacional.

Moradia, serviços públicos e meio-ambiente

1. Elevar o piso do orçamento para moradia de interesse social de \$150.000 a 350.000 milhões.
2. Massificar o mecanismo dos Bancos de Materiais para o melhoramento e construção de moradia popular. As prefeituras acompanharão com entrega de lotes com serviços públicos e as caixas de Compensação Familiar supervisionarão o processo.
3. Às mães chefes de família beneficiárias do Banco de Materiais será concedido um salário mínimo durante 2 meses para que possam dedicar-se ao melhoramento de sua moradia.
4. Consolidar o sistema de concessão de subsídios através das Caixas de Compensação Familiar, que devem acompanhar e realizar uma intervenção estrita tanto na moradia urbana quanto na rural.
5. Impulsionar a legalização de títulos de propriedade que permita, mediante um processo notarial e a custo reduzido sanear prédios de possuidores pobres e de boa fé.

6. Dar títulos de moradia de interesse social construídas em bens fiscais de propriedade da nação ou de entidades territoriais.
7. Democratizar a propriedade e fomentar as micro-empresas comunitárias nos serviços de abastecimento de água, esgoto e limpeza pública.
8. Promover uma nova cultura da água e alcançar uma gestão integrada dos recursos hídricos, em função dos diferentes pisos térmicos, regiões e ecossistemas da Colômbia.
9. Criar um sistema de acreditamento que garanta a qualidade na prestação de serviços de abastecimento de água, esgoto e limpeza pública.
10. Gerir eficientemente os resíduos sólidos e líquidos, através de declaração de utilidade pública dos terrenos que tenham vocação para aterro sanitário regional.
11. Fomentar a luta contra a desertificação e a seca de acordo com a orientação do PAN (Plano de Ação Nacional).
12. Defender o patrimônio biológico e ecológico da Colômbia. Isso implica:
 - Fortalecer o sistema de áreas protegidas, especialmente no que se refere à consolidação científica, operacional e institucional do Sistema de Parques Nacionais Naturais;
 - Apoiar a rede de Reservas da Sociedade Civil e outras organizações semelhantes e estimular os esforços particulares dirigidos à preservação de vegetações naturais;
 - Estabelecer um programa nacional de preservação de espécies em perigo de extinção e apoio aos atuais projetos em execução;
 - Melhorar os controles para aproveitamento dos bosques naturais, e
 - Fortalecer os incentivos de conservação, florestamento e reflorestamento.
13. Controlar rigorosamente o comércio ilegal nacional e internacional de exemplares de espécies de plantas e animais nativos da Colômbia e a introdução de espécies exóticas no país, especialmente as que sejam potencialmente invasoras.

Cultura e esporte

1. Tramitar a lei de Patrimônio e a Lei de Patrimônio Subaquático.
2. Prosseguir o Plano Nacional de Bibliotecas com o objetivo de criar ou fortalecer uma biblioteca pública em cada município da Colômbia.
3. Impulsionar o Plano Nacional de Música para dotar de instrumentos musicais 260 bandas municipais do país.
4. Concluir a recuperação de 38 centros históricos. Consolidar o projeto de ampliação do Museu Nacional e de restauração do Teatro Cristóbal Colón.
5. Ampliar o programa de bolsas de estudo e de residências artísticas no exterior.
6. Filiar 10.000 artistas e trabalhadores da cultura ao sistema de previdência social.
7. Consolidar a *Señal Colombia* como canal educativo e cultural.
8. Construir depósitos para preservação do patrimônio cinematográfico.
9. Tramitar a ratificação da Convenção para proteção e promoção da diversidade das expressões culturais.
10. Mais pessoas praticando esportes, mais pessoas com acesso à recreação e educação física, mais oportunidade através do desenvolvimento da infra-estrutura pública.
11. Mais pessoas fisicamente ativas, uma população educada fisicamente e uma Colômbia com cultura física.
12. Melhor preparação e obtenção de melhores resultados para desportistas de alto rendimento nos eventos do ciclo olímpico e eventos internacionais.
13. Organização de eventos desportivos e recreativos nacionais e internacionais com benefícios econômicos, sociais e culturais.
14. Adequar a infra-estrutura desportiva de San Andrés e Cali, cidades que receberão os próximos Jogos Desportivos Nacionais.

Eficiência e transparência do Estado

1. Promover a participação da cidadania como mecanismo de luta contra a corrupção, estimulando as denúncias por meio de recompensas,

“contratistas visíveis”, “auditores visíveis” para os privilégios e “Guichê do Subsídio”.

2. Focalizar em quatro setores chave a luta contra a corrupção: Saúde, Aposentadorias, Privilégios e Obras Públicas.
3. Impulsionar uma agenda legislativa para implementar as Convenções Internacionais de Luta contra a Corrupção.
4. Estabelecer um sistema de acompanhamento inter-estatal (Organismos de Controle, Fiscalização e Governo) para que as entidades territoriais respondam pelo destino dos recursos cedidos.
5. Reformar a lei 80 e adoção de práticas de bom governo para evitar a contratação arbitrária, eliminar a burocracia e promover a contratação de pequenas e médias empresas.
6. Adequar organizacionalmente as entidades prioritárias nos planos de governo e que exigem profunda mudança institucional.
7. Fortalecer a gestão orientada a resultados como instrumento de gerência pública, promovendo a avaliação de alguns programas de ordem nacional e territorial.
8. Afinar o sistema de avaliação de desempenho e de remuneração dos funcionários públicos, rever as curvas salariais e possibilitar remuneração variável em função do desempenho.
9. Avançar na carreira administrativa para funcionários provisórios, substituindo a prova básica por sua experiência, e estabelecendo um sistema especial de carreira para os empregados públicos civis não uniformizados do Ministério da Defesa, suas entidades descentralizadas, as Forças Armadas e a Polícia.
10. Adotar um sistema de transferências para plenas coberturas em educação e saúde.
11. Aprofundar a descentralização associativa.
12. Impulsionar a expedição de uma lei que modernize os tributos territoriais. **DEP**

Tradução: Sérgio Duarte

Um plano para o Equador

*Rafael Correa Delgado**

Quando se fala de Paz, Justiça e Eqüidade em termos abstratos, o discurso tende a diluir-se em retórica ou lirismo sem substância. Para que o pensamento, a palavra e a ação sejam elos de uma conduta, de uma ética, é preciso que exista, além de consequência, uma categoria humanista, porque há ideologias, políticas, práticas, doutrinas, que não podem ser mudadas, mas a guerra e ódio podem e devem ser erradicados da face da Terra.

A fim de enfrentar as tenebrosas pirotecnicas dos conflitos bélicos, a história registrou posturas como as de Jesus Cristo, Ghandi, Mandela ou Luther King, que apostaram no amor, na contemplação insubmissa, na utopia.

Nossa Pátria, que hoje se levanta, rebelde e otimista, teve ao longo de sua história uma vocação pacifista que é necessário acentuar, porque apesar de ter sido agredida no passado, jamais invocou a guerra como solução dos conflitos. Por isso, ao apresentar publicamente hoje (24 de abril de 2007) o Plano Equador, trazemos nossa visão do presente e futuro e não um arsenal de rancores do passado.

Proclamamos o direito à autodeterminação dos povos, tal como reza a Carta das Nações Unidas; colocamos no coração e no horizonte da América e do

* Presidente Constitucional da República do Equador.

info@rafaelcorrea.com

Universo nosso direito e dever de defender nossa soberania; definimos que jamais militarizaremos nossa política externa e defendemos nosso direito à paz.

Por tudo isso, amparados na justiça, em nossa condição pensante e patriótica, propomos diante do mundo o Plano Equador, política de Estado para a fronteira norte que concebe a segurança humana como resultado da paz e do desenvolvimento; política de relações internacionais eqüitativa e solidária, e uma política de defesa baseada na proteção da população, dos recursos de seu patrimônio com efetivo controle do território nacional.

Três princípios orientam o Plano Equador:

- os princípios universais de paz e cooperação como sistema de convivência entre os Estados;
- o repúdio à agressão, à não-intervenção em assuntos internos de outros países e a igualdade soberana em suas relações com os Estados vizinhos;
- a cooperação e co-responsabilidade entre as diferentes instituições do Estado equatoriano junto com uma ampla participação da cidadania.

O Plano contempla o fortalecimento da economia das regiões de fronteira, o impulso a seu desenvolvimento social e a melhoria da qualidade de vida de nossos compatriotas.

O princípio elementar de não-intervenção impede uma análise histórica, social ou acadêmica de conflitos regionais ou universais, ainda que se faça necessária uma breve reflexão sobre o conflito vivido pelo povo colombiano, situação da qual somos testemunhas por nossa vizinhança territorial e histórica.

Em nossa memória estão registrados episódios por meio dos quais conhecemos e admiramos a irmandade entre dois povos de origem semelhante: o Equador e a Colômbia.

Eugenio Espejo e Antonio Nariño compartilharam seu talento e seu fervor republicano, e com Miranda sua condição de precursores da Independência.

Pela mão de Bolívar alcançamos a liberdade; do temperamento de Sucre somos herdeiros; os batalhões colombianos que lutaram por nossa liberdade gravaram seu heroísmo na alma equatoriana.

Quase esquecidos pela história oficial estão os nomes dos lutadores colombianos que sob as ordens do general Eloy Alfaro combateram na Revolução de 1895: coronel Carlos de Janón Gutiérrez e major José Manuel López Arbeláez,

entre outros internacionalistas. E a defesa apaixonada de Alfaro, depois de *Hoguera Bárbara*, foi feita por José Maria Vargas Vila, também colombiano.

Invocamos essa breve resenha de irmandade porque o Equador tem sido aliado histórico da Colômbia na conquista da Independência e no fortalecimento de suas respectivas soberanias; e hoje, quando o conflito vivido pela Colômbia repercute mais além de suas fronteiras, é necessário, no âmbito do Plano Equador, projeto que transcende conjunturas ou circunstâncias, mencionar também certos efeitos que derivam precisamente desse conflito:

1. O risco de que grupos ou organizações dedicadas a atividades ilegais penetrem em território equatoriano, provoquem danos a pessoas ou bens públicos ou privados, realizem ações contra a estabilidade interna e constituam elemento de distorção das relações bilaterais;

2. O incremento permanente de deslocados e refugiados que vêm da Colômbia a nossas três províncias fronteiriças, Esmeraldas, Carchi e Sucumbíos e sua evidente influência em outras, como Imbabura, Pichincha e Orellana. O êxodo, fruto da violência na Colômbia, incide em problemas de ordem humanitária e suas expressões públicas, como os acessos à saúde, educação, alimentação e proteção;

3. O incremento do fluxo de pessoas e o crescimento da pobreza, que geram formas inéditas de delinqüência e violência, e

4. Os impactos nocivos à saúde e ao meio ambiente pelos efeitos das aspersões aéreas com glifosato nas zonas limítrofes.

Dissemos em várias ocasiões que conforme a ótica, os direitos humanos podem ser vistos com viés de caráter político e com várias dedicatórias ideológicas ou políticas.

Em abril do ano passado, o relatório do chefe para a América do escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Philippe Lavanchy, se referia precisamente a uma espécie de discriminação entre conflitos, deslocados e refugiados, especialmente quando a incidência nas populações originais é maior.

Um dos problemas é que os doadores de recursos financeiros também agem com prioridades de caráter geopolítico, porque nossa região não se encontra no centro das preocupações da comunidade internacional. Fala-se de um conflito que dura há mais de quarenta anos e que perdeu impacto devido a

sua longa duração, o que significa que, por força do costume, a insensibilidade diante desse problema é maior.

Mas não se trata de notícias, de atualidade, de escândalo; trata-se de seres humanos em agonia, a quem certos planos belicistas estão decididos a ignorar.

Esse conflito, que nunca buscamos, no qual não intervimos, explode para nós nas províncias do norte, na Amazônia e em Esmeraldas. Talvez antes não se tenha atentado devidamente para a natureza desse transe histórico, por causa do olhar insensível de governantes que preferiam calar-se e submeter-se a outros desígnios antes de enxergar nossa própria gente.

Não se pode, portanto, esquecer a natureza dessa guerra que injustamente herdamos. Não é um conflito que se restrinja ao âmbito interno, protegido por fronteiras e muralhas: é a agonia de povos que por sua vez enchem de angústia, incerteza e violência seus vizinhos e irmãos. E na busca urgente da paz é necessário descobrir e revelar quem se beneficia da dor alheia.

Objetivos do Plano Equador

O objetivo principal do Plano é impulsionar um processo de paz, desenvolvimento e segurança integral, centrado no ser humano, e para isso é indispensável a participação dos cidadãos, a fim de estabelecer a convivência pacífica da população assentada na fronteira, gerando redes de comunicação que afirmem a presença do Estado e o tecido social capaz de prevenir conflitos, num quadro de absoluto respeito aos direitos humanos.

O Plano Equador concilia as diferentes instituições do Estado. Esse conflito não deve centrar-se exclusivamente nos ministérios da Defesa, de Governo ou das Relações Exteriores, e portanto os eixos de ação do Plano se dirigem à igualdade de gênero, ao fortalecimento da participação cidadã e finalmente à consolidação da relação bi-nacional entre o Equador e a Colômbia.

Por meio do Plano Equador vamos opor a paz à guerra, a justiça à violência, e para isso precisamos que a partir das Juntas Paroquiais, governos seccionais, organizações espontâneas não-governamentais, e naturalmente as instituições do Estado, trabalhemos juntos para criar redes de coordenação civil.

Com o Plano, teremos uma política de reativação do emprego e da produção, e refiro-me às atividades artesanais, aos pescadores, agricultores,

empresas de turismo sustentável e transportes. Dizer que “a Pátria é de todos” não é um lema; é a simbologia de um novo Equador, compartilhado não apenas em suas riquezas, mas também em suas decisões.

As linhas de micro-crédito, a capacitação, o apoio às unidades de pequena e média escala que geram cadeias produtivas, os créditos a juros baixos, a consolidação jurídica, o melhoramento da infra-estrutura social básica, o gerenciamento sustentável dos recursos naturais, a promoção de projetos ambientais, a administração da justiça e o controle dos ilícitos, toda essa imensa responsabilidade não cabe a um Presidente, um gabinete, um governo, e sim a todo um povo, que deve estar, como até hoje, em permanente vigília para que as conquistas que vamos obtendo não sejam arrebatadas.

O Plano Equador, naturalmente, se dirige vivamente à comunidade internacional, da qual o país se havia afastado, talvez para viver de costas para essa comunidade.

A fim de levantar a cabeça diante do futuro é preciso desanuviar o olhar, e o Plano Equador é a expressão de nossa aposta, diante da comunidade internacional hoje presente, por meio do Corpo Diplomático e dos convidados especiais; uma aposta em um novo Equador, altivo, soberano e generoso.

E devemos ser generosos, porque em política internacional ser generoso é ser humano. Quando pensamos nos refugiados colombianos, chega à nossa lembrança o desalento dos equatorianos desterrados devido à sua pobreza, à falta de emprego, de oportunidades, de fé no porvir. Assim como os cidadãos colombianos, eles abandonaram tudo: a memória, a bandeira, o vento de seu povo. Deixaram sua família, seus amores, seus filhos, suas canções.

Os colombianos deslocados não podem voltar para olhar, não por temor a converter-se em estátuas de sal, e sim pela certeza de saber que se o fizerem serão para sempre um férretro esquecido, uma recordação perdida. Por isso, e não por um jogo de recompensas, é que o Equador protege também os colombianos deslocados. Porque nos vemos em seu dolorido espelho, porque não podemos ter uma moral dúplice que exige para os compatriotas um tratamento justo e esquece os refugiados de outros povos. Porque cremos que não existem seres humanos ilegais, o que existe são práticas ilegais, doentias, violentas.

Há tempos advogamos o livre trânsito de pessoas, porém encontramos a decisão rotineira e imoral de um neoliberalismo ao qual interessa o livre

trânsito de capitais, os tratados de livre comércio, deixando o ser humano em último lugar na escala social, homens e mulheres para quem, especialmente os pobres, tudo é proibido.

O Plano Equador conta com 135 milhões de dólares para financiar esses projetos de segurança e ordem social na zona de fronteira, e pretendemos em breve dobrar essa cifra com o apoio da comunidade internacional. A coordenação do Plano Equador está a cargo do Ministério Coordenador de Segurança Interna e Externa, além da participação direta dos ministérios das Relações Exteriores, da Defesa, e de Governo e ainda da Vice-presidência da República, por meio da Unidade de Desenvolvimento Norte – UDENOR. Essa Unidade participou permanentemente da elaboração do Plano. Esse trabalho interdisciplinar é, além disso, consagrado à paz, não como um mito ou uma utopia, e sim como a maior necessidade de nossos povos. Por isso o governo equatoriano, de olhos em seus próceres e em seu legado, ativou com decisão a desejada União de Nações Sul-Americanas, com origem e destino comuns.

Recordemos as imagens da guerra, as das crianças órfãos, as fotografias da miséria humana. O Plano Equador se coloca contra os abutres da guerra; contra os traficantes de armas; contra os que em meio a suas malditas guerras falam de liberdade; contra os mercenários e aos verdugos.

O Plano Equador é a favor da paz; defende o direito à igualdade, à fraternidade. A favor das mulheres e seu direito à própria vida e à de seus filhos; a favor da educação, do salário, do trabalho. A favor dos campos cultivados pelos agricultores da fronteira; a favor dos artesãos e seus tecidos de estrelas.

O Plano Equador quer bradar que a paz eclodiu em El Chical, Maldonado, Tobar Donoso, El Carmelo, Tufiño; o Plano Equador vai fundar uma nova esperança em Cascales, Cuabueno, Shushufindi, Lago Agrio, Gonzalo Pizarro, Putumayo e Sucumbíos; o Plano Equador quer ouvir marimbas e *cununos* em Esmeraldas, em vez de balas e granadas.

Ante a guerra o Equador opõe esse lume de esperança. Ante os restos mortais e ossos, uma oferenda pela paz.

O governo equatoriano se orientará pelas trilhas da paz, da solidariedade e da justiça. **DEP**

Tradução: Sérgio Duarte

Identidade cultural e *creolização** na Guiana

Prem Misir**

Omundo tornou-se etnicamente mais diversificado, e o nacionalismo étnico está na moda nos países que possuem estrutura multiétnica tradicional. Inquestionavelmente, ainda que sirva somente para livrar a sociedade do domínio de uma etnia, a unidade nacional tem de ser um objetivo estratégico, obrigatório e valioso para todas as sociedades multiétnicas em desenvolvimento; uma unidade nacional que extraí contribuições das culturas minoritárias.

A idéia de sociedades que miniaturizam culturas minoritárias, subordinando-as a uma única entidade cultural dominante, não é na verdade a melhor maneira de procurar a unidade nacional. Uma unidade nacional e regional que seja produto de uma identidade dominante, para a qual as culturas minoritárias não contribuam, é uma falsa unidade; e a absorção de culturas

* A palavra *creole*, usada na região insular e continental do Caribe e aparentada com o termo *criollo* usado na América espanhola, significa especialmente uma pessoa nascida na região porém de ascendência européia. Tem, no entanto, diversas outras conotações na região conforme a ancestralidade ou o contexto cultural. Na língua portuguesa castiça, o termo *crioulo* indica também origem européia dos nascidos aqui, mas no Brasil, quando aplicado a negros e mestiços, possui carga pejorativa. No artigo, a palavra *creole* e seus derivados são usados para indicar uma categoria cultural própria do Caribe, oriunda da Europa porém modificada na região ao longo do tempo. O contexto deixa claro para o leitor esse significado. A fim de conservar o sentido cultural de *creole* tal como empregado no artigo, o tradutor preferiu manter “creole” e usar os derivados “creolização”, “creolizar”, etc., embora tais palavras não pertençam ao léxico em português. (N. do T.)

** Reitor da Universidade da Guiana.

ug_consec@telsnetgy.net

minoritárias em uma cultura dominante produziria uma perda cultural para cada grupo minoritário.

No plano geral da escravidão no Caribe, os fazendeiros brancos separavam os escravos africanos de grupos tribais e lingüísticos semelhantes, segundo um esquema que objetivava garantir a morte das tradições culturais africanas. Por meio de uma aculturação total, os africanos perderam a maior parte de sua herança africana e assumiram uma variante *creolizada* da cultura européia. Esse processo de absorção é na verdade assimilação cultural em ação, na qual um grupo minoritário, seja à força ou voluntariamente, abdica de sua tradição cultural e se deixa envolver por uma cultura diferente e invariavelmente dominante. A assimilação, principalmente quando forçada, cria e fortalece a dominação étnica.

O panorama do Caribe é de diversidade étnica, que vai desde as variantes europeias – hispânica, anglo-saxônica, francesa, holandesa e portuguesa, aos africanos, indianos, ameríndios, chineses, javaneses, sírios, libaneses, judeus, mestiços e mulatos. A cultura *creole* de hoje, força cultural dominante, é geralmente apresentada como fonte da identidade caribenha; a diversidade étnica é vista como de peso mínimo da busca de uma identidade do Caribe.

É difícil compreender a identidade caribenha e desenvolver uma imaginação social passada, presente ou futura sem usar a raça, a etnia, a classe social e o gênero como categorias analíticas e descritivas principais. Essas categorias que retratam o mundo social do indivíduo fornecem um sentido microcósmico das instituições da sociedade. Haverá uma raça, etnia, classe social ou gênero que domine essas instituições? Haverá um tipo específico de identidade cultural que cause impacto sobre o funcionamento dessas instituições? As percepções de alguns grupos indicariam uma exclusão da identidade cultural na formação dessas instituições? O livro (“Cultural Identity and Creolization in National Unity: The Multiethnic Caribbean,” 2006) analisado a seguir, é uma tentativa de encontrar resposta a essas perguntas por meio do exame do domínio cultural da *creolização*, uma variante *creolizada* da cultura européia.

O professor Norman Girvan nota que “A realidade é a diversidade, e sem dúvida isso deve ser bem recebido, e até mesmo comemorado. O Caribe seria um lugar muito sem graça se fôssemos todos iguais. Pela mesma razão creio que é um erro criar uma identidade caribenha específica por meio de

algo chamado ‘integração cultural’. Isso na verdade poderia até mesmo ser perigoso, porque esse elevado ideal suscita a questão de saber em que se daria essa integração, em que termos e quem seria o árbitro daquilo que constitui a cultura caribenha integral. Não seria muito mais sensato falar em entendimento, interação e intercâmbio cultural; de respeito mútuo e tolerância para com as diferenças culturais, e da prática de transigência e consenso cultural?”¹

Girvan explica que uma corrente contemporânea considera a *creolização* como fonte da identidade caribenha. Segundo Girvan, a *creolização* é entendida como envolvendo a fusão de outras identidades étnicas na cultura *creole*. Nisso reside o problema em relação à identidade *creole* do Caribe, uma identidade baseada na integração cultural e na perda cultural. Com efeito, a perda cultural cria desvantagens para aqueles que não controlam as alavancas do poder político e econômico; quem tem pouco poder de manobra tem acesso limitado às recompensas da sociedade.

É claro que a estrutura dominante de *creolização* coloca em perigo a unidade nacional, a boa governança e a estabilidade política. No Caribe, os africanos habitam a *creolização* de raiz eurocêntrica e os indianos a cultura indiana; os indianos não estão localizados no mesmo *continuum* cultural dos africanos e dos brancos. O domínio da *creolização*, herança colonial, ignora o mosaico multiétnico do Caribe; e *creolização* não significa o mesmo em cada sociedade caribenha. Existe, no entanto, a necessidade de reconhecer a presença de outras culturas além da *creolização*, de criar uma estrutura para a apreciação cultural mútua e a institucionalização de todas as culturas em busca da unidade nacional.

Segundo Paulo Freire,² os grupos étnicos minoritários não vivem “fora” da sociedade. Esses grupos sempre estiveram “dentro”, isto é, dentro de uma estrutura dominante que pode haver feito deles “seres para os outros”. Dado o grande mosaico das culturas caribenhas, o caminho para diante não é a integração de culturas minoritárias em uma estrutura de dominação, e sim transformar essa estrutura, para que as minorias se tornem “seres para si mesmos”. A alternativa é a integração cultural, perda cultural e dominação étnica, adversários da unidade nacional; na verdade um “movimento de aproximação” que hoje em dia não existe no Caribe. A dominação étnica ignora as identidades das minorias e as manipula a fim de camuflar uma

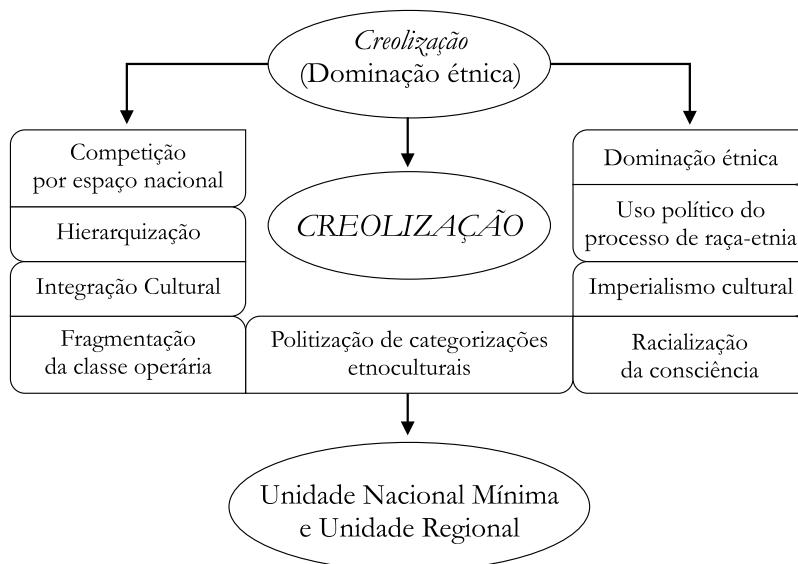
¹ Girvan, N. *Cooperation in the Greater Caribbean*. Jamaica: Ian Randle Publication, 2006.

² Freire, Paulo. *Pedagogy of the Oppressed*. NY: The Continuum Publishing Corporation, 1977.

unidade fundamental de interesses dos indianos e dos africanos no Caribe. A compreensão dessa unidade fundamental de interesses facilitará as políticas, programas e projetos multiculturais, em busca da unidade nacional.

Por meio de uma série de interpretações, este livro argumenta que a dominação étnica aplicada por meio da *creolização* é antitética e contrária à construção da nação, ao produzir-se e reproduzir-se por meio da competição em busca de espaço nacional, integração cultural, hierarquização, fragmentação da classe operária, politização da categorização etno-cultural, racialização da consciência, imperialismo cultural, uso da raça como trunfo político e dominação étnica.

Figura 1
Entraves à unidade nacional e regional



O diagrama de fluxo da figura 1 demonstra a interconexão das interpretações. O diagrama narra a história do Caribe multiétnico onde os entraves teoricamente produzem e reproduzem a *creolização* a fim de inibir o crescimento da unidade nacional e regional.

A *creolização* como prática social é produzida e reproduzida; e a teoria da estruturação³ explica esse processo. A estruturação determina as condições que

³ Giddens, A. *New Rules of Sociological Method*. Londres: Hutchison & Co. (Publishers) Ltd., 1976, 1977.

causam impacto na continuidade e na dissolução de estruturas. A estruturação tem três componentes: estrutura, sistema e dualidade de estrutura, como proposto por Giddens.⁴ Estrutura se refere a regras e recursos; sistema denota relações reproduzidas entre pessoas ou coletividades, organizadas com práticas sociais recorrentes; e dualidade de estrutura significa que as pessoas e/ou as coletividades criam as estruturas e simultaneamente essas estruturas são o meio e o resultado de tal criação.

Quadro 1
Dualidade de estrutura na interação social

Significados		Poder	Normas
Interação	Comunicação	Poder	Sanção
(Modalidade)	Esquema interpretativo	Facilidade	Norma
Estrutura	Significação	Dominação	Legitimação

Fonte: Giddens, A. *New Rules of Sociological Method*. Londres: Hutchinson & Co (Editores) Ltd., 1976, 1977.

No quadro 1, a linha superior classifica a interação; a linha inferior classifica a estrutura; e as “modalidades” representam o terreno médio entre estrutura e interação.

O quadro 1 mostra de que maneira a *creolização* é produzida e reproduzida. Na segunda coluna, a comunicação do significado envolve o uso de símbolos por meio dos quais as pessoas compreendem o que cada um faz e diz; o uso desses símbolos depende da cultura *creole* e dela se alimenta; os símbolos são os meios pelos quais a cultura *creole* é reconstituída. Igualmente, o poder da *creolização* para dominar envolve algum controle sobre os recursos; a capacidade de dominar depende das instituições plasmadas pela *creolização* e dela se alimenta; mas ao nutrir-se dessas instituições, o controle sobre os recursos recria essas instituições; o controle sobre os recursos é o meio pelo qual as instituições *creole* se reproduzem. Novamente, a constituição ética da *creolização* contém regras que emanam de alguma ordem moral; mas ao nutrir-se dessa ordem moral as regras recriam essa ordem; essas regras são os meios pelos quais a ordem moral *creole* é reproduzida. Claramente, por meio da dualidade

⁴ Ibid.

de estrutura, as pessoas aplicam símbolos *creole*, usam instituições *creole* e moralidade *creole* para produzir e reproduzir a *creolização*. Num sentido macro, o *continuum* europeu-africano é o que produz e reproduz a *creolização*; mas nem todos os povos do Caribe consentem a *creolização*.

No capítulo 1, Brinsley Samaroo mostra que a cultura indiana faz parte da identidade caribenha tanto quanto a *creolização*. Samaroo demonstra uma constante conexão com a Diáspora indiana, a realidade da persistência cultural indiana no Caribe. Ele nota a consistente prática dos indianos do Caribe em comunicar-se com a Índia e o Paquistão desde o final do século XIX até os tempos atuais. As persistentes ligações da Diáspora transformaram esses contatos iniciais em laços políticos entre indianos da Diáspora e a terra ancestral. A persistente conexão da Diáspora indiana com a Índia surgiu também, com fortes raízes, através do indomável espírito e do trabalho do Congresso nacional indiano, ao demonstrar considerável preocupação e vínculo com a inquietação da Diáspora indiana, ao advogar em favor dos direitos a propriedade de terras de indianos na África do Sul e no Quênia, do direito de voto dos indianos do Caribe e de maior participação no serviço público durante a contratação. Samaroo assinala também os possíveis benefícios que a Índia poderia obter com a intensificação dos vínculos com a Diáspora indiana no período pós-independência; a numerosa comunidade indiana no exterior pode representar tanto uma fonte de investimentos quanto um mercado já formado para produtos indianos; os indianos no exterior, boa parte dos quais ocupa posições influentes, podem ser embaixadores não-oficiais para a Índia, representando as preocupações indianas nos foros mundiais. A Índia está hoje no Caribe, com ligações amplas com outras partes da Diáspora indiana.

No capítulo 2, Percy Hintzen reforça o argumento de que o status minoritário da cultura indiana e de outras que a *creolização* atribua, retarda a unidade caribenha. Hintzen argumenta que a identidade caribenha está localizada em um *continuum*, europeu “puro” numa extremidade e africano “puro” na outra, que é Europa em um pólo e África no outro. No entanto, a “unidade” caribenha é ainda fugidia, apesar da universalidade da identidade *creole*; essa “unidade” caribenha é frágil em grande parte devido a diferenças históricas na formação de diferentes construções da cultura *creole* em diferentes territórios; novas comunidades oriundas de diásporas, como a dos indianos, estão fora do *continuum* europeu-africano; e o número e importância dos *creoles* brancos varia através do Caribe. As novas comunidades oriundas de diásporas

cujas origens estão fora da África e da Europa estão fora da sociedade *creole*; especificamente, cria-se uma dialética quando as principais instituições *creole* se superimpõem ao mundo social indiano; uma manifestação dialética na qual os indianos observam o império da lei *creole* e ao mesmo tempo se esforçam em prol da pureza cultural. Os indianos caribenhos competem agressivamente pela inclusão no espaço nacionalista por meio da resistência à *creolização*, numa tentativa de legitimar sua inclusão por meio de um contra-discurso redentor que se opõe ao nacionalismo afro-*creole*. Hintzen nota que as representações de pureza cultural, especialmente no caso de indianos, têm obtido aceitação em meio à presença de elementos híbridos. Mas as consequências desse triunfo produziram dilemas debilitantes: noções de pureza branca continuam a nutrir a dependência globalizada; a *creolização* continua a ocultar a prevalência de capitalismo racial doméstico. A resposta a esses dilemas é substituir a *Créolité*.

No capítulo 3, Verene Shepherd discorre sobre as possibilidades de integração da cultura indiana na cultura *creole*, mediante a “Coolitude”⁵. Shepherd apresenta a “Coolitude” como uma teoria de identidade étnica, e sugere ver se a “Coolitude” é capaz de fazer com que a *creolização* seja inclusiva, incorporando outras identidades étnicas, inclusive a indiana. O ensaio de Shepherd expõe dificuldades existentes para inserir a cultura indiana em uma cultura que é substancialmente euro-africana. Ela acredita que a integração cultural tenha começado, mas não está ainda terminada, mesmo em países como a Jamaica, de população indiana pouco numerosa. Shepherd conclui que não existe fusão idealizada entre as culturas indiana, africana e européia. A “Coolitude” busca integração cultural, que não funciona para desenvolver uma identidade caribenha a partir de um todo diferenciado; todas as culturas necessitam de um espaço próprio.

Patricia Mohammed, no capítulo 4, descarta a integração cultural. Ela mostra que os indianos de Trinidad vêem a *creolização* como indicação de perda cultural. No período pré-independência, os indianos a consideravam semelhante à cultura Afro. Mohammed se refere a esse processo como de “aculturação”. Trata-se de um processo pelo qual um grupo étnico adota os traços e práticas culturais de outro. No entanto, na era pós-independência, o desconforto

⁵ Neologismo derivado de “coolie”, designação genérica e pejorativa dada aos trabalhadores manuais asiáticos, sobretudo chineses. No contexto do artigo, “coolitude” refere-se ao processo de interação cultural entre indianos e *creoles* no Caribe. “Coolitude” guarda certa analogia com “negritude”. (N. do T)

indiano com a *creolização* é ainda um fator no psiquismo dos trinitários, uma rejeição da integração cultural, uma rejeição da perda cultural.

No capítulo 5, Walter Rodney reconhece o conceito de diferenciação cultural na Guiana (antiga Guiana Britânica). Rodney mostra que no século XIX a raça na Guiana Britânica sempre foi fator de diferenciação entre *creoles* e imigrantes. Indianos e africanos trouxeram de suas respectivas terras de origem imensas heranças culturais. A cultura *créole* acabou se transformando em barreira para a sustentação da cultura indiana. E Rodney nota que a cultura indiana e africana também mantiveram seu ambiente de trabalho onde a cultura *creole* era a força dominante. No entanto, fazendeiros do século XIX manipularam o ambiente de trabalho a fim de controlar as massas, o que era uma estratégia para fragmentar a unidade da classe operária e diluir as identidades culturais indiana e africana. Apesar da estratégia de fragmentação e diluição por parte dos fazendeiros, a argumentação em favor da divisão racial é exagerada. As heranças culturais indiana e africana são ainda uma pré-condição para a unidade nacional; uma posição clara contra a integração cultural, que é uma manifestação de perda cultural.

Cheddi Jagan, no capítulo 6, assinala o valor utilitário da diferenciação cultural na busca da unidade nacional. Jagan nota que a raça nunca foi problema grave na Guiana. Para ele, o problema era de classe social. A divisão inicial do trabalho produziu e reproduziu antagonismo cultural e perda cultural a fim de dividir e explorar a classe trabalhadora. Com efeito, sob o sistema de “*indenture*”⁶ os indianos eram vistos como desterrados, culturalmente diferentes e economicamente subservientes. O período 1928-53 representou um golpe contra a unidade guianense devido à técnica britânica de “dividir para reinar” com os alinhamentos e divisões raciais que a acompanham. No início da década de 1920, não havia funcionário público indiano mais graduado do que amanuense de Terceira Classe. Em 1931, os indianos detinham somente 8% dos cargos no serviço público, mas representavam 42% da população. E na década de 1960, a derrota de Burnham em eleições sucessivas produziu uma ênfase maior na consciência africana de raça e uma frente africana unificada, sendo os indianos o inimigo comum. Claramente, essas descrições dos fatos eram

⁶ Contratos de trabalho, instrumento pelo qual os britânicos fizeram vir da Índia, no século XIX, dezenas de milhares de trabalhadores para as lavouras em suas colônias no Caribe. (N. do T)

antagônicas em relação à promoção da identidade cultural, um antagonismo que não era primordial para indianos e africanos mas era construída e manipulada por políticos. Também aqui a institucionalização política da cultura de cada grupo étnico pode dissipar a linguagem emotiva de raça e de conflito racial, e contribuir para a unidade nacional. Jagan realmente reforça a argumentação em favor da distribuição de espaço político a todas as culturas no caminho para a unidade nacional.

Vidia Naipaul, no capítulo 7, vê no imperialismo cultural uma grave barreira contra a unidade nacional. Naipaul nota que um administrador colonial considera que o povo local não possui qualidades distintivas, e que todos podem ser compartmentalizados em uma massa amoreada sem características culturais diferenciadas. Naipaul rejeita essa asserção colonialista. A concepção colonialista européia de unidade nacional era a compartmentalização de todo o povo local em um único grupo cultural, e sua re-socialização para que mostrasse deferência à cultura anglófona e adotasse a conformidade norte-americana e inglesa. Esse pensamento e ação colonialistas significavam imperialismo cultural, sendo a *creolização* uma manifestação que sustenta o *continuum* euro-africano.

No capítulo 8, John La Guerre explica a conexão e configuração cambiantes entre cultura e política na Jamaica, Trinidad & Tobago e Guiana. La Guerre nota a agudeza da consciência étnica entre os grupos nesses países. Sua tese é que existe um nexo com instintos primordiais, mas que o recurso ao apelo étnico e às armas é parte integrante das lutas políticas nessas nações-Estado. As lutas políticas tratam de questões de identidade, porém somente no contexto de busca de reconhecimento e recompensas políticas. La Guerra mostra de que forma os partidos políticos representam interesses da comunidade, criando a percepção de que o partido que ocupa a sede do poder excluirá os que não participam de seus interesses étnicos. Mas os críticos indianos argumentam que o ex-primeiro-ministro de Trinidad & Tobago, Basdeo Panday, que tinha a maioria do apoio indiano, aplicou uma política de apaziguamento “para não parecer um Caroni”. O primeiro-ministro Patrick Manning, no entanto, rejeita qualquer política de apaziguamento em relação aos indianos. La Guerra conclui que a agudização da etnicidade é uma manifestação do estado da política nesses países do caribe.

Prem Misir, no capítulo 9, procura deslindar os obstáculos no caminho da busca da unidade nacional ao tratar de questões importantes: A Guiana é

uma sociedade profundamente dividida? O conflito étnico é primordial? A classe social é utilizada para realçar o entendimento do conflito étnico? Há uma prevalência de insegurança e desconfiança étnicas? Os políticos utilizam o trunfo racial-étnico? A história da Guiana mostra uma história de alianças étnicas? Misir nota que uma subdivisão de políticos e mídia privada, somadas à literatura de ódio racial, potencializam o conflito racial-étnico e a polarização étnica na Guiana. E esse conflito étnico é lançado dialeticamente contra uma unidade de interesses fundamental subjacente entre as classes trabalhadoras indiana e africana.

No capítulo 10, Anton Allahar assinala que um aceso debate sobre a definição do Caribe focaliza questões relativas à identidade racial, étnica, cultural e nacional, e ao sentimento de pertencer. A marca de uma racialização da consciência por parte dos colonizadores persiste hoje em dia, quando grupos diferentes criam e recriam espaço cultural para si. A experiência comum do açúcar, da escravidão, da “*indenture*”, da exploração e do capitalismo dependente não produziram uma identidade caribenha comum. Duas perspectivas de estudo do Caribe incluem a noção plural do Caribe e da *creolização*; ambas são limitadas; ambas tendem a homogeneizar o Caribe como se a diferenciação cultural fosse praticamente inexistente; o Caribe é apresentado como se possuísse um único processo, o da *creolização*. O nível e diferenciação da *creolização* varia de uma sociedade para outra. Na era pós-colonial, as heranças de raça e estratificação persistiram, impactando a identidade caribenha; com efeito, a política racial de Afrocentrismo e *Hindutva*⁷ aumentam ainda mais o problema da identidade nacional e regional no Caribe.

Bhikhu Parekh, no capítulo 11, argumenta em favor do pluralismo cultural. Parekh defende o multiculturalismo, a confluência de um mosaico cultural, uma rejeição da dominação étnica. Nota que muitas sociedades modernas são multiculturais e mostra que sua diversidade cultural emana de diversas fontes: globalização, a desintegração de consensos morais tradicionais, a ênfase liberal em escolhas individuais e a imigração. As sociedades multiculturais têm de buscar maneiras de resolver suas exigências aparentemente conflitantes, pois não podem desprezar a diversidade e nem descartar a unidade. A integração é um processo recíproco. É difícil para os imigrantes integrar-se em uma nova sociedade se as

⁷ Palavra cunhada em 1923 a fim de designar o modo de vida, estado de espírito e outras características dos indivíduos que se classificam como hindus. (N. do T.).

outras pessoas os rejeitam. Ambos os grupos – os imigrantes e a sociedade que os recebe – têm de estender-se as mãos e aceitar suas obrigações mútuas. Os novos imigrantes devem demonstrar que estão comprometidos com a nova sociedade e tornar-se culturalmente competentes, que é uma pré-condição para relacionar-se com as principais instituições da sociedade. Por sua vez, a sociedade que os recebe deve aceitar os imigrantes como membros iguais e legítimos e desenvolver um programa de integração, que envolve a eliminação da discriminação e a criação de oportunidades iguais, espaços inter-étnicos, diálogo intercultural e educação multicultural. A justiça e interesses comuns são necessários, mas não suficientes, para manter coesa a sociedade; o desenvolvimento de vínculos emocionais também ajudaria o processo de identidade nacional.

No capítulo 12, Prem Misir argumenta contra a dominação étnica. Misir defende a institucionalização de múltiplas identidades culturais na busca da unidade nacional, no processo de aceitação e inclusão de todas as culturas; e rejeita a *creolização* como forma de dominação cultural. Assinala que a diluição e a hegemonia culturais são males gêmeos para incitar tensões étnicas em uma sociedade multiétnica. Mas as pessoas resistirão a qualquer tentativa de enfraquecimento de sua cultura. Misir mostra que um grupo étnico dominante em geral conspira para reduzir a importância de outras culturas, a fim de manter seu domínio. Como reação a esse domínio, alguns enclaves étnicos defendem e preservam suas culturas por meio de comportamentos do tipo “separação”. Nessas condições, a dominação étnica retarda a unidade nacional.

A *creolização* caribenha ou o nacionalismo *creole* tem sido formulado e reformulado com objetivos políticos desde os colonizadores até os grupos de poder político dos dias de hoje. A *creolização* produziu uma identidade cultural ao mesmo tempo penetrante e persuasiva. Nesse sentido, a onipresença e influência da *creolização* em cada território caribenho exprime alguma forma de nacionalismo cultural militante, excluindo e subordinando as culturas minoritárias, de minorias cuja vestimenta, língua e aparência geral eram estranhas aos guardiões e habitantes da cultura *creole*. Assim se criou o “nós” e o “eles”, com a xenofobia como construtora dessa diferenciação.

Edward Said, sob a referência de Sen,⁸ nota que “com o tempo, a cultura passa a ser associada, muitas vezes de maneira agressiva, com a nação ou o

⁸ Sen Gecti. *India: A National Culture?* New Delhi, India: Sage Publications, 2003.

Estado; isso diferencia o ‘nós’ do ‘eles’, quase sempre com algum grau de xenofobia. A cultura, nesse sentido, é uma fonte de identidade, e na verdade uma fonte bastante combativa, como vemos em recentes “voltas” à cultura e à tradição. Essas ‘voltas’ acompanham códigos rigorosos de comportamento moral e intelectual que são opostos à permissibilidade e associados com filosofias relativamente liberais como o multiculturalismo e o hibridismo”.

O nacionalismo *creole* moderno fabrica e sustenta o “nós” e o “eles” de Said, apresentando uma cultura insular que se apresenta como cultura nacional e regional; não uma cultura nacional como deveria ser praticada, e sim como é percebida ou imaginada; livros, panfletos, jornais, filmes, etc., articulam a imaginação *creole* sobre o Caribe, a constante identidade cultural caribenha dominante. No entanto, os que estão excluídos do *continuum* da *creolização* em geral apresentam imaginações diferentes para sustentar sua identidade “pura”; criação de uma dialética cultural entre identidades *creole* e as das minorias. Appadurai⁹ considera desta forma essas noções cambiantes: “Nessa visão, o Estado moderno surge menos de fatos naturais – como a linguagem, sangue, solo e raça – mas é um produto quintessentialmente cultural, um produto da imaginação cultural.” As práticas e imaginação *creole*, que surgem por toda parte, possivelmente no íntimo preconceituosas, transformara, a *creolização* em uma cultura monólica; *creolização*, reproduutora de normas culturais dominantes que asseguram agendas políticas e controlam a distribuição das recompensas da sociedade. **DEP**

Tradução: Sérgio Duarte

⁹ Appadurai, Arjun. *Patriotism and its Futures*. Public Culture, 5 no. 3:414, 1993.

Paraguai: Estado patrimonial e clientelismo

*Milda Rivarola**

Um recurso usado pelos latino-americanos para definir seus próprios países é apresentá-lo como únicos. Diferentes por algum motivo particular, qualquer que seja: sua pátria não pode ser comparada com outras nações. Nós, paraguaios, contamos com boas desculpas para adotar essa visão: no século XIX sobrevivemos a uma cruenta guerra contra três nações vizinhas, sofremos a ditadura militar mais longa do século XX e para culminar, no início de um milênio definido por mudanças tão aceleradas, somos o único país que conta com seis décadas consecutivas de governo por um mesmo partido, numa transição democrática sem alternância.

Isso para não mencionar outros curiosos fenômenos como da recente candidatura de um ex-general golpista e hoje a de um ex-bispo para a presidência da República. Esse somatório de características únicas, unido ao uso generalizado da língua guarani, ratifica – diante da diplomacia e dos *mass media* internacionais, a imagem de um *pays exotique* e imprevisível. Um cônsul

* Membro da Academia Paraguaia de História.

gaia@pla.net.py

francês repetia, na correspondência que enviava de Assunção: “*Este é o país onde o incrível de ontem é a certeza de amanhã*”.

Não tenho a intenção de prosseguir com esses lugares comuns. Prefiro trabalhar com os senhores um elemento próprio do sistema político paraguaio que está ressurgindo em outras nações latino-americanas, devido às crescentes desigualdades que as dividem e às tradições políticas que lhes são próprias. Pretendo apresentar-lhes não o país excepcional, e sim o que compartilha processos com a região. Como o clientelismo político paraguaio adquiriu formas e extensões paradigmáticas durante a transição, seu estudo pode ilustrar um fenômeno que ameaça a ordem democrática latino-americana.

Uma pesquisa rápida na Internet permite encontrar estudos sobre o clientelismo contemporâneo no México, em países da América Central (Nicarágua, Guatemala, Costa Rica), em muitas nações andinas (Venezuela, Colômbia, Equador, Chile) e nos do Mercosul (Argentina, Brasil, Uruguai). Nações muito insuspeitadas em uma lista semelhante, como Espanha e Estados Unidos, também observam o ressurgimento dessas relações em seus afazeres políticos.

Weber no Paraguai

Nem todo aparelho de Estado é capaz de entabular relações de patrão-clientela com os cidadãos. De fato, nos Estados de bem-estar, o exercício ativo da cidadania torna impossível distribuir, a título de favores, os direitos reconhecidos e garantidos por esses sistemas, e muito menos exigir, em compensação, lealdades partidárias ou eleitorais. Subsiste, porém, um Estado ao qual essa tentação é permitida.

Max Weber foi o fundador do conceito de Estado patrimonialista:

“Falamos de uma organização estatal-patrimonial quando o soberano organiza o poder político de maneira análoga a seu poder doméstico (...) O caráter patrimonial carece antes de tudo da distinção burocrática entre a esfera ‘privada’ e a ‘oficial’, pois a própria administração pública é considerada uma questão puramente pessoal do soberano (...) e portanto a forma de exercer o poder depende inteiramente de seu livre arbítrio, sempre que a eficaz santidade da tradição não lhe imponha limites, como sói acontecer...”¹

¹ Max Weber, *Economía y Sociedad*, México: Fondo de Cultura Económica, 1994, p. 759 e 774.

Historiadores especializados no Paraguai do século XIX² definem como patrimonial o Estado de Francia e dos López, no qual a estrutura colonial persistiu com mínimas inovações republicanas, e onde a *legalidade* do império espanhol foi substituída pelo *arbitrio* “revolucionário” de um poder pessoal, sem Constituição, instâncias parlamentares ou magistratura. A posse de terras e indústrias do país, o quase monopólio de seu comércio e o poder de extrair trabalho servil da população davam caráter literal a esta definição de Estado patrão, arbitrário, dono e senhor de vidas e fazendas.

A ordem liberal, vigente desde o pós-guerra da Tríplice Aliança (1870) até a do Chaco (1936), opôs sérias limitações ao patrimonialismo do Estado paraguaio, com um quadro constitucional, formação de uma magistratura independente, desenvolvimento parlamentar e reconhecimento de certa autonomia da sociedade diante do Estado. Porém, desde a década de 1940, com o estatismo e personalismo dos regimes nacionalistas (militares e/ou colorados) este ressurgiu sob novas formas, chegando a sua expressão máxima durante o terço de século do regime de Stroessner.

“Sob o controle de Stroessner, o Estado operava de maneira patrimonialista, desfazendo a fronteira entre propriedade pública e privada, apresentando padrões de autoridade discricionária, servindo como caminho principal para a riqueza e como fonte vital de clientelismo para o Partido Colorado, que se comportava domo “dono” do Estado. Nessa época, *tanto quanto hoje*, as nomeações e promoções na função pública se baseavam essencialmente na lealdade política e nas relações pessoais, mais do que no mérito.”³

As chances de clientelismo crescem nos lugares onde os governantes têm controle efetivo dos recursos desejados e não estão constrangidos por normas burocráticas para fazer deles uso personalista, e quando desejam fractionar (desarticular socialmente) os eleitores.⁴ No Paraguai, como no resto da América Latina, o Estado proprietário de empresas, o alto nível de corrupção e a pouca institucionalidade facilitaram a expansão do clientelismo, com a distribuição de empregos públicos em uma burocracia estatal de baixa capacitação e baixos salários.

² A obra de Thomas Whigham, Jerry Cooney, Barbara Potthast-Jutkeit, etc.

³ Banco Mundial, *Paraguay, Temas de Desarrollo Social para el alivio de la pobreza, Análisis Social del País*, Gacitúa Marió, E., Silva-Leander, A. y Carter, M., janeiro de 2004. A ênfase é nossa.

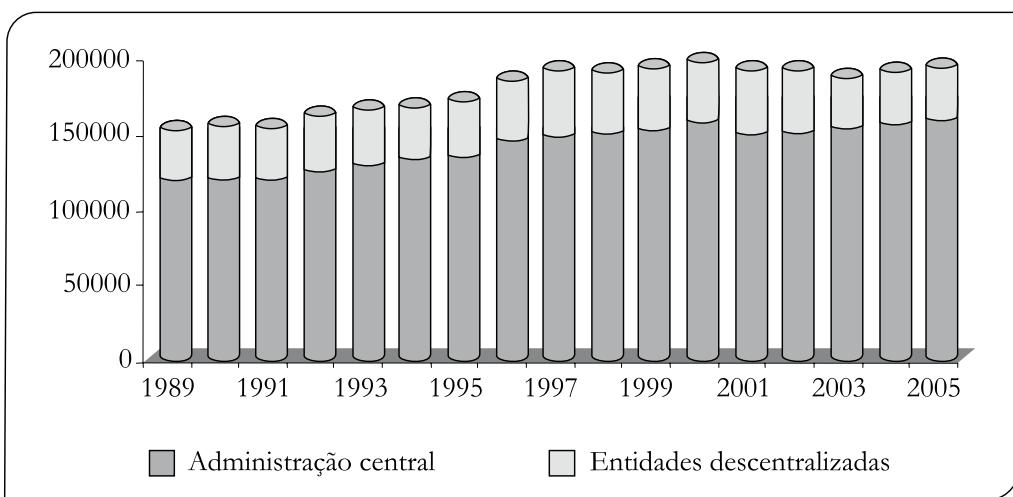
⁴ Clapham, Christopher (org.): *Private Patronage and Public Power: Clientelism in the Modern State*. St. Martin's Press, Nova York, 1982.

Vários processos ocorridos durante a transição democrática – iniciada com a derrubada de Stroessner em 1989 – permitiram a sobrevivência desse sistema. Em primeiro lugar, a reforma do Estado foi mínima e as privatizações afetaram muito poucas empresas públicas: companhias aéreas, uma empresa de álcool e uma siderúrgica. Nos últimos dezessete anos o emprego público cresceu constantemente. Durante uma prolongada crise econômica (entre 1995 e 2002 o PIB caiu a uma média de 2,3% anuais) e apesar do déficit fiscal, o Estado paraguaio continuou a apresentar caráter patrimonial e patronal.

Como afirma um relatório preparado para o Banco Mundial:

“a transição paraguaia enfrentava dois desafios básicos. Por um lado (...) democratizar o regime criando condições para assegurar uma adequada contenda política e participação da cidadania na eleição das principais autoridades governamentais. Por outro, *devido a seu forte legado patrimonialista e à apropriação do Estado pelo partido*, era necessário modernizar o Estado e promulgar reformas significativas no setor público. Em termos gerais, o Paraguai teve modesto êxito na democratização de seu regime, mas as tentativas de inovação no plano estatal foram relativamente ineficazes.⁵

Evolução do emprego público, 1989/2005



Fonte: ODH – PNUD, Paraguai, com base em dados do Ministério da Fazenda, 2006.

⁵ Banco Mundial, Paraguai, *op. cit.*

Por outro lado, o Partido Colorado – o mesmo que reestruturou o patrimonialismo e estabeleceu laços de clientela com a população desde meados do século XX – continuou governando durante toda a transição, sem pressões internas que o impelissem a realizar transformações fundamentais em sua práxis política. Paralelamente, a crescente pobreza (de 1,5 milhão de pobres em 1998 passou-se a 2,2 milhões em 2005, ou seja 38,2% da população total) favoreceu o crescimento de uma massa clientelar, disposta a identificar o processo eleitoral com oportunidades de obter uma parte dos rendimentos econômicos e serviços básicos de que precisava com urgência.

Taxas de crescimento do PIB per capita (em %)

	1980/1990	1990/2000	2000/2005
Paraguai	-1.7	0.0	-0.5
Região (Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Uruguai)	-1.2	1.1	0.6

Fontes: Fernández y Monge. *Economic Growth in Paraguay*. BID, Economic and Social Study Series, maio de 2004, e Anuários Estatísticos da CEPAL para 2000/5.

Alguns antropólogos explicam esta relação dos paraguaios – homens e mulheres – com o poder político. Bartomeu Meliá assinala como um dos núcleos da identidade do Paraguai o “*ore mboriahú*” (somos pobres): a comunidade paraguaia seria uma comunidade que se reconhece a si mesma na exigência de uma distribuição equitativa de recursos. Porém, o que em vez disso ocorreu foi uma distribuição particularista e discriminatória (clientelista e partidária) dos recursos, extraíndo-os em parte do próprio aparelho do Estado.

“que foi e o que é, senão uma prática de caça e coleta o que se aplicou sistematicamente no Paraguai desde há séculos e com maior intensidade nos últimos anos? (...) Todo o Paraguai se converteu em um terreno de caça e coleta, sendo o Estado a maior reserva e o mais fácil terreno de caça, para onde o cidadão é obrigado a carrear seus recursos, e não exatamente os que sobram, e sim os mais necessários.”⁶

Dessa forma, os governos (por extensão o partido do governo) não se legitimam por sua origem democrática ou por sua eficiência administrativa,

⁶ Meliá, B. *El Paraguay Inventado*, Cepag, Asunción, 1997.

e sim por sua predisposição a distribuir “ajuda” aos pobres, cargos públicos aos desempregados, terra aos camponeses, subvenções aos industriais, etc. Para Manuela Schmundt, os camponeses se relacionam hoje com o Estado, os partidos, e inclusive as ONGs, sob essa lógica de “caça e coleta”.

O aparelho do Estado é o campo principal da coleta de bens e serviços, e os projetos de desenvolvimento e os processos eleitorais são vistos como presas de caça.⁷ Caçam-se os animais de uma manada, sabendo que no futuro, cíclica e naturalmente, aparecerá outra no mesmo lugar. A caça e a coleta sobrevivem então como lógicas políticas no século XXI, com feições claramente predadoras. Segundo o mesmo Meliá:

“Em grande parte de seu imaginário, o Paraguai passou a ser caçador-coletor (...) deixou de ser industrial e está deixando de ser agricultor (...) nem sequer estamos na fase mais civilizada da selvageria, e sim na fase prévia da caça-coleta, precisamente a dos *stickters*. São predadores terríveis (...) destroem tudo, nem sequer comem tudo o que caçaram (...) essa atitude passou da política à sociedade (...) somos caçadores e coletores sem rituais nem regras.”⁸

Responderiam melhor as ditaduras militares a esse imaginário “redistribuidor”? O intervencionismo econômico, o acelerado crescimento estatal e o auge econômico da década de 1970 parecem haver-se adequado melhor à função “ajudadora” do Estado do que os governos da transição, a julgar pela alta avaliação que a ditadura continua a receber da opinião pública.

Qualificação de governos, em percentagem de população

Qualificação	Stroessner	Rodríguez	Wasmosy	Cubas Grau	González Macchi	Duarte Frutos
Péssimo ou ruim	14	22	73	64	71	40
Regular	18	27	13	13	8	24
Bom/excelente	64	39	10	11	5	34

Fonte: A. Vial. *Pesquisa de opinião política e participação da cidadania*. CIRD-USAID, 2005.

⁷ Fonte oral, M. Schmundt, Institut für Etnologie der Universität Berlin, 1995. A presa é facilmente identificável, pois chega à comunidade em um “todo terreno” com logotipo.

⁸ Meliá, B. Conferência para o grupo Visión Paraguay, Projeto PNUD – Fundação em Alianza, San Bernardino, setembro de 2001.

Algumas falhas no funcionamento do Estado assinaladas por organismos locais e internacionais – ausência do império da lei, ineficiência do serviço civil, corrupção sistêmica, etc. – mostram as características do patrimonialismo. De fato, a corrupção nada mais é do que a manifestação prática dos elementos assinalados por Weber: a falta de distinção entre o público e o privado, a direcionalidade da gestão do poder. São termos institucionais que exprimem o início do funcionamento da lógica caçadora-predadora mencionada pelos antropólogos.

Avaliação da luta de seu governo contra a corrupção, em percentagem de população

<i>Avaliação</i>	Muito eficaz ou eficaz	Ineficaz ou ausência de luta contra ela	Fomenta a corrupção
Argentina	21	60	14
Bolívia	40	46	7
Chile	20	68	8
<i>Paraguai</i>	4	56	40

Fonte: Transparéncia Internacional, *Barômetro Global da corrupção*, 2006

Do ut des

O Estado patrimonialista mantém relações clientelistas que lhe servem de legitimação diante da sociedade. O clientelismo – inicialmente estudado em sua forma contemporânea no sul da Itália, em sociedades asiáticas e centro-americanas – se define como uma relação de intercâmbio social, de caráter instrumental, na qual

“um indivíduo de status socioeconômico mais elevado (patrão) usa sua própria influência e recursos para prover de proteção ou benefícios, ou ambas as coisas, a uma pessoa de status mais baixo (cliente) que por sua vez funciona reciprocamente, oferecendo apoio geral e assistência, inclusive serviços pessoais, a seu patrão.”⁹

⁹ J. Scott, “Patron-Client politics and political change in Southeast Asia”, citado por J. Ayuero, La dobre vida del clientelismo político, em *Sociedad* no. 8, Buenos Aires, abril de 1996.

Transportado do velho mundo de proprietários territoriais e arrendatários até a política contemporânea, o clientelismo se articula sobre diferenças hierárquicas dos atores envolvidos, sobre o particularismo, a débil legalidade e a instabilidade institucional. As lealdades não nascem do respeito às qualidades de quem ostenta o poder, nem da confiança em sua capacidade de fazer bom governo, e sim dos incentivos materiais. O fluxo de intercâmbio obedece ao princípio de reciprocidade entre desiguais: os “patrões” (caudilhos políticos) entregam bens e serviços, exigindo em contrapartida o voto e a lealdade de sua clientela.

Trata-se de uma relação entre indivíduos (ocorre entre duas pessoas, ou poucas mais), bem diferente da que a burocracia do Estado mantém com a coletividade ou com grupos sociais. Desarticula assim os interesses coletivos e as reivindicações da cidadania por direitos (de caráter geral, legal e estável), já que essa miríade de relações diádicas é o que proporciona emprego, dinheiro ou serviços sociais, informalmente, com caráter de favores.

O clientelismo se alimenta “de cima” com a corrupção, já que os recursos financeiros, bens e serviços distribuídos durante as campanhas eleitorais são financiados por empresários privados (em seguida privilegiados com licitações, isenções de impostos, etc., por “seus” políticos assim eleitos), com a caixa preta do partido (tráfico de influência, arrecadação ilegal de funcionários de ministérios ou entidades mistas) ou com cargos presenteados no aparelho do Estado.

Essas práticas, excepcionais nos sistemas democráticos, abrangem hoje uma proporção da ordem de três quintos do eleitorado pobre do Paraguai (camponês ou da periferia urbana), ou uma terça parte do eleitorado total. Numa sondagem realizada entre usuários de serviços públicos, 27% das pessoas afirmou haver recebido incentivos materiais em troca do voto,¹⁰ e segundo outro estudo de caso, 32,5% do eleitorado tinha sido levado a votar por operadores políticos (cabos eleitorais) nas eleições municipais de 2001.¹¹

Fontes comparativas regionais coincidem com essa proporção de votos não autônomos e livres.¹² O transporte pelos cabos eleitorais é o ato final

¹⁰ Citado pelo PNUD-IIG, *Diagnóstico Institucional da República do Paraguai*. Assunção, PNUD-IIG, 2002, p. 86.

¹¹ Roberto L. Céspedes R., Capacidades y libertades, Participación en las elecciones municipales de 2001 en Paraguay, em *Revista Latinoamericana de desarrollo Humano* no. 22 e 23, junho/julho de 2003.

¹² 31% dos paraguaios responderam afirmativamente à pergunta; Soube de alguém que nas últimas eleições presidenciais tenha sido pressionado ou recebeu algo em troca de votar de certa maneira? Nessa classificação o Paraguai somente é superado pela República Dominicana, com 51%. Ver Latinobarômetro 2005-6, em www.latinobarometro.org

de uma longa cadeia clientelista; e Pedro Velazco, sacerdote pároco de um populoso bairro da capital, se perguntava, nas eleições nacionais de 1998:

“Como se pode chamar participação em eleições à qual comparecem votantes de cabresto, depois de ter sido credores de material para suas casas, alimento ou atenção médica, ou promessa de emprego ? (...) É triste ver esse espetáculo de táxis ou veículos de todo tipo que vão buscar as pessoas em suas casas, embora o lugar da votação esteja a menos que quatro quarteirões”.¹³

Uma primeira consequência do clientelismo, muito prejudicial à democracia, é portanto o retorno a um tipo de sistema eleitoral censitário. Por meio dessas relações, retira-se na prática às populações pobres – que coincidem com as de mais baixo nível de instrução e as de expressão guarani – o direito eleitoral tanto passivo (não podem candidatar-se a cargos eletivos, por carecerem dos vastos capitais necessários à campanha) quanto ativo (perdem liberdade e autonomia eleitoral).

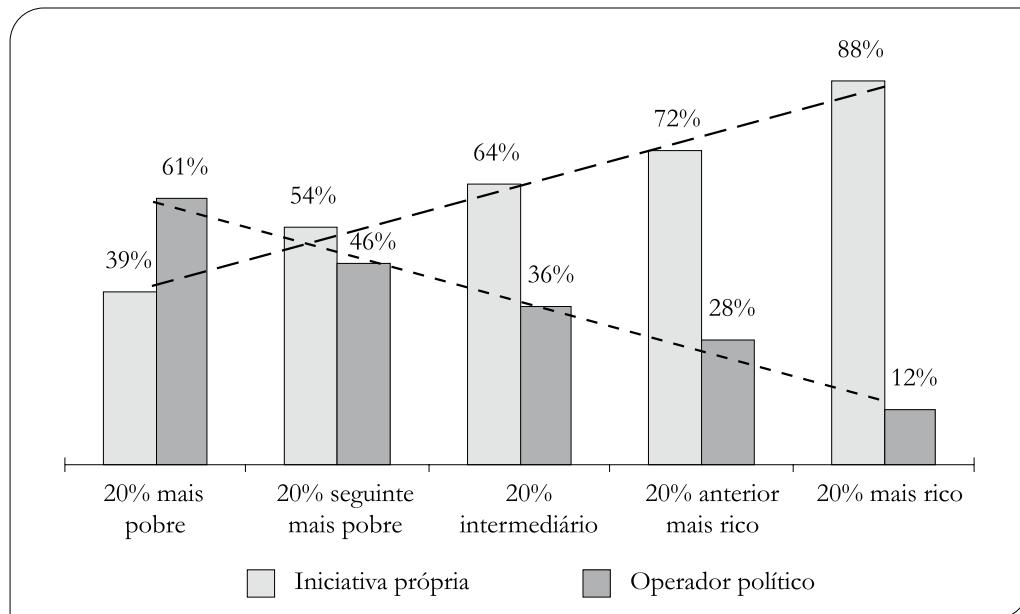
No outro extremo reforça-se um reduzido grupo de “grandes eleitores”, os financiadores privados das campanhas (empresários contratistas do Estado ou beneficiários de licenças e isenções de impostos), e as autoridades públicas, dirigentes políticos ou congressistas cuja posição dentro do aparelho do Estado lhes permite “apadrinhar” candidaturas, proporcionando bens, serviços ou empregos públicos.

Os elevados montantes investidos nas eleições – sobre os quais há muito pouca fiscalização – tornam verossímil a magnitude dessa clientela.¹⁴ Nas eleições internas do Partido Colorado em 1992, cada pré-candidato presidencial gastou cerca de 5 milhões de dólares, e nas mesmas eleições, em 2002, um deles admitiu haver investido 7 milhões. No interior do país, cada candidato a prefeito deve gastar – de fundos próprios ou arrecadados de amigos ou padrinhos – aproximadamente 30 mil dólares, em cidades maiores o investimento total de uma lista de partido (prefeito e vereadores) chega a 100 mil dólares. Nas campanhas para a prefeitura de Assunção, esses montantes chegam a níveis muito superiores.

¹³ Entrevista a *ABC* Color, Assunção, 24.V.1998, citado por M. Lacchi em *Recolección de fondos y gastos electorales en las elecciones municipales*, Informe de investigación, Transparencia Paraguay – Alter Vida-Desarrollo en Alianza-USAID, Assunção, outubro de 2005.

¹⁴ Ver M. Lacchi, *op. cit.* A imprensa escrita e radiofônica divulga esses dados, com naturalidade, durante as campanhas eleitorais. O salário mínimo legal era, nesses anos, inferior a 200 dólares mensais.

Transporte ao lugar de votação segundo a renda, 2001



Fonte: Céspedes, R., Capacidades y Libertades, em *Revista Latinoamericana de Desarrollo Humano*, no. 22 e 23, junho/julho de 2006.

Não admira então que somente cerca de 20% da população paraguaia considere limpas as eleições, a mais baixa proporção da América Latina. Enquanto que 83% dos uruguaios, 69% dos chilenos e 47% dos argentinos confia na limpeza de seus pleitos,¹⁵ quatro de cada cinco paraguaios suspeitam estar sendo afetados por fraudes.

Os exagerados investimentos em campanhas eleitorais – tanto em termos regionais quanto em relação ao tamanho da economia paraguaia – contrastam com o baixo nível de Gasto Público Social paraguaio; no ano passado alcançava 9,3% do PIB, menos da metade da taxa vigente em outros países do Mercosul. Isso pressupõe 142 dólares anuais per capita, cinco vezes inferior ao gasto social médio na América Latina, de 696 dólares.¹⁶

A “privatização” ou partidarização da assistência social, dos serviços públicos de saúde, da promoção do emprego e da provisão de serviços

¹⁵ Ver relatório Latinobarômetro 2006, em www.latinobarometro.org

¹⁶ Flora Rojas. *Los gastos de cohesión social en el Paraguay*, apresentação no Seminário Internacional las Legitimidades del Gasto Público de Coesión Social, CEPAL – Santiago do Chile, 2007. Essa percentagem se reduziu ligeiramente nos últimos anos; era de 9,6% em 2002.

básicos é outra consequência desse sistema, construído sobre a insuficiência e falhas do aparelho do Estado. Longe de assegurar – mediante a competição eleitoral – maior cobertura e qualidade dos serviços públicos, as práticas clientelistas reforçam suas carências como condição de sua persistência e desenvolvimento.

Comparação de indicadores sociais da região

Indicadores	Argentina	Brasil	Chile	Uruguai	Paraguai
% analfabetos, 15 e mais anos (2005)	2,8	11,1	3,5	2,0	5,6
% partos institucionais(2003)	100	88	100	100	71
% lares com água encanada (2004)	98,6	82,4	92	98,8	52,4

Fonte: Processamento próprio com dados da CEPAL: *Anuário Estatístico da A. Latina e Caribe*, Estatísticas Sociais em www.cepal.org

História e cultura

Mas o clientelismo não pode ser visto apenas em termos contratuais, como um intercâmbio informal de bens e serviços por lealdades políticas. Sua força e amplitude seriam inexplicáveis fora do contexto histórico ou cultural paraguaio. As origens de sua forma atual datam da ditadura do Gen. Alfredo Stroessner (1954-1989), na qual o partido Colorado, em aliança com as Forças Armadas, funcionou como “partido único”, ou “partido-Estado”, apelando a uma lógica totalitária.

Em sua pretensão de controlar toda a sociedade paraguaia, a ditadura reprimiu as organizações sociais preexistentes. Desde meados da década de 1950, as centrais sindicais, corporações empresariais, estudantis ou profissionais tiveram de reorganizar-se sob a tutela do Partido Colorado e foram cooptadas pelo aparelho do Estado.

Essa desarticulação da sociedade civil foi paralela à partidarização completa da burocracia do Estado (inclusive as forças de segurança, Exército e Polícia) por parte da Associação Nacional Republicana, o que deixou forte e negativas heranças à transição democrática.

Desde a presidência de Juan Carlos Wasmosy (1993-1998) os pactos de governabilidade permitiram desfiliar as Forças Armadas, mas deram lugar a uma pluri-partidarização (por meio de quotas políticas) de parte do aparelho do Estado: Poder Judiciário, Tribunal Eleitoral, Relações Exteriores, etc.

Em eleições seguintes, os partidos de oposição ganharam alguns poderes regionais (governos estaduais e prefeituras) e sob o Governo de Unidade Nacional de González Macchi (1999-2003) chegaram inclusive a integrar o Gabinete do Executivo. Além disso, a ausência ou instabilidade da maioria parlamentar própria levou o partido do governo a assegurar lealdades de bancadas opositoras por meio de “quotas” de emprego público para seus filiados.

Se a ditadura havia imposto o modelo do partido-Estado, na transição democrática generalizou-se o *spoils system* (sistema que premia os serviços partidários com empregos públicos) em todo o espectro partidário. Isso contaminou as competições eleitorais, conferindo-lhes um caráter de luta pela obtenção e manutenção de empregos públicos e contratos com o Estado. Contribuiu também para alimentar em vários sentidos o clientelismo político. Já na segunda década do século XX o pensador liberal Eligio Ayala sustentava que no Paraguai:

“A finalidade da política, dos partidos [...] é chegar (aos altos cargos públicos). O Poder Executivo é o poder distribuidor dos postos públicos, ele assegura sua obtenção e conservação. E por esse motivo esse poder é o objetivo da atividade política. Os partidos políticos, portanto, lutam no Paraguai para adquirir e conservar o poder do Estado, o motor efetivo desse poder, o Poder Executivo, como finalidade, como fonte de distinção, de prestígio social, e como fonte de ganhos e recursos.”¹⁷

As práticas clientelistas foram e são aceitas como naturais por quase todos os partidos parlamentares,¹⁸ e somente algumas organizações religiosas da sociedade civil questionam o direito dos partidos de retribuir com emprego público a lealdade eleitoral de seus membros, ou o dos pobres de entregar seus votos em troca de bens materiais ou serviços sociais durante as campanhas

¹⁷ Eligio Ayala. *Migraciones*. Santiago do Chile, 1941. Eligio Ayala, que redigiu essa obra em 1915, foi Presidente do Paraguai entre 1924 e 1928, e é recordado como um de seus melhores estadistas.

¹⁸ Exceto talvez os recém-formados, que após alguns anos de práxis política aceitam jogar com a mesma lógica.

eleitorais. Essa complexa conjunção de intercâmbio de favores, sanção de hierarquias de poder e corrupção permanece então estável e impune.

A outra fortaleza do clientelismo paraguaio é seu profundo enraizamento cultural. Segundo o sociólogo José N. Morinigo,¹⁹ esse sistema se baseia em valores e pautas de conduta próprias da sociedade tradicional paraguaia. A estrutura social camponesa esteve historicamente “centrada no sistema de relações *oré*, em uma visão comunitária restrita à família, às amizades e aos vizinhos, fundada no parentesco e no trato cotidiano”.²⁰

Essa estrutura de participação se transmitiu ao plano do poder político como práticas de *oré* clientelista e de *orekueté*, sistema de relações mais fechado e excludente, no qual o clientelismo oferece vantagens, privilégios e imunidades aos integrantes do grupo, num quadro de obrigações recíprocas.

Os candidatos usam as redes de relações pré-existentes nos bairros urbanos ou companhias rurais para estabelecer sua comunidade de lealdades *oré*, que na campanha eleitoral os levará a um cargo público. Para isso apelam para os *brokers* ou mediadores: o *operador político*, ou cabo eleitoral (*referente* ou *puntero*, segundo a quantidade de votos que assegura), que atua em nome do candidato mediante uma rede de promessas, ajudas e favores, satisfazendo as necessidades do eleitorado mais pobre. A clientela assim construída integra por meio do operador uma rede de obrigações recíprocas, com a carga solidária – inclusive moral – própria do *oré*.

Brokers versus seccionaleros

A legislação eleitoral da transição democrática instaurou o voto direto obrigatório para todas as organizações (políticas ou não) em 1990, o que obteve categoria constitucional em 1992. Esse sistema, que obriga a preencher cargos e candidaturas com os votos de todos os membros da organização, longe de “democratizar” as anquilosadas diretorias dos partidos, alimentou

¹⁹ Morinigo, José Nicolás, *Clientelismo y Padrinazgo en la práctica patrimonialista del gobierno en el Paraguay*, USAID, Assunção, 2004.

²⁰ Ibid. O guarani tem duas ou três formas da primeira pessoa do plural: *ñandé* é um nós que inclui o destinatário, enquanto *oré* o exclui. Este último “nós sem vós que escutais” se acentua com o enfático “*orekueté*”, que implica em “só e exclusivamente nós”.

exponencialmente o clientelismo eleitoral,²¹ gerando além disso maior indisciplina e mudanças de partido.

O poder das autoridades partidárias, dos caudilhos regionais e dos Presidentes de seções foi paulatinamente substituído pelo desses operadores políticos, que decidem o resultado das campanhas e tratam somente com o candidato para o qual trabalham, sem maior lealdade à estrutura partidária.²² Em conseqüência, está desaparecendo esse “sentimento de pertinência partidária que sempre foi tradicional no Paraguai...”²³

A profissionalização fez com que vários operadores passassem a trabalhar indistintamente para candidatos de um ou de outro partido, da mesma forma que uma parcela não desprezível do eleitorado está filiado a dois ou mais partidos políticos e participa simultaneamente de várias eleições internas. Esses operadores reforçam as promessas eleitorais de seu candidato com ações concretas e imediatas que beneficiam seus eleitores, chegando até mesmo a servir de avalistas para obtenção de empréstimos urgentes.

Trata-se de caudilhos locais ou líderes de bairros reconhecidos em sua comunidade, donos de um “capital social” na acepção de P. Bourdieu (com redes de relacionamento, amigos, conhecidos, padrinhos, etc.), aos quais acodem em caso de necessidade, e não apenas durante a campanha. Os operadores, ajudando quotidianamente seus vizinhos e conterrâneos, podem transferir a própria credibilidade aos candidatos para os quais trabalham.

Assim explica a operadora de um partido de oposição:

“... como em nosso país a política é assistência social e não política, ou seja, devido à falência do Estado cabe a nós um pouco o papel da parte social (...) temos de funcionar como assistentes sociais em todos os sentidos, a parte social econômica, a parte social de saúde, a parte social de educação e assistência, digamos, a problemas judiciais de todo tipo, penal, civil, da infância e especialmente o problema econômico e de saúde.”²⁴

²¹ USAID-Alter Vida-desarrollo en Alianza, Clientelismo y Padrinazgo en la práctica patrimonialista del gobierno en Paraguay, ensaio, 2007.

²² Ibid.

²³ M. Lacchi, *op. cit.*

²⁴ Citado em Ibidem.

O clientelismo implica diversos níveis e tipos de intercâmbio e retribuição. No ponto mais alto da cadeia (o *orekueté*) os *padrinhos políticos* do candidato (parlamentares, ministros, ou chefes de repartições do Estado) oferecem ao candidato pacotes de cargos públicos, bens ou serviços do Estado, e com menos freqüência, dinheiro. Uma vez eleitos, os candidatos retribuem com o apoio de sua comunidade (*oré*) eleitoral a futuras postulações (ou reeleições) de seus padrinhos.

Os *padrinhos empresariais* trazem ao candidato fundos em dinheiro vivo, às vezes insumos (materiais de construção) e uma frota de veículos para o transporte de eleitores, recebendo em contrapartida privilégios em licitações ou aquisições públicas futuras, redução de impostos e taxas e inclusive proteção (impunidade) em caso de delitos menores e irregularidades fiscais.²⁵

Por sua vez, o candidato retribui o trabalho de seus *operadores* com promessas de cargos públicos (ou com nomeações efetivas, do pacote já proporcionado por seus padrinhos políticos), ou garantias de manter o cargo público que já estejam ocupando. Se o candidato que se apresenta e ganha é da oposição, parte dos funcionários existentes será despedida para dar lugar a esses operadores.²⁶

No último elo da cadeia, o operador se encarrega de visitar os eventuais eleitores “casa por casa” e atende a suas necessidades mais urgentes, pagando faturas atrasadas de serviços básicos, conseguindo atenção médica e remédios ou ataúdes para os mortos, ajudando-os em seus trâmites perante a burocracia estatal, etc. Paralelamente, transmite-lhes as promessas e ofertas de seus candidatos, compromete seu voto e se encarrega de torná-lo efetivo (assegurando o transporte e controle nas seções eleitorais) no dia das eleições.²⁷

Essa complexa rede de intercâmbios necessita da existência de confusão entre o privado e o público que é característica do Estado patrimonial. Porém, ao mesmo tempo, as relações clientelistas – enraizadas na história e na cultura paraguaias e fortemente expandidas nos últimos anos – provocam uma rejeição generalizada da política, dos partidos e do sistema democrático em seus protagonistas.

²⁵ Em caso de incerteza quanto aos resultados, esses padrinhos financiam várias candidaturas (rivais entre si), assegurando o reconhecimento posterior da autoridade eleita, seja quem for.

²⁶ A prefeitura de Assunção, cuja chefia já mudou de partido político em quatro ocasiões, recebe em cada período entre 1000 a 2000 funcionários novos ou contratados.,

²⁷ M. Lacchi, *op. cit.*

Filiados e desconfiados

Como se entende e como vive a política no Paraguai atual? Formalmente, sua população é uma das mais politizadas ou “partidarizadas” do mundo, com quatro quintos do eleitorado filiado a algum partido político.²⁸ Depois da ditadura, os partidos se encarregaram de registrar seus adeptos (muitos dos quais tampouco possuíam carteira de identidade), função que hoje está potencializada pelas eleições internas dos partidos: cada facção mostra seu poderio trazendo milhares de novos filiados(as).

Essa nova massa eleitoral provém dos setores mais pobres e vulneráveis, não participa da vida partidária, desconhece seus princípios doutrinários e naturalmente não contribui com quotas para a manutenção da organização. Conhece o operador que o “fisgou”, e em cada campanha o candidato para o qual este trabalha, porém pouco ou nada sabe do restante da lista parlamentar eleita com seu voto.²⁹

Se o exercício universal dos direitos políticos é nuclear para o sistema democrático, a tendência ao abstencionismo eleitoral exprime no Paraguai as falhas geradas por essa conjunção de Estado patrimonial e clientelismo. Desde o ano de 1993, quando foram saneados os registros eleitorais e passou a haver estatísticas mais confiáveis, a participação cresceu até as eleições nacionais de 1998, ano em que já abarcou quatro quintos da população registrada.

Tipo de eleição	Abstenção
1991, Municipal	27 %
1993, Geral	31 %
1996, Municipal	17 %
1998, Geral	20 %
2001, Municipal	45 %
2003, Geral	36 %

Fonte: dados do Superior Tribunal de Justiça Eleitoral, 2003; e Flecha, V.L. e Martins, C. *Historia de la Transición*, Asunción, UUHH, 1994.

²⁸ Ver a distribuição por partidos de 2.405.101 pessoas registradas, em *Ultima Hora*, Assunção, 19/20 de abril de 2003, p. 4.

²⁹ Um estudo realizado depois das eleições nacionais de 2003 mostrou que 81,5% dos eleitores desconhecia o número e a identidade dos parlamentares em quem haviam votado; ver GEO, Estudo sobre Abstencionismo Eleitoral, pesquisa realizada para o STJE, Assunção, 2004.

Não obstante, essa tendência posteriormente se inverteu. A participação caiu radicalmente nas eleições municipais de 2001, mantendo-se baixa nas eleições nacionais de 2003, quando somente 54% do eleitorado colorado registrado votou, e 47% do liberal, que tradicionalmente se comportava de forma mais disciplinada. Se for acrescentado a essas cifras o abstencionismo oculto (jovens que não se registram e carecem, portanto, do direito de votar), o absenteísmo eleitoral será ainda mais elevado.

Diversas fontes detectam outras formas de rejeição à política e sobretudo à atividade partidária. Essa atitude tem raízes históricas: no final da ditadura de Stroessner a atividade política era a que menos interessava à população (somente a 3,4% dos entrevistados, diante dos 30% que se interessavam mais pelo trabalho, 25% à família, etc.), que a considerava perigosa e alheia às necessidades da população.³⁰

Sondagens atuais de opinião registram apenas um décimo da população a quem a política “interessa muito”, contrastando com mais da metade dos entrevistados a quem ela não interessa em absoluto. Essa rejeição é explicada por motivos de ineficiência e imoralidade: a política seria incapaz de resolver os problemas pessoais, comunitários ou nacionais, ou funcionaria de maneira “suja”.

Você diria que a política lhe interessa:	2001	2002	2003	2004	2005
Nada	54,1	50,9	38,5	46,8	55,3
Pouco	33,7	33,3	44,4	41,1	33,6
Muito	12,2	15,4	17,2	11,9	10,9

Fonte: A. Vial, Pesquisa de opinião política e participação da cidadania, CIRD-USAID, 2005

Como era de esperar-se, os partidos políticos paraguaios recebem sistematicamente a pior qualificação em termos de confiança, embora esta seja uma percepção que hoje caracteriza outras sociedades latino-americanas. Em 2005, uma porcentagem elevada, de 73,4% dos paraguaios qualificava os partidos como a organização menos confiável, seguidos de longe por

³⁰ Morinigo, J.N.; Silvero, I & Villagra, S., *Coyuntura electoral y liderazgos políticos en el Paraguay*, Asunción, UCA-Histórica-F. Naumann, 1988;

outro órgão político, a “*Seccional Colorada*” (filiais locais do partido), com 4,3%.³¹

Certos fenômenos políticos da transição se ajustam a essa percepção. Os novos partidos e movimentos adotam um discurso anti-partidário (ao menos em suas origens), conseguindo com isso bastante aceitação. Isso se repete em toda a amplitude do espectro ideológico, desde a esquerda (*Asunción para Todos*, 1990, e *Tekojojá*, 2007, que hoje apoia Fernando Lugo) e o centro (*Encuentro Nacional*, 1992, *Patria Querida*, 2001) até os de direita (*Unace*, 1996).

O sistema paraguaio se aproxima então daquilo que A. O'Donnell chama “Democracias Delegativas”, onde os votantes são “mobilizados por vínculos clientelistas, populistas, personalistas (mais do que programáticos); e no qual os partidos e grupos de interesse – isto é, a sociedade civil organizada – “são débeis e fragmentados”.³²

Esse paulatino divórcio entre partidos e cidadãos foi assinalado por diagnósticos institucionais como um sério obstáculo à governabilidade. Desde a transição para a democracia desenvolveu-se um Paraguai no qual:

“a esfera partidária e a social estão cada vez mais separadas, as instituições cada vez mais longe das pessoas, com a conseqüente falta de legitimidade e fragmentação em relação à política e dentro da própria sociedade para que possam ser gestoras de seu próprio desenvolvimento.”³³

Democracia para quê?

Essa conjunção de indicadores – dúvidas sobre a limpeza do jogo eleitoral, rejeição ao sistema de partidos, débil participação política – foi dando alento a uma atitude muito mais perigosa: a rejeição à democracia como sistema de governo e forma de convivência política. Somente um terço da população a prefere aos regimes autoritários e uma proporção semelhante se declara indiferente.

³¹ A. Vial, pesquisa sobre cultura política e governabilidade democrática 2005, Assunção, CIRD, 2005.

³² Transcrito pelo Diagnóstico do PNUD-IIG, *op. cit.*

³³ *Ibidem*.

Opções	2001	2005
A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo	33	32
Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível	43	33
Para gente como nós, dá no mesmo que o governo seja democrático ou não	19	31

Fonte: Alejandro Vial (Coord.), *Cultura Política y Gobernabilidad democrática*, Assunção, CIRD, 2006, p. 35-37.

Este dado exige leituras mais complexas. Diante da pergunta de até que ponto o país é democrático, os paraguaios lhe dão a pior classificação no contexto latino-americano (3,9 em uma escala em que 1 significa não é democrático e 10 é completamente democrático). Essa classificação oscila entre 5,9 (Brasil) e 7,2 (Uruguai) nos demais países do Mercosul.³⁴

Mais do que uma rejeição, estaríamos então diante de uma crescente insatisfação em relação a um sistema que instaurou na transição alguns de seus elementos formais, sem chegar a estruturar o poder nem as práticas políticas realmente existentes. Se a tendência a valorizar o funcionamento da democracia é crescente na região (com uma ruptura em 2000-2001), o Paraguai se situa mais uma vez na contramão do processo.

Satisfação com o funcionamento da democracia, em percentagem de população (1996-2006)

Países	1996	2006
Uruguai	51	66
Argentina	34	50
Brasil	20	36
Chile	28	42
Bolívia	25	39
Paraguai	21	12

Fonte: Elaboração própria, com dados do Informe Latinobarômetro 2006.

³⁴ Informe Latinobarômetro, 2006.

Como são percebidos os governos instalados em processos eleitorais periódicos, com um corpo jurídico e constitucional democrático e uma relativa divisão de poderes? Que fisionomia apresenta hoje o Estado paraguaio diante da sociedade? A primeira percepção é de completo alheamento, a de um Estado que se governa para benefício próprio (do Presidente e seu entorno, dos ministros e parlamentares, dos ricos e poderosos), sem pertencer à coletividade nem representar os interesses de toda a nação.

Percentagem da população que crê estar-se governando para o bem de todo o povo

País	Percentagem
Uruguai	43
Bolívia	38
Brasil	36
Chile	27
Argentina	22
Paraguai	16

Fonte: Elaboração própria, com dados do Informe Latinobarômetro 2006.

O Estado aparece como gestor de interesses de minorias, e o que é mais grave, como crescentemente submetido ao poder de grupos delituosos. Recentes sondagens consideraram a “máfia” a organização de maior poderio no país, superando o governo, os partidos políticos e o parlamento. Três quartos das pessoas entrevistadas entendem que essa hegemonia se fortaleceu nos últimos anos.³⁵

A relação dos órgãos de governo com a delinqüência se torna possível por meio do sistema clientelista. A restrição progressiva do direito eleitoral passivo, gerada pela inversão que exige posicionar-se em listas eleitorais, termina por abrir os cargos públicos à delinqüência. Como afirma um operador do Partido Colorado:

“Eles vão ocupar os melhores lugares. Há uma pirâmide (...) quem contribuiu com um milhão de dólares tem o cargo mais alto, quem deu 300 mil dólares tem cargo mais baixo, quem deu 100 mil, mais baixo ainda.”

³⁵ 73% das pessoas crê que seu poder está aumentando no Paraguai, ver A. Vial, *op. cit.*, 2005.

Essa opinião é corroborada por um ex-parlamentar da oposição: “Hoje em dia é impensável lançar-se a um pleito interno para eleição a deputado se não se contar com 250 a 300 mil dólares para gastar...”³⁶

Se – na melhor das hipóteses – esse investimento provém do capital próprio do candidato (ou de empréstimos feitos para essa finalidade) permanece o problema de sua restituição ou reposição durante o exercício do cargo para o qual foi eleito. E aqui entra a funcionar a lógica predadora:

“o emprego público é uma fonte importante de um sistema de patrocínio que ajuda a classe política eleitoralmente (...) As nomeações (...) são freqüentemente percebidas como posições para vender ou comprar o acesso ou a influência, e não como vocações para carreiras profissionais...”³⁷

Para o politólogo Alejandro Vial, “o meta-relato dos universais da democracia, quando o pagamento em dinheiro ou em favores é decisivo na localização do número a ocupar nas listas para cargos eletivos”, encontra obstáculos para normatizar a cultura política paraguaia.³⁸ Alguns autores já apelam para o conceito de “Estado predador”, uma variante do patrimonialismo na qual o Estado serve de agência a um grupo, a fim de subtrair rendas públicas em benefício próprio:

“Os Estados predadores tendem a criar sistemas de governo que funcionam mal – sistemas que não proporcionam incentivos para as atividades produtivas. (...) a depredação se baseia em interferir nos mecanismos de mercado em vez de incrementar sua eficiência. Os direitos de propriedade não estão em geral bem definidos e decisões políticas com freqüência ocupam o lugar das decisões de um mercado descentralizado. (...) O resultado é, por um lado, uma distribuição deficiente de recursos e taxas de crescimento baixas (ou negativas), e por outro uma redistribuição da renda em favor do grupo dominante e em detrimento da maioria da população.”³⁹

³⁶ Ambos discursos em Grupos Focais, citados por M. Lacchi, *op. cit.*

³⁷ Richards, Donald. “É possível um Estado para o desenvolvimento no Paraguai?” em Abente, D. & Masi, F. (orgs.) *Estado, Economia e Sociedade. Una Mirada Internacional a la Democracia paraguai*, CADEP, Assunção 2005.

³⁸ Alejandro Vial, “La crisis de confianza en las instituciones democráticas” em CIRD-USAID, *Transición en Paraguay, Cultura Política y Valores Democráticos*, Assunção, 1998, p. 124/5.

³⁹ Matt Lundahl, Inside the Predatory State: The rationale, methods and economic consequences of kleptocratic regimes, em *Nordic Journal of Political Economy*, 1997, 24, citado por Diego Abente em “Estatalidad, Burocracias y Identidad”, consultoria para o PNUD-IDH Paraguai 2007.

Uma variável de governabilidade trabalhada para o Banco Mundial⁴⁰ cobre parcialmente esse conceito: o “controle de corrupção” definido como a medida em que o poder público se exerce para conseguir ganhos privados, inclusive pequenas e grandes formas de corrupção, e na qual o Estado é “capturado” por elites e interesses privados. A posição do Paraguai, em sua perspectiva regional, é eloquente.

Controle de corrupção, comparação entre países selecionados (2005)

País	Posição (de 0 a 100)	Número de registros/ sondagens
Argentina	41.9	12
Brasil	48.3	11
Chile	89.7	12
Paraguai	7.4	10
Uruguai	74.4	10

Fonte: Kaufmann D., A. Kraay, e M. Mastruzzi 2006: Governance Matters V: Governance Indicators for 1996-2005.

Os caminhos do futuro

Alguns autores⁴¹ afirmam que o clientelismo supõe certo desenvolvimento político, onde a participação direta seja limitada, já que permite aproximar “centro” e periferia, elites e massas excluídas, incrementando a consciência e participação política dos atores envolvidos. O clientelismo seria uma fase na transição de sociedades pré-modernas, submetidas ao controle patriarcal e com severas exclusões, em direção a regimes democráticos, isto é, seria funcional nesse caráter.

Nessa perspectiva, Gino Germani pensava que entre o Estado *oligárquico* (ou patrimonialista) e o Estado *moderno* (democrático e social de direito), haveria uma etapa intermediária na qual a população excluída se integrava à demanda política por meio de mecanismos particularistas (ou clientelistas, que

⁴⁰ Em http://info.worldbank.org/governance/kkz2005/mc_chart.asp

⁴¹ Boissevain, Powell, Weingrod, Silverman, citados por Auyero, Javier, *op. cit.*

ele chamou “populismo”). Somente depois de uma aprendizagem democrática esse “populismo” de exigência (particularista e arbitrário) se tornaria mais político e cívico; a exigência de direitos substituiria a demanda clientelista de favores.

Seja como for, o fim do patrimonialismo e a substituição das práticas clientelistas enfrentam desafios complexos no Paraguai. É precisamente o Estado – que detém a força jurídica e institucional necessária para dar esse combate – quem serve de sujeito e agente desses fenômenos. A impunidade inerente a essas práticas, sua “dispersão” ao espectro político partidário e o enraizamento que mantêm nas mentalidades coletivas tornam mais árdua essa tarefa.

Mas se o Paraguai passou de um governo baseado na *força política* a outros baseados parcialmente no *intercâmbio de lealdades por bens*, pode-se esperar que – enquanto não se restabeleça a força – a sociedade aprenderá, com sua experiência, a fazer uso dessas liberdades para construir formas de *autodeterminação*, no plano pessoal e no coletivo. Entre o otimismo utópico e o pessimismo cínico, existe uma diversidade de caminhos democráticos possíveis. **DEP**

Colonialidade do poder, globalização e democracia

*Aníbal Quijano**

Introdução

Nesta ocasião me proponho, principalmente, a abrir algumas das questões centrais que ainda não parecem suficientemente investigadas no debate sobre o processo denominado “globalização” e sobre suas relações com as tendências atuais das formas institucionais de domínio e em particular do *moderno Estado-nação*. Não obstante, mesmo restrita como é o caso aqui, qualquer discussão dessas questões implica de toda forma em uma perspectiva teórica e histórica sobre o tema do poder e aqui é sem dúvida pertinente indicar alguns dos traços principais da que orienta esta investigação.

Toda forma de existência social que se reproduz a longo prazo implica em cinco âmbitos básicos, sem os quais não seria possível: sexo, trabalho, subjetividade, autoridade coletiva e “natureza”. A disputa contínua pelo controle dos mencionados âmbitos origina as relações de poder. A partir dessa perspectiva, o fenômeno do poder se caracteriza por um tipo de relação

* Universidade Nacional Maior de São Marcos, Lima, Peru.
quiijanoanibal@yahoo.com

social constituído pela co-presença e permanente interação de três elementos: dominação/exploração/conflito, o que afeta cada um e todos os cinco âmbitos básicos de toda existência social e que é resultado e expressão da disputa por seu controle: 1) o sexo, seus recursos e seus produtos; o trabalho, seus recursos e seus produtos; 2) o trabalho, seus recursos e seus produtos; 3) a subjetividade/inter-subjetividade, seus recursos e seus produtos; 4) a autoridade coletiva (ou pública), seus recursos e seus produtos; 5) as relações com as demais formas de vida e com o resto do universo (tudo o que na linguagem convencional costuma ser denominado “natureza”).

As formas de existência social em cada um dos mencionados âmbitos não nascem umas das outras, mas não existem, não podem existir, e nem operam, separadas ou independentes entre si. Por isso mesmo, as relações de poder que se constituem na disputa pelo controle de tais áreas ou âmbitos de existência social tampouco nascem e nem se derivam umas das outras, porém umas não podem existir sem as outras, salvo de maneira intempestiva e precária. Isto é, elas formam um complexo estrutural que certamente se comporta como tal, mas no qual as relações entre os âmbitos diferenciados não têm, nem podem ter, caráter sistêmico ou orgânico¹, posto que cada âmbito da respectiva existência social tem origens e condições específicas. Nessa mesma medida, sem prejuízo de pertencerem a uma configuração estrutural comum ao poder como tal, as relações de poder em cada âmbito se comportam também com ritmos, maneiras e medidas diferentes dentro do movimento da estrutura conjunta. Os elementos concretos e as respectivas medidas e maneiras pelas quais se articulam em cada âmbito e na estrutura conjunta provém das condutas concretas das pessoas, isto é, são sempre históricos e específicos em sua origem, em seu caráter, em seu movimento. Em outras palavras, trata-se sempre de um determinado modelo histórico de poder². Em consequência o modelo de conflito é, evidentemente, histórico e específico, tanto em relação ao modelo de poder como tal quanto em relação a cada um de seus âmbitos e dimensões constitutivas.

¹ Sobre o sistemismo e organicismo no debate sobre a questão da totalidade na produção de conhecimento, de Aníbal Quijano, principalmente, “Colonialidade do Poder e Classificação Social”. Originalmente em *Festschrift für Immanuel Wallerstein, Journal of World-Systems Research*, VI, 2, Colorado, Fall/Winter 2000: 342-388. Special Issue. Giovanni Arrighi and Walter Goldfrank, orgs., Colorado, USA.

² Sobre a questão do poder esbocei algumas propostas em “Poder e Direitos Humanos”, em Carmen Pimentel Sevilla, Comp. *Poder, Salud Mental y Derechos Humanos*. Lima: CECOSAM, 2001: 9-26.

Colonialidade do atual modelo de poder

O modelo atual de poder mundial consiste, primeiramente, na associação estrutural entre dois eixos centrais:

- 1) Um novo sistema de dominação social que consiste, antes de tudo, na classificação social e básica da população do planeta em torno da idéia de *raça* e em relação à qual se redefinem todas as formas anteriores de dominação, especialmente o modo de controle do sexo, da inter-subjetividade e da autoridade. Essa idéia e a classificação social nela fundada (ou “racista”) se originaram há 500 anos junto com a América, a Europa e o capitalismo. São a mais profunda e duradoura expressão do domínio colonial e foram impostas a toda a população do planeta durante a expansão do colonialismo europeu. Desde então, impregnam todos e cada um dos âmbitos da existência social no atual modelo mundial de poder e constituem a mais profunda e eficaz forma de dominação social, material e inter-subjetiva, e são, por isso mesmo, a base inter-subjetiva mais universal de dominação política dentro do atual modelo de poder³.
- 2) Um novo sistema de exploração social ou de controle do trabalho, que consiste na articulação de todas as formas de exploração historicamente conhecidas – escravidão, servidão, pequena produção mercantil simples, reciprocidade e capital – em uma única estrutura de produção de mercadorias para o mercado mundial, em torno da hegemonia do capital e por esse motivo se caracteriza em seu conjunto como capitalista. Dessa perspectiva, a categoria de *capitalismo* se refere ao conjunto da mencionada articulação estrutural. O capital é uma forma específica de controle do trabalho que consiste na mercantilização da força de trabalho a ser explorada. Por sua condição dominante nesse conjunto estrutural, outorga

³ Ver, de Aníbal Quijano, “Colonialidad Del Poder, Eurocentrismo y América Latina”, em Edgardo Lander, *Colonialidad Del Saber, Eurocentrismo y Ciencias Sociales*. Buenos Aires: CLACSO-UNESCO, 2000: 20-246. Aqui, sem dúvida, é útil notar que os termos “colonialidade” e “colonialismo” dão conta de fenômenos e de questões diferentes. O “colonialismo” não se refere à classificação social universalmente básica e às formas de dominação social nela fundadas, que existem no mundo desde há 500 anos, nem à relação estrutural entre todas as formas de exploração e de controle do trabalho sob a hegemonia do capital, e sim à dominação político-econômica de alguns povos sobre outros e é anterior à colonialidade em milhares de anos. Ambos os termos estão obviamente relacionados, posto que a colonialidade do poder não teria sido possível historicamente sem o específico colonialismo imposto no mundo desde o final do século XV.

a este último seu caráter central – isto é, o torna capitalista – mas historicamente não existe, nunca existiu e é provável que não venha a existir no futuro, separado ou independente das outras formas de exploração.⁴ Sobre esses dois eixos se organiza o controle da autoridade coletiva, da subjetividade e do sexo. Para o que interessa aqui, o que importa antes de tudo é discutir a questão do controle da autoridade coletiva e da dimensão subjetiva das relações sociais.

O controle da autoridade coletiva se exerce sobretudo por meio da instituição que se conhece como Estado. Esta é muito antiga, embora não esteja bem estabelecido desde quando e em associação com quais condições históricas foi imposto como forma central universal de controle da autoridade coletiva e de dominação política, e menos ainda quando, como e onde chegou a ser Estado-nação. Em troca, sabemos bem que o *moderno Estado-nação* é, por um lado, relativamente recente e por outro lado não está consolidado a não ser em alguns poucos espaços de dominação estatal chamados *países*. Seus sinais específicos são, primeiro, a cidadania ou presunção formal de igualdade jurídico-política dos que habitam seu espaço de domínio, não obstante sua desigualdade nos demais âmbitos do poder; segundo, a representatividade política que, sobre essa base, se atribui ao Estado em relação ao conjunto de cidadãos e não apenas, como nas demais variantes do Estado, a algum interesse social particular ou setorial. Foi sendo constituído no período conhecido como Era Moderna, que se abriu a partir da América, e em vinculação com o processo de eurocentralização do capitalismo e da modernidade; alcançou seus atuais traços definidores desde o final do século XVIII e foi admitido durante o século XX como modelo mundialmente hegemônico, o que certamente não equivale a que tenha também chegado a ser praticado mundialmente. Na etapa atual do poder colonial/moderno/capitalista, sua “globalização” especialmente desde meados dos anos 70 do século XX pressiona no sentido do desvirtuamento daqueles traços originais e específicos, inclusive no sentido da reversão de seus respectivos processos, em particular quanto à institucionalização do conflito social em torno da ampliação da igualdade social, da liberdade individual e da solidariedade social⁵.

⁴ Ver “Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina, *artigo citado*.

⁵ Esta discussão em Aníbal Quijano, “Estado-Nación, Ciudadanía y Democracia, Cuestiones abiertas”, em Heidulf Schmidt e Helena González, orgs., *Democracia para una nueva sociedad*. Caracas: Ed. Nueva Sociedad, 1998: 139-15, e em “El Fantasma Del desarrollo”, em *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, 2, 2000. Caracas, Universidad Central de Venezuela.

A produção e controle da subjetividade, isto é, do imaginário social, da memória histórica e das perspectivas centrais de conhecimento se expressam e se configuram no eurocentrismo. Assim denomino aqui o modo de produção e de controle das relações inter-subjetivas que foi sistematicamente elaborado, isto é, teorizado, desde pouco antes de meados do século XVII na Europa, como expressão e como parte do processo de eurocentralização do modelo de poder colonial/moderno/capitalista. Em outras palavras, como expressão das experiências de tal colonialismo específico e da colonialidade do poder, das necessidades e experiências do capitalismo e da eurocentralização daquele modelo de poder. Foi mundialmente imposta e admitida nos séculos seguintes como única racionalidade legítima. Em todo caso, como racionalidade hegemônica, modo dominante de produção de conhecimento. Para o que interessa aqui, entre seus elementos principais é pertinente destacar, sobretudo, o dualismo radical, cartesiano em sua formação original, entre “razão” e “corpo” e entre “sujeito” e “objeto” na produção do conhecimento; tal dualismo radical está associado à propensão reducionista e homogeneizante de seu modo de definir e identificar fenômenos ou “objetos”, sobretudo na percepção da experiência social, seja em sua versão atomizada e a-histórica, que percebe de forma isolada ou separada os fenômenos ou os objetos e não exige em consequência nenhuma idéia de totalidade; seja na que admite uma idéia de totalidade evolucionista, organicista ou sistemicista, inclusive a que pressupõe um macro-sujeito histórico. Essa perspectiva de conhecimento está atualmente em um de seus períodos de crise mais abertos, assim como está também toda a visão eurocêntrica da modernidade⁶.

Esse modelo de poder começou a constituir-se desde a Conquista e Colonização do que hoje se denomina América, a primeira id-entidade do período colonial/moderno⁷ e se desenvolveu produzindo a formação da Europa Ocidental como nova id-entidade histórica e sede central de controle do novo modelo de poder, isto é, como um modelo de poder eurocentrado e colonial, e se expandiu e se desenvolveu mundialmente desde o século XVIII, no mesmo curso de expansão da dominação cultural da Europa Ocidental sobre o resto do mundo. Foi, pois, produto da destruição histórica dos mundos

⁶ Ver “Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina”, *artigo citado*; também, do mesmo autor, *Towards a Non-Eurocentric Rationality*, documento ainda inédito do Simpósio sobre Subalternidade e Colonialidade, Duke University, outubro 1988; e “Colonialidad Del Poder y Clasificación Social”, em *Festschrift für Immanuel Wallerstein*, *op. cit.*

⁷ Sobre a relação colonialidade/modernidade ver de Aníbal Quijano: *Colonialidad y Modernidad/Racionalidad*. Originalmente em *Peru Indígena*, 13, 29, 1992: 11-20.

históricos anteriores durante a conquista da América e da constituição de novas formas de dominação/exploração/confílio, sob a violência da colonização. Mas ao longo dos últimos 500 anos não deixou de estar constituído pelos mesmos fundamentos básicos que lhe deram origem. Em outras palavras, não deixou, não pode deixar, de estar fundado nos elementos produzidos colonialmente. Nesse sentido específico, a *colonialidade* é o traço central inerente ao atual modelo de poder e a idéia de *raça é sua pedra básica e original*.⁸

Por suas características, na história conhecida este foi o primeiro dos modelos de poder com caráter e vocação global. Nesse sentido, o que agora se chama “globalização” é, sem dúvida, um momento do processo de desenvolvimento histórico desse modelo de poder, talvez o de sua culminação e de sua transição, como vários já sugeriram⁹.

Todas essas propostas e categorias são, como é óbvio, questões abertas. Não se deve perder de vista, consequentemente, que sua indagação sistemática e seu debate estão apenas começando. Isso não quer dizer que as propostas que faço neste trabalho sejam arbitrárias, e sim que voltarei a elas conforme a investigação e o debate se desenvolvam.

As questões centrais da “globalização”

O que hoje se denomina “globalização” é, obviamente, uma questão de muitas questões sobre as quais há muito debate e uma literatura vasta e crescente. É provável que a idéia mais difundida entre as que circulam associadas a esse termo seja a de uma contínua e crescente integração econômica, política e cultural do mundo. Na prática isso implica em que há fenômenos e processos que afetam todo o mundo de maneira imediata, inclusive simultânea, isto é... global. E se atribui à “revolução científico-tecnológica” nos meios e sistemas de comunicação e de transporte a qualidade de ser a principal determinante histórica desse possível processo.

⁸ A dominação e discriminação de “gênero” são talvez as mais antigas na história da espécie. Mas no atual modelo mundial de poder ficaram subordinadas à Colonialidade do Poder. E como sobre aquela há um prolongado debate e uma inesgotável literatura, aqui é pertinente enfatizar as questões de autoridade e de subjetividade.

⁹ De certo modo, a proposta hegeliana, desenvolvida por Kojéve e retomada por Fukuyama (*O fim da História*) implica nessa idéia de culminação desse modelo de poder. Ver Aníbal Quijano, “El fin de cual História?” em *Analisis Político*, Revista do Instituto de Estudos Políticos e Relações Internacionais, 32, Bogotá, Universidade Nacional da Colômbia, setembro-dezembro, 1997: 27-32.

Originalmente, a “globalidade” se referia a uma mudança drástica das relações entre o espaço e o tempo na subjetividade, como consequência da velocidade de circulação de informações produzida pelos novos recursos científico-tecnológicos, de tal maneira que era possível perceber simultaneamente o que ocorria em qualquer lugar do mundo. Em nossa subjetividade, em nossas relações inter-subjetivas, não somente o mundo se havia reduzido de tamanho, mas também isso ocorria porque o mundo se havia integrado com o tempo, passou a ser simultâneo. A famosa imagem da “aldeia global” foi, sem dúvida, a bem sucedida construção mental inicial que explicava essa nova relação subjetiva com o espaço e o tempo¹⁰.

Embora, talvez, para muita gente essas sejam as imagens mais associadas com a idéia de “globalização”, temos de admitir que elas vão submergindo sob outras mais recentes que para muitos parecem possuir toda a consistência de genuínas categorias conceituais, ainda que resistam a abandonar seu *habitat* na mídia: a “realidade virtual”, a “sociedade virtual” e a “nova economia” (que a partir da mesma perspectiva poderia ser chamada “economia virtual”). A primeira tem implicações decisivas no debate sobre a produção do conhecimento. Põe em relevo, sobretudo, o fato de que com a tecnologia atual não só se reproduzem, se combinam ou se usam imagens e sons presentes na “natureza” ou na “realidade”, mas também se produzem, se manipulam e se difundem novos elementos visuais e sonoros, novas imagens produzidas com tais elementos novos que em seu conjunto constituem já um mundo “virtual” e que de muitas maneiras se superpõe ao mundo “real” e até mesmo o desloca e substitui, ao ponto em que em numerosas áreas não é fácil distinguir entre ambos, além do que isso significaria para a questão da percepção, do conhecimento e do modo de produzir conhecimento. A “sociedade virtual” é uma idéia que prolonga essa imagem e propõe que as relações sociais ocorrem, cada vez mais, precisamente dentro daquela “realidade virtual” e com ela entrelaçadas, e de alguma forma possuem essa consistência. A “nova economia” é a mais recente, *mediática* como todas as demais, e remete à idéia de que a economia do mundo se converteu, ou está em via de converter-se, em uma rede única de intercâmbio de mercadorias e valor. Essa seria

¹⁰ Sobre as implicações da “revolução científico-tecnológica” é muito ilustrativo seguir o curso que vai dos estudos do Coletivo Radovan Richta em Praga, antes da invasão dos tanques russos em 1969, até a visionária “aldeia global” de MacLuhan. Ver, p. ex., Aníbal Quijano, “Tecnología del Transporte y Desarrollo Urbano, no volume coletivo *Aproximación Crítica a la Tecnología en el Perú*. Lima: Mosca Azul Editores, 1982.

a expressão emblemática da integração global da economia mundial e sem dúvida se apoia e se mescla com a “realidade virtual” e “sociedade virtual”.

O debate não consegue ocultar sempre uma tendência à mistificação. De fato, na linguagem da mídia o termo “globalização” passou a ser *virtualmente* sinônimo de um vasto e sistêmico maquinismo impessoal, que existe e se desenvolve de forma independente das decisões humanas, isto é, de um certo modo natural e nesse sentido inevitável, e que abarcaria e explicaria todas as ações humanas de hoje.

Mas o “mundo” – se com esse termo quer-se dizer a existência social humana articulada em uma específica totalidade histórica – seja ou não “globalizado” não poderia ser entendido fora do fato de que o que lhe outorga seu caráter de “mundo”, ou de totalidade histórica específica, é um específico modelo de poder, condição sem a qual qualquer idéia de “globalização” seria simplesmente inútil. De outro modo, o resultado seria que as redes de comunicação, de informação, de intercâmbio, etc., etc., existem e operam em uma espécie de vácuo histórico. Portanto, é teoricamente necessário, e não apenas pertinente, investigar cada uma das atuais áreas de controle da existência social para trazer à luz os sentidos possíveis que a tão comentada globalização tem ou pode ter na experiência. Dentro dos limites deste trabalho, não irei além de abrir as questões que me parecem centrais em duas áreas principais: o controle do trabalho e o da autoridade pública.

Capitalismo e globalização

Se examinarmos com cuidado as tendências atuais do capitalismo – no sentido que tem dentro da Colonialidade do Poder – os dados são sem dúvida impressionantes sejam referidos à geografia política da distribuição de renda, bens e serviços básicos ou dos fluxos de capital, sejam referidos às relações em forma de capital ou às relações entre capital e trabalho. Como os dados são, em geral, acessíveis a todos, para os objetivos desta investigação é mais pertinente assinalar algumas das tendências principais:

1. Em 1800 74% da população mundial (na época 944 milhões) tinha acesso a 56% do Produto Mundial Bruto (em dólares de 1980, 229.095.000.000), enquanto que 44% desse PMB se concentrava em 26% dessa população. Mas em 1995, 80% da população mundial (que já era de 5.716.000.000) somente tinha acesso a 20% do PMB (em dólares

- de 1980, 17.091.479.000.000), enquanto que os restantes 20% da população concentravam 80% do PMB.
2. A diferença de 9 para 1 na razão entre a renda média dos países ricos e dos países pobres chegou em dois séculos a 60 para 1. Enquanto isso, desde 1950 a população dos países ricos aumentou 50%, e a dos países pobres 250%¹¹.
 3. Segundo o relatório do Banco Mundial (ano 2000), em termos de produção mundial, em 1999 os países do Grupo dos 7 (G7 daqui em diante) isto é, menos de 12% da população mundial e com 16% da superfície do planeta, produziam 65% da riqueza do mundo, 3% mais do que em 1980.
 4. No mesmo movimento histórico, também aumentou a distância entre ricos e pobres dentro de cada um dos países do mundo. Assim, no país mais rico do planeta, os Estados Unidos, se em 1970 havia 24,7 milhões de pessoas em situação de pobreza crítica (11,6% da população) em 1977 essa cifra saltara a 35,6 milhões (13,3% da população), isto é, 43% em menos de 20 anos. Um estudo recente mostra que entre 1997 e 1989 1% das famílias conseguiu captar 70% do total de aumento da riqueza familiar e viu aumentadas suas rendas em 100%. Na América Latina, desde 1973 as diferenças de renda pioraram: a renda média dos 20% que auferem rendimentos é hoje 16 vezes mais alta do que o dos 80% restantes. No Brasil essa diferença chega a ser de 25 para 1, comparados com 10 para 1 na Europa Ocidental e 5 para 1 nos Estados Unidos. O mesmo ocorre com a diferença de salário entre “qualificados” e os demais.

Por exemplo, no Peru a diferença cresceu na década de 90 mais de 30%, e na Colômbia mais de 20%.¹²

¹¹ Nancy Brisdall, “Life is Unfair: Inequality in the World”, *Foreign Policy*, Summer 1998: 76-93. Carnegie Endowment for International Peace,. Também em Robert Griffiths, org, *Developing World 99/00*; Guilford, CT USA: Dushkin-McGraw Hill, 1999: 25-34.

¹² Ver Paul Krugman, “The Right, the Rich and the Facts: Deconstructing the Income Distribution Debate”, em *American Prospect*, Fall 1992. De Michael Bruno, Martin Ravallion e Lynn Squire, *Equity and Growth in Developing Countries*. Washington: World Bank, 1996, citado em Nancy Brisdall, *op. cit.*, *Developing World 99/00*, *op. cit.*: 33. Sobre o Brasil, ver as cifras mais recentes: “O instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão federal, acaba de divulgar índices aterradores, que valem como balanço destes cinco anos e quatro meses do governo de FHC: 1% da população tem em mãos uma riqueza superior à de 50% dos brasileiros. O seja, cerca de 1,6 milhões de pessoas possuem uma fortuna superior à de 83 milhões de brasileiros. 19,6% das famílias têm renda mensal de no máximo ½ salário mínimo”, Frei Betto: “Los Rumbos de la Oposición”, em ALAI: *América Latina en Movimiento*, 314, 23 de maio 2000: 2-3. E na Venezuela, segundo o relatório da CEPAL, a renda de 40% da população urbana mais pobre caiu de 16,8% a 14,7% , entre 1990 e 1997, enquanto que a de 10% da população urbana mais rica subiu de 28,4% a 32,8% no mesmo período (CEPAL, *Panorama Social da América Latina*, 1998:64).

5. Dadas essas condições, as três pessoas mais ricas do mundo têm uma fortuna superior ao PIB dos 48 Estados mais pobres, isto é, a quarta parte da totalidade dos Estados do mundo. Por exemplo, em relação à América Latina, em 1996 as vendas da General Motors Corporation foram de 168 bilhões de dólares, enquanto que o PIB combinado da Guatemala, El Salvador, Honduras, Costa Rica, Nicarágua, Panamá, Equador, Peru, Bolívia, Paraguai e Uruguai chegou somente a 159 bilhões de dólares.
6. Ao mesmo tempo, segundo a ONU (Relatório do PNUD, 1998), para satisfazer as necessidades básicas do planeta bastariam 4% das 225 maiores fortunas do mundo. E para satisfazer as necessidades sanitárias (em 1998, 4 bilhões de habitantes do Terceiro Mundo não tinham acesso a água potável nem a energia elétrica) e de nutrição (50% das crianças sofrem de desnutrição), bastariam 13 bilhões de dólares, isto é, 13% do que se gasta anualmente em perfume nos Estados Unidos e na Europa.
7. Se considerarmos a direção dos fluxos de capital, verifica-se que entre 1990 e 1995, por exemplo, 65% do total do Fluxo de Investimento Direto (FDI) foi em direção ao “centro” e o restante se dirigiu a uns poucos entre os chamados “países emergentes”. Entre 1989 e 1993 apenas 10 desses países receberam 72% desse FDI restante (China, México, Malásia, Argentina, Tailândia, Indonésia, Brasil, Nigéria, Venezuela e Coréia do Sul)¹³. Um problema crucial do fluxo mundial de capitais é que a dívida do terceiro Mundo aumentou em menos de duas décadas de 615 para 2.500 bilhões de dólares. E isso, como todo mundo sabe, é uma história que não se acaba, literalmente, porque é impagável. Porém, acima de tudo, é uma história trágica¹⁴.
8. Por outro lado, dos 6 bilhões de pessoas que compõem a população do planeta no início do novo século, cerca de 800 milhões não têm emprego assalariado. Essa é sem dúvida uma estimativa conservadora,

¹³ *Developing World 99/00, op. cit.*, p. 46.

¹⁴ “No ano passado, o governo de Uganda gastou somente 3 dólares por pessoa em cuidados de saúde, porém despendeu 17 dólares por pessoa para o serviço da dívida externa. Enquanto isso, uma entre cinco crianças ugandenses não chegarão ao quinto ano de vida em consequência de doenças que poderiam ser evitadas com investimentos em cuidados fundamentais de saúde.” Marie Griesgraber, “Forgive our debts: The Third World’s Financial Crisis”, em *The Christian Century*, 22 de janeiro de 1997: 76-83.

já que as estatísticas registram apenas os que procuram emprego, e a cifra deve ser multiplicada pelo menos por 5, se considerar o número de famílias, ou lares, que dependeriam desses salários inexistentes. E a população conjunta de desempregados e sub-empregados é mais ou menos a metade da população mundial, já que 3 bilhões de pessoas vivem com menos de 2 dólares diários. Os economistas cunharam a noção de “desemprego estrutural” para referir-se à tendência que produz um desemprego mundial crescente. Não são poucos agora os que propõem a idéia do “fim do trabalho” para explicar as implicações dessa tendência¹⁵.

9. Da mesma forma, e ainda que não estejam suficientemente avançadas as pesquisas específicas e os dados sejam igualmente provisórios, a população mundial em situação de escravidão é estimada em mais de 200 milhões de pessoas¹⁶. Ainda não estão estatisticamente estabelecidas as informações sobre servidão e sobre reciprocidade.
10. Todas essas tendências na distribuição de capital, de emprego, de produção, de renda e de bens e serviços no mundo de hoje estão vinculadas à mudança nas relações entre as diversas formas de acumulação capitalista em favor da absoluta hegemonia da acumulação especulativa. Assim, as transações cambiais mundiais, que eram mais ou menos de 20 bilhões de dólares em 1970, já representavam 1,3 trilhões em 1999. Somente nos Estados Unidos, em 1980 os “fundos de pensão”, os “fundos comuns”, as companhias de seguros e os seguros de vida constituíam ativos financeiros da ordem de 1,6 trilhões de dólares, cerca de 60% do PIB do país. Mas em 1990 esses ativos eram já de 5,2 trilhões de dólares, ou 95% do PIB, e em 1993 mais de

¹⁵ Por exemplo, Jeremy Rifkin, *The End of Work*. Nova York, Jeremy Tarcher Inc., 1996. Também Dominique Meda: *Le Travail, une valeur en voie de disparition*. Paris: Champs, Flammarion, 1995. A pesquisa sobre tendências nas relações entre trabalho e capital se refere exclusivamente ao emprego assalariado. Suas descobertas produziram uma numerosa família de categorias: a “flexibilização”, a “precarização”, a “subcontratação”, o regresso do “putting-out system”, a “informalização”, entre as principais de uma abundante literatura. Sobre a América Latina, veja-se, por exemplo, de V.E. Tokman e D. Martínes, orgs., *Flexibilización en el margen: La reforma del contrato de trabajo*. OIT 1999. Também os estudos do *Primeiro Encontro Latinoamericano de Estudos do Trabalho*. Carlos Santiago, org. Revista de Administración Pública, Universidad de Porto Rico, 1996.

¹⁶ Em 1991 a OIT reconhecia a existência de cerca de 6 milhões de pessoas em situação de escravidão no mundo. A ONU encarregou a uma comissão o estudo desse problema. O relatório da comissão, em 1993, afirma que existiriam 200 milhões de escravos na população mundial. Veja-se a entrevista de José de Souza Martins em *Estudos Avançados*, Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP), 31, 1997. São Paulo, SP, Brasil. Desde então cresceu a documentação sobre a expansão do tráfico de escravos e sua correspondente ética social. Existe, inclusive, legislação recente que proíbe o trabalho escravo, como por exemplo, no Brasil, desde 2004.

8 trilhões, ou 125% do PIB norte-americano. O predomínio financeiro surge também na chamada “financiarização” das empresas, porque seus investimentos produtivos decrescem continuamente em favor dos investimentos financeiros. Por outro lado, há uma hipertrofia dos ganhos financeiros na “periferia” e nos “países emergentes”. Em 1983, os lucros das periferias nas bolsas chegaram ainda a 100 bilhões de dólares; mas em 1993, a cifra já era de 1.500 bilhões¹⁷.

Tal conjunto de informações permite fazer algumas inferências, talvez provisórias, porém não por isso menos pertinentes:

- I) Está em curso um processo de re-concentração do controle de recursos, bens e renda em mão de uma minoria reduzida da espécie humana (atualmente não mais de 20%).
- II) O que acima foi dito implica em que está em curso um processo de polarização social crescente da população mundial, entre uma minoria rica, proporcionalmente decrescente porém cada vez mais rica, e a vasta maioria da espécie humana, proporcionalmente crescente e cada vez mais pobre.
- III) Está em curso um processo de incremento da super-exploração da massa mais numerosa de trabalhadores do mundo, já que junto com a re-concentração de rendas e riquezas cresce a distância salarial entre os assalariados e se expande a proporção dos desempregados, marginalizados dos âmbitos centrais da estrutura de acumulação, e isso permite a redução contínua da média salarial.
- IV) Está em curso um processo de declínio do interesse e da capacidade do capital de converter a força de trabalho em mercadoria, em especial nos níveis tecnologicamente mais avançados da estrutura mundial de acumulação¹⁸.
- V) Em consequência, estão em expansão as formas não-salariais de controle do trabalho. Encontram-se novamente em expansão a

¹⁷ Segundo essas informações, o capital financeiro atual tem um caráter quase oposto ao do período pré-crise. O anterior servia para promover investimentos produtivos; o atual é quase puramente parasitário, *ergo* predatório.

¹⁸ O estudo e debate dessas tendências começou na América Latina desde meados dos anos 60, num debate sobre a questão da marginalização. A partir dessa perspectiva, veja-se, principalmente José Nun “Superpopulação Relativa, Exército Industrial de Reserva e Massa Marginal”, em *Revista Latinoamericana de Sociologia*, V, 2, julho de 1969. E de Aníbal Quijano, os textos incluídos em *Imperialismo y Marginalidade en América Latina*, Lima: Mosca Azul Editores, 1977. E também, do mesmo autor, “Crise Capitalista e Classe Operária”, no volume coletivo *Crisis Clase Obrera*, México: ERA, 1975.

escravidão, a servidão pessoal, a pequena produção mercantil independente, a reciprocidade. O assalariamento ainda é a forma de controle do trabalho que mais se expande, porém, para usar uma linguagem familiar, como um relógio que se atrasa.

- VI) Está em curso um processo de crise em uma das dimensões básicas – as relações entre as formas específicas de exploração – incorporada ao modelo capitalista de controle do trabalho: está declinando, talvez se esgotando, os mecanismos que no curso do desenvolvimento histórico da acumulação capitalista distribuíam essa população das formas não-salariais para a salarial, em geral do não-capital para o capital, e entram em ação mecanismos que indicariam, embora em grau ainda não passível de precisão, o começo de uma tendência inversa.
- VII) A configuração do capitalismo mundial, isto é, a estrutura das relações entre o capital e cada uma das formas de controle do trabalho, assim como as relações de conjunto de todas elas entre si, estão em processo de drástica mudança, o que implicaria em um processo de transição do sistema.
- VIII) Nesse sentido específico e nessa dimensão, na estrutura de exploração do trabalho estaria em curso um processo de reclassificação social da população do mundo, em escala global.
- IX) Em todo caso, está em curso um processo de reconcentração e de reconfiguração do controle do trabalho, de seus recursos e seus produtos, em escala mundial. Em suma, das relações entre capitalismo e trabalho.
- X) Tais processos estão associados a mudanças drásticas na estrutura mundial de acumulação capitalista, ligados à nova posição e função de predomínio que dentro daquela estrutura tem a acumulação especulativa e financeira, em especial desde meados dos anos 70 do século XX.¹⁹

¹⁹ Na América Latina, embora o debate geral sobre a crise capitalista já estivesse no ar desde meados dos anos 70, provavelmente foi o brasileiro Celso Furtado um dos primeiros a chamar a atenção para a hegemonia do capital financeiro e sobre suas implicações. Ver de Aníbal Quijano *Transnacionalización y Crisis de la Economía en América Latina*, en Cuadernos del Cerep, San Juan, Porto Rico: 1984. Sobre o debate recente, a partir da perspectiva das áreas dependentes e periféricas do capitalismo, ver de Kalvajit Singh: *Globalization of Finance*, Londres/Nova York: Zed Books, 1999, e do mesmo autor *Taming Financial Flows: Challenges and Alternatives in the Era of Financial Globalization*, Londres/Nova York: Zed Books, 2000.

Nenhuma dessas tendências é nova e nem imprevista. Nem sequer as últimas. Indicam um momento, um grau ou um nível do amadurecimento e do desenvolvimento de tendências inerentes ao caráter do capitalismo como modelo global de controle do trabalho e que haviam sido amplamente teorizadas, sobretudo a partir de Marx²⁰. Portanto, faz pouco sentido discutir esses processos e os problemas decorrentes como se fossem exatamente novos, ou pior, como se fossem consequência de um fenômeno novo chamado “globalização”, diferente ou separado do capitalismo, resultado único, ou principalmente, da inovação tecnológica e sua capacidade de modificar de todo nossas relações com o espaço/tempo, em vez do caráter capitalista da estrutura dominante de controle do trabalho e do desenvolvimento de suas tendências.

Não obstante, não há dúvida de que tais tendências básicas do capitalismo se aprofundaram, e mais ainda, se aceleraram e têm um curso de maior aceleração. A questão, portanto, é: qual a causa da aceleração e aprofundamento dessas tendências do capitalismo? Ou, em outras palavras; por que motivo a exploração capitalista se tornou mais profunda e de certa forma mais fácil?

Ninguém pode explorar outra pessoa se não a dominar, e muito menos explorá-la de maneira estável e duradoura. Portanto, é necessário abrir aqui a questão das relações entre a dominação e a exploração no atual modelo de poder. A força e a violência são requisitos de qualquer dominação, mas na sociedade moderna não são exercidas de maneira explícita e direta, pelo menos não de modo contínuo, e sim encobertas por estruturas institucionalizadas de autoridade coletiva ou pública “legitimadas” por ideologias constitutivas das relações inter-subjetivas entre os diversos setores de interesse e de identidade da população. Como já foi assinalado desde o começo deste trabalho, tais estruturas

²⁰ Em *O Capital* e em suas agora não menos célebres *Grundrisse* Marx adiantou notavelmente essa elaboração, indo tão longe quanto era possível sem atravessar o teto de uma perspectiva eurocêntrica de conhecimento. Em todo o caso, estabeleceu as bases e as questões principais do debate. Assim, a tendência ao esgotamento da conversão da força de trabalho em mercadoria quando uma força produtiva superior permite a automatização da produção é a questão central aberta já em 1858, com o capítulo sobre a contradição entre o princípio de base (medida do valor) da produção burguesa e o seu desenvolvimento. Ver *Fondements de la Critique de l'Économie Politique* (tradução francesa dos *Grundrisse*), vol. 1:220-231. *Anthropos* 1968, Paris. Sem dúvida não é por acaso que os próprios economistas da burguesia ou os funcionários das principais entidades de administração internacional do capital descobrem surpreendidos o quanto as previsões teóricas de Marx coincidem com as tendências mais visíveis do capitalismo “globalizado”, em particular a concentração do capital e a polarização social global, por tanto tempo simplesmente negada entre os economistas da burguesia. Ver, por exemplo, a nota de John Cassidy, “The Return of Karl Marx”, *New Yorker*, outubro 20-27, 1997. E Nancy Birdsall, vice-Presidente executiva do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) não vacila em iniciar seu texto dizendo: “*Exactly 150 years after the publication of the Communist Manifesto, inequality looms large on the global agenda.*”. Op. cit.: 25. Ver também minha “Crisis Capitalista y Clase Obrera” em Fernando Claudín, K.S. Karol, Aníbal Quijano e Rossana Rosanda: *Crisis Capitalista y Clases Sociales*. México: ERA, 1974.

são as que conhecemos como Estado. E a colonialidade do poder é sua argamassa legitimadora mais profunda. Em consequência, é necessário investigar o que terá ocorrido nas relações entre o modelo de exploração capitalista e os dois níveis do modelo de dominação, o Estado e a colonialidade do poder.

A relação entre o capitalismo como estrutura global de controle do trabalho e sua organização em espaços particulares de dominação, assim como a organização de estruturas específicas de autoridade coletiva nesses espaços é ainda uma questão aberta. Em geral, as relações entre a dominação e a exploração nem sempre são claras em todo modelo de poder, e muito menos sistêmicas ou orgânicas.

Se parece mais historiado e teorizado o modo pelo qual o colonialismo moderno – o que se constituiu na América – configurou o contexto adequado para a formação do capitalismo, ainda não foi aberta e nem obviamente estudada a questão de saber porque tal capitalismo se associou, no mesmo movimento e ao mesmo tempo, com diversos tipos de Estado em diversos espaços de dominação. Assim, o *moderno Estado absolutista/imperial* (todos os Estados da Europa ocidental, menos a Suíça, entre 1500 e 1789); o *moderno Estado-nação imperial colonial* (por exemplo, a França e a Inglaterra desde o final do século XVIII até depois da Segunda Guerra Mundial), o *moderno Estado Colonial* (a América do Norte antes de 1776 e a América do Sul antes de 1824, assim como os do sudeste asiático e da África até meados do século XX); o *moderno Estado despótico/burocrático* (a ex-União Soviética e os da Europa oriental até fins da década de 1980, seus rivais nazistas e fascistas na Alemanha, Japão e Itália entre o final de 1930 e 1945, a China na atualidade); o *moderno Estado-nação democrático* (os atuais da Europa ocidental, os da América do Norte, Japão, Oceania); os *modernos Estados oligárquico/dependentes* (os da América Latina antes do final dos anos 60, com exceção do México, Uruguai, Chile desde o fim da década de 1920); os *modernos Estados nacional/dependentes* (em diversas medidas, todos os da América Latina atual, assim como a maioria dos da Ásia e alguns da África, principalmente a África do Sul) e os *modernos Estados neocoloniais* (muitos, talvez a maioria dos da África).

Essa classificação é uma hipótese de trabalho, assim como sua respectiva exemplificação. Mas não pode ser considerada arbitrária. Nessa medida permite questionar a perspectiva histórica e sociológica eurocentrista segundo a qual o tipo de Estado correspondente ao capitalismo é o moderno Estado-nação (Ralph Miliband), enquanto que todos os demais seriam “de exceção”

(Poulantzas) ou “pré-capitalistas” ou “de transição” (virtualmente todos os autores do “materialismo histórico”)²¹.

Não possuímos ainda, a meu ver, uma teoria histórica verdadeiramente solvente das relações entre capitalismo e Estado enquanto a questão da colonialidade do poder não seja integrada à investigação histórica e teórica respectiva. Mas aqui não é o lugar e nem a ocasião para ir mais longe acerca dessa questão crucial.

Em todo caso, o recente debate sobre as relações entre a “globalização” e o Estado, na perspectiva dominante (eurocentrista) se circunscreve exclusivamente na presumida crise do moderno Estado-nação sob os impactos da “globalização”²².

Capitalismo, globalização e moderno Estado-nação

O que, não obstante, as tendências atuais do capitalismo – e em particular a hegemonia do capital financeiro e a ação predatória dos mecanismos especulativos de acumulação – tornaram bruscamente visível foi o fato de que capitalismo moderno, como um dos eixos centrais do atual modelo de poder mundialmente dominante, tem estado associado com o moderno Estado-nação somente em poucos espaços de dominação, enquanto que na maior parte do mundo tem estado ligado a outras formas de Estado e em geral de autoridade política.

É mais pertinente, portanto, e mais produtivo, tratar de trazer à luz as tendências mais dinâmicas que se encontram em desenvolvimento nas relações entre as mudanças atuais na configuração do capitalismo e os que ocorrem nas estruturas de autoridade coletiva e de dominação política. A esse respeito, é possível distinguir as seguintes tendências principais:

²¹ De Ralph Miliband, *The State in Capitalist Society*, Nova York: Basic Books, 1969, foi especificamente proposto como um estudo do Estado nos países chamados “ocidentais”. De Nicos Poulantzas, *Poder Político y Clases Sociales en el Estado Capitalista*, México: Siglo XXI Editores, 1969. Uma útil revisão da literatura anterior ao eclipse do “materialismo histórico” no debate mundial é a de Tilman Evers, *El Estado en la Periferia Capitalista*, México: Siglo XXI Editores, 1979 e 1985.

²² Sobre este assunto não deixa de fluir uma imensa literatura. Sobre uma parte do debate na América Latina ver, por exemplo, de Daniel García Delgado: *Estado-nación y Globalización*, Buenos Aires: ARIEL, 1998. De Francisco Capuano Scarlato et al., *Globalización e Espaço Latino-Americano*. São Paulo: Hucitec-Anpur, 1993. E em relação aos processos políticos vinculados aos culturais, de José Sánchez Parga: *Globalización, Gobernabilidad y Cultura*, Quito: Abya-Yala, 1997. De Daniel Mato, *Crítica de la Moderna Globalización y Construcción de Identidades*, Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1995; de Néstor García Canclini, coord., *Culturas en Globalización*, Caracas: Nueva Sociedad 1996, Caracas.

1. A formação de um Bloco Imperial Mundial integrado pelos modernos Estados-nação do “centro” do sistema mundial;
2. A luta pela hegemonia regional entre os Estados nacional-dependentes associados ou em conflito com o Bloco Imperial nas regiões mais conflitivas, como no Oriente Médio (Israel de um lado, Síria e Iraque do outro), na América do Sul (Brasil, Chile, Argentina), na Ásia (Índia e Paquistão em um extremo e China e Coréia do Sul no outro), e na África de modo mais fluido, por não parecer existirem ainda regiões diferenciadas de modo análogo às anteriores, com exceção da África do Sul;
3. A erosão contínua do espaço nacional-democrático, ou em outras palavras a contínua des-democratização e des-nacionalização de todos os Estados nacional-dependentes onde não se chegou à consolidação do moderno Estado-nação;
4. A gradual conversão dos Estados menos nacionais e democráticos em centros locais de administração e controle do capital financeiro mundial e do bloco imperial.

Não é meu objetivo aqui explorar sistematicamente cada um desses processos e seu conjunto. Por enquanto, para nossos fins, é necessário insistir, sobretudo, na constituição do Bloco Imperial Mundial e na des-democratização e des-nacionalização dos Estados dependentes e sua conversão progressiva em uma espécie de agências político-administrativas do capital financeiro mundial e do bloco imperial mundial, pois são essas duas tendências as que expressam mais claramente do que as demais, a re-concentração do controle mundial da autoridade pública, a re-privatização local desta última e a sombra virtual de um espaço global de dominação.

O bloco imperial mundial e os Estados locais

Ninguém poderia hoje negar que uns poucos entre os Estados-nação modernos – o Grupo dos 7, agora, com a tardia incorporação da Rússia – mais fortes, vários deles sedes centrais dos modernos impérios coloniais e todos eles do imperialismo capitalista durante o século XX²³ formam agora em seu conjunto um genuíno Bloco Imperial Mundial. Primeiro, porque

²³ No sentido de Hobson e Lenin.

suas decisões são impostas sobre o conjunto dos demais países e sobre os centros nevrálgicos das relações econômicas, políticas e culturais do mundo. Segundo, porque o fazem sem haver sido eleitos, e nem sequer designados, pelos demais Estados do mundo, dos quais portanto não são representantes e a quem, consequentemente, tampouco precisam consultar para suas decisões. São virtualmente uma autoridade pública mundial, embora não um efetivo Estado mundial.

Esse Bloco Imperial Mundial não é constituído somente pelos Estados-nação mundialmente hegemônicos. Trata-se, na verdade, da configuração de uma espécie de trama institucional imperial formada por tais Estados-nação, as entidades intergovernamentais de controle e exercício da violência, como a OTAN, as autoridades intergovernamentais e privadas de controle do fluxo financeiro mundial em especial (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Clube de Paris), Banco Interamericano de Desenvolvimento, entre as principais) e as grandes corporações globais. Essa trama institucional constitui, de fato, uma espécie de governo mundial invisível²⁴.

Em outras palavras, trata-se de uma re-concentração mundial do controle da autoridade pública, em escala global. *E este é, de meu ponto de vista, o fenômeno novo mais destacado da chamada “globalização” do atual modelo de poder mundial.*

A emergência do Bloco Imperial Mundial – talvez fosse melhor chamá-lo diretamente Global? – implica, obviamente, em que os demais Estados sejam submetidos à redução crescente de sua autonomia. Isso ocorre, em particular, com os Estados e sociedade que não culminaram ou não avançaram no processo de formação dos modernos Estados-nação. E se, por outro lado, se observa o que ocorre com a sociedade, com as diferenças sociais, culturais e políticas produzidas pela imposição mundial do neoliberalismo como matriz de política econômica, tanto dentro de cada país quanto entre países, pode-se perceber sem dificuldade que essa erosão contínua da autonomia (ou soberania) de tais Estados, consiste sobretudo na des-democratização da representação política da sociedade no Estado, e desse modo na des-nacionalização da sociedade e do Estado. Isso é o que mostra claramente a associação estrutural

²⁴ Thomas M. Gallagher cunhou o conceito de “transgovernance” para explicar o fato de que as instituições do Estado são imprescindíveis para aplicar ou impor em cada país as normas e as condutas que correspondem aos interesses do capital e do mercado. Porém que, ao mesmo tempo, essas instituições estatais estão mescladas com as específicas do capital. Ver “Globalization and Marginalization. Debt and International Underclass”, em *Current History*, novembro de 1997: 392-396 e em *Developing World* 99/00, *op. cit.* 50-54.

entre as necessidades do capital financeiro, dos mecanismos especulativos de acumulação e as tendências de re-concentração mundial do controle da autoridade pública, cuja maior expressão atual é o Bloco Imperial Mundial.

Esses processos paralelos e interdependentes não implicam, entretanto, em que a autoridade pública do Bloco Imperial Mundial se exerce direta e explicitamente em todos os demais espaços de dominação ou “países” daqueles (salvo de modo excepcional e transitório, como foi o caso da invasão do Panamá e a prisão de Noriega), embora tendam claramente nessa direção, como mostram as ações recentes em Kosovo, na Chechênia, na África e agora na Colômbia e potencialmente em toda a área andino-amazônica da América do Sul (Plano Colômbia)²⁵.

Por enquanto, ao menos, esse Bloco Imperial Mundial precisa dos Estados locais para impor suas políticas em cada país; desse modo, alguns dos Estados locais estão sendo convertidos em estruturas institucionais de administração local de tais interesses mundiais, e outros tornam mais visível que já vinham exercendo essas funções. Esse processo implica em uma re-privatização local e global de tais Estados²⁶, pois respondem cada vez menos à representação política dos setores sociais de cada país. Formam parte, assim, dessa trama mundial de instituições de autoridade pública, estatais e privadas, que em seu conjunto começam a conformar uma espécie de governo mundial invisível²⁷.

A re-privatização do controle da autoridade coletiva

Tal re-concentração do controle mundial da autoridade pública, em escala global, implica fundamentalmente em uma re-privatização do controle de um âmbito central da existência social e sua respectiva esfera institucional. O controle da autoridade coletiva havia sido reconhecido como público durante

²⁵ Desde que foi escrito este texto, essa tendência de re-colonização global está evidenciada pela invasão imperial/colonial do Iraque e do Afeganistão pelos Estados Unidos e Inglaterra, com o apoio explícito ou discutido do Bloco Imperial Global.

²⁶ Sobre a questão das relações entre o público e o privado na configuração e na ação da autoridade coletiva, estatal em particular, adiantei algumas propostas em “Lo Público y lo Privado; Un Enfoque Latinoamericano”, em Aníbal Quijano, *Modernidad, Identidad y Utopía en América Latina*, Lima: Ediciones Sociedad y Política, 1988.

²⁷ Depois de minha conferência e terminada esta revisão do respectivo texto, li a obra de Michael Hardt e Antonio Negri *Empire*, Cambridge, Mass/Londres, Inglaterra: Harvard University Press, 2000. Sua tese central é a de que estamos já dentro de um Império Global, de características históricas e culturais análogas às do Império Romano, e que já terminou a era do imperialismo e do Estado-nação, que em sua perspectiva são instituições mutuamente correspondentes. Essa idéia se encontrava no livro de George Soros, *The Crisis of Global Capitalism*, Nova York, 1998. Os leitores perceberão que tenho divergências para com essas propostas.

o período da modernidade e em particular desde o século XVIII em diante. O moderno Estado-nação emergiu, precisamente, como a encarnação do caráter público da autoridade coletiva. Público no sentido específico e explícito de que admitia a participação igual de todos os “cidadãos” e se legitimava, acima de tudo, por essa razão²⁸. Agora, ao contrário, embora uma parte, cada vez mais secundária, inclusive basicamente simbólica, desse universo institucional seja ainda reconhecidamente pública, o fato é que os núcleos dominantes dessas instituições são privados, como as corporações globais, ou são privados como a tecnocracia administradora das entidades financeiras e das políticas econômicas dos Estados, inclusive quando se trata de instituições supostamente públicas, como as instituições intergovernamentais do capital financeiro, o FMI ou o que se conhece como Banco Mundial.

No debate mundial em curso sobre essa tendência de contínua e crescente erosão dos Estados/sociedades mais débeis porque seu processo de democratização/nacionalização não chegou a culminar e afirmar-se suficientemente, a proposta teórica mais difundida a apresenta como uma tendência ao declínio da própria instituição do moderno Estado-nação²⁹.

Essa é uma clara mostra do domínio da perspectiva eurocêntrica de conhecimento. É verdade que o moderno Estado-nação, junto com a família burguesa, a empresa capitalista e o eurocentrismo³⁰ é uma das instituições fundamentais de cada área do modelo de poder mundial que corresponde ao período da modernidade e que começa com a América. Também se pode dizer que o moderno Estado-nação é a instituição mundialmente hegemônica dentro do universo de instituições que atuam no mundo no conflito em busca do controle da autoridade pública e de seus recursos, especialmente a violência. O que não é verdade, no entanto, é que o moderno Estado-nação exista realmente em todos os espaços de dominação conhecidos como *países*. Tampouco é verdade que todos os atuais Estados de todos os países, ou espaços de dominação, tenham o caráter de moderno Estado-nação, ainda que se auto-representem dessa forma ou inclusive sejam admitidos no imaginário ou no universo simbólico de cada país.

²⁸ Ver de Aníbal Quijano, “Lo Público y lo Privado, un Enfoque Latinoamericano”, *op. cit.*

²⁹ A literatura respectiva já é extensa e aumenta a cada dia. Ver, por exemplo, as referências em Daniel García Delgado, *Estado-nación y Globalización. Fortalezas y Debilidades en el Umbral del Tercer Milenio*. Buenos Aires: Ariel, 1998.

³⁰ Acerca dessa questão, de Aníbal Quijano, *La Colonialidad del Poder y sus Instituciones Hegemónicas*, cuja primeira parte foi publicada com o título de “Poder y Derechos Humanos” em Carmen Pimentel, Comp. *Op. cit.*

Colonialidade do poder e Estado-nação

A diferença definidora entre os processos que chegaram a culminar e afirmar Estados-nação modernos e os que não o fizeram reside no modo e na medida de suas respectivas relações com a colonialidade do poder. Nos primeiros, esta não esteve imediatamente presente nos espaços de dominação nos quais foram levados a cabo processos de democratização das relações sociais, os quais produzem e redefinem o caráter dos processos de nacionalização da sociedade e de seu Estado. Assim ocorreu na Europa Ocidental desde o último terço do século XVIII até o fim da Segunda Guerra Mundial.

A colonialidade do poder, não obstante, esteve e está de todo modo ativa, pois forma parte do contexto global dentro do qual ocorrem os processos que afetam todos os espaços concretos de dominação. Isso porque a concentração dos processos de democratização e nacionalização dos Estados modernos na Europa ocidental, até o século XX, explica, precisamente, a imposição mundial da colonialidade do poder. O eurocentrismo do modelo colonial/capitalista de poder não se deveu somente, e menos ainda principalmente, à posição dominante na nova geografia do mercado mundial, e sim sobretudo à classificação social básica da população mundial em torno da idéia de *raça*. A concentração do processo de formação e consolidação do moderno Estado-nação na Europa ocidental não poderia ser explicado, nem entendido, fora desse contexto histórico³¹.

A outra face do mesmo processo de constituição e de consolidação do moderno Estado-nação era o mundo colonizado, África e Ásia, ou dependente³² como a América Latina. Nesse resto do mundo, a colonialidade do poder não apenas esteve e está presente no contexto global do modelo mundial de poder, como atua de modo direto e imediato dentro do respectivo espaço de dominação, criando obstáculos aos processos que se dirigem à democratização das relações sociais e a sua expressão nacional na sociedade e no Estado.

Se alguém pensa que a diferença repousa em que alguns espaços eram colonizados e outros não, basta comparar os processos da Europa ocidental e da América Latina, os dois cenários mais representativos de cada lado das diferenças nesses processos, que aliás ocorreram no mesmo período, entre

³¹ Ver “Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina”, *artigo citado*.

³² Sobre o conceito de “dependência” implicado nessa proposição, ver “Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina”, *artigo citado*. Também “Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina”, em *Anuario Mariateguiano*, IX, 9, 1997:113-122.

o final dos séculos XIX e XX³³. Diferentemente da Europa – diferença devida, exatamente, à distribuição diversa da colonialidade do poder entre ambos os espaços – na América Latina, precisamente ao término das guerras chamadas de independência, produziu-se o paradoxo histórico mais notório da experiência latino-americana: a associação entre Estados independentes e sociedades coloniais, em todos e cada um de nossos países. Essa associação, ainda que sem dúvida comprometida e confrontada de modo permanente, embora errático, não deixou, no entanto, de presidir às relações sociais e estatais de toda a América Latina.

Se tomarmos a América Latina, não poderíamos a rigor admitir como Estados-nação modernos plenamente constituídos e afirmados os Estados/sociedade da área chamada “andina” ou do Brasil, por exemplo, a menos que se admita como nacionais as sociedades e Estados explicitamente fundados na colonialidade das relações de poder. O Uruguai e o Chile avançaram um pouco mais na constituição de modernos Estados-nação, porém à custa do extermínio genocida das populações aborígenes e de uma apropriação de seus territórios relativamente menos concentrada e portanto com limites intransponíveis, a menos que ocorra uma descolonização radical das relações com as populações que descendem dos aborígenes sobreviventes e que, como todo mundo sabe, já estão em movimento em ambos os países.

No México, uma revolução social, entre 1910 e 1930, iniciou esse processo de descolonização das relações de poder, mas suas tendências radicais foram em breve derrotadas e o processo não pode ser tão profundo e global para permitir a plena afirmação de uma sociedade e um Estado democráticos e nacionais. Essa derrota não tardou a produzir suas consequências, perceptíveis no estrangulamento crescente da descolonização da sociedade e nas tendências atuais que se orientam para a reconstituição da associação entre o capitalismo e a colonialidade do poder. Seja como for, trata-se do único lugar na América Latina onde a sociedade e o Estado avançaram, durante um período importante, no processo de descolonização do poder, de democratização/nacionalização. Nos demais países, as revoluções que se orientavam em direção ao mesmo horizonte

³³ Essas questões já foram discutidas por mim em diversos textos, principalmente em *Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina*, artigo citado; em *Estado-nación, Ciudadanía y Democracia; Cuestiones Abiertas*. Em Heidulf Schmidt e Helena Gonzales, comps., *op. cit.*; em “El Fantasma del desarrollo”, *Revista Venezolana de Ciencias Sociales*, 2, Universidade Central da Venezuela, 2000; em “Colonialidad, Ciudadanía y Democracia”, em *Amérique Latine: Democratie et Exclusion*. Paris: l'Harmattan, 1994; em “America Latina en la Economía Mundial”, em *Problemas del Desarrollo*, Revista do Instituto de Investigações Econômicas, UNAM, XXIV, 95, México, 1993.

entre 1925 e 1935 foram derrotadas, sem exceção. Desde então, os processos têm sido em toda parte erráticos, parciais e finalmente precários. As guerras civis centro-americanas, desde a década de 50 até há pouco, que obviamente expressaram os mesmos conflitos e interesses, mostraram a ilegitimidade e a conflitividade inevitáveis da colonialidade do poder nesses como em todos os demais países, mas as forças sociais descolonizadoras foram derrotadas.

Em termos realistas, somente nos países do “centro”, em primeiro lugar, e naqueles onde foram possíveis profundas revoluções sociais triunfantes, como na China, ou onde as guerras e derrotas tornaram possíveis processos relativamente importantes de democratização social, como no Japão, Coréia do Sul, Taiwan, Austrália e Nova Zelândia, pode verificar-se o desenvolvimento de processos de Estado-nação, ainda que com diversos graus de afirmação e amadurecimento na direção de Estados-nação modernos. A China, por exemplo, é hoje um Estado central fortalecido depois de 1949. O que não é de todo seguro é que já tenha chegado a ser uma sociedade totalmente nacional, já que existe no mesmo espaço de um império colonial e certamente não deixou de ser um despotismo burocrático.

Notavelmente, não é nesses países, e especialmente nos do “centro” (Estados Unidos, Europa Ocidental, Japão), que se pode observar a erosão ou declínio da institucionalidade do moderno Estado-nação. O processo iniciado de unificação política dos países da Europa ocidental não tem o significado de erosão do Estado-nação moderno, e sim da constituição de um novo e mais amplo espaço de dominação para sua vigência. Haverá quem sugira que o tamanho do espaço de dominação é o fator decisivo do caráter de um Estado? Ou que a União Européia terá novamente um Estado absolutista ou despótico somente devido à ampliação do espaço de dominação?

Somente em todos os países nos quais não foi possível culminar ou afirmar os processos de democratização/nacionalização de sociedades e Estados, ou processos de formação de modernos Estados-nação, é que se podem observar processos de erosão do que já se havia conseguido avançar nessa direção.

Trata-se aqui de processos de des-democratização da sociedade e do Estado e nessa medida de des-nacionalização de ambos, como parte de uma tendência mundial de re-concentração do controle mundial das instituições de autoridade pública, isto é, do Estado em primeiro lugar, e de gradual constituição de uma trama mundial de instituições, estatais e privadas, de

autoridade pública, que parecem operar como um governo mundial, invisível porém real.

A globalização capitalista: uma contra-revolução global

Poucas vezes na história do período da modernidade poderia ser observado um grau tão notável de re-concentração do controle do poder, especificamente no âmbito do trabalho e da autoridade pública. Semelhante extremo é quase equiparável ao que ocorreu com o colonialismo europeu entre os séculos XVI e XIX³⁴.

O curso desse processo poderia localizar-se entre meados da década de 1970, quando estalou a crise mundial do capitalismo. E seu momento de aceleração desde o final da década de 1980, a partir da famosa “queda do muro de Berlim” em 1989. E muito novamente implica em uma mudança verdadeiramente dramática em relação ao período imediatamente anterior, por sua vez localizável, *grosso modo*, entre o fim da Segunda Guerra Mundial e meados da década de 1970.

Se compararmos ambos os períodos, podemos começar a perceber o decisivo significado histórico dessa drástica mudança. Brevemente, já que se trata de uma história conhecida, restringir-me-ei aqui somente a mencionar as linhas e fatos mais salientes do período entre 1945 e 1973:

- 1) A descolonização política do sudeste asiático (Índia, Indonésia, Indochina, Ceilão, etc), do leste asiático (China, Coréia), da maior parte da África e do Oriente Médio, assim como das Antilhas e da Austrália e Nova Zelândia.
- 2) O triunfo de revoluções sociais profundas, na China, no Vietnã, na Bolívia, em Cuba, e a extensão de movimentos revolucionários de orientação “socialista” e de “libertação nacional”, inclusive os “socialismos africanos”. Em alguns casos, implicaram em derrota militar dos Estados hegemônicos, como na Coréia, Vietnã, Argélia e na queda de regimes autoritários e colonialistas como o de Portugal.

³⁴ No monumental livro de L.S. Stavrianos, *Global Rift, the Third World Comes of Age*. New York: William Morrow & Co., Inc., 1981.

- 3) A extensão de regimes de *Welfare State* na Europa e nos Estados Unidos.
- 4) Os movimentos e regimes na América Latina de tendência nacional-democrática, que produziam reformas sociais e políticas orientadas para a democratização das relações sociais e políticas, inclusive a estatização dos recursos de produção: peronismo, velazquismo, allendismo.
- 5) O desenvolvimento de movimentos sociais radicalmente democráticos, anticapitalistas, antiautoritários e antiburocráticos, na Europa, Estados Unidos e algumas zonas da Ásia e América Latina, produzidos na segunda metade dos anos 60, sobretudo, pelas ondas revolucionárias na França, Alemanha, Estados Unidos, China e México.
- 6) A extensão de movimentos sociais de democratização radical, intitulada “libertação” nas relações sexuais e nas relações de gênero, nas relações “raciais” e “étnicas” e nas relações de idade.
- 7) O início da crítica sistemática do eurocentrismo como perspectiva de conhecimento, sobretudo na América Latina no começo, porém logo na Europa, Ásia e África.

Todos esses processos implicaram: a) uma ampla *des-concentração do controle da autoridade pública*, arrebatando parte desse controle ao colonialismo europeu e ao imperialismo europeu e norte-americano; b) uma relativa, porém importante, *redistribuição do controle do trabalho* entre grupos de capitalistas imperialistas e locais; c) uma também relativa, porém igualmente importante, *redistribuição de benefícios e rendimentos*, seja por meio dos mecanismos do *Welfare State* nos países do “centro” ou por meio da extensão de emprego e serviços públicos (em especial educação, saúde, e segurança social públicas, na América Latina, Índia, etc.); d) em medida muito menor, uma relativa *redistribuição do controle dos recursos do trabalho*, sobretudo por meio de “reformas agrárias” em diversos países, Japão, Coréia do Sul, América Latina; e) *last but not least*, a extensão da crítica anticapitalista e de movimentos políticos anticapitalistas, e de outros que radicalizavam as lutas anti-imperialistas. De modo a produzir uma virtual ameaça para o modelo mundial de poder em seu conjunto.

Todos esses processos, movimentos e conflitos, produziram um cenário inequivocamente revolucionário em seu conjunto, na medida em que, embora

de modos e maneiras desiguais segundo as regiões ou problemas, era o modelo de poder mundial, como tal, seja em seus regimes de exploração ou de dominação, ou em ambas dimensões, o que estava em questão e em algum momento, como no final da década de 1960, em situação de efetivo risco.

Foi a derrota de todo este contexto, mediante a combinação de medidas de re-concentração do controle sobre o trabalho que se produziu durante a crise mundial do capitalismo, e da derrota dos movimentos que alguns chamam “anti-sistêmicos”, primeiro por uma aliança entre os regimes rivais dentro do sistema, e da derrota e desintegração posterior dos regimes rivais mais influentes (a ex-União Soviética, o “campo socialista” europeu), o que permitiu aos Estados-nação mais poderosos do modelo mundial de poder a rápida e relativamente fácil – sem resistência apreciável até agora – reconcentração do controle da autoridade pública, em muitos casos, uma clara re-privatização do Estado, como no caso peruano por meio do regime fujimorista³⁵.

Que é essa “globalização”?

Tudo o que foi dito permite chegar a certas proposições necessárias: *a “globalização” consiste, antes de mais nada, em uma reconfiguração das formas institucionais da Colonialidade do Poder, o que implica: 1) uma contínua e rápida reconcentração da autoridade pública mundial, a rigor uma re-privatização do controle da autoridade coletiva; 2) sobre essa base ativa-se o aprofundamento e a aceleração das tendências básicas do sistema capitalista de controle e de exploração do trabalho. 3) A correspondente expressão institucional no “centro” é a configuração de um Bloco Imperial Mundial, integrado, por um lado, pelos Estados-nação que já eram mundialmente hegemônicos, sob o predomínio do principal entre eles, os Estados Unidos; e por outro lado, pelo bloco de corporações mundiais de capital financeiro; 4) o Bloco Imperial Mundial está mesclado estruturalmente com as instituições de controle e de administração do capital financeiro mundial, principalmente o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Clube de Paris; e com as entidades de controle e administração mundial da violência internacional, social e política, como o Tratado do Atlântico Norte e o Sistema Interamericano de Defesa Regional; 5) o conjunto desse tecido institucional, estatal e paraestatal, tende a operar como um governo mundial invisível; 6) na “periferia”, a expressão institucional mais destacada do processo é a des-nacionalização e des-democratização dos Estados de tendência nacional,*

³⁵ Minhas propostas teóricas e políticas sobre esses processos foram apresentados sumariamente em “El Fin de Cuál Historia?”, artigo citado.

e nesse sentido específico trata-se de uma contínua erosão da autonomia (ou soberania) e das tendências à formação ou consolidação do moderno Estado-nação nas áreas não centrais do capitalismo; 7) na medida em que o conjunto de tais processos seja o resultado da derrota mundial dos regimes, organizações e movimentos rivais ou antagônicos ao modelo de poder capitalista mundial/colonial/moderno e eurocentrado, a atual “globalização” desse modelo de poder tem o caráter de um processo contra-revolucionário em escala global.

Esse caráter basicamente político da chamada “globalização” mostra que não se trata, como em sua imagem mítica, de uma espécie de fenômeno “natural” e portanto inevitável e inescapável. Pelo contrário, trata-se do resultado de um vasto e prolongado conflito em busca do controle do poder, do qual saíram vitoriosas as forças que representam a colonialidade e o capitalismo. E, em consequência, a “globalização” é uma inevitável arena de conflitos tanto entre os vencedores e vencidos como entre os próprios vencedores, isto é, suscetível de outros resultados.

Apenas de maneira breve, desta vez, é pertinente assinalar que a reconcentração do controle sobre o trabalho e sobre a autoridade pública não implicaram uma paralela reconcentração do controle global sobre todas as outras áreas do poder, especialmente nas relações inter-subjetivas de dominação social, a de “raça”, de “gênero”, e no modo de produzir conhecimento. O racismo-eticismo, a família burguesa e o eurocentrismo continuam a ser, sem dúvida, mundialmente hegemônicos. Mas nessas dimensões do atual modelo de poder e em suas respectivas instituições, até hoje a crise não se tornou senão mais profunda e mais explícita.

Da perspectiva nacional à global?

Existe também algo neste campo que se não é exatamente novo, de todo modo é provavelmente uma novidade para muitos não estudiosos do assunto. Trata-se da mudança de perspectiva inerente à idéia e à imagem vinculadas ao termo “globalização”. Depois de mundo tempo, agora é possível, e inclusive é quase um consenso comum, enfrentar o poder e em primeiro lugar o capitalismo e sua verdadeira e permanente escala: a escala global.

Não somente Marx, na verdade, senão virtualmente todos os que depois dele debateram essas questões, até antes da Primeira Guerra Mundial tinham em mente a idéia de capitalismo mundial. Mas desde então até depois da

crise mundial iniciada em meados da década de 1970, a perspectiva global de capitalismo como padrão mundial de controle do trabalho foi descartada em favor da perspectiva chamada nacional, isto é, referida ao Estado-nação.

Esse deslocamento da perspectiva implicou, necessariamente, também em um deslocamento de problemática ou, em outras palavras, das principais perguntas significativas que era pertinente fazer à experiência (ou à “realidade”) e da significação atribuível às observações, aos descobrimentos ou às verificações.

Tais deslocamentos de perspectiva e de problemática ocorreram sob a marca hegemônica do eurocentrismo como perspectiva básica de conhecimento. A referência privilegiada ao Estado-nação à européia não teria sentido de outra forma, já que não havia chegado, e nem o fez até hoje, a ser a real estrutura de autoridade pública da “periferia”.

Esses deslocamentos afetaram, embora em modos e medidas diferentes, todas as vertentes do debate. Isto é, não somente os defensores do capitalismo e de suas formas associadas de poder mas também os que exerciam ou tentavam exercer sua crítica teórica e política. Enquanto que para aqueles facilitava-se a defesa teórica de seu sistema, para os últimos o resultado foi teórica e politicamente desastroso. Em primeiro lugar, perpetuou-se a a-histórica visão dualista/evolucionista entre os chamados pré-capital e capital. Em segundo, perdeu-se de vista o caráter global das relações fundamentais entre os processos de exploração e de dominação, dos processos de classificação social e de suas relações com os espaços particulares de dominação chamados, com razão ou não, de nacionais.

Nessas condições não era possível reconhecer, porque não podiam ser vistas, as tendências do capitalismo que agora estão à vista de todos e que por isso, principalmente, presume-se serem novas. Em especial, a polarização social global da população mundial entre uma minoria rica e uma imensa maioria que cresce e que é continuamente empobrecida; a constante concentração do capital; a contínua revolução nos meios de produção; e ainda quase não estudada sistematicamente, a tendência ao esgotamento do interesse e da necessidade de converter a força de trabalho em mercadoria.

Essa perspectiva não apenas tomava o Estado-nação, real ou suposto, como unidade de estudo, mas também como perspectiva teórica ou metodológica para investigar as tendências e processos gerais do capitalismo. Essa perspectiva de conhecimento não podia ser senão reducionista. E, naturalmente, a partir

dela não era em absoluto difícil demonstrar que nos Estados-nação modernos dos países do “centro” as tendências globais que agora são patentes para todo mundo não ocorriam, ou não eram ainda tão visíveis como hoje. E portanto as dificuldades do desenvolvimento capitalista nos demais países eram uma questão de “modernização”, isto é, em seus termos, de colocar-se na mesma rota dos mais “avançados”, ou de tempo e acerto nas medidas de política econômica, para aqueles que já tivessem ingressado nesse caminho. Em todo caso, era um problema “nacional” e devia ser resolvido por meio do Estado-nação. Isto é, não era um problema do poder mundial nem do capitalismo mundial.

Colonialidade e Estado-nação na América Latina

O nacionalismo latino-americano foi concebido e atuado a partir dessa perspectiva eurocêntrica de Estado-nação e nacionalismo, como uma lealdade a uma identidade estabelecida ou assumida pelos beneficiários da colonialidade do poder, à margem e não poucas vezes contra os interesses dos explorados/ dominados colonial e capitalisticamente. Por isso, primeiro o liberalismo latino-americano desde o século XIX e em seguida o “desenvolvimentismo” e a “modernização” após a Segunda Guerra Mundial atolaram na quimera de uma modernidade sem revolução social. O “materialismo histórico” naufragou em outro pântano, de natureza igualmente eurocêntrica: a idéia de que os dominadores desses países eram e são, por definição, “burguesias nacionais e progressistas”. Desse modo confundiram-se as vítimas e estas se desviaram das lutas pela democratização/nacionalização de suas sociedades, onde a descolonização social, material e inter-subjetiva, em termos estritos a des/colonialidade do poder, é a condição *sine qua non* de todo possível processo de democratização e de nacionalização.

A des/colonialidade do poder é o piso necessário de toda revolução social profunda. Também para um enérgico desenvolvimento do capitalismo nesses países seria necessária essa revolução/des/colonização, como o demonstra o destino desta região na economia mundial e os inúteis e inconclusivos projetos e discursos atuais de “integração de mercado”, seja o Pacto Andino ou no Mercosul³⁶.

Enquanto essas condições não forem removidas, a soberania nacional não pode consistir em defesa dos interesses dos donos do Estado de uma

³⁶ Ver *América Latina en la Economía Mundial*, *op. cit.* Também *El Fantasma del Desarrollo en América Latina*, *op. cit.*

sociedade colonial e do controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, antes sócios menores dos interesses imperiais, hoje apenas seus agentes administradores no espaço de dominação chamado nacional. Isso é antagônico em relação aos interesses da imensa maioria de trabalhadores. O fujimorismo é a mais acabada expressão dessa perversa experiência³⁷.

Nas condições da “globalização” contra-revolucionária do mundo, o desenvolvimento de Estados-nação à européia é um caminho sem saída. E o discurso de que somos sociedades multiétnicas, multiculturais, etc., não implica, não poderá implicar, na real descolonização, no sentido de des/colonialidade, da sociedade, nem do Estado, e em vários casos, dos quais Fujimori no Peru é a ilustração *par excellence*, serve para escamotear as pressões para a re-legitimação do racismo/etnicismo e desvirtuar as lutas sociais contra essas formas de dominação³⁸.

Para os países onde a colonialidade do poder é o fundamento real das relações de poder, a *cidadanização*, a democratização, a nacionalização, não podem ser reais senão de modo precário no modelo eurocêntrico de Estado-nação. Nós, povos latino-americanos, teremos de encontrar outra via alternativa. A comunidade e a associação de comunidades como a estrutura institucional de autoridade pública, local e regional, já surgem no horizonte com o potencial de chegar a ser não apenas a moldura institucional mais apta para a democracia das relações quotidianas entre as pessoas, mas também estruturas institucionalizadas mais eficazes e mais fortes do que o Estado, para o debate, o planejamento, a execução e a defesa dos interesses, necessidades e trabalhos e obras de grande fôlego da população do mundo.

A questão da democracia

O que o termo *democracia* significa no mundo atual, no modelo mundial de poder colonial/moderno/capitalista/eurocêntrico, é um fenômeno concreto

³⁷ Discuti este tema em vários textos, entre os principais: *El Fujimorismo y el Perú*, Lima, 1995; “Fujimorismo y Populismo”, em *El Fantasma del Populismo*, Felipe Burbano de Lara, Caracas: Ed. Nueva Sociedad, 1998; “El Fujimorismo, la OEA y el Perú”, em *América Latina en Movimiento*, 25 de julho de 2000, Quito, Equador.

³⁸ A Corte Suprema do Poder Judicial controlado e manipulado pelo Serviço de Inteligência Nacional, a serviço dos especuladores e negociantes corruptos do país, decidiu pela legalidade dessa discriminação imposta pelas empresas das casas de diversão noturna em Lima. Ver meu artigo “Qué tal raza”, originalmente publicado no volume *Cambio Social y Familia*, publicado por CECOSAM, Lima, 1999, 186-204. Reproduzido em *revista Venezolana de Ciencias Sociales* 2000, 6,1, janeiro-abril: 37-45. Em *Ecuador Debate*, 49, Quito, dezembro de 1999:141-152.

e específico: *um sistema de negociação institucionalizada dos limites, das condições e das modalidades de exploração e de dominação, cuja figura institucional é o moderno Estado-nação*³⁹.

A pedra de toque desse sistema é a idéia de igualdade jurídica e política dos desiguais nas demais áreas da existência social. Não é difícil perceber o que ela historicamente implica, a confluência e a trama entre três processos, a) a secularização burguesa e sua expressão na nova realidade eurocêntrica; b) as lutas entre o novo modelo de poder e a “ordem antiga” pela distribuição do controle da autoridade coletiva; c) as lutas pela distribuição do controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, no período do capital competitivo sobretudo entre seus próprios grupos burgueses, e desde o ingresso no período monopolista, sobretudo entre o capital e o trabalho.

Fora dessa confluência histórica não se poderia explicar nem entender a instalação da idéia de igualdade social, da liberdade individual e da solidariedade social como questões centrais das relações sociais, como expressão da racionalidade no período da modernidade. A des-sacralização da autoridade na configuração da subjetividade, de modo que o foro interno individual seja autônomo, faz parte da secularização da subjetividade, do novo modo de *subjetificação* das pessoas e é o fundamento da liberdade individual. Mas por outro lado, as necessidades do mercado capitalista, assim como as lutas pelo controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, impulsionavam o reconhecimento da igualdade social e a solidariedade de todos os seus participantes. Essa confluência de idéias de igualdade social, de liberdade individual e de solidariedade social estão na própria base da admissão de que na sociedade todos têm igualmente a possibilidade de participar do controle do trabalho, assim como do controle da autoridade coletiva, que dessa forma se tornava pública pela primeira vez. A democracia se estabelecia, desse modo, como cifra e compêndio da modernidade.

Dois elementos, no entanto, condicionaram de modo decisivo esses processos. Em primeiro lugar, o novo modelo de poder tinha caráter moderno, porém ao mesmo tempo colonial e capitalista. Portanto, não apenas a racionalidade e a modernidade, mas também a desigualdade social fundada, ao mesmo tempo, no novo sistema de dominação racial/sexual e no novo

³⁹ Sobre minhas propostas históricas e teóricas a respeito dessa questão, remeto, principalmente, aos textos já citados “Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina”; “Estado-nación, Ciudadanía y Democracia: Cuestiones Abiertas” y “El Fantasma del Desarrollo”.

sistema de exploração social capitalista, isto é, a colonialidade da exploração e da dominação se constituía nele. O mercado, em consequência, operava como piso da igualdade, porém ao mesmo tempo como um teto, isto é, como seu limite. Mas somente naqueles espaços de dominação, ou países, onde a colonialidade da dominação racial/sexual não estava imediatamente presente ou era marginal. O mercado põe em situação formal de igualdade agentes de condições sociais desiguais. Da mesma maneira, o foro individual não podia ter a mesma ilimitada autonomia para todos os indivíduos de qualquer das áreas de existência social onde o poder estava comprometido: em primeiro lugar o sexo, seus recursos e seus produtos. Assim, as mulheres, inclusive nos países do “centro”, não obtiveram na época aquele foro próprio, não podiam participar no âmbito público, e sim somente no privado, no qual foram reclusas a família, a atividade sexual e seus produtos, o prazer e a prole. O mesmo ocorreu, em segundo lugar, com o trabalho, seus recursos e seus produtos. Os que haviam sido, ou seriam, totalmente vencidos na luta pelo controle respectivo e que não dispunham portanto senão da própria força de trabalho para participar do mercado, não poderiam tampouco ser iguais a não ser nos limites do mercado, e nem individualmente livres mais além de sua subalternidade.

De todo modo, as relações sociais desde então passariam a ter um caráter novo: sua inter-subjetividade marcada pelo domínio dessa nova racionalidade e sua materialidade marcada pelo mercado capitalista. Dali em diante, portanto, o conflito social consistiria, antes de mais nada, na luta pela materialização da idéia de igualdade social, da liberdade individual e da solidariedade social. A primeira coloca em questão a exploração. As outras, a dominação. A democracia se constituía, assim, em área central do conflito de interesses dentro do novo modelo de poder. Todo o processo histórico desse modelo específico de poder tem consistido na contínua existência dessa contradição: de um lado, os interesses sociais que lutam, todo o tempo, pela permanência da materialização e universalização da igualdade social, da liberdade individual e da solidariedade social. Do outro lado, os interesses que lutam por limitá-las e sempre que possível reduzi-las ou eliminá-las, exceto para os dominantes. *O resultado até agora tem sido a institucionalização da negociação dos limites e modalidades de dominação, e a cidadania é sua expressão exata. Dos limites da cidadania depende a negociação dos limites e modalidades da exploração. O universo institucional que resultou dessas negociações é o chamado Moderno Estado-nação. Isso é o que, no atual modelo de poder, se conhece como democracia.*

Em segundo lugar, o novo modelo de poder era colonial/eurocêntrico. Isto é, estava fundado na colonialidade da classificação racial como classificação social básica e universal e era eurocentrado devido a essa determinação específica. Dessa característica se originou o fato de que, durante quase dois séculos, desde fins do XVIII até meados do XX, essa contradição específica em que se fundava a democracia não pudesse estabelecer-se plenamente, a não ser na Europa ocidental. Primeiro, porque nesses países não estava originalmente presente, de modo direto e imediato como na atualidade, a colonialidade da classificação social, graças, precisamente, à colonialidade imposta entre os “europeus” e os demais membros da espécie humana. Segundo, porque na Europa se havia concentrado a mercantilização da força de trabalho, de modo que o capital era para eles, na verdade parecia a eles, como a relação social universal. Terceiro, porque neles fora erradicada a modalidade senhorial de dominação. Em troca, nos demais lugares do planeta, conforme foi se expandindo o colonialismo europeu, a colonialidade foi imposta como classificação básica; devido a isso a forma dominante de exploração tendia à exclusão do salário até fins do século XIX, e as formas de controle da autoridade tinham caráter estatal/colonial/senhorial.

Em todo caso, a plena institucionalização da negociação dos limites e das modalidades de dominação e de exploração aparece consolidada nas sociedades “européias” (Europa Ocidental, Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia) embora sob a “globalização” comece a ficar na defensiva. E foi conseguida de maneira tardia e com claras limitações naquelas que não foram resultado do colonialismo europeu e da colonialidade do poder, como o Japão, Taiwan, Coréia do Sul. Em todos os demais é ainda uma trajetória a percorrer, na maioria dos casos, ou por culminar, como em particular na América Latina.

Globalização e democracia

Circula profusamente no debate político atual a idéia de que a democracia está em pleno curso de afirmação em todo o mundo. Essa idéia se refere ao fato de que a maioria dos governos atuais no mundo são resultado de eleições. O voto, em consequência, é entendido como exclusiva instituição definidora da democracia⁴⁰.

⁴⁰ Sobre esse debate ver as referências em meu texto “Estado-nação, Cidadania e Democracia: Questões Abertas”, em Heidulf Schmidt e Helena González, comps., *op. cit.*,

Essa idéia de democracia é uma expressão do crescente caráter tecnocrático da racionalidade burguesa e eurocêntrica, e escamoteia dois problemas. Primeiro, que o governo de todos os Estados, e em especial dos não democráticos e não nacionais, ou não plenamente nacionais, é exercido cada vez mais por tecnoburocracias não eleitas e completamente à margem da vontade dos votantes, ou pior, contra ela.⁴¹ Essa patente tendência é encoberta, não obstante, por um grosseiro contrabando intelectual, um argumento que apesar de ser quase ridículamente absurdo acabou sendo imposto como de virtual bom senso: o governo dos assuntos econômicos, sobretudo, e em geral os assuntos de gestão do Estado, não são problemas políticos, mas sim técnicos! Segundo, que essa relação entre políticas estatais e votos, não poderia ser explicada separadamente da “globalização”, i.e. do atual processo de reconcentração do controle da autoridade pública, que reduz ou busca reduzir toda participação política dos cidadãos que não seja pelo voto, para fazer possível a atuação local, nem sempre muito oculta, de um tipo de governo mundial tecnocrático ou “*transgovernance*”.

Com toda a vital importância que tem, sem a presença de condições democráticas nas relações sociais básicas, o voto não apenas pode ser objeto de fraude, manipulado, escamoteado, como inclusive se é exercido com plena legalidade, já não pode assegurar aos votantes o controle das instituições de autoridade pública, pois estas são controladas de modo separado e, cada vez mais, contra a explícita vontade dos votantes.

Não se pode concordar, em tais condições, que a democracia esteja precisamente em curso de expansão e de afirmação mundial. Muito pelo contrário. O capital financeiro e a acumulação especulativa desenfreada passaram a ter o domínio do capitalismo mundial, do conjunto da estrutura mundial de acumulação. E o exercem usando todos os recursos tecnológicos mais avançados e colocando a serviço de suas próprias finalidades e interesses a racionalidade e a produção do conhecimento. Essa é uma tendência estrutural atual do poder colonial/capitalista no mundo. Seu desenvolvimento exige que os espaços democráticos na sociedade sejam reduzidos, porque esses espaços implicam,

⁴¹ O caso mais escandaloso na América Latina é obviamente o de Fujimori no Peru, cujo triunfo em 1990 se deveu a uma maciça oposição dos votantes peruanos contra o programa econômico neoliberal de Vargas Llosa, mas que imediatamente impôs a mais extrema e perversa versão do neoliberalismo contra a vontade expressa de seus eleitores. Desde então se mantém no governo recorrendo a golpes de Estado e a fraudes eleitorais mundialmente condenados. Isto é, novamente, contra a vontade dos eleitores.

necessariamente, uma distribuição igualmente do acesso e controle do trabalho, seus recursos e seus produtos, do sexo, seus recursos e seus produtos, da subjetividade e em primeiro lugar do conhecimento. Por tudo isso, é indispensável a distribuição democrática do controle da autoridade pública, isto é, do Estado. O moderno Estado-nação se constitui, tendencialmente, desse modo e sobre essas bases. Mas as necessidades atuais de acumulação especulativa exigem, também necessariamente, a redução desses espaços e, onde possível, sua eliminação ou o desvirtuamento de suas instituições, como a cidadania e o voto.

O caráter capitalista do poder que se “globaliza” e o domínio do capital especulativo dentro da etapa atual do capitalismo são contrários à democratização da sociedade e, nessa medida, de sua nacionalização, já que todo Estado-nação *moderno* é nacional somente e enquanto é organização e representação política de uma sociedade democrática. Essa específica “globalização” vai des-ocultando cada vez mais sua direção contrária aos processos de nacionalização/democratização em todas as sociedades e Estados, mais imediata e drasticamente contra a afirmação de Estados-nação da “periferia” e em particular onde a colonialidade do poder preside às relações sociais, como nos países latino-americanos.

Por outro lado, apesar de toda a sua reconhecida capacidade de distorção, a racionalidade eurocêntrica pôde ser levada a admitir a crítica e o debate, precisamente, de seus elementos de distorção, e mais recentemente de sua colonialidade. Nessa medida e em essas condições foi um dos fundamentos centrais da legitimação mundial das idéias de igualdade social, de liberdade individual e de solidariedade social, o que legitimou a luta dos explorados, dos dominados, dos discriminados, não apenas contra seus opressores, não apenas para mudar de lugar o poder, mas também contra a opressão, contra o poder, contra todo poder. Mas desde a crise mundial de meados dos anos 70 do século XX, as necessidades e interesses da exploração pressionam essa racionalidade.

As tendências predatórias do capitalismo atual e a re-concentração do controle mundial do poder com o Bloco Imperial Mundial abrem espaço aos fundamentalismos, a todos os preconceitos e mitos nos quais se baseia a sacralização das hierarquias sociais; pressionam em direção ao uso exclusivamente tecnocrático do conhecimento, da ciência, da tecnologia, com o propósito explícito e excludente de fortalecer a exploração e a dominação, inclusive agora a intervenção tecnológica na biologia humana a fim de perpetuar

a discriminação racista/etnicista a serviço dos privilégios impostos, através do colonialismo e do imperialismo, contra a imensa maioria da espécie.

Existe mundialmente uma pressão ativa no sentido da des-modernização da vida das pessoas e não no sentido da crítica e eliminação do caráter colonial da versão eurocêntrica da modernidade, e sim em favor da re-legitimização das mais opressivas formas de poder. O poder foi quase eliminado como tema de pesquisa, de debate e em particular de crítica, exceto num sentido tecnocrático e administrativo. Desse modo legitima-se uma postura cínica como orientação da conduta quotidiana, já que o poder como elemento das relações sociais não pode ser excluído da realidade.⁴² O capital financeiro pressiona em direção à radical mercantilização de todo conhecimento e o Bloco Imperial Mundial busca a militarização do controle da investigação científica e da tecnologia.⁴³ O capitalismo especulativo que marca esta etapa da “globalização” exacerba todas e cada uma dessas tendências.

Nesse sentido específico, a “globalização” implica em riscos mais profundos e decisivos do que em qualquer momento da história dos últimos 200 anos. Desta vez não se trata somente de tendências de autoritarismo, como o nazismo, o fascismo, o estalinismo, emergindo na contramão de tendências democráticas mais fortes que formavam, ainda, parte do contexto histórico da modernidade e que envolviam não apenas os explorados e dominados, mas também a uma parte importante da burguesia mundial, posto que as tendências do capitalismo não haviam podido chegar a seus extremos atuais devido à resistência mundial, aos conflitos entre os poderes rivais, às lutas mundiais contra o atual modelo de poder. Mas essas lutas foram derrotadas e os conflitos e rivalidade pela hegemonia mundial foram controlados e deram lugar ao Bloco Imperial Mundial. Por tudo isso, trata-se agora, infelizmente, de tendências que parecem configurar-se no próprio terreno da sociedade e da cultura desse modelo de poder, em direção à formação e reprodução de um novo sentido comum universal no qual o poder, as hierarquias sociais, o controle desigual do trabalho e de seus recursos e produtos, o controle desigual e concentrado da autoridade e da violência, o controle repressivo e mercantil do sexo, da subjetividade e do conhecimento, sejam admitidos como legítimos e, em especial, como naturais.

⁴² Sobre tais questões no debate chamado pós-modernista, por exemplo Steven Best e Douglas Kellner: *Postmodern Theory Critical Interrogations*, Nova York: Guilford Press, 1991.

⁴³ Uma discussão provocante dessas questões, em Paul Virilio: *La Bombe informatique*. Paris: Editions Galilée, 1998.

Os processos últimos do capitalismo exigem a mais completa instrumentalização da racionalidade eurocêntrica. Desse modo levam à re-legitimização da desigualdade que a extrema polarização social em curso implica, à redução das margens democráticas de acesso ao controle do trabalho assim como das margens de acesso ao controle da geração e gestão das instituições de autoridade pública e de seus recursos, em particular da violência.

Enquanto o capitalismo for um dos termos básicos do eixo central do atual modelo de poder mundial, com processos que necessariamente irão agudizando suas atuais necessidades ou interesses, suas necessidades de dominação, principalmente política e cultural, serão impelidas na mesma direção. Nesse caminho estão os esforços políticos e tecnológicos do “transgoverno” mundial para concentrar todo o controle da comunicação e da informação, exatamente aquilo que fascina sus intelectuais e propagandistas como sinal de “integração” mundial, da redução do tamanho do mundo.

As perspectivas próximas: conflitividade e violência

Na imagem mítica da “globalização” difundida pelos publicistas do capitalismo e do Bloco Imperial Mundial, estaríamos imersos em um processo que escapa às intenções e às decisões das pessoas. Tratar-se-ia, pois, de um fenômeno natural, diante do qual toda intervenção intencional seria, e é, inútil. A imagem que circula em toda parte é que enfrentar a “globalização” é como se um indivíduo pretendesse deter um trem colocando-se à frente dele. E como se trata de uma integração econômica, política e cultural do mundo, seria preciso admitir que se trata de uma totalidade sistêmica da qual não há como escapar ou defender-se.

Não obstante, a indagação anterior torna pertinente observar, primeiro, que não existe tal coisa chamada globalização, pois não há maneira de que algum modelo de poder possa ser totalmente hegemônico, sistêmico, mecânico ou orgânico, e em geral nenhuma totalidade histórica. A heterogeneidade histórico-estrutural de todo modelo de poder implica em que os âmbitos de existência social e as respectivas formas de controle nele articuladas não possam ter ritmos sistêmica ou organicamente correspondentes. O que ocorre entre a “economia”, a “política” e a “cultura” ou, de outra perspectiva, entre o trabalho, o sexo,

a subjetividade e a autoridade coletiva, é uma relação descontínua, histórica e estruturalmente, e do mesmo modo em cada uma das mencionadas áreas. Assim é factível verificar hoje quando se observam as brechas e contradições atuais dentro da “economia”, em especial entre a “bolha” especulativa e a produção de novo valor material. Ou na “política”, nas relações entre o Bloco Imperial Mundial e os processos vinculados à luta atual por espaços autônomos para identidades nacionais, étnicas, etc. E obviamente, entre tais “economia” e “política”, ou entre a crise de racionalidade eurocêntrica e as tendências no sentido de uma re-colonização da inter-subjetividade, ou afinal entre a crise dos padrões de classificação social e as tendências para a re-classificação da população mundial em escala global. Essas razões levaram alguns estudiosos a propor que se pense de preferência em termos de “globalizações” em cada área e em diversos períodos⁴⁴.

Em segundo lugar, o caráter basicamente político do que se chama “globalização”, tal como ficou mostrado, especialmente em relação à seqüência entre um período de mudança e riscos revolucionários, cuja derrota permitiu impor o Bloco Imperial Mundial, afasta a curiosa idéia de que se trata de uma espécie de fenômeno natural e não um avatar das disputas de poder e em consequência sujeito, sem dúvida, às intenções e às decisões das pessoas, quaisquer que sejam os prazos do conflito e de seus resultados.

Em terceiro lugar, a estrutura de poder que se processa na “globalização”, tanto nas relações de exploração como nas de dominação, mostra como um de sus problemas inerentes uma extrema conflitividade: entre o capital e um universo de trabalho mais heterogêneo e portanto menos controlável; entre o capital financeiro e uma massa de trabalhadores aprisionados entre a falta de emprego assalariado e rendimentos e a inescapável necessidade de sobreviver no mercado; entre ricos cada vez mais ricos e pobres cada vez mais numerosos e cada vez mais pobres; entre o Bloco Imperial Mundial e os Estados locais e suas tendências nacionais e regionais; entre os Estados que lutam por hegemonias regionais; entre as lutas pela redução ou simples extinção da democracia e as que combatem em favor de sua consolidação política e sua extensão à sociedade; enfim, entre as tendências crescentes de reducionismo

⁴⁴ Embora seu foco de interesse especial seja a área cultural, são pertinentes a esse respeito as propostas de Goran Therborn em “The Atlantic Diagonal in the Labirinths of Modernities and Globalizations”, em seu *Globalizations and Modernities*, Estocolmo: FRN, 1999: 11-40.

tecnocrático no modo de produzir conhecimento e as tendências mundiais em direção a outra racionalidade não eurocêntrica⁴⁵.

A enumeração anterior não é de modo algum exaustiva. Põe no entanto a descoberto fontes e tendências insanáveis de conflito que começam a emergir à superfície e a transformar-se em lutas ativas. Essa extrema conflitividade inerente ao momento atual do modelo de poder mundial é também sinal de sua impossível estabilidade. E essas condições não podem significar senão o potencial igualmente extremo de violência contido nessa situação e que tem expressões cuja ferocidade é patente para todos, no Golfo Pérsico, no Chifre da África, em Ruanda-Burundi-Congo, nos Balcãs, no Oriente Médio e na ex-União Soviética, assim como agora na Chechênia ou na América Latina e na Colômbia e em toda a área andino-amazônica. Essa violência, muito provavelmente, está apenas começando.

E nem sequer tocamos ainda nos possíveis conflitos mais violentos que parecem estar-se preparando para o futuro entrevisível: as disputas entre o Bloco Imperial e a China (e eventualmente China-India-Russia); dentro do bloco entre os Estados Unidos e a União Européia, e de cada um de ambos com o Japão ou com a Rússia. É difícil admitir, diante dessas perspectivas, as imagens mistificadas que circulam no universo de comunicação e de informação sob controle do capital financeiro global.

Em suma, a “globalização” do modelo de poder mundial ameaça levar a seus extremos a polarização social, a reconcentração do controle do poder mundial em mãos de uma pequena minoria da espécie humana. Com a re-colonização do mundo dentro de uma estrutura imperial de domínio a serviço das piores formas de exploração e dominação; ameaça com a des-democratização, *ergo* a des-modernização das relações sociais, materiais e intersubjetivas, com a extrema tecnocratização do conhecimento. Põe a descoberto, pela primeira vez de maneira explícita, a velha ameaça eurocêntrica de uma *barbárie técnica*.

⁴⁵ Sobre os limites do processo de globalização da economia capitalista há uma extensa literatura. Entre os textos de maior interesse, o de Elmar Alvater e Birgit Mahnkopf: *Grenzen der Globalisierung, Ökonomie, Ökologie und Politik in der Weltgesellschaft*. Ed. Munster, Alemanha: Verlag Westfälisches Dampfboot, 1996. E o volume compilado por Robert Boyer e Daniel Drache: *States Against Markets. The Limits of Globalization*. Londres/Nova York: Routledge, 1996.

As opções alternativas

A primeira coisa que é necessário estabelecer com toda clareza é que a integração mundial da comunicação, da informação, do transporte, do transporte, do intercâmbio de bens e de serviços, assim como as mutações de nossas relações com o tempo e o espaço, não têm de estar sempre ou necessariamente associadas com o aumento da exploração e da dominação no mundo, nem com o agravamento da conflitividade e da violência, como ocorre com as atuais tendências do capitalismo globalizado. O que está em questão não é, em consequência, a integração do mundo, e sim o caráter capitalista, contra-revolucionário e predador do atual poder mundial que se “globaliza”.

A integração democrática do mundo é um dos mais ilustres e persistentes sonhos da espécie humana. Trata-se, portanto, não de impedir a integração do mundo, e sim, pelo contrário, permitir seu mais completo desenvolvimento, libertá-la da conflitividade sistemática e da perversa violência desatada pelas tendências atuais do capitalismo, de modo que a diversidade da espécie deixe de ser um argumento da desigualdade na sociedade e que a população do planeta se integre em um mundo de relações entre pessoas de identidades diversas e socialmente iguais, individualmente livres.

Nessa perspectiva, trata-se em primeiro lugar de libertar das tendências do capitalismo e do Bloco Imperial Mundial o processo de integração do mundo. Isso implica, necessariamente, a redistribuição mundial do poder, isto é, do controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos; do controle do sexo, de seus recursos e de seus produtos; do controle da autoridade coletiva, de seus recursos e de seus produtos; do controle da subjetividade e antes de tudo do modo de produção do conhecimento. Tal redistribuição significa o regresso do controle de cada um dos âmbitos vitais da existência social à vida quotidiana dos homens e mulheres desta Terra.

É verdade que durante mais de duas décadas a desintegração do “campo socialista” europeu, a derrota mundial dos movimentos “anti-sistema”, o eclipse do “materialismo histórico” como discurso legitimador do “socialismo”, entre os principais elementos que se desencadearam junto com a crise mundial desde meados dos anos 70, permitiram que a integração do mundo ocorresse como *globalização* da dominação imperialista. A derrota política foi acompanhada pela desintegração social e política do mundo do trabalho

e de seus associados. Originou a desmoralização e a desocupação políticas, quando não a aberta decomposição política dos derrotados. Produziu entre eles uma crise profunda e mundial de identidade social, a fragmentação e a dispersão de seus agrupamentos sociais e políticos, subalternizou novamente o discurso social dos dominados e explorados e inclusive reconfigurou seu padrão de memória. Entretanto, o capital financeiro pôde levar a cabo, quase sem resistência, sua ação predatória contra sociedades e Estados dependentes e contra a avassaladora maioria dos trabalhadores. Esse tempo está, no entanto, começando a acabar. A resistência está começando mundialmente. Para os latino-americanos, basta olhar em torno, já que as lutas sociais criaram crises e instabilidade política em toda a América do Sul.

Todo o tempo de derrota dos explorados e dominados permite aos que controlam o poder levar a cabo profundas mudanças nas relações sociais de poder, muitos deles profundos e irreversíveis. Seria inútil, ou pior, derrotado de antemão, toda tentativa de luta pela simples restauração do que foi destruído ou mudado. A nostalgia não tem o mesmo rosto da esperança e nem olha na mesma direção que ela. Porém, na ausência de uma proposta solvente e admitida de re-conhecimento da realidade e de suas opções reais de mudança em benefício das vítimas do poder, em períodos semelhantes as lutas de resistência começam, quase sempre, com a memória do que foi perdido, porque se trata de reconquistar as poucas concessões arrancadas aos exploradores e dominadores.

E o que se perdeu nestes anos é muito grande e muito importante: emprego estável, rendimentos adequados, liberdades públicas, e na maioria dos países do mundo espaços de participação democrática na geração e gestão da autoridade pública. Em outras palavras, a exploração se fez mais forte e a dominação mais direta. As lutas de resistência em todo o mundo se dirigem, precisamente, à reconquista do emprego, de salários, de espaços democráticos, de participação na gestão do Estado. O problema, não obstante, é que nas tendências atuais do capitalismo já não existem condições para a expansão do emprego assalariado, e sim, pelo contrário, para sua progressiva redução⁴⁶. Se isso é correto, a fragmentação, a dispersão, a heterogeneidade de

⁴⁶ Ver de Aníbal Quijano: *El Trabajo al Final del Siglo XX*. Conferência pública por ocasião da comemoração do Primeiro Centenário de fundação da Confederação dos Trabalhadores de Porto Rico, a convite deles, no paraninfo da Universidade de Porto Rico, em Rio Piedras, outubro de 1998. Publicado em Bernard Founou-Tchuigoua, Sams Dine Sy e Amady A. Dieng, comps., *Pensée Sociale Critique pour le XXI Siècle. Mélanges en l'honneur de Samir Amin*. Forum du Tiers Monde, Paris: L'Harmattan, 2003: 131-148.

identidades sociais, étnicas e culturais da população mundial dos trabalhadores somente aumentarão. Nessas condições, a erosão dos espaços ganhos na democratização e nacionalização dos Estados locais da “periferia” tampouco será, provavelmente, reversível na maioria dos casos⁴⁷.

As necessidades atuais do capital pressionam hoje, inclusive nos países do “centro”, em prol da redução dos espaços democráticos de negociação dos limites da exploração e da dominação e em prol do desvirtuamento de seus propósitos, identificando a democracia apenas pelo voto. Na vasta “periferia”, a colonialidade do poder bloqueou a plena democratização e nacionalização de sociedades e Estados, e hoje as pressões do Bloco Imperial Mundial reduzem continuamente os espaços ganhos e em muitos casos conseguiram quase anulá-los. E sem o controle da autoridade pública ou sem sequer uma plena e consolidada participação em sua constituição e em sua gestão, os limites da exploração e da polarização social atual não podem ser controlados.

A luta pela democratização e nacionalização de sociedades e Estados é, sem dúvida, ainda uma tarefa mundialmente importante na defesa de direitos conquistados ou de sua reconquista. Mas é indispensável admitir que esse é um caminho limitado, caso se mantenha a perspectiva eurocêntrica de Estado-nação moderno. E em todo caso agora é visível que no mais moderno, democrático e nacional dos Estados, a democracia não deixou de ser, não poderá deixar de ser mais do que um espaço de negociação institucionalizada das condições, dos limites e das modalidades de exploração e de dominação.

Por outro lado, dadas as tendências de limitação crescente à mercantilização da força de trabalho, de criação e ampliação do emprego assalariado, a heterogeneização, a fragmentação, a dispersão, a multiplicação de interesses e identidades locais conspiram de forma crescente contra a organização e mobilização dos trabalhadores nas formas estabelecidas durante os séculos XIX e XX. E nessas condições, a luta pelo controle do Estado é um caminho limitado e poderia ser, em fim de contas, cego. Isto é, o controle mais ou menos democrático do Estado, a cidadania como igualdade jurídica de desiguais no poder, não levou, não pode levar, a uma contínua expansão da igualdade social, da liberdade individual e da solidariedade social; em suma, da democracia. Os espaços ganhos estão agora postos em questão no “centro” e sofrem

⁴⁷ Adiantei algumas propostas de debate em “Globalización y Exclusión desde el Futuro” em *La República*, Lima, 18 de agosto de 1997.

constante erosão na “periferia”. E nas atuais condições sociais e políticas e de provável ou certo desenvolvimento de suas tendências já assinaladas, as lutas dos dominados em busca do controle do Estado somente poderiam ter êxito de modo excepcional e precário.

A prolongada experiência demonstrou, também largamente, que é inútil tratar de impor à realidade nossos desejos e aspirações, por mais atraentes e plausíveis que possam ser ou parecer. Em vez disso, é indispensável observar no cenário atual do mundo as tendências e possíveis tendências que implicariam outras formas de organização, de identificação dos trabalhadores e de organização da sociedade.

Nessa perspectiva, hoje é demonstrável que os próprios processos do capitalismo e as tendências de dominação imperial são as que impulsionam tendências alternativas. Assim, de um lado, na área do controle do trabalho, dos recursos e dos produtos, devido às limitações na mercantilização da força de trabalho e da correspondente crise na produção do emprego assalariado, estão de regresso a escravidão e a servidão pessoal; a pequena produção mercantil independente é mais disseminada do que nunca e é o coração do que se rotula como “economia informal”. Na área do controle da autoridade, a formação do Bloco Imperial Mundial e a erosão dos processos locais de Estado-nação na “periferia” estão associadas à reprodução de formas locais, pré-modernas, de autoritarismo, de hierarquização da sociedade e de limitação à individualização, como ocorre com as tendências fundamentalistas em todo o mundo. Não obstante, diante delas estão também em re-expansão a reciprocidade na organização do trabalho e a comunidade como estrutura de autoridade pública.

Essas tendências exigem ser estudadas e debatidas em relação com seu potencial de ampliação e consolidação da igualdade social, da liberdade individual e da solidariedade social em escala global. Já se sabe que na escravidão ou na servidão todo resquício de democracia é nulo ou só existe para os amos, uma reduzida minoria. O que o salário e o capital permitem, em termos de democracia, já foi verificado até o fundo, assim como se verificam agora suas crescentes limitações e seus prováveis becos sem saída num prazo não muito longo. Em troca, a reciprocidade consiste, precisamente, no intercâmbio socializado do trabalho e da força de trabalho, de seus recursos e de seus produtos. E a comunidade, como estrutura de autoridade, é sem dúvida a forma de socialização ou democratização plena do controle da geração e da gestão da

autoridade pública. E ambas as tendências ocorrem agora no mundo urbano novo, no mundo produzido como cenário central da sociedade e da cultura do capitalismo e da modernidade, como relações livres entre indivíduos livres⁴⁸.

A teoria eurocêntrica sobre a democracia coloca os arranjos de autoridade entre os senhores escravistas da *polis* ateniense do século V A.C. como o momento de origem da linhagem européia ocidental da democracia, e a institucionalização dos arranjos de poder entre os senhores feudais e a Coroa da Inglaterra, no século XIII, na famosa Magna Carta e depois no Parlamento, como o momento do reinício moderno de sua história. Não por acaso, e sim porque permite perpetuar o mito do indivíduo isolado, concentrado em si mesmo e contraposto ao social, e do mito que lhe dá fundamento e que baseia na realidade a versão eurocêntrica da modernidade, o mito do estado de natureza como momento inicial da trajetória civilizadora cuja culminação é, claro, o “Ocidente”.

Essa teoria, não obstante, bloqueia a percepção de outra linhagem histórica da democracia, sem dúvida mais universal e mais profunda: a comunidade como estrutura de autoridade, isto é, o controle direto e imediato da autoridade coletiva pelos povoadores de um espaço social determinado. Para não ir mais longe, essa linhagem não está ausente da própria história da Europa ocidental. No mesmo século XIII as comunidades camponesas da área helvética se reuniram e concordaram em associar-se, como comunidades, na Confederação Helvética, a fim de defender-se do despotismo feudal e do despotismo imperial. A atual República Suíça é a adaptação dessa trajetória às condições do capitalismo e do Estado-nação moderno, porém mantendo as instituições chave da democracia direta: o referendo, isto é, a consulta à cidadania sobre qualquer decisão que afete de maneira significativa a vida coletiva, e a ausência de forças armadas profissionais, separadas do controle da cidadania. A defesa externa e a segurança interna são realizadas de modo direto, institucionalizado, pela comunidade. Não embalde a Suíça foi reconhecida como um modelo particular de democracia avançada nas condições do capitalismo.

Estas são, evidentemente, propostas de pesquisa e debate. Mas não são arbitrárias, se as tendências assinaladas forem ativas e vitais no mundo atual,

⁴⁸ Um debate inicial dessas questões em Aníbal Quijano, *La “Economía Popular” en América Latina*. Lima: Mosca Azul editores, 1998. Do mesmo autor: *Modernidad, Identidad y Utopía en América Latina*. Lima: Ediciones Sociedad y Política, 1998.

com a formação de comunidades e de associações regionais de comunidades, como estruturas genuinamente democráticas de autoridade pública, como formas de autogoverno popular em muitas áreas urbanas e semi urbanas do mundo, sobretudo na “periferia”, e com a reciprocidade como forma de organização do trabalho e de distribuição democrática de seus recursos e de seus produtos, associada hoje em parte à chamada “economia informal” em todo o mundo, um horizonte novo está emergindo para as lutas mundiais em busca de uma nova sociedade, na qual a democracia não seja somente a negociação institucionalizada do conflito contínuo entre vencedores e vencidos, e sim o modelo quotidiano da reciprocidade e da solidariedade entre pessoas diversas, socialmente iguais e socialmente livres.

Bibliografia

- Alvater, Elmar e Mahnkopf, Birgit. *Grenzen der Globalisierung, Oekonomie, Oekologie und Politik in der Weltgesellschaft*. Munster, Alemania: Ed. Verlag, 1996.
- Best, Steven. *Postmodern Theory. Critical Interrogations*. New York: Guilford Press, 1991.
- Beto, Frei. “Los rumbos de la oposición” em ALAI, *América Latina en Movimiento*. 314, 23 de marzo 2-3, 2000.
- Birdsdal, Nancy. “Life is Unfair: Inequality in the World”, *Foreign Policy*, Carnegie Endowment for International Peace. Summer: 76-93; también en Robert Griffits, org., *Developing World 99/00*. Grifford, CT.: Dushkin-McGraw Hill, 1999: 25-34, 1998.
- Boyer, Robert. *States against Markets. The Limits of Globalization*. Londres/Nova York: Routledge, 1996.
- Bruno, Michael. *Equity and Growth in Developing Countries*. Washington: World Bank, 1996.
- Burbano de Lara, Felipe. *El fantasma del populismo*. Caracas: Nueva Sociedad, 1998.
- Capuano Scarlato, Francisco et al. *Globalização e Espaço Latino-Americano*. São Paulo: Hucitec-Anpur, 1993.
- Cassidy, John. “The return of Karl Marx”, *New Yorker*, October: 20-27, 1997.
- Claudin, Fernando; Quijano Aníbal. *Crisis Capitalista y clases sociales*. México: Era, 1974.
- Evers, Tilman. *El Estado en la periferia capitalista*. México: Siglo Veintiuno Editores, [1979] 1985.

- Founou-Tchuigoua, Bernard. *Pensée sociale critique pour le XXI siècle. Mélanges en l'honneur de Samir Amin*. Paris: L'Harmattan, 2003.
- Garcia Canclini, Nestor, org. *Culturas en Globalización*. Caracas: Nueva Sociedad, 1996.
- Garcia Delgado, Daniel. *Estado-Nación y Globalización. Fortalezas y debilidades en el Umbral del Tercer milenio*. Buenos Aires: Ariel, 1998.
- Griesgraber, Marie. "Forgive our Debts: The Third World's Financial Crisis", *The Christian Century*, January, 22: 76-83, 1997.
- Hardt, Michael. *Empire*, Cambridge/Montreal/Londres: Harvard University Press, 2000.
- Krugman, Paul. "The Right, the Rich and the Facts: Deconstructing the Income Distribution Debate", *American Prospect*, outono, 1992.
- Lander, Edgardo. *La Colonialidad del Saber, eurocentrismo y ciencias sociales*. Buenos Aires: UNESCO/CLACSO, 2000.
- Mato, Daniel. *Crítica de la moderna Globalización y construcción de identidades*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1995.
- Meda, Dominique. *Le Travail, une valeur en voie de disparition*. Paris: Champs Flammarion, 1995.
- Miliband, Ralph. *The State in Capitalist Society*, New York: Basic Books, 1969.
- Nun, José. "Sobre población relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal" *Revista Latinoamericana de Sociología*, V, 2. Julio, 1969.
- Pimentel Sevilla, Carmen, Org. *Poder, salud mental y derechos humanos*. Lima: CECOSAM, 2001.
- Poulantzas, Nicos *Poder político y Clases sociales en el Estado Capitalista*. México: Siglo XXI Editores, 1969.
- Quijano, Aníbal. "El trabajo al final del siglo XX", en Bernard Founou-Tchuigoua, Sams Diney and Amady A. Dieng, orgs. *Pensées sociales critiques pour le XXI Siècle*, *op. cit.*: 131-148, 2003.
- _____. "Colonialidad del poder y clasificación social", en Festschrift for Immanuel Wallerstein. *Journal of World-Systems Research*. VI, 2, Colorado, Fall/Winter: 342-348. Special Issue. Giovanni Arrighi and Walter Goldfrank, ed., 2000.
- _____. "El fantasma del desarrollo", *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, 2. Universidad Central de Venezuela, 2000.
- _____. "Colonialidad del poder, Globalización y Democracia", en Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual, *Tendencias básicas de nuestra época. Globalización y Democracia*. Caracas, 2001.
- _____. "Poder y Derechos Humanos", en Carmen Pimentel Sevilla, *op. cit.*: 9-26, 2001.

- _____. “Colonialidad del poder, Eurocentrismo y America Latina”, en Edgardo Landes, *op. cit.*: 201-246, 2000.
- _____. “Que tal raza”, en *Cambio social y familia*. Lima: CECOSAM: 186-204. Reproduzido en *Revista Venezolana de Ciencias sociales*. 2, 1. Enero-abril 2000: 37-45; y en *Ecuador Debate*, 49. Quito, diciembre, 1999: 141-152, 1999.
- _____. “Estado-nación, Ciudadanía y Democracia. Cuestiones abiertas”, en Heidulf Schmidt e Helena Gonzales, orgs., *op. cit.*: 139-15, 1998.
- _____. “Fujimorismo y Populismo”, en Felipe Burbano de Lara, org., *El fantasma del populismo*, *op. cit.*, 1998.
- _____. *La “Economía popular” en America Latina*. Lima: Mosca Azul Editores, 1998.
- _____. “Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en America Latina”, *Anuario Manateguiano*, IX, 9. Lima: 113-122, 1997.
- _____. “El fin de cual Historia?”, *Analisis Político*, Revista del Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales, 32, Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, septiembre/diciembre: 27-32, 1997.
- _____. “Globalización y exclusión desde el futuro” en *La República*, Lima, 18 de agosto, 1997.
- _____. *Impenalismo y Marginalidad en America Latina*. Lima: Mosca Azul Editores, 1997.
- _____. “Colonialidad y Modernidad/Racionalidad”, *Peru Indígena*, 13,29: 11-20, 1992.
- _____. “Lo publico y lo privado: un enfoque latinoamericano”, en su *Modernidad, identidad y utopía en America Latina*, *op. cit.*, 1988.
- _____. *Modernidad, Identidad y Utopía*. Lima: Ediciones Sociedad y Política, 1988.
- _____. *Transnacionalización y crisis de la economía en America Latina*. San Juan, Puerto Rico: Cuadernos del CEREPE, 1984.
- _____. “Tecnología del transporte y desarrollo urbano”, en *Aproximación crítica a la Tecnología en el Perú*. Lima: Mosca Azul Editores, 1982.
- _____. “Crisis capitalista y clase obrera”, em Fernando Claudin, K.S. Karol y Aníbal Quijano, *Crisis capitalista y clases sociales*, *op. cit.*, 1974.
- Rifkin, Jeremy. *The End of Work*. New York: Jeremy Tarcher Inc., 1996.
- Sanchez Parga, José. *Globalización, Gobernabilidad y Cultura*. Quito: Abya-Yala, 1997.
- Santiago, Carlos. *Primer Encuentro Latinoamericano de Estudios del Trabajo*. Puerto Rico: Universidad de Puerto Rico, 1996.
- Schmidt, Heidulf e Gonzales, Helena, orgs. *Democracia para una nueva sociedad*. Caracas: Ed. Nueva Sociedad, 1998.
- Singh, Kalvajit. *Taming Financial Flows: Challenges and Alternatives in the Era of Financial Globalization*. Londres/Nova York: Zed Books, 2000.

- _____. *Globalization of Finance*. Londres/Nova York: Zed Books, 1999.
- Soros, George. *The Crisis of Global Capitalism*. Nova York, 1998.
- Stavrianos, L. S. *Global Rift. The Third World comes of Age*. Nova York: William Morrow and Co. Inc., 1981.
- Therborn, Göran. “The Atlantic Diagonal in the Labyrinths of Modernities and Globalizations”, en su *Globalizations and Modernities*, *op. cit.*: 11-40, 1999.
- Tokman, V.E. e Martinez D., orgs. *Flexibilización en el margen: La reforma del contrato de trabajo*. OIT, 1999.
- _____. *Inseguridad laboral y competitividad. Modalidades de contratación*. OIT, 1999.
- Virilio, Paul. *La bombe informatique*. Paris: Editions Galilée, 1998. **DEP**

Tradução: Sérgio Duarte

Combate ao narcotráfico no Suriname

*Subhaas Punwasi**

1. O combate ao crime organizado ligado ao tráfico de drogas no Suriname

O combate ao crime organizado no setor de drogas no Suriname não pode ser considerado isoladamente em relação aos problemas de drogas no mundo. O Suriname não é produtor de substâncias estupefacientes, mas seu território é utilizado por organizações criminosas nacionais e internacionais a fim de introduzir em nosso país drogas provenientes dos países produtores, às vezes por intermédio de outras nações. Essas drogas são posteriormente reexportadas a seus destinos finais, inclusive a Europa. Por esse motivo o tráfico de drogas é considerado uma forma de crime transnacional.

Em consequência do envolvimento de grupos rebeldes violentos, como as FARC, na produção de drogas e na sua proteção, o tráfico de drogas e de armas de fogo e munição para os rebeldes estão intimamente ligados. Diversas investigações criminais revelaram que o Suriname não é utilizado somente como

* Procurador-Geral da República do Suriname.

proc.gen@sr.net

local para reexportação de drogas, mas também de armas e munição, sendo essas armas trocadas por drogas. Dessa forma, o armamento roubado dos arsenais da polícia e do exército nacionais chegaram às mãos desses grupos rebeldes. A ameaça que essas organizações criminosas transnacionais representam para nossos Estados é bem conhecida. A ameaça tem muitas formas, inclusive contra a economia do país, porque o principal objetivo das organizações criminosas internacionais é acumular recursos fora das estruturas legais e aceitáveis. São bem organizadas no plano nacional e internacional, possuem meios modernos de comunicação e outros recursos técnicos disponíveis e são capazes de infiltrar-se em instituições governamentais e privadas. Procuram manter e fortalecer seu poder e capacidade de influência sustentando organizações políticas e sociais. Não deixam de utilizar a violência, a intimidação e o suborno. O Suriname não é exceção nesse particular.

Por esses motivos, as organizações criminosas nacionais e internacionais constituem uma ameaça à nossa segurança nacional, tanto no plano social quanto no político e econômico. As organizações criminosas transnacionais se aproveitam do comércio internacional e do relaxamento das fronteiras no mundo. Temos de levar esse fator em conta no contexto do CARICOM, que permite a livre movimentação de pessoas.

As organizações criminosas internacionais se beneficiam da debilidade e ineficiência de nossas instituições governamentais, das tradições democráticas pouco desenvolvidas, da instabilidade política e da relativa pobreza de nossos países. Conseguem estabelecer uma poderosa infra-estrutura em regiões específicas do país e em certas camadas da sociedade a fim de poder operar livremente. Outorgam vantagens às populações locais, que não se empenham na colaboração com a investigação de atividades ilícitas. Recentemente, um dos jornais do Suriname atribuiu a deterioração econômica às drásticas medidas governamentais de combate à criminalidade no setor de drogas e lavagem de dinheiro.

Os crimes no setor de drogas, ou a ele relacionados, constituem uma ameaça global e exigem medidas globais. Por esse motivo, congratulo-me com o ministro da Justiça e o governo do Suriname pela iniciativa de organizar esta Conferência Anti-Narcóticos de âmbito internacional.

Os países de produção, transferência, reexportação ou consumo de drogas têm responsabilidade compartilhada em relação a essa resposta global. Espero que essa idéia constitua um princípio orientador durante esta Conferência.

2. Cooperação nacional e internacional no combate ao crime organizado transnacional

A necessidade de cooperação internacional para tratar a questão das drogas de maneira eficiente é hoje perfeitamente entendida, devido ao caráter global do tema. Para que a cooperação seja eficaz, portanto, é preciso que estejamos bem informados sobre nossas respectivas instituições encarregadas das questões relativas às drogas.

Nos termos de nossa Constituição (art. 133) o Poder Judiciário é formado pelo Tribunal de Justiça e pelo Departamento da Promotoria Pública.

O Judiciário (Supremo Tribunal de Justiça e Departamento da Promotoria Pública) estão instalados organizacionalmente no Ministério da Justiça e Polícia. Isso significa que o ministro dessa pasta é responsável pelo Poder Judiciário. Segundo o artigo 148 da Constituição, o governo decide a política geral da promotoria, e em casos concretos pode determinar ao Promotor Público propor ação criminal no interesse da segurança do Estado.

O Departamento de Promotoria Pública tem competência exclusiva para investigar e propor ação criminal em todos os atos puníveis nos termos da Constituição (artigo 145), e é chefiado pelo Promotor Público, nomeado em caráter vitalício. Dessa maneira, a Constituição dá relevo à posição independente do Departamento de Promotoria Pública em sua tarefa de investigação e incriminação. O Promotor Público também tem a seu cargo o Departamento de Investigação da Força Policial e instrui esse Departamento quanto à investigação de ilícitos. A Constituição proíbe qualquer interferência nas investigações e incriminação e nos assuntos pendentes nos tribunais.

O Corpo de Polícia do Suriname possui um Departamento de Investigação, a chamada polícia judiciária, encarregada de investigações especiais e especializadas. O Departamento de Investigação possui unidades especializadas cuja tarefa é combater as formas mais graves de crime, inclusive os relacionados com drogas, lavagem de dinheiro, tráfico de pessoas e corrupção. Esse Departamento investiga os crimes que possuem caráter nacional e transnacional, estejam ou não relacionados com o crime organizado.

De 1989 até ser nomeado ministro da Justiça e Polícia, o Sr. Santokhi chefiou o Departamento de Polícia do Suriname. Sob sua competente liderança o Departamento de Investigação se transformou num elo vital para

o combate aos crimes no setor de drogas e com ele relacionados. Esse êxito pode ser atribuído, entre outros fatores, ao estabelecimento e fortalecimento de pequenas unidades especializadas, ao desenvolvimento da cooperação internacional e ao investimento no setor de inteligência.

As unidades especificamente encarregadas do combate ao crime organizado no setor de drogas ou a ele relacionado são: o Esquadrão Anti-Narcóticos (Brigada Anti-Narcóticos), a Equipe Especial de Investigação (*Bijzondere Opsporings Team* – B.O.T.), a Unidade de Inteligência sobre Narcóticos (N.I.U), o Serviço de Inteligência da Justiça (de *Justitie Inlichtingen Dienst* (J.I.D) e o Esquadrão de Detenção (nossa Equipe A (*Arrestatie Team* – A.T.).

Na luta contra o crime organizado no setor de drogas é também importante que um país disponha de instrumentos jurídicos eficazes que lhe permitam infligir graves danos às organizações que traficam drogas.

Em 1992, o Suriname se tornou parte da Convenção de Viena de 1988. Em 12 de fevereiro de 1998, foi adotada nossa nova Lei de Narcóticos, completamente baseada naquela Convenção. As penas de prisão e outras penalidades foram significativamente elevadas e em certos casos é até mesmo possível impor a pena de prisão perpétua.

Também se deve acentuar que as atividades de preparação e de conspiração são hoje passíveis de condenação penal e que a lei é também aplicável a qualquer pessoa, no Suriname ou em águas internacionais, que venha a ser considerada culpada de certos crimes relativos a drogas a bordo de uma embarcação.

Com a penalização da lavagem de dinheiro, a introdução de legislação sobre confisco de bens e o estabelecimento do Escritório de Registro de Transações Inusitadas, o Suriname praticamente cumpriu todas as suas obrigações internacionais decorrentes da Convenção de Viena, explicitadas ainda nas recomendações da FATF e da CFATF. A legislação sobre o controle de precursores e a penalização do terrorismo e seu financiamento ainda não entraram em vigor no Suriname.

Nossa legislação de confisco de bens se baseia nas penalidades criminais, e por isso a sentença de condenação é necessária para que possa haver confisco. Na prática, encontramos freqüentemente o fenômeno de construções fictícias por meio das quais a propriedade móvel ou imóvel permanece fora do alcance

da justiça e da polícia, por estarem em nome de fundações ou de outras pessoas. A lei de confisco precisa ser emendada para que seja possível tratar adequadamente deste fenômeno.

Em 2002 foi adotada legislação para proteger testemunhas (proteção de testemunhas) Não possuímos um “programa de proteção de testemunhas”, como nos Estados Unidos. O Suriname se encontra atualmente em vias de participar do “Acordo Regional de Proteção da Justiça”. Seguimos a orientação de que não apenas as testemunhas devem ser objeto de proteção, e sim todos os atores envolvidos na aplicação da lei que estejam ameaçados, tais como policiais, promotores públicos e juízes.

Desde 1976 existe um Tratado de Assistência Mútua em Casos Criminais e de Extradicação, celebrado com a Holanda. É intensa a cooperação entre o Suriname e as autoridades holandesas no campo da luta contra as drogas.

Existe um esforço deliberado no sentido de buscar uma abordagem bem sucedida na questão das drogas a fim de ampliar e intensificar a cooperação internacional; na maioria dos casos, a iniciativa cabe ao Departamento de Investigação do Corpo de Polícia do Suriname. A maior parte das drogas (cocaína) que transitam pelo Suriname entra na Europa através da Holanda.

A presença de quase 300 mil pessoas de origem surinamesa na Holanda e a intensa movimentação de pessoas entre a Holanda e o Suriname constitui importante base para o tráfico organizado de drogas entre o Suriname e aquele país. As drogas são transportadas como carga, de avião ou barco, assim como em corpos humanos, do Suriname à Holanda e outros países europeus.

O XTC é transportado da Holanda para o Suriname e em seguida reexportado para outros países, inclusive os Estados Unidos.

3. Problemas, êxitos e limitações para a eliminação dos crimes relacionados com drogas

Nos anos recentes conseguimos prender centenas de pessoas envolvidas neste tráfico e apreender grandes quantidades de drogas. Em alguns casos, nos quais não nos foi possível interceptar o transporte de drogas para a Holanda, as autoridades policiais holandesas foram informadas de suspeitas de transporte. Por outro lado, informações recebidas da Holanda sobre a interceptação de

transporte de drogas do Suriname para a Europa provocaram investigações criminais paralelas no Suriname. Essa intensa cooperação foi bem sucedida, não apenas no combate ao tráfico de drogas, mas também para estabelecer a confiança mútua necessária à cooperação internacional.

Por exemplo, há vários anos atrás foi assinado o chamado acordo FICUS, entre o Departamento de Investigações e o Departamento da Promotoria Pública do Suriname, de um lado, e o Departamento de Promotoria Pública e o Departamento Nacional de Investigações da Holanda, de outro, a fim de lançar uma investigação conjunta sobre o envolvimento do chamado “grupo de Yokohama” em operações de crime organizado em drogas e lavagem de dinheiro em grande escala. Isso tinha a ver com uma organização criminal internacional, cujas figuras-chave estavam na Holanda e no Suriname. Seu campo de operações abarcava diversos países da região, da Europa e do Extremo Oriente. Ao investigar as pessoas diretamente envolvidas, as autoridades policiais e judiciais do Suriname e da Holanda trabalharam conjuntamente de maneira intensa. Isso resultou na detenção de dezenas de pessoas em ambos os países e em extradição de vários dos principais suspeitos para a Holanda. Desde então, essas pessoas já foram condenadas.

Os líderes dessa organização no Suriname estão diretamente envolvidos em negócios de câmbio de divisas e de cassinos. Na Holanda operam um escritório de câmbio de dinheiro na fronteira e estavam em vias de estabelecer um banco. Há indícios de que possuem influência financeira em uma ou mais organizações políticas no Suriname. Nesse caso temiam-se inclusive ameaças físicas contra os agentes da lei no Suriname.

O êxito deste método nos ajudou a decidir a conclusão de um segundo acordo para que pudéssemos investigar conjuntamente uma organização criminal composta de surinameses e holandeses que dispunham de contatos na Colômbia e que traficavam grande quantidade de drogas da Colômbia para o Suriname para transbordo em direção à Holanda. Essa investigação se encontra em curso.

Há alguns anos obtivemos a informação de que uma organização criminosa de holandeses e surinameses havia estabelecido um laboratório de XTC no Suriname, dotado de equipamento, recursos e matérias primas de origem holandesa. Em termos de capacidade de produção, esse laboratório de XTC poderia suprir todo o mercado do Caribe e mesmo mais além.

A organização foi desmantelada mediante estreita colaboração das polícias holandesa e surinamesa e as pessoas envolvidas foram condenadas a longas penas de prisão. Temos de permanecer alerta, porque há indícios de tentativas de estabelecer novo laboratório de XTC no Suriname.

A cooperação entre o Suriname e a Holanda no combate ao crime organizado no setor de drogas entre os dois países tem tido êxito. As cuidadosas inspeções em nosso aeroporto internacional Joahn Adolf Pengel e em Schiphol, na Holanda, resultaram em queda significativa das exportações e importações de drogas através dos respectivos aeroportos.

Seguindo o exemplo da equipe HATO nas Antilhas Holandesas, o Suriname está organizando uma das chamadas equipes JAP, por meio da qual os diferentes serviços que operam em Johan Adolf Pengel participarão do combate às exportações de drogas através de nosso aeroporto internacional. A chamada Equipe JAP é uma cooperação entre o Departamento de Investigações do Corpo de Polícia, Polícia Militar, Alfândega e Serviços de Segurança do Aeroporto, sob a direção do Departamento de Promotoria Pública do Suriname. A Holanda se comprometeu a apoiar essa unidade de combate integrado em nosso aeroporto. O objetivo da equipe é dar fim às exportações de drogas através do aeroporto, ou pelo menos reduzi-las consideravelmente.

Há vários anos Suriname e a Holanda estabeleceram um Grupo Conjunto de Orientação e um Grupo de Trabalho Conjunto para o combate às drogas. Esses grupos se reúnem anualmente, de forma alternada, na Holanda e no Suriname. São formados por representantes do Departamento de Promotoria Pública, do Departamento de Investigação, do Serviço de Alfândega, da Polícia Militar e do Ministério da Justiça.

A seção surinamesa do Grupo de Orientação é chefiada pelo Promotor Público, e o Grupo de Trabalho é presidido pelo Advogado Geral.

Além da via aérea, a cocaína é também transportada para o Suriname em navios que atracam no porto do país.

Os volumes são ocultos em arroz, troncos de árvore, tanques de lastro do navio, objetos soldados no exterior do casco, etc.

Drogas provenientes do Suriname foram interceptadas em diversos países europeus. Além da Holanda, pode-se mencionar a Bélgica, a Inglaterra, Portugal e a Noruega.

Isso mostra a necessidade de expandir a cooperação a outros países europeus que são destino de drogas, a fim de combater o tráfico.

Após a interceptação no exterior, é preciso revistar, prender e iniciar procedimentos criminais contra as pessoas responsáveis no Suriname. Há suspeita de que organizações surinamesas e holandesas sejam as principais responsáveis por esses transportes de drogas interceptados em outros países de destino. O Suriname tem necessitado muitas vezes do auxílio holandês.

Em muitos casos conseguimos localizar, indicar e condenar organizações e pessoas no Suriname responsáveis pelo transporte de drogas, impondo longas penas de prisão, tanto por meio de assistência jurídica quanto de procedimentos rogatórios.

Às vezes a droga se encontra a bordo de navios que atracam em portos do Suriname para, por exemplo, embarcar arroz para exportar à Europa. Atualmente há um caso levado aos tribunais no qual os tanques de lastro de um navio de propriedade de um cidadão do Suriname, que havia transportado cimento da Venezuela para nosso país e partiu daqui carregado de arroz para a Europa, continha grande quantidade de cocaína. Esse caso foi investigado em estreita cooperação entre o Suriname e a Holanda, e o resultado da investigação mostra que provavelmente a cocaína fora colocada a bordo na Venezuela. Há indícios de que navios ancorados em nossas águas costeiras também têm cocaína colocada a bordo. A possibilidade de serem apanhados é praticamente inexistente, porque quase não há patrulhas; no entanto, o intercâmbio de informações tem proporcionado interceptações.

Como afirmei anteriormente, o Suriname não produz nenhuma das drogas fortes.

O Suriname é usado como país de transbordo de cocaína, especialmente vindas da Colômbia, e de XTC proveniente da Holanda. A cocaína chega ao Suriname por diversos caminhos.

A primeira grande apreensão de cocaína no Suriname ocorreu em 1984, e é conhecida pelo nome de “caso Tibiti”. Um avião havia trazido da Colômbia 200 kg de cocaína. A polícia conseguiu prender o piloto, assim como pessoas envolvidas no Suriname, inclusive o ex-chefe de nosso esquadrão Anti-Narcóticos e vários homens de negócios. Todos foram indiciados e condenados a penas de prisão que na época eram significativas. Foi a primeira vez em que um avião que transportava drogas foi detido no Suriname.

O “caso Mungo”, no qual quase mil quilos de cocaína foram apreendidos em 1990, também atraiu muita atenção. Houve também o “caso Redi Doti”, em 1996, quando cerca de 1200 kg de cocaína entraram no Suriname por via aérea.

Anteriormente, era principalmente no interior do Suriname que os aviões transportadores de cocaína aterrissavam, e o transporte da droga era assunto exclusivamente nacional. Isso mudou com o passar dos anos e atualmente vemos não apenas estrangeiros tratando do transporte de cocaína, mas também estabelecendo suas organizações no Suriname. Entre os estrangeiros envolvidos nessas importações há brasileiros, colombianos, argentinos, venezuelanos e guianenses.

Enquanto isso, as organizações internacionais que operam no Suriname ampliaram seu campo de operação. Além do interior, usam também a zona costeira populosa e as partes despovoadas dessa região, próxima ao mar, para as aterrissagens de aviões que transportam drogas.

Usam pistas de aterrissagem construídas ilegalmente em campos de cultivo, para aviões utilizados com finalidades agrícolas. Às vezes usam estradas como pistas. Também lançam pacotes dos aviões em direção ao mar adjacente à costa e a rios interiores. A cocaína também chega ao Suriname por mar.

Mediante o mapeamento sistemático das organizações envolvidas no tráfico de drogas e seus líderes, do contínuo fortalecimento das unidades especializadas de combate às drogas do Departamento de Investigação do Corpo de Polícia do Suriname, de investimentos em inteligência e mediante intensa cooperação com a D.E.A., temos conseguido êxitos nos anos recentes no combate às importações para o Suriname.

Dezenas de pessoas, inclusive estrangeiros, têm sido presas e milhares de quilos de cocaína, além de vários aviões, já foram apreendidos. Com essas prisões conseguimos desmantelar oito organizações criminosas e seus líderes receberam penas de reclusão por muitos anos. A contribuição da D.E.A. para esses êxitos foi valiosa.

Estávamos prestes a desmantelar a nona grande organização criminosa envolvida no tráfico de drogas. Após recebermos informação da D.E.A. de que estavam sendo trazidas drogas por via aérea, e de localizarmos o local de aterrissagem, a Equipe A se preparou para interceptar o avião e a carga e prender as pessoas envolvidas.

A operação fracassou porque o líder da organização recebeu um aviso vindo de dentro da Equipe A e, no último momento, a pista de aterrissagem foi bloqueada. A Equipe A, oculta nas imediações, viu o avião fazer círculos sobre a pista e depois afastar-se. O avião finalmente aterrissou na região de Maratacca, numa área pertencente a um homem de negócios. No local havia sido construída uma pista e notavam-se indícios de outras aterrissagens. Os detidos eram de diversas nacionalidades: surinamenses, guianenses, um brasileiro, um argentino e um colombiano. Foram apreendidos dois aviões e uma grande quantidade de droga. Os presos receberam penas de reclusão de até 15 anos.

O caso Commewijne foi uma bela e bem sucedida operação do Departamento de Investigação do Corpo de Polícia do Suriname, na qual 25 suspeitos foram detidos, inclusive um dos grandes chefões da droga, que gostava de ser chamado Pablo Escobar.

A cocaína era transportada por meio de aviões, que aterrissavam em pistas construídas ilegalmente no litoral de Wia Wia, na costa leste, e em seguida era levada por barco ao distrito de Commewijne. A D.E.A. nos informou a respeito do transporte aéreo de drogas naquela região. Nesse caso, foi completamente desmantelada toda a cadeia de organizações surinamesas e estrangeiras e de pessoas envolvidas no transbordo e armazenamento da droga, assim com os financiadores e compradores e a organização local.

Essas são apenas algumas das dezenas de operações bem sucedidas levadas a efeito no Suriname. Em consequência desses êxitos, nos quais líderes importantes do comércio de drogas foram presos e condenados a longas penas, e grandes quantidades de cocaína foram apreendidas, verificamos que o suprimento de drogas passou a ser realizado na Guiana, e agora muitas drogas são mandadas desse país para o Suriname. O número de apreensões de remessas de drogas vindas da Guiana por terra, por meio da travessia do rio Corantijn, que marca a fronteira, é eloquente nesse particular.

Recentemente identificamos uma grande organização de tráfico de drogas no distrito fronteiriço com a Guiana, que se dedicava a ativo comércio de armas, munição e cocaína entre o Suriname e a Guiana.

O caso de Roger Khan produziu manchetes no mundo inteiro. A apreensão de grandes quantidades de cocaína em Paramaribo e a prisão

de diversas pessoas que as tinham em seu poder levou à detenção de dois homens de negócios surinameses, além de Roger Khan e de diversos outros guianenses. A investigação mostrou que a cocaína provavelmente tinha origem na Guiana e que Roger Khan era responsável pela importação de drogas no Suriname. Ele estava sendo vigiado pelas autoridades judiciais e policiais devido a seu passado criminoso e seus contatos com o submundo no Suriname. Os responsáveis pela aplicação da lei o consideravam uma ameaça, devido a alegações de apoio a surinamenses que planejavam ações violentas contra os agentes. Por constituir uma ameaça à ordem pública e por não haver sido possível provar de maneira convincente seu envolvimento com as drogas apreendidas, Khan foi deportado de nosso país para Trinidad, como estrangeiro clandestino.

Como se sabe, de Trinidad ele acabou passando aos Estados Unidos, onde será incriminado por organizar transporte de drogas da Guiana para aquele país. A prisão e deportação de Roger Khan deve ter sido um duro golpe para as organizações criminosas surinamesas e seus defensores, devido ao fato de que essas pessoas começaram a divulgar informações falsas de que ele teria sido drogado e raptado em direção aos Estados Unidos com a cooperação de autoridades judiciais e policiais. A deportação de Roger Khan foi uma clara advertência às organizações criminosas internacionais.

Há alguns anos, Carlos Bolas, ligado às FARC, também foi deportado do Suriname devido à sua situação ilegal. Acabou sendo processado nos Estados Unidos por tráfico de drogas e outras atividades criminosas.

4. Algumas perspectivas no combate ao tráfico internacional de drogas

Inegavelmente, o Suriname tem obtido importantes resultados no combate ao tráfico de drogas. Por um lado, esses êxitos são consequência da boa organização de nosso combate às drogas, e da ênfase conferida ao sistemático mapeamento e desmantelamento das organizações criminosas nacionais e internacionais em atividade no país. Por outro lado, a cooperação internacional com outros países, tais como a Holanda, e o apoio da D.E.A., nos permitiram conseguir tais sucessos. Teremos de combater a droga em diversas frentes. Temos de golpear o poder das organizações que traficam

drogas e as pessoas responsáveis por meio de investigações criminais financeiras e confisco dos ganhos ilegais. Quanto a isso, o Suriname tem um problema de capacidade. Não possuímos pessoal especializado suficiente. Não se trata apenas de advogados, mas também de peritos em finanças, como contadores e contabilistas.

A legislação básica existe, porém simplesmente não temos capacidade para levar a cabo investigações criminais financeiras em escala ampla a fim de recuperar a riqueza adquirida ilegalmente.

A D.E.A. nos ajudou no mapeamento das pistas de aterrissagem clandestinas no Suriname. O que é preciso agora é inutilizá-las. Faltam meios e possibilidades para fazê-lo.

Enquanto isso, as organizações internacionais de tráfico de drogas não se encontram inativas, e inventam novos métodos para trazer drogas ao Suriname e transbordá-las a outros países de destino, especialmente na Europa. A grande extensão de nosso interior, nossos rios, nosso litoral despovoado e nossas fronteiras não vigiadas com a Guiana, a Guiana Francesa e o Brasil são ideais para introduzir clandestinamente drogas no Suriname. Além disso os meios e possibilidades de nosso país são limitados. Não somos capazes de proteger nosso espaço aéreo contra vôos ilegais de transporte de drogas. Não possuímos helicópteros que possam deslocar-se rapidamente a áreas inacessíveis para onde a cocaína é transportada. Estamos insuficientemente equipados para monitorar os rios interiores e a zona marítima. Tampouco contamos com uma unidade marítima bem aparelhada no Departamento de Investigações do Corpo de Polícia do Suriname, que possa apresentar-se com rapidez ao local onde haja o lançamento de volumes na zona marítima. Dada a escassez de meios, e com o apoio de nossos parceiros estrangeiros, o que fazemos no combate às drogas é quase milagroso.

O êxito na luta contra o crime ligado à droga depende do grau em que a cadeia de países produtores, países de trânsito e de destino, assim como consumidores, estejam dispostos a trabalhar conjuntamente nos níveis de planejamento e operacional e ao mesmo tempo na troca constante de informações e lançamento de investigações conjuntas, caso necessário.

Nesse pano de fundo, aplaudo o recente estacionamento de adidos policiais holandeses e da D.E.A. no Suriname, e entendo que em breve virá

também um adido policial francês. Estamos examinando a possibilidade de receber também um adido policial brasileiro.

Dessa maneira, o serviço anti-narcóticos terá a possibilidade de comunicar-se, trocar informações e iniciar investigações paralelas, proporcionando apoio por meio de linhas curtas de comunicação. Com a assinatura de um Memorandum de Entendimento sobre cooperação policial e judiciária entre o Suriname, Aruba e as Antilhas Holandesas em janeiro de 2006, estabeleceu-se uma base sólida para uma cooperação mais intensa entre as unidades de combate aos narcóticos nesses três territórios. O Memorandum será implementado a curto prazo.

O acordo concluído entre o Suriname e a Colômbia em 1993, relativo à prevenção do consumo, controle e combate à produção ilícita e ao tráfico de narcóticos e substâncias psicotrópicas fornece espaço suficiente para a cooperação no plano policial e operacional contra o crime transnacional organizado no campo das drogas.

Também é necessário que os países do CARICOM, inclusive o Suriname, se tornem parte do Tratado Caribenho de Assistência Jurídica Mútua em questões criminais graves. Esse Tratado proporciona uma boa base para a cooperação na luta contra as drogas e para o apoio mútuo às investigações de cada país.

Mas os acordos por si sós não são suficientes. Eles servem de base para o prosseguimento da cooperação e para apoio em plano da política e da operacionalização.

Em 2002, realizaram-se conversações bilaterais em grupos de trabalho mistos de autoridades judiciárias e policiais do Suriname e Venezuela e do Suriname e Brasil. É desejável a continuação dessa atividade a fim de criar estruturas de consulta e troca de informações para o combate internacional às drogas. **DEP**

Tradutor: Sérgio Duarte

Mercosul: projeto e perspectivas

*Luis Alberto Lacalle de Herrera**

1. Antecedentes

Como Presidente do Uruguai durante o período 1990-1995 estive ligado, junto com integrantes daquele governo, ao processo de nascimento do Mercosul. Faço estas reflexões nessa qualidade e na de membro da direção do Partido Nacional. Elas derivam de uma concepção geopolítica do Rio da Prata e dos interesses de minha pátria que tem sido sustentada durante mais de 170 anos pelos principais atores pertencente àquela força política. Tais interesses foram expostos e defendidos durante os anos de meu governo por dois diplomatas ilustres, que são os drs. Hector Gros Espiell e Sergio Abreu, os quais, junto com os demais representantes dos interesses do Uruguai, participaram das negociações que deram origem à organização regional que agora analisamos.

Devo assinalar que em meu país o ingresso no Mercosul foi precedido por acordos políticos internos que envolveram todas as forças políticas dotadas de representação parlamentar, as quais apoiaram unanimemente as decisões

* Ex-Presidente da República Oriental do Uruguai.
lacalleh@adinet.com.uy

do governo. Pode-se afirmar, portanto, no caso do Uruguai, que se tratou de uma decisão autenticamente nacional.

O fato de que agora não sou titular de nenhum cargo no governo deixa claro que as opiniões aqui desenvolvidas são de minha exclusiva responsabilidade.

2. As circunstâncias do nascimento

No mês de julho de 1990 chegou à Chancelaria uruguaia a notícia de que a Argentina e o Brasil se preparavam para assinar um tratado que estabeleceria um mercado comum entre ambos os países. Como se compreenderá, para o Uruguai tratava-se de uma notícia de enorme importância nos terrenos político e comercial, que afetava o relacionamento mais importante de nossa política externa, diante do qual não podíamos permanecer indiferentes.

Nesses circunstâncias, tomamos medidas para que nossos representantes comparecessem diante dos negociadores, que estavam reunidos em Brasília, a fim de oficializar nosso desejo de integrar essa futura organização.

Fiéis a uma concepção global da bacia do Prata e na convicção de que seu equilíbrio é um objetivo desejável e saudável para todas as partes, propusemos que o governo do Paraguai fosse convidado para fazer parte da nova entidade. Um par de países pequenos era a maneira de completar a presença de duas grandes nações, de articular melhor os países envolvidos e de fortalecer o sentido da participação do Paraguai em um mecanismo comercial capaz de melhorar sua condição mediterrânea e contribuir para seu maior progresso e prosperidade.

3. Os objetivos do Mercosul

Tanto pelos documentos assinados quanto pela vontade do governo uruguai evidencia-se claramente que a finalidade exclusiva da nova organização era a de fomentar o comércio entre os sócios. Convém recordar estes aspectos no momento atual, quando um dos desvios mais notórios e prejudiciais do Mercosul é o de pretender dar-lhe conteúdo político.

O documento essencial e programático para esse objetivo é o Tratado de Assunção, verdadeiro “mapa de roteiro” da organização que nascia. É especialmente claro o preâmbulo desse instrumento internacional que se deve ter muito presente na hora de interpretar a vontade das partes.

Evitaremos uma longa e fastidiosa reprodução textual dessas páginas, às quais nos remetemos. De toda maneira, cabe recordar alguns conceitos que demonstram o objetivo exclusivo a que fazemos referência.

No início a meta é fixada de forma claríssima: “... *a ampliação das atuais dimensões de seus mercados nacionais, por meio da integração, constitui condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social*”. Em seguida o texto estabelece alguns dos mecanismos para isso: “*aproveitamento mais eficaz dos recursos*”; “*preservação do meio ambiente*”; “*melhoria das interconexões físicas*”; “*coordenação das políticas macroeconômicas*”; “*complementação dos diferentes setores da economia*”. Completa o sentido a chamada a que diante da “*consolidação de grandes espaços econômicos*” o Mercosul seja uma maneira de conseguir “*uma resposta adequada a tais acontecimentos*”.

Como se pode apreciar, as metas estavam – e estão – claras. Ainda mais quando no artigo 1 explicita-se o que o tratado “implica” em: livre circulação de bens, serviços e fatores de produção com eliminação de direitos aduaneiros e restrições não tarifárias; estabelecimento de uma tarifa comum e uma política comercial comum para com terceiros; coordenação das políticas macroeconômicas; harmonização de legislações nas áreas pertinentes.

Fica claro e fora de qualquer discussão que os países concordaram em criar uma organização exclusivamente econômica e comercial e que os órgãos e instituições que se estabeleceram naquele momento, assim como os que fossem estabelecidos nas etapas seguintes, eram instrumentais para a realização das metas originais.

Por outro lado e do ponto de vista político, de nossa parte jamais teríamos apoiado e nem levado adiante uma negociação que resultasse em menosprezo da independência política de nosso país.

Esse é, portanto, o Mercosul que fundamos. Qualquer outra interpretação é alheia à letra e ao espírito do acordo.

4. O funcionamento

Após um período de transição, a nova organização começou a funcionar plenamente em 1 de janeiro de 1995.

As dificuldades de ampliar mercados e abrir as economias são bastante conhecidas. Quando são afetados os interesses comerciais, industriais e agrícolas de um país, os setores envolvidos exercem ao máximo sua pressão sobre os governantes, procurando defender suas posições. É natural e legítimo que isso ocorra, assim como é legítimo e necessário que os governos sejam capazes de enxergar mais além do que é adjetivo e particular a fim de promover o interesse geral e, sobretudo, cumprir os compromissos internacionais contraídos. Não é um caminho fácil, como atesta o constante surgimento de notícias de conflitos comerciais no âmbito do NAFTA e ainda na União Européia. A tarefa dessas organizações regionais é justamente solucionar esses conflitos e ir realizando, pouco a pouco, a harmonização dos interesses e o efetivo cumprimento de suas metas originais.

Não é verdade que o Mercosul seja um fracasso comercial. O aumento do comércio recíproco e as integrações empresariais conseguidas são a prova disso. Surgiram e surgirão conflitos pontuais que devem ser objeto da atenção dos governos e devem ser solucionados por meio do cumprimento de boa fé dos acordos. Para isso foi estabelecida uma instância jurisdicional cujas decisões devem transformar-se em realidade.

Tampouco é verdade que tudo esteja funcionando bem. Não mencionaremos problemas pontuais, sobejamente conhecidos. Diremos, porém, que é muito mais importante que as bicicletas uruguaias sejam vendidas na Argentina ou que a entrada de nosso arroz no Brasil não seja periodicamente perturbada do que compensar assimetrias que todos conhecíamos de antemão.

Mais do que concessões, o Uruguai e o Paraguai necessitam que sejam cumpridos os preceitos comerciais em vigor, que seja verdade o que dizem os documentos. Se há países que têm de se perguntar sobre o futuro do Mercosul estes são os dois sócios maiores, titulares de legítimos interesses globais – que os sócios menores também têm – e é necessário que indiquem com fatos concretos qual é a prioridade que conferem à organização regional.

5. O desvio

A nosso ver, o principal problema enfrentado por nossa organização comercial é de natureza dupla. Por um lado o esvaziamento da institucionalidade regional provocada pela bilateralidade argentino-brasileira e por outro a

introdução de fatores de integração política alheios à natureza do que foi oportunamente acordado.

As magnitudes de toda espécie que diferenciam os sócios maiores dos menores são um dado da realidade. Antes de subscrever os tratados sabíamos que nossos vizinhos são grandes e poderosos. Justamente por isso foram acordadas regras como a da unanimidade para as decisões do Conselho. Escamotear das instituições do Mercosul determinadas decisões adotadas no plano bilateral é uma patologia do tratado. Nisso têm responsabilidade importante os países menores, que consentiram no avanço de um funcionamento defeituoso dos órgãos comuns.

Muito mais grave é a introdução de elementos políticos na relação comercial acordada. Esse desvio assume diversas formas. Uma delas, aparentemente a mais tênue, é a de pretender que decisões políticas internacionais sejam adotadas de forma cooperativa. Referimo-nos a episódios como o voto em um ou outro sentido nas Nações Unidas. Nada obriga a que seja emitida uma opinião “em bloco” de maneira automática, mais além do que se possa – livremente – coincidir no exercício de uma vontade autônoma de cada nação. Estão no mesmo plano as tentativas, felizmente frustradas, de coordenação militar, aspecto inadmissível para nossa pátria.

Nesse plano de análise é particularmente grave o estabelecimento do denominado “parlamento” do Mercosul. O Protocolo de Ouro Preto estabeleceu a Comissão Parlamentar Conjunta como uma instância razoável de coordenação legislativa encarregada de cumprir o disposto no artigo 1 do Tratado de Assunção, que indica que os Estados Partes deverão “harmonizar suas legislações nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração (ênfase nossa). Os signatários tinham perfeito entendimento do significado parlamentar daquilo que acordaram. Os parlamentos deviam acompanhar o processo de integração, dentro de suas competências, procurando adequar as normas legais referentes ao comércio e à economia. Nada mais e nada menos. O estabelecimento do denominado “parlamento” é alheio aos tratados originais e ao Mercosul original: trata-se de um projeto independente que, atrevemo-nos a prognosticar, somente gerará mais problemas em lugar de contribuir para solucioná-los. Para as nações pequenas é evidentemente prejudicial pertencer a esse “parlamento”, no qual sempre estarão em minoria. Cabe, porém, formular considerações semelhantes sobre a presença em tal organismo de nações como o Brasil, com

personalidade nacional e nacionalista muito forte, com uma política exterior própria e característica e com uma vontade natural de participar nos mais altos níveis das nações. Que acontecerá no dia em que uma decisão do “parlamento” do Mercosul seja contrária aos interesses do Itamaraty? É claro, e todos sabemos, que o Brasil não levará em conta essa resolução.

De calibre semelhante é o erro de criar a categoria de “sócio político” do Mercosul, opinião que emitimos independentemente de que hoje se trate da incorporação da Venezuela. Juízo idêntico nos mereceria o fato caso se tratasse da Colômbia ou do Peru. Mais do que isso, não consideramos que entre os sócios fundadores da organização propriamente dita exista um vínculo “político” em sua plenitude; somente existem compromissos desse tipo na matéria comercial que é o objeto dos acordos em vigor. Não concebemos associação política total entre as nações pelo simples fato de que os interesses de cada uma não são – e nem podem ser – idênticos. Nenhum país pode ser ontologicamente igual a outro. Nem sequer a antiga aliança entre o Reino Unido e os Estados Unidos, uma das mais sólidas da história, leva a que se confundam os interesses políticos. Mal podemos pensar que nos une algum laço político com a Venezuela. No plano comercial, tudo o que seja conveniente depois de finalizadas as negociações pertinentes, que no caso específico foram omitidas. Aí está o problema maior do Mercosul, na ausência de acordo sobre sua natureza essencial, no não cumprimento de suas normas segundo convenha no plano adjetivo e circunstancial. A visão hemiplégica da organização é seu principal defeito. Não funciona para que produtos uruguaios ingressem na Argentina ou no Brasil, mesmo em violação das decisões das jurisdições regionais por falta de cumprimento; mas funciona para impedir tratos de nosso país com os Estados Unidos.

O atual conflito entre a Argentina e o Uruguai proporciona outro exemplo de funcionamento, ou de não funcionamento. Os bloqueios levados a efeito nas vias de acesso e pontes sobre o rio Uruguai violam o direito ao livre trânsito de pessoas e mercadorias e portanto violam o Tratado de Assunção. Não obstante, a Chancelaria brasileira não hesitou em sustentar que se trata de um assunto bilateral no qual o Mercosul nada tem a fazer. Prevaleceu a força da relação bilateral dos países maiores sobre os compromissos internacionais.

Ou o Mercosul funciona integralmente ou não funciona, e portanto seu conteúdo está esvaziado, somente existe no papel.

6. A ansiedade histórica

Entre os piores defeitos históricos de nossa sociedade pode-se incluir o de querer progredir no papel, sem fazer caso da realidade. Também pagamos tributo às teorias políticas abstratas, ao reinado do voluntarismo. Acreditamos que basta desejar algo, explicitá-lo em uma lei ou tratado, para que de fato exista. A história de nossas nações republicanas e de origem espanhola é o permanente choque entre “o que se deseja e o que se pode”, entre a ilusão e a realidade. O Brasil pareceu escapar a essa tentação por meio de um devir nacional muito sábio. Hoje somos semelhantes na semeadura de ilusões. Não se fez funcionar corretamente um Mercosul comercial e já o queremos “político”, e mais ainda, queremos uma Confederação Sul-americana de Nações quando muitas de nossas pátrias ainda não são capazes de um autogoverno sustentado, justo e integrador de seus estamentos sociais, com instituições vivas na realidade quotidiana.

A soberba está permanentemente de emboscada. Tem predileção especial por atacar os que exercem o poder. Qualquer Presidente que sabe ter um mandado com término definido, e que voltará inexoravelmente – e é muito bom que seja assim! – a ser simples cidadão, sente-se habilitado a acreditar que dentro de seu mandato poderá mudar o mundo. Não! o que cada um pode fazer é terminar o que outro tenha iniciado, cuidar do que já funciona ou começar uma tarefa que seus sucessores levarão a termo. Devemos nos precaver contra a ansiedade histórica.

É preciso mencionar propostas teóricas preocupantes não apenas em seu conteúdo mas também devido à relevância intelectual e política de seus proponentes. Aludimos a Helio Jaguaribe e Carlos Alvarez. O primeiro é um dos pensadores mais vigorosos do Brasil contemporâneo, e o segundo é Presidente do Conselho de Representantes do Mercosul.

Cada um deles publicou trabalhos em “Convivência e bom governo” (Editorial Edhosa, Buenos Aires 2006) nos quais sustentam posições que nos alarmam, mais além do que sejam visões já conhecidas e rechaçadas por aqueles que, como nós, defendemos a soberania de nosso país, assim como a dos demais.

Jaguaribe outorga ao eixo Brasil-Argentina a tutela sobre as nações sul-americanas, acrescentando hoje a incorporação da Venezuela ao grupo que

denomina ABV, que seria encarregado de liderar não apenas o Mercosul mas também toda a América do Sul. É uma posição perigosa, abonada apenas pelo entusiasmo patriótico do ilustre pensador. Com todo o respeito, as nações mencionadas ainda têm muito a realizar no âmbito interno para poder oferecer-se, sem solicitação de ninguém, para encarregar-se de nosso destino. A Argentina e a Venezuela, em campos distintos das próprias atividades, têm um grande déficit em matéria política, institucional, democrática, de vigência do Estado de Direito e de capacidade para representar toda a sua respectiva sociedade, para que disponham de energias suficientes para outros empreendimentos.

O Sr. Alvarez menciona a circunstância de que na atualidade os Presidentes de algumas nações de nosso continente “participam de uma família de idéias” comum e isso, segundo sua opinião, facilitaria as aventuras de integração política que comentamos. O conceito é muito grave e muito equivocado. Os governos passam e os interesses nacionais permanecem. Grave seria que nossos países embarcassem em uniões políticas supranacionais devido à mera existência de semelhanças ideológicas entre os senhores Kirchner, Lula da Silva, Chávez e Tabaré Vazquez, coisa que está por ser provada, pelo menos em seus resultados práticos.

7. Um caminho

Grande parte do que é bom no Mercosul deve ser resgatado e pode ser resgatado. Para isso é preciso trazer as ilusões à realidade e ter capacidade para sentir-se grande fazendo somente o possível, bom e positivo, o que é uma medida de grandeza para os homens de Estado. O Mercosul possível, bom e positivo para os povos é o que traga prosperidade, e ela vem com o investimento e o emprego.

Está claro que isso implica em que seja verdade comprovável a inexistência de obstáculos ao comércio. Que um investidor possa instalar-se no Uruguai na certeza de poder vender ao Brasil ou à Argentina. Que se os tribunais regionais decidirem a favor de uma empresa de um país, o outro país acatará a decisão. Que seja possível passar de um país a outro sem o risco de bando que bloqueiem o trânsito diante da passividade dos governantes. Que por mais afinidades que tenham os governos dos países grandes, elas não serão suficientes para excluir os demais sócios.

Tudo isso hoje não é verdade. Enquanto não seja verdade não haverá Mercosul completo, vigente e vivo. Tampouco haverá bases para pensar em outras formas mais elaboradas e complexas de associação.

Uma forma de exercer a qualidade de estadista de nossos atuais governantes, uma maneira mais útil para todos, uma meta mais modesta porém não menos importante para a integração econômica, seria encontrar uma solução para o problema do gás natural.

Existe na vizinha Bolívia um mar de gás. Não obstante, o Chile planeja trazê-lo líquido da Indonésia e o Brasil de Dubai. Eis aí uma boa tarefa para provar o espírito integracionista em algo concreto, mais concreto do que as declarações presidenciais e muito mais útil para o desenvolvimento de nossos países. Vejamos aí, no terreno da realidade, quão verdadeiro é o espírito de integração...

Para onde vai o Mercosul? Não sabemos. Precisamos saber. [DEP](#)

Acerca da grandíssima importância de um partido*

Hugo Chávez**

A construção do novo paradigma

“**P**au que nasce torto, nunca se endireita”. Tenhamos consciência, irmãos e irmãs, que está nascendo uma árvore e nós somos seus pais, suas mães, e além disso até mesmo parteiros. Cuidemos ao máximo para que esta árvore não nasça torta, que nasça completa, que nasça reta; que nosso partido seja um verdadeiro novo partido, que rompa com todos os esquemas de partidarismo político que se instalaram na Venezuela e no mundo durante as décadas anteriores.

Esse velho paradigma do partido e do partidarismo se esgotou. Temos de inventá-lo. Alguém falava de Simón Rodrigues: “Ou inventamos ou erramos”. *Temos de inventar esse novo partido, que é, efetivamente, uma profunda e imensa necessidade política, social, estratégica, tática, plena necessidade; criar um poderoso instrumento, uma nova e poderosa organização, flexível, dinâmica, unida, unitária.*

* Discurso do Início da Construção do Partido Socialista Unido, 24 de março de 2007.

** Presidente da República Bolivariana da Venezuela.

hugo.chavez@presidencia.gob.vz

Antonia¹ falava do corpo, diga-me você: em que se parece uma unha, esta unha à orelha? Mas as duas *se necessitam*. Os componentes do corpo são uma grande diversidade; é uma fórmula que tem uma resultante. Digo isso porque temos ouvido, lamentavelmente, porta-vozes e não exatamente da oposição, dizendo que não estão de acordo com o pensamento único. Bem, quem falou disso? Ninguém falou em pensamento único. Pensamentos muito diversos, flexibilidade, amplitude, visão holística, integral, sistêmica: é uma nova conformação. Além disso, não venho aqui para ler-lhes uma cartilha produto do trabalho de um pequeno grupo, ou meu próprio, fazendo um manual do partido, nada disso. Convidei-os, e continuo a convidar a todos – e respeitamos as dúvidas de quem as tiver, porém reflitam a tempo, porque depois podem arrepender-se – *para que construamos o grande Partido Socialista, Revolucionário, Bolivariano do Século XXI Venezuelano*; para que sejamos construtores, em condições de igualdade: para nos juntarmos e trazer opiniões para tudo isso que iniciamos, os Cinco Motores, as Sete Grandes Linhas, o Projeto Nacional *Simón Bolívar*, a nova etapa; o início do novo governo, tudo o que respeita à Lei Habilitante, à Reforma Constitucional, à nova Geometria do Poder, Moral e Luzes, a explosão do Poder Comunitário.

É a tarefa de articular movimentos, partidos, na hora de fazer as listas para os candidatos a deputado, a deputados regionais, a governadores; e que tarefa, porque é uma luta, é a IV República viva e em movimento, o partidarismo, o sectarismo, o “*qual é o meu*”.

Isso tem que acabar, companheiras e companheiros... o *qual é o meu*. Somos todos iguais, somos gente honesta. Eu critico essa coisa de estar utilizando o dedo; na hora das discussões entre os partidos, na hora de tomar decisões para inscrever candidatos a Governador. Vamos ver se reelegemos este ou se é preciso buscar outro, inclusive eu tive de dizer: olhe, espere, agüenta, controla teus ímpetos, porque quantos conflitos regionais, enfrentar fatores regionais, o inimigo interno sabotando o governo, acusando de não sei quantas mil coisas, de dentro das próprias fileiras; somente para tratar de que *o outro* caia e em seguida *seu* partido, o outro partido, buscar a governadoria ou a prefeitura.

Em certas ocasiões houve ataques contra ministros, bons ministros e ministras, de dentro do governo, um partido atirando contra o outro para que eu tire ou desloque a este, para nomear outro. *É assim que se faz uma revolução?*

¹ Antonia Muñoz, Governadora do Estado Portuguesa.

É preciso ver o prejuízo que sofreu Salvador Allende, Presidente mártir, quanto prejuízo ele sofreu com o sectarismo dos partidos, da unidade popular, aqui também nos prejudicou, e muito. Às vezes alguém chega a um ministério e começa a movimentar todo mundo para trazer o partido quase todo para tornar-se proprietário desse ministério; isso não pode ser, não pode ser que algum partido pretenda que esse território *seja seu*. É preciso jogar tudo isso na lata do lixo. E como vamos fazer isso? *Construindo o Grande Partido Socialista Bolivariano e Revolucionário, unido de verdade.*

Em alguns casos, facções internas em pugna começam a procurar assinaturas, supostos aliados para tirar algum Governador, sem nenhum tipo de fundamentação ou debate.

No futuro, não muito distante, em que tenhamos nosso grande partido, assim creio firmemente, se tivermos um Governador, o partido tem de avaliar, mas não para pedir-lhe uma comissão, ou pedir um contrato para empresa de meu irmão ou de minha amiga tal, para que eu ganhe uma comissão; não, não é para isso.

Porque ainda há muito disso, e vocês sabem mais do que eu, inclusive.

Agora, num futuro não muito distante, se tivermos um Governador, uma governadora e se o partido tiver objeções, vamos debater o assunto, aqui estão as provas, porém de maneira coordenada e disciplinada.

E se for preciso fazer um processo político contra alguém, contra um ministro, um Governador, um prefeito, qualquer pessoa, faz-se a investigação política e se pune politicamente.

Mas não como produto de rivalidades pessoais, rivalidades partidárias, sectárias, etc. São esses os vícios que herdamos da IV República, que ainda sobrevivem entre nós. Eu tenho fé em que com o Partido Único vamos conseguir apagar essas velinhas – como diz Antonia Muñoz.

Agora, precisamos ter cuidado, portanto, para começar bem, dando os primeiros passos na direção correta. Por isso, aqui em meio aos propulsores e propulsoras, desses 2.398 que estamos juramentando hoje, e em maio aos 15 mil propulsores e propulsores que juramentaremos no próximo dia 19 de abril, para que desde hoje se espalhem pelo mapa da pátria a fim de cumprir sua tarefa; em *nossa* seio, propulsores e propulsoras, não deve haver – dizia Antonia – *nem um só embusteiro, não deve haver nenhum personalista, sectário; guerra ao sectarismo, guerra ao protagonismo, guerra ao personalismo, à ambição.*

Aqui devemos estar como os melhores revolucionários, as melhores revolucionárias, *o homem novo, a mulher nova*, demonstremo-lo agora. Tenho muita fé em vocês, sei que não vão me deixar mal, nem deixaremos mal nosso povo e nossa história, sei que todos vocês estão conscientes da grande tarefa que estamos assumindo.

Por isso dizia, no começo, quão importante tem sido a tarefa da comissão promotora e dos líderes sociais, dos diferentes movimentos sociais, nestas primeiras semanas de formação desses batalhões de propulsores, rumo à formação dos batalhões socialistas, das circunscrições socialistas; rumo ao congresso de fundação do Partido Socialista Unido da Venezuela; com o trabalho de todos nós, devemos já haver formado o partido antes que termine este ano de 2007. É uma necessidade, devido ao momento que estamos vivendo no plano interno na Venezuela.

Sejamos nós, cada um de vocês, cada uma de vocês, chama viva para iluminar e espada afiada para que ninguém se equivoque se tivermos de desembainhar a espada afiada para defender os interesses do povo, os interesses da Revolução, os interesses supremos da República Bolivariana.

Antes de 27 de fevereiro, *os que participamos*, nos angustiávamos, quantos esforços fizemos, mas nunca pudemos conseguir a unidade dos fatores com os quais entrávamos em contato; foi impossível obter uma Plataforma Unitária, rumo ao que se prefigurava, não como um *putsch*, um golpe de Estado; não, era uma rebelião cívico-militar. Onde apareceram os estudantes? Só em Valencia. Reunimo-nos com movimentos estudantis, e que se ouvia? Não, temos tantos estudantes, 3 mil estudantes e trabalhadores na Costa Oriental, e petroleiros; tínhamos ilusões, imaginava-se a rebelião cívico-militar, mas em 4 de fevereiro de 1992 somente os estudantes de Valencia e outros compatriotas civis nos acompanharam.

O mesmo ocorria com pessoas de outros partidos e grupos, que diziam ter velhos combatentes, guerrilheiros adestrados; então, nós nos sentíamos apoiados, porque tínhamos soldados, rapazes de 19, 20 anos, não treinados para esse tipo de guerra e além disso tampouco com formação política; camponeses, nossos filhos camponeses, os filhos dos operários, muitos dos quais deram as vidas naquela madrugada, não duvidaram, ninguém recuou, nenhum soldado recuou, todos avançaram.

Mas os movimentos políticos ficaram, nem um só apareceu, nem um. E quase todos sabiam. Quantos contatos fizemos com o velho MAS (Movimento

Ao Socialismo), mandamos mensagens, indiretas, diretas, com estudantes da universidade de Maracay, como se chama? A UCV de la Morita; mensagens no estado Bolívar onde haviam feito compromissos de tirar operários da siderúrgica, operários dos sindicatos de Guayana, a massa operária; e diziam ter prontos milhares de trabalhadores que sairiam a apoiar a insurreição. Ficamos sozinhos, exceção heróica, o grupo de estudantes da universidade de Carabobo que foi juntar-se aos soldados em Carabobo, em Valencia.

E quatro deles morreram heroicamente, inclusive uma mulher, Columba, que ainda vive conosco e a trazemos aqui como compromisso de vida, de cada dia, de cada noite. E os soldados que ali morreram. Agora, qual foi a causa disso? Era que nunca pudemos fazer uma reunião, e na verdade nos cansamos de propor; na Força Aérea nos reuníamos, aqui com um acolá com outro. Tinha de ser separadamente, lembra-te? E nós, mas vamos fazer uma reunião. Não, não, porque alguns vinham com antigos ódios da luta armada, outros simplesmente diziam que não, porque nosso partido é um partido novo e não quer contaminar-se com o velho; qualquer tipo de desculpa.

“Baderna, baderna, essa gente só serve para baderna.”

Necessidade de uma consciência política

Lembro que trouxe um caminhão cheio de fuzis e que paramos em um lugar onde nos tinham dito que iam chegar alguns combatentes. Eu estava preso, iam me levando preso, e passei a um lado do caminhão. Não chegou ninguém, nem um só. Ali estavam os fuzis, intactos. Aqui está o caminhão, disse eu.

E os soldados, meus soldados, o chofer do caminhão, e dois soldados de guarda já estavam presos, e eles fizeram seu dever, ficaram parados ali esperando alguém que nunca chegou. Sentimos uma profunda dor.

Agora, um dos motivos daquilo foi, insisto, ou a razão mais poderosa, foi a profunda divisão. Lembras-te, Francisco? Aquele dezembro difícil em 2001, por causa do famoso pacto de San Antonio, chegou a Bandeira Vermelha, se infiltrou, e outros grupos mais com um grupo de oficiais, manipulados, ingênuos, sem experiência política. Eles, de boa fé, por trás do comando, assinaram o pacto de San Antonio e depois me chegaram em Maracay com o pacto feito, e eu o rasguei e joguei no lixo. *Não reconheço pactos, isso não é produto de nenhum debate, de nenhuma discussão*, de nenhum comando; isso é anarquia, e

me lembrei de Miranda quando disse: “Baderna, baderna, essa gente só serve para baderna”, e aqui se trata de fazer uma Revolução.

Uma Revolução Antiimperialista, uma Revolução Socialista. Na noite de 4 de fevereiro havia uma ordem no interior das fileiras, na escuridão, na sombra, é preciso matar Chávez; naquele dezembro por pouco não me mataram, e o plano para me matar surgiu desses grupos ali infiltrados, grupos políticos; ficamos sabendo disso depois que estávamos presos, quando começaram a aparecer coisas que passavam por nossas costas.

Em Yare, lançava mil raios e centelhas contra tanta infâmia e tanta insensatez de alguns... de pessoas que se dizem revolucionárias ou de esquerda. Baderna, só baderna. Mentira, só mentira.

Por isso eu pensava que quem ia ser mais favorável a esta proposta do *Partido Unido* iam ser os partidos pequenos; mas compreendi que algumas pessoas acreditam, ou vêem o partido como um fim, e o partido deve ser um instrumento.

A unidade revolucionária

Quanta baixeza. É o velho partidarismo, e por isso, desta tribuna, volto a convidar, sobretudo os partidos, o Partido Comunista da Venezuela, o Partido Pátria para Todos e o Partido Podemos, para que *dêem uma demonstração de desprendimento pela Revolução e que venham conosco construir um verdadeiro partido revolucionário, um verdadeiro partido socialista.*

A atitude de alguns dirigentes, em seus discursos, me causou grande frustração. No entanto, continuo a chamar à reflexão. Li que o PPT não se dissolve; a questão não é que se dissolva ou não se dissolva, não é o PPT, nem é o Podemos, nem é o MVR, é a Revolução, companheiros...

O povo, por isso não quero que os *líderes políticos* fiquem aí, bem, como chefes de uma carcaça vazia, uma casca vazia, mas é isso o que vai acontecer, estou avisando. Vão ficar como chefes de uma casca vazia. Não compreendem, devem ir às ruas, vão ouvir o povo para saber o que diz; volto a repetir para eles.

O Movimento V República é um partido que nasceu para uma conjuntura, creio que na verdade durou muito, esse partido nasceu porque nossa organização, o antigo Movimento Bolivariano Revolucionário, não podia

register-se no Conselho Eleitoral por causa das leis, das leis eleitorais burguesas do Estado burguês, e tínhamos uma grande quantidade de pessoas dispostas a apoiar a candidatura presidencial; assim, *decidimos*, depois de muito discutir, é preciso recordar como nasceu o Movimento V República e como cresceu, e precisamente, em sã consciência, esse partido terá muitos defeitos; mas vejam, tão logo foi anunciada a decisão do Partido Socialista Unido, isso foi imediatamente assumido, ninguém, em nenhuma parte do país, disse que não, que não estava de acordo. É que nós já estamos discutindo isso há mais de dez anos, desde que saímos da prisão, até que me cansei de tantas reuniões, *reunionite...*

Reuniões demais, e cada um com um discurso *diferente*. Às vezes passávamos o dia inteiro ouvindo discursos e depois alguém perguntava: Bem, e o plano de ação? “Não, amanhã continuamos.” Até que um dia eu disse, se queremos fazer alguma coisa, deixemos de lado estas reuniões, deixemos que essa gente continue a fazer suas reuniões e nós vamos para as ruas, vamos aos bairros, vamos às aldeias, falar com o povo, organizar, ouvir o povo... E foi isso o que fizemos.

É a ânsia de apoderar-se de um movimento, de um processo, de impor uma liderança, e disso o mundo está cheio.

Se tivéssemos ficado esperando que os partidos da esquerda se unissem antes do 4 de fevereiro ainda estariam esperando e nunca teríamos feito o 4 de fevereiro. E o mais grave é que depois muitos desses partidos nos acusaram de *golpistas*. E eu pensava: até onde essa gente é capaz de chegar, se até há um mês atrás nos reuníamos e agora nos chamam de golpistas e nos condenam, e o mesmo aconteceu em 27 de novembro, que coisa terrível! Agora chegou o momento e eu não vou olhar para trás, não vou voltar atrás com isso. *Avante!* Ao ataque, à criação do partido.

Alguns não conseguem reconhecer uma liderança, a minha, que é circunstancial; não estou aqui por ter feito um plano para estar aqui; sou um produto da circunstância, até que a situação permita. Chávez não era Chávez, não era eu; Chávez foi uma esperança que nasceu naquela madrugada. *Viva o 4 de fevereiro! Vivam os mártires de 4 de fevereiro! Viva o 27 de novembro! Vivam os mártires de 27 de novembro!*

Carlos Marx dizia: “Os homens e as mulheres fazem a história, mas somente até onde a história lhes permite.” Eu não estou aqui por minha culpa; não sou culpado de estar aqui, nem sou a causa de estar aqui; é uma situação

objetiva, condições subjetivas e até muito por obra do acaso, que sempre está presente, e também nisto.

Trato de fazer meu trabalho, o papel que me cabe desempenhar, mas não existe nenhum ser humano individual indispensável. Se Bolívar não tivesse nascido, teria havido a Revolução em 1810 e 1811? Claro que sim! Teria acontecido. Se Lenin tivesse morrido na infância ou tivesse sido um intelectual burguês, teria havido a Revolução Russa? Claro que teria havido, mas com variantes, táticas de momento, de velocidades, de intensidade; mas teria havido, mais cedo ou mais tarde.

Agora, ouçam, por isso eu queria focalizar e recordar: assim nasceu o Movimento V República, nós militares fizemos nascer o Movimento Bolivariano Revolucionário, e um grupo de civis também, mas na maioria éramos militares, a maioria desses companheiros não tinham formação política. Depois veio a outra etapa, uma verdadeira avalanche e um somatório de líderes de pesos e correntes de todo tipo.

Busquemos a integração na batalha contra a desestabilização

Revolucionário e socialista

Agora, se olharmos para os demais partidos de esquerda, como nasceu o PPT? O PPT nasceu de um cisma da Causa R, que por sua vez nasceu de outro cisma anterior, de divisões, uma divisão, outra divisão e outra divisão. Tomara que agora não voltem a dividir-se e uns venham para cá e outros sigam por lá; tudo é produto de divisões. Como nasceu o Podemos? A mesma coisa, o MAS que nasceu também de umas divisões anteriores e depois se dividiu e nasceu o Podemos. O Movimento Eleitoral do Povo, que também surgiu de uma divisão. A Liga Socialista, que também nasceu assim, o fundador foi Jorge Rodriguez, o pai mártir de nosso vice-Presidente e companheiro, foi também uma separação de outra organização.

Assim nasceram esses partidos e legaram seus mártires, suas bandeiras, sua história.

Reconheço, apesar dessas críticas, a contribuição de todos esses partidos a muitas jornadas das batalhas populares que ocorreram na Venezuela durante os anos 60, 70 e 80.

As batalhas sindicais, camponesas, as jornadas, a luta das mulheres; é preciso reconhecer tudo isso e eu o coloco no lugar mais alto de meus reconhecimentos e meus afetos, e o mesmo em relação ao povo; quem pode esquecer Argelia Lara? Aquela líder que pertenceu ao Movimento ao Socialismo quando esse partido era uma partido...

José Vicente Rangel, candidato à Presidência em várias ocasiões por aquele partido e alianças de partidos. Bem, José Vicente poderia contar suas experiências frustradas de unir a esquerda, porque ele nunca foi militante do MAS, na verdade era lançado pela esquerda, o candidato de esquerda. Então, é preciso analisar tudo isso, alguns companheiros, hoje, de outros partidos, poderiam estar caindo ou deixando-se arrastar perigosamente por duas tendências, presentes em alguns discursos. Uma, o reformismo, como que se distanciando; *quando alguém diz Pátria, socialismo democrático e vida*, está se distanciando, absolutamente, para bom entendedor bastam poucas palavras. *Cuidado com as correntes reformistas que têm medo de uma verdadeira revolução.*

Livremo-nos dos temores, não não deixemos chantagear pelo inimigo, pelo império, não nos deixemos chantagear pela oligarquia e por seus meios de comunicação, a mim não me importa que *me digam o que disserem*.

Cuidado vocês, propulsores e propulsoras, porque *uma das condições para ser membro, militante, combatente, camarada do partido socialista é ser revolucionário e ser socialista*; peço que quem tiver dúvidas não se meta aqui, e vocês devem ficar muito atentos, aqui precisamos de *verdadeiros revolucionários, gente honesta que venha para construir*, como eu já disse umas cem vezes, em condições de igualdade, aqui somos todos iguais; eu estou despojado de minha condição de Presidente, *não venho aqui como Presidente, venho como mais um companheiro, mais um camarada.*

O reformismo se converte em contra-revolucionário

Simplesmente existem duas correntes por aí, e portanto cuidado com essas correntes. O reformismo pode acompanhar uma revolução durante algum tempo, mas existe uma barreira além da qual o reformismo se converte em contra-revolucionário e é isso o que está ocorrendo aqui. Os reformistas não gostam da intervenção nos rebanhos de gado, porque isso é a revolução no campo e há pessoas que têm conexões, compromissos com os proprietários de terras, com a elite nacional ou regional, ou que têm medo que os chamem

disto ou daquilo, pelo jornal, pelo rádio; ou às vezes têm o rabo preso e não se atrevem a aparecer. Quem tem rabo de palha não deve chegar perto da vela.

Lendo Lenin, que fez um chamamento ao povo russo para lutar contra a sonegação de carne e pão, observemos, foi o mesmo método, já se passaram cem anos, mas a mesma coisa se fazia com o velho povo russo, claro, o velho Estado capitalista, ainda vivo, como aqui está, não me refiro ao Estado, e sim à situação capitalista, o sistema, sobretudo no terreno econômico, e essa é a outra parte do tema, o socialismo não tem de entrar no tema econômico, senão não é socialismo o que estamos fazendo, não é revolução o que estamos fazendo, tema econômico.

Uma revolução dentro da Revolução

A arma é a mesma, muito parecida, passam-se os anos e é a Rússia, ou a Nicarágua, ou a Venezuela; os capitalistas, que têm ainda nas mãos boa parte das indústrias, os fatores de produção desde a terra e portanto o gado em pé; e têm ainda em suas mãos o transporte, os matadouros, apropriaram-se dos matadouros que deveriam ser comunitários, segundo a lei; faço um chamamento a todos os prefeitos para que recuperem os matadouros e os ponham em mãos dos Conselhos Comunitários, nas mãos do povo e não nas dos capitalistas [aplausos], que têm nas mãos os frigoríficos, os auto mercados, e então aplicam ao povo a política do *desabastecimento* para tratar de desestabilizar o governo, para tratar de retirar o apoio ao governo, e em seguida atacar, e isso é parte do momento que estamos vivendo; *e por isso é necessário, imprescindível, um conjunto de medidas, uma delas a formação de nosso Partido Unido, Socialista, Revolucionário, Bolivariano, porque a situação interna vai ficar mais difícil, nos próximos meses surgirão contradições, simplesmente porque nós não planejamos deter a marcha da revolução; muito pelo contrário, é a marcha a fundo, e na medida em que a revolução vá se aprofundando, vá se expandindo, essas contradições vão aparecer, inclusive algumas que até agora se mantiveram encobertas, vão ficar mais agudas, vão intensificar-se, porque se trata do tema econômico e não há nada que doa mais a um capitalista do que o bolso, mas temos de entrar nesse tema; não podemos escapar dele.* Temos avançado, a Missão Robinson, a Missão Ribas, a Missão *Vuelvan Caras*; tudo isso é socialismo, mas *não teríamos socialismo integral, pleno, se não começássemos a transformar o modelo econômico, capitalista, que ainda temos na Venezuela.*

Isto vai ser uma revolução dentro da revolução; por isso é que o império está temeroso, e por isso é que as classes abastadas, temerosas disso, começaram a retomar a tese do *magnicídio*, do golpe de Estado, da desestabilização; para

conseguir uma intervenção dos Estados Unidos por meio dos organismos internacionais, assim como estão no Haiti e em muitos outros países do mundo, tutelando-os, mas é por causa do império, no fundo, que esses planos começaram a ser reativados com força, tanto aqui quanto fora da Venezuela.

A força popular unida é o “seguro de vida” da Revolução Bolivariana

Um só grande partido: um só grande povo

Um dos maiores “seguros de vida” que possa existir neste caso é a força popular unida. Porquê...? Simplesmente porque *a oligarquia tem medo de um povo que ruge unido, por isso é que procuram tanto dividir-nos, minimizar o apoio popular, com campanhas desfigurando nosso discurso, tratando de satanizar-me*; porque se conseguissem debilitar, se conseguissem dividir o povo, confundir o país e debilitar a força revolucionária, isto é, dividir-nos, se conseguissem, tenham certeza de que viriam ao ataque com toda a força; *em troca*, se nós conseguirmos aumentar nossa força unitária eles vão pensar um milhão de vezes. Porque nunca invadiram Cuba? Porque os cubanos conseguiram *unir um só grande partido e um só grande povo*, e aí estão os cubanos defendendo seu líder e sua revolução. Há analistas que dizem não ser possível em Cuba *uma mudança de governo* e a prova é que Fidel esteve hospitalizado e em uma situação muito crítica durante semanas e semanas e mesmo assim em Cuba nenhum furacão moveu uma só folha, isto é, existe uma liderança, *há um partido e uma disciplina política, moral*.

Por isso, caracterizando o momento interno, quando a revolução deve aprofundar-se no campo político, os conselhos comunitários, aí está o que é político, o Auto Governo, o Governo Popular, o Governo Comunitário, e então, quando eu enuncio algumas coisas, há supostos aliados que começam a fazer reuniões mas não se atrevem a dizer-me nada cara a cara, e sim começam a buscar contatos.

Uma das orientações que dei ao ministro da saúde, por exemplo, é que o Governo Nacional precisa recuperar a gestão e o controle de todos os hospitais, dos grandes hospitais do país.

Sei que alguns governadores, e não são os do MVR, são de outro partido, têm dito que não, que isso é uma loucura, que isso se conseguiu como um grande avanço da democracia, no tempo de Caldera; quando o que fizeram foi esquartejar o pouco que restava do sistema de saúde venezuelano.

Criação de verdadeiros quadros revolucionários

Quem vai surgir, agora, para defender a chamada descentralização da IV República? Quem estiver defendendo isso está defendendo o reformismo e está se colocando contra a revolução. São vícios e rumores que põem em perigo nossa Revolução, porque além de tudo possuem redes de contatos e os vão construindo, muitas vezes, utilizando recursos do Governo e também muitas vezes *inclusive* conseguem neutralizar decisões da Revolução, por meio de um juiz ou um tribunal, ou até mesmo o próprio Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) pelas costas do líder da Revolução, atuando por dentro contra a Revolução. *Isso é, repito, traição ao povo, traição à Revolução.*

E essa é uma das maiores ameaças que temos, por dentro, é como o colesterol, alguns o chamam assassino silencioso, *é o reformismo contra-revolucionário, por dentro de nós mesmos*. O partido tem de ser capaz de detectá-lo e ir limpando, criando verdadeiros quadros revolucionários, inserindo-se junto ao povo, à classe operária, camponeses, estudantes, juventudes, mulheres, inserindo-se ali na massa popular, nas multidões, impulsionando o processo revolucionário. Essa deve ser uma das maiores tarefas de nosso partido, de nosso novo partido, devemos tratar de perfilá-lo, engendrá-lo, alimentá-lo. É preciso começar a alimentá-lo, a perfilá-lo, a adorá-lo, a cuidá-lo para o parto que se aproxima.

Agora, vejam vocês este tema do desabastecimento, o tema da carne, a regulamentação de preços. Nem um só partido, nenhum dos partidos que temos assume essa tarefa, nenhum, porque não têm vontade nem capacidade para assumi-la; estão preocupados com outra coisa. Então, o Governo vai para um lado, os partidos para outro, com outros governinhos formados por aí; e às vezes também poderes locais, porque não obedecem ao líder e sim a outros comandos paralelos dos partidos. Prefeitos que também andam com seus governinhos paralelos.

Temos de demolir tudo isso, temos de demoli-lo e criar a grande unidade nacional, revolucionária.

A meta: aprofundar a Revolução

O povo orientado pelo partido, o partido orientado pelo povo

Antes que esses fatores divisionistas, reformistas e contra-revolucionários nos destruam, freiem ou distorçam e vão pouco a pouco acabando com a

Revolução, é o momento de aprofundar; amanhã pode ser tarde demais. Façamo-lo agora, com decisão, com inteligência, com vontade, sem que obstáculos nem resistências externas ou internas detenham, porque precisamos aprofundar a Revolução. Necessitamos o partido, necessitamos o povo orientado pelo partido, o partido orientado pelo povo, juntos: os camponeses organizados, solidamente organizados, informados.

Muitas vezes tomo decisões e o povo não sabe, porque não existe quem comunique, tenho um domingo, cinco, seis horas. Dizer, informar; porque não há um partido que seja um intermediário que informe e que direcione as políticas ditadas pelo Presidente ou ditadas pelo Governo, nem um só partido se dedica a coisas como essa. Dedicam-se a qualquer outra coisa, muitas delas boas, mas o Governo vai para um lado e parece que isso nada tem a ver com eles.

Eu tenho de cuidar das instituições do Governo, tratando de continuar a saneá-las, muitas vezes precisamente o partidarismo e o sectarismo se convertem em um freio à transformação do Estado, porque, como disse, muitos partidos começam então a repartir as quotas de algum ministério. Mas continuamos aprofundando e criando um novo Estado, novas instituições, isso custa muito, mas vamos avançando.

Para cada uma dessas glebas que vamos tomar estou enviando um grupo, como um comando cívico-militar, porque há alguns proprietários de terra que se metem a valentes; aí vai a Guarda Nacional junto com os técnicos do Governo e junto com os camponeses.

Desenvolver projetos: em função do plano de desenvolvimento

Devemos desenvolver em cada gleba projetos de agricultura, de pecuária, e dar seguimento a esses projetos, em função do plano de desenvolvimento. O partido deve participar de tudo isso, mas não para ir fatiar um bolo, para ver quantas vacas eu levo para mim e quantas ficam com outro, vamos vender aquela vaca e comprar uma casinha para o partido, para colocar a bandeira do partido; não: *é para desprender-se de tudo em função dos interesses da revolução, que são os interesses do povo.*

Enfim, internamente, vamos aprofundar a Revolução em todos os sentidos, e por isso digo que é imprescindível a criação de nosso partido, a unidade.

Em nível internacional, alguém pode imaginar que a viagem do Presidente dos Estados Unidos foi uma viagem assim ao acaso; não, isso

faz parte de um plano. Este governo dos Estados Unidos ainda tem dois anos, e sabemos que esse governo é capaz de qualquer coisa. Ali governam verdadeiras máfias de assassinos, com prontuários criminais, nem todos serão assim, mas os que tomam as decisões fundamentais o são. Em dois anos, sabendo-se derrotados por nós, são capazes de qualquer coisa, e a viagem do Presidente dos Estados Unidos passou por aqui, pelo Brasil e ao regressar parou aqui na Colômbia, vejam, dois extremos da Venezuela. Nessa viagem estava acompanhado por um plano, no qual Venezuela está em primeiro lugar como alvo do império.

Por essa razão e se ao mesmo tempo verificarmos como cresce o apoio à Venezuela, a nosso projeto em outros países da América Latina e do Caribe, América do Sul, América Central, o Caribe. Daí concluímos, devemos concluir, necessariamente, acerca da grandíssima importância de um partido.

Vocês não têm idéia de quantos líderes no mundo me perguntam: e o partido? Onde estão os partidos? Com quem podemos falar aí?

A China apostou em nós e estamos entrando nela em cheio, a fundo, em um conjunto de projetos que sem dúvida agudizarão as contradições em nível internacional. Porquê? Porque propusemos à China o fornecimento de petróleo, e aqui antes se dizia que não, que não era possível porque a China está muito longe e que tudo deve ser mandado aos Estados Unidos. Agora estamos demonstrando que isso era uma enorme falsidade, estamos enviando petróleo à China, encerramos o ano passado em 300 mil barris diários, *está sendo gestada* a formação de uma empresa mista aqui, para chegar a produzir, entre ambos, até um milhão de barris de petróleo.

E depois nos propuseram que fôssemos à China. A PDVSA (Petróleos de Venezuela) com a CNPC (Corporação Nacional de Petróleo da China) para construirmos juntos três grandes refinarias, e é claro que dissemos imediatamente que sim, queremos ir à China construir essas três refinarias, conjuntamente com a empresa nacional da China.

Também agora trouxeram outra proposta, a formação de uma empresa mista em igualdade de condições, 50% venezuelana e 50% chinesa, para ter uma companhia de transporte marítimo, uns super-tanques que vão ser feitos na China *para cruzar os sete mares do mundo com petróleo venezuelano*, levá-lo e trazê-lo da China e de outros países. É para comerciarmos juntos.

Esse projeto, que naturalmente torna mais agudas as contradições com o império dos Estados Unidos, que não perde a esperança de recuperar a Venezuela, de voltar a converter a Venezuela no que ela já foi até 1988 e até mais próximo. Ainda em nossos primeiros anos, quando a velha PDVSA tinham um governo paralelo. A Venezuela era uma colônia dos Estados Unidos, aqui se fazia o que era decidido em Washington, principalmente em matéria de petróleo. Então os Estados Unidos, o Governo e a elite vêm todos esses movimentos e acordos estratégicos com grande preocupação.

A política externa da Revolução deve estar em mãos da Revolução

Assim, vão ficar mais ferozes, sem dúvida, os ataques, por dentro e por fora, contra o Governo Bolivariano, contra a revolução Bolivariana. O surgimento de governos aliados, governos populares, governos irmãos, como o do Equador, recentemente; o da Nicarágua, o da Argentina, para citar somente três casos, exige, clama por um partido que abra seus braços para a América Latina. Não, aqui cada partido anda para seu lado. Às vezes eu vou à Argentina e me dizem, veja, vieram aqui uns dirigentes do partido tal, sabia? Não, eu não sabia de nada, como vou saber? Estão fazendo seu próprio jogo.

Aqui, certa vez, um dos partidos aliados do Governo convocou um seminário internacional, convidaram não sei quanta gente. Tive de pedir-lhes que suspendessem porque o momento era inconveniente do ponto de vista da política internacional do Governo e do Estado.

A política externa da Revolução deve estar em mãos da Revolução, é o cúmulo que haja partidos por aí fazendo política internacional, pelas costas da liderança da Revolução e do Governo Revolucionário, colocando em perigo alianças, dando apoio ao inimigo, inclusive para que me ataque no plano pessoal e no político. Isso já seria o cúmulo dos cúmulos, não é verdade?

Uma vez fui a Moscou, e lá encontrei *um líder partidário*, cumprimentei-o e naturalmente me alegrei ao vê-lo por lá, mas depois perguntei, que estão vocês fazendo por aqui? Fazendo alguns contatos. Como vão estar fazendo contatos aqui sem que o Governo saiba? Exigi informações porque o Chanceler de nada sabia. Não, além disso fazendo política internacional; como ficamos nós diante do mundo? Bem ficamos como uns baderneiros, para usar outra vez a frase de Miranda.

E às vezes se pede informação e eles se agastam. Não, porque este partido tem sua própria política. Que é isso, meu filho? Então é melhor que vão embora, que façam acampamento em outra parte, mas que saibamos, que saibamos de verdade, com transparência.

Formação da ideologia e da consciência

Nosso grande partido revolucionário

Tenho de exigir respeito ao Governo revolucionário e à decisão tomada pelo povo. *Toda e qualquer análise nacional ou internacional revela a necessidade imperiosa, e eu diria mais, a urgência de constituir nosso Grande Partido Revolucionário, que levante as bandeiras do socialismo.* Um partido com ideologia clara, porque se estás em um governo como aliado, não podes colocar a concepção do partido antes da do Governo, não pode ser, por lealdade a bandeira socialista deve ser a primeira. Mas não estamos colocando aqui o esquema dogmático que existiu na Rússia soviética dos anos 20, dos anos 30; este não é um projeto stalinista, não é assim; nem é um projeto marxista-leninista; se Carlos Marx e Vladimir Lenin ressuscitassem e fizessem um estudo das circunstâncias européias e mundiais de hoje, estou certo de que não fariam teses radicalmente distintas, mas sim com muitas diferenças em relação às teses que desenvolveram há quase um século e meio. Mas aqui há pessoas que pegam um livrinho e dizem: não, isto é um catecismo, daqui não me afasto. Isso foi escrito, com todo o respeito àqueles ideólogos e grandes revolucionários, lá por 1800, por 1900, é preciso ver que o mundo mudou.

O dogmatismo contra-revolucionário

E essa é a segunda corrente a que quero me referir. A primeira é o reformismo, que acaba sendo contra-revolucionário. E a segunda é esta, o dogmatismo, que também acaba sendo contra-revolucionário.

Tenho um grande respeito por todos os partidos comunistas do mundo, mas é preciso recordar que muitos partidos comunistas na América Latina retiraram o apoio à Cuba revolucionária, nos anos 60 e 70, traíram Che Guevara em alguns lugares, negaram-se a apoiá-lo. Aqui mesmo vocês sabem muito bem que tenho um grande respeito pelo Partido Comunista da Venezuela (PCV) e fui um dos que tiveram o cuidado de exigir ao MVR (Movimento V República)

que desse espaço ao partido Comunista; e quando me consultaram, eu sempre disse sim, assim como quando se trata de ocupar algum cargo, porque sei que há quadros muito valiosos, muito valiosos. Tenho um grande respeito. Que o diga don Pedro Ortega Díaz, a quem Deus tenha no céu dos revolucionários, exemplo de constância, de humildade, de sabedoria.

Quem pode negar a contribuição do Partido Comunista às lutas na Venezuela? Mas recordo que quando saí da prisão havia dentro do partido Comunista uma corrente que dizia, com muita força, que eu era um Messias, um caudilho, e que minha presença nas ruas era prejudicial.

O dogmatismo é um assunto que se converte em contra-revolucionário. São duas correntes: o dogmatismo e o reformismo, ambas terminam sendo contra-revolucionárias. Cuidado, alguns companheiros poderiam estar se deixando levar por essas correntes, poderiam estar perdendo o horizonte, a bússola.

Como sei que em ambos os lugares há gente boa, há bons companheiros que poderiam estar confundidos por enquanto, e há seguidores deles que são bons e de boa fé, e poderiam estar acreditando neles, faço-lhes um chamamento para que reflitam profundamente, que esclareçam suas dúvidas e que venham conosco.

Liberdade de debate: um partido com frentes

Aqui existe plena liberdade de debate e essa deve ser uma das características mais profundas do novo partido, o debate, a partir das bases; não um debate circunscrito a uma elite, a uma cúpula, a um cerne. Consulta, participação, protagonismo, debate. Isso sim, quando se decida, então vem a disciplina. Decidiu-se isto, bem, eu tenho uma visão diferente; mas essa é a decisão, e por aí teremos de seguir, porque se trata de uma Revolução. *Aqui está em jogo a vida da Pátria, está em jogo o futuro da Venezuela.*

Este tem de ser um partido bem consciente; e sobre a eterna discussão, também interminável, de se deve ser um partido de massas ou de quadros, em meu ponto de vista, muito modesto, deve ser, como dizia Antonio Gramsci, um partido de massas que construa quadros, extraordinários quadros.

Essa é a visão gramsciana de partido. E eu creio que devemos ir por aí. Um partido, além disso, que não seja o que vá controlar o povo, e sim ao contrário, um partido controlado pelo povo. Não um partido que seja produto de um conjunto de siglas, não queremos uma frente de partidos; não, na verdade

queremos um partido de frentes, um partido que tenha uma frente operária, frente camponesa, de mulheres, dos estudantes, dos jovens, dos trabalhadores. Já nos recordava Oswaldo Vera² as expressões e a análise, nesse extraordinário livro *Mas Allá del Capital*, de Istvan Mezsaros.

Vejam bem, isso faz parte da armadilha capitalista e da armadilha do Estado burguês. Estou ouvindo isso há muito anos, dirigentes operários que dizem que o sindicato não pode depender do partido. *Uma coisa é o partid, e outra coisa o sindicato.*

Vamos ler Rosa Luxemburgo, por exemplo, sobre esse tema, o próprio Lenin; Mezsaros volta a tratar do assunto para que o debatamos. “É necessário”, diz Mezsaros, “haver o braço industrial e o braço político no mesmo corpo;” o partido, os sindicatos, mas não cada braço para seu lado. Não, os sindicatos são autônomos e têm sua autonomia, acontece o mesmo com os partidos, cada partido quer ter seu próprio comando, sua direção, tomam suas decisões de maneira autônoma, porque isso é o que é a democracia; e além disso os sindicatos atuam como outro partido, têm sua direção, tomam suas decisões, não há direção para eles, não há linhas estratégicas; não isso não pode ser assim, isso se chama baderna e nós não viemos aqui para fazer baderna, viemos fazer uma Revolução. Isso é o que estamos fazendo e o que temos de realizar.

Então, esse partido precisa de um braço industrial. Os sindicatos que quiserem continuar sozinhos, está bem, quase todos envenenados pelo mesmo veneno, autonomia sindical, porque é a classe operária, e onde está a classe operária? Toda desorientada, toda dividida, inclusive as correntes internas não chegam a um acordo.

Há tempos não me reuno com os dirigentes sindicais. Porquê? Porque sei que estão todos brigados, e quem se reúne com uns tem de reunir-se com outros e outros. *O que queremos é unidade, é o que necessitamos, unidade.*

Agora, se entre os dirigentes sindicais cada um quer conservar seu partidinho, porque se converteram em um partidinho, que fiquem de lado, nós iremos diretamente às fábricas para buscar os trabalhadores, para falar-lhes de unidade e de formarmos um braço poderoso, a frente operária.

Não sabem o prejuízo que causam à Revolução, ao Governo, ao Povo Venezuelano com essas atitudes; por isso, vejam as mulheres, que

² Oswaldo Vera, deputado e dirigente sindical.

lançaram sua Plataforma Unitária, e eu aspiro a que seja a frente feminina das mulheres socialistas do partido, de um grande partido; e é preciso colocá-las como exemplo.

Que tenha vários braços, mas uma só cabeça, dizia a negra Antonia. Uma só cabeça, a cabeça tem de ser uma direção, portanto. Eu tenho de desempenhar um papel na direção – obviamente – por algum tempo, não sei quanto tempo. A gente trata de dar, de desprender-se de quase tudo, entregar-se completamente ao povo. Então, qual é meu bálsamo? *Meu bálsamo é o povo*, vou às ruas e isso me tira todos os males, e me atiro nos braços do povo.

Porque ali está a verdade, ali está Deus, portanto, mas quantas invejas, quanto ácido a gente também recebe, porque eu não sou uma rocha onde bate a onda, sou de carne e osso, igualzinho a vocês, tenho sangue nas veias. Faço um chamado aos dirigentes sindicais, união: ou saiam do caminho, e faço um chamado à classe operária, à unidade da classe operária.

Porque aí se repete o mesmo esquema do partidarismo, e muitas vezes os estudantes também caem nesse engano, que não haja um comando, como dizia Ali Primera, aqui estão os mais radicais, ali estão os reformistas, acolá os maoístas, ali não sei quais, há uma canção de Ali Primera, que coisa tão terrível; esse é um triunfo que deve ser atribuído ao império, à oligarquia, que nos dividiram, por isso é que o esforço tem de ser muito grande e eu não estou disposto a recuar de forma alguma; muito pelo contrário, *ajudado por vocês vamos conseguir a unidade*.

Aos propulsores: unidade e mais unidade

Pregadores deste projeto

A unidade é imprescindível, dizia Bolívar, porque nossa unidade se inspira muito em Bolívar no pensamento de Bolívar, que para mim é uma ponte espiritual com o povo: *A união, disse ele, é o que nos falta para completar a obra de nossa regeneração, mas não obstante essa união não nos virá por prodígios divinos, e si por efeitos sensíveis e esforços bem dirigidos.*

E isso pode servir-me agora, ou servir a vocês, propulsores, que hoje vão seguir pelas ruas e estradas para *criar os batalhões socialistas e as circunscrições socialistas*, essas são duas das maiores tarefas que vocês farão ali, em suas

comunidades, elaborar um registro e também estruturar as circunscrições socialistas; vocês têm de ser pregadores dessas idéias, convencer os que possam estar confundidos quanto à necessidade desse projeto unitário, e este pensamento de Bolívar é muito bom para aqueles que tiverem dúvidas, que se guiem e o utilizem como bússola; eu tenho provas irrefutáveis do tino do povo nas grandes resoluções e por isso sempre preferi suas opiniões às dos sábios; se hoje perguntarmos ao povo venezuelano o que quer, ou conservar os partidos políticos Y, Z, X, A, B, C, para que sejam o polo patriótico, não sei que coisa, ou criar um único grande partido socialista e revolucionário. Eu já sei o que quer o povo, não é preciso perguntar: o povo quer unidade, porque *o povo sabe que dessa unidade dependerá seu destino, seu futuro.*

Mas *essa unidade* não deve ser burocrática; deve ser real, orgânica, profunda, deve aprofundar a democracia revolucionária, como disse Bolívar, na Jamaica, em 1815, quinze anos depois, tinha sido expulso daqui da Venezuela e trataram de matá-lo em Bogotá, já havia renunciado ao Governo e foi-se embora, estava em Cartagena. Qual foi a grande causa? Ele não se equivocava ao dizer:

“Só nos falta a união para completar a obra de nossa regeneração”. Em outra ocasião, disse: *“Se não fundirmos, a alma nacional em um todo, o corpo nacional em um todo, o espírito nacional em um todo, a sociedade terminará sendo uma luta corpo a corpo, homem a homem, pela sobrevivência, e legaremos à posteridade uma nova colonização.”*

Ainda em outra oportunidade, disse: *“Unidade, unidade, unidade. Unamos-nos, não sejamos os verdugos de nossa própria pátria.”* E terminou, em Santa Marta: *“Se minha morte contribui para que cessem os partidos e se consolide a união, descerei tranquilo ao sepulcro.”* Bolívar não conseguiu realizar a união e a Venezuela entrou em um caos, e o que teria podido ser uma grande vitória de nossos povos acabou sendo 20 derrotas, porque todos os povos terminaram derrotados, divididos e dominados.

A Revolução bicentenária

Estamos na era bicentenária, nela já entramos, e estamos na hora bicentenária; dentro de três anos estaremos celebrando 200 anos do 19 de abril, 200 anos do 5 de julho; que melhor maneira de comemorar os 200 anos daquela jornada do que em plena revolução? É a melhor oferenda que podemos fazer aos que nos deram Pátria, aos mártires, a seus ossos e suas recordações, a suas lágrimas e a seu sangue; é a melhor oferenda.

Revisitemos, agora, a Cosiata e a divisão Páez contra Bolívar, Santander contra Bolívar; devemos evitar agora mesmo que se repita a tragédia porque a história de Bolívar e de seu povo em seu momento passou da grandeza, da epopéia, à tragédia; vamos permitir que se repita o mesmo fenômeno, com a *segunda epopéia bolivariana*, esta de agora, que seja *outra tragédia bolivariana*? Se quisermos evitá-la, sigamos a palavra de Bolívar, *se não fundirmos a alma nacional em um todo, se não fundirmos o corpo nacional em um todo, o espírito nacional em um todo, legaremos uma nova colonização a nossos filhos e a nossos netos*; evitemo-lo desde agora, creio que temos vantagens que Bolívar não teve, ainda que nossos inimigos sejam muito mais poderosos do que os de Bolívar, então estariámos equipados, porque o império da Espanha não era nem a sombra do que hoje é o império dos Estados Unidos, embora o que disse Navarro³ seja bem certo, mas tampouco podemos pecar por otimismo exagerado; porque também é preciso recordar que desde há mais de cem anos fala-se de uma crise terminal do capitalismo e a crise final não chega nunca, embora haja, novamente, sinais de uma crise capitalista, da forma do capital e do capitalismo; não obstante, ainda resta muita força ao imperialismo, ao capitalismo; é o modo de reprodução do capital, porque isso às vezes acontece por dentro, como Mezsaros utiliza o termo, metabolismo, porque é como um metabolismo, não conseguimos aqui; venezuelanos a quem demos um trator e uma terra para que fizessem um projeto socialista e um deles acaba ocupando a casa com sua família e amarrando o trator a um poste para que ninguém mais o utilize; os velhos costumes, a corrupção, a ambição individual pelo benefício econômico, esse é um inimigo terrível. Nestes últimos anos vi pessoas que se acreditava ser tremendos revolucionários e não agüentaram a passagem pelo poder, um cheque de não sei quantos milhões, assim como vi, felizmente, muitíssimos companheiros que passaram na prova, que passamos na prova, mas cada qual se prenda [a seus] valores, fortaleça a consciência, porque o inimigo anda por dentro e não só o inimigo declarado, e sim dentro de nós mesmos, os velhos hábitos, diz Victor Hugo em *Os Miseráveis* – falando da Revolução Francesa que com todo o seu heroísmo desmoronou e logo se impôs a restauração, o império e a contra-revolução – por meio de um personagem de seu romance: “Acreditávamos haver mudado o mundo, mas esquecemos uma coisa, mudar os costumes”. Um dos maiores inimigos de

³ O Presidente se refere à formulação de Héctor Navarro, membro da Comissão Promotora do Partido Socialista Unido, que afirmou haver o capitalismo entrado em uma crise terminal.

qualquer tentativa revolucionária, que ocorreu na União Soviética, vejam que poderosa palavra de ordem era aquela de todo o poder aos *soviets*, mas isso acabou poucos anos depois. Lenin percebeu, no final. Mas já estava muito doente e em breve morreu; aquilo se transformou, em vez de todo o poder aos *soviets*, todo o poder à elite do partido e à nova classe política. Nossa novo partido deve evitar essa tendência a substituir velhas estruturas por outra que renasça elitista, de privilégios; zero privilégio, ou seja, desprendamo-nos de nós mesmos, *demos exemplo de desprendimento, de humildade revolucionária*.

Bem, esse velho modelo leninista não nos serve; temos de criar nosso próprio modelo. Irin Fletscher, que escreveu uma obra chamada *Carlos Marx e o marxismo*, em 1974, diz o seguinte, referindo-se aos erros em que incorreu o leninismo: “Não é necessário e nem é possível que a consciência revolucionária de classe tenha vigência, e esse é o erro.” Ele falava do erro, essa concepção errônea de que a consciência revolucionária de classe tenha vigência em um grande proletariado industrial; basta, diz ele, “que exista na elite política, no partido, uma nova espécie; nessas condições a consciência política de classe se desvincula de seu substrato político e se converte em propriedade exclusiva de uma minoria que pretende a direção.” Nós não podemos cair nesse erro, e por isso tem razão Maria León⁴ quando diz: “*Aqui somos todos trabalhadores, somos todos iguais, todos aqui temos os mesmos deveres, os mesmos direitos*”. Por isso digo aos companheiros a quem agradeço por haverem assumido essa tarefa nada fácil de ser a comissão promotora, eles sabem e ninguém tem pretensão de liderança; somos apenas os promotores, os propulsores; porém seriam as bases populares quem elegerá as lideranças, e essa liderança deve manter conexão permanente com as bases populares, não desvincular-se delas; por isso, deve ser um partido de massas, um partido de bases que produza, a partir das bases, os melhores quadros; mas esses quadros não devem ser ou não devem formar, em seguida, uma nova elite política e novos núcleos, e portanto é preciso romper o *paradigma da representatividade, é preciso lutar com uma força maior do que a costumeira, para rompê-la e criar novos costumes, novas realidades, novas idéias, novos cenários, o novo partido, um partido de moral*, assim como Antonia dizia que um embusteiro não pode estar aqui, assim como, por exemplo, *um homem que espanque uma mulher não pode estar aqui, não pode ser revolucionário, porque há muito disso em nossa sociedade, um machista não pode ser revolucionário nem socialista, um latifundiário não pode estar aqui, um corrupto jamais pode estar no Partido Socialista Unido, nem um traficante de influência*.

⁴ Maria León, dirigente do Partido Socialista Unido da Venezuela.

Por isso, vejam o tremendo compromisso que têm vocês, propulsores; com as bases, orientar, e eu confio muito em que assim como nas comunidades, em assembléias comunitárias estão sendo eleitos os Conselhos Comunitários, da mesma forma estou seguro de que serão eleitos os melhores portavozes das bases a fim de ir formando as estruturas do partido socialista.

Um partido de moral e luzes

A única maneira de que eu possa ser líder do partido, em qualquer nível, é ser eleito pela base; se não, não devo estar em nenhum cargo de direção, o partido tem de ser assim, e muito mais, um partido de moral e um partido de luzes, um partido de estudantes, todos temos de estudar, porque estamos inventando, investigando, propondo qualquer idéia, discutindo e debatendo, partido de moral, partido de luzes; e para mencionar Cristo, “sejam luz do mundo e sal da terra”, um partido, como se chamam os que distribuem sal, os que atiram sal nas coisas? *Salgadores*, partido de moral, é a luta contra a corrupção, a moral leva o sal para evitar a podridão, moral e luzes, um partido de frentes, portanto, um partido indígena, um partido operário, um partido negro, afrodescendente, um partido estudantil, juvenil, camponês, esse partido deve ter muitos braços, sólidos braços, e o conjunto deve ter, como resultante suprema, o que dizia Alfredo Maneiro⁵, *eficiência política e qualidade revolucionária*, duas condições de um partido, de um movimento político, deve ser eficiente politicamente, eficiente para organizar-se, para mover-se, para ganhar eleições quando for preciso ganhar eleições.

Qualidade revolucionária, um partido de massas que construa quadros, a visão de Antonio Gramsci, que se incruste na massa, na multidão, que se dilua, assim como se dilui o açúcar, da mesma forma deve o partido diluir-se na massa superior que é o povo, não se impor ao povo; subordinar-se ao povo. Dizia Simón Rodriguez, a força material está com a massa, na massa popular, a força moral está no movimento dessa massa, mas para que a massa se mova deve haver propulsão, os propulsores; deve ter liderança, porque senão tende a dispersar-se; é a *teoria da multidão*, a Massa de Negri. Há uma diferença entre a massa e a multidão, a massa aberta, a massa fechada, são estudos profundos da psicologia das massas, a massa cresce; porém traz por dentro seu próprio fim, de um momento a outro desaparece; uma multidão não. *Uma massa organizada*

⁵ Alfredo Maneiro (1937-1982), militante revolucionário venezuelano.

em multidões deve ter orientação, propulsão, liderança, força moral que a move, por isso, dizia o mestre Robinson, a força material está na massa, acrescenta-lhe força moral no movimento, na organização, na consciência, na estratégia, na tática.

De tudo isso deve se ocupar o Partido Socialista Revolucionário, da concepção ideológica, da estratégia, da tática, da propulsão, da orientação da massa, da multidão; tem de ser um partido que se abra, que se feche, que ataque, que se defenda e que triunfe sempre, que vença sempre, inclusive eu diria mais, *tem de ser um partido para a paz, mas se for necessário, um exército para a guerra, junto a nossos soldados, camponeses, trabalhadores, capazes de irmos à guerra para defender o impulso de nossa revolução; um partido para a paz, em qualquer cenário flexível, amplo, dinâmico, de moral, de luzes; espada afiada da Revolução, chama viva da Revolução, assim deve ser nosso partido.*

A formação dos batalhões socialistas

Sei que vocês, propulsoras e propulsores, têm estado se reunindo por regiões, por setores, que tem havido um bom debate e que vocês vieram porque merecem. Estou certo de que não vão decepcionar nosso povo e a grande possibilidade que temos, agora, de construir o que queremos.

Devem cuidar e fomentar a formação dos batalhões socialistas, de seu correspondente espaço geográfico, os circuitos socialistas; faz parte do trabalho da Comissão Promotora, do trabalho de vocês, elaborar, cada grupo, seu próprio plano; mas guiados por essa estratégia, serão eleitos em cada circunscrição socialista, haverá um batalhão socialista em um território determinado, onde funcionará e deve nascer um batalhão socialista, ali serão eleitos os porta-vozes em assembléias populares, é um processo parecido com o que tem estado ocorrendo nos conselhos comunitários; em assembléias populares devem ser eleitos os porta-vozes, que escolherão, em todo o território nacional, os delegados representantes e porta-vozes de cada região, de cada estado, para o Congresso de Fundação do Partido.

Esses porta-vozes, todos delegados, devem ser eleitos em assembléias populares, em seu correspondente circuito socialista, por isso peço que eu seja inscrito no circuito socialista do lugar onde moro e depois vocês me dirão quantos somos aí e como vai ser a reunião e onde terei de comparecer para eleger nossos porta-vozes masculinos e femininas, por esse circuito, e depois

irão a uma eleição de segundo grau, para eleger os porta-vozes dessa região, paróquia, município e estado que participarão do Congresso de Fundação, e esse é um processo que vai atravessar os próximos anos.

Duas tarefas fundamentais

a) A conformação dos batalhões socialistas em seus circuitos correspondentes.

Hoje se instalaram os primeiros 2.398 propulsores, propulsoras, entre os setores de base de todo o país: vocês. Eu os felicito, mas saibam que têm uma grande responsabilidade; esses propulsores contribuirão para a formação e indução dos 14 mil propulsores que prestarão juramento no próximo dia 19 de abril; vocês vão induzir, impulsionar outros propulsores.

A comissão tem de esforçar-se plenamente para informar com detalhe e responder perguntas: é muito importante que isso ocorra com detalhe, deve até existir um folheto explicativo.

Vão trabalhando, vocês têm de contribuir para a formação e indução de novos propulsores; em 19 de abril próximo, no Poliedro, vamos juramentar 14 mil propulsores, que somados a vocês serão 16.500 propulsores; temos muito trabalho, em 19 de maio devemos chegar a 70 mil propulsores, que em três meses deverão cumprir duas missões principais.

E vocês têm essa responsabilidade primária junto com as bases populares. Agora, a partir de 19 de maio, esse exército de 70 mil propulsores e propulsoras deverá realizar muitas coisas, *sobretudo* duas tarefas essenciais, ou missões principais: Uma, a formação dos batalhões socialistas e seu correspondente circuito socialista. Isso é parecido, mas não é o mesmo, com o que fizemos na batalha de Santa Inês: recordam as patrulhas? Cada um dos batalhões ou unidades de batalha tinha uma circunscrição. É um modelo que teve êxito naquela batalha e não há porque não o ser nesta, já temos a experiência, tratemos do território na comunidade; claro, a isso é preciso acrescentar as fábricas, os operários, o bairro não é somente composto pelos habitantes, é também a fábrica e o colégio. Esse grupo de jovens é um exército, não podem ficar de fora os estudantes secundários, sobretudo os de quarto e quinto ano, mas universidades, UBV, Unefa, UCV; é preciso ir à luta ideológica, lá na Missão Sucre, na Missão Robinson II, lá na Missão *Vuelvan Caras*, na Missão *Madres del Barrio*, isto é, é preciso ocupar não apenas os espaços físicos, mas também os setores sociais, que estão em movimento, onde trabalhamos, onde estudamos, em Barrio Adentro.

b) A realização de um censo para o processo eleitoral

São duas tarefas centrais fundamentais: formar esses batalhões socialistas em seu circuito correspondente e segundo, realizar um censo de eleitores e eleitoras para esse processo eleitoral, a partir da base; e esses eleitores e eleitoras serão os futuros militantes do partido; daí sairá a militância do partido, muito dinâmico, muito ágil, muito novo em sua concepção, em sua bandeira, em seu programa, em sua estratégia, em suas diferentes táticas de batalha, muito flexível, muito diverso; é preciso entrar na classe média venezuelana, esta não tem motivos para ser contra-revolucionária, vamos a ela, há muita gente, em todos os lados, há a classe média, os técnicos, os profissionais universitários, intelectuais, sobretudo os intelectuais orgânicos, como dizia Antonio Gramsci, comprometidos com a causa popular, com a revolução.

Agora, trata-se de levantamento do censo e de formação de batalhões; à medida que estejam avançando nesse levantamento de informação territorial e social, sobre esse território ou sobre essa fábrica, devem ir às menores empresas privadas e públicas, vamos falar com os trabalhadores, desde a PDVSA até a Pequiven, a CVG, a Venalum, Alcasa, Sidor, etc., as empresas que estão nascendo, Inveval, etc.

As empresas novas, os núcleos endógenos, o Núcleo de Desenvolvimento Endógeno Fabricio Ojeda, ali há trabalhadoras, trabalhadores; por todos os lados, vocês têm de pisar o terreno, como diz a gíria militar, penteá-lo, pentejar o terreno. É uma tarefa bonita, oxalá tivesse eu tempo para fazê-la.

As Comissões Integradoras

A Comissão promotora tem um conjunto de equipamentos de trabalho, a Comissão de Idéias, a de Logística e a Comissão Técnica; esta última deve receber toda a informação dos propulsores, deve estar bem organizada, pois fará os ajustes respectivos e se iniciará então uma dinâmica, deve estar [alerta] com os infiltrados, o inimigo pode mandar infiltrados, ninguém melhor do que vocês para evitá-lo e impedi-lo. *A melhor vacina contra essa ameaça é o povo*, o povo sabe quem são os que realmente moram ali, quem são os que trabalham para a comunidade, quem são os honestos, os trabalhadores.

A Comissão Técnica deve fazer ajustes, rever e devolver a vocês informações, alguma dúvida que exista, seja na circunscrição ou no circuito socialista ou na formação do batalhão ou no registro, no censo de militantes.

O Congresso de Fundação

Em três meses os batalhões se formam e se ajustam definitivamente, faz-se a seleção pela base dos porta-vozes; a eleição dos delegados ao congresso de fundação, que já tem data, está prevista para 29 de julho, a base dos porta-vozes e em seguida dos delegados ao congresso de fundação do partido; esperamos instalar, caso essas fases sejam cumpridas, o congresso de fundação, isto é, todos os porta-vozes eleitos, os delegados devem ser eleitos a partir de baixo. Esperamos instalar o congresso de fundação no dia 15 de agosto, dia memorável, Juramento do Monte Sacro e Dia da Grande Vitória da Batalha de Santa Inês e também aquele referendo histórico de 15 de agosto.

É preciso trabalhar intensamente para discutir, a partir de 15 de agosto até meados de novembro, os estatutos do partido, o programa do partido, a forma que deve assumir o partido, ali se discutirá o nome do partido, a cor ou cores do partido.

No domingo 2 de dezembro aspiramos convocar nossos milhões de militantes, que já tenham se registrado previamente nas bases, para uma consulta nacional, isto é, o congresso vai tomar algumas decisões: o nome, os estatutos, o programa; mas isso deve ir às bases do partido para ser ratificado ou não; uma vez conseguida a ratificação, nesse dia 2 de dezembro, em consulta nacional, nesse caso ficará já formalmente instalado o partido. O congresso de fundação poderá designar, de seu seio ou de fora dele, uma diretoria transitória, que deve ser, ao mesmo tempo, aprovada pelas bases para em seguida, em jornada posterior que será preciso definir, já no ano de 2008, fazer uma eleição nacional para as autoridades permanentes.

Esse é o esquema que projetamos, *vocês têm a responsabilidade de impulsioná-lo junto conosco*, obviamente, mas dali em diante, o número de propulsores e propulsoras, os batalhões socialistas, os circuitos socialistas, nos bairros, nas comunidades, nas fábricas, tudo isso dependerá de que nosso partido nasça como deve nascer: forte, sólido e bem orientado, para converter-se em um dos grandes propulsores, junto com o povo da Revolução Bolivariana, para os próximos anos, para as próximas décadas. **DEP**

Tradução: Sérgio Duarte

Cabeça de criança (1975)
Óleo sobre tela, 61 x 61cm



Guayasamín por ele mesmo

“**S**empre pintei como se gritasse desesperadamente, e meu grito se junta a todos os gritos que expressam a humilhação e a angústia da época em que temos de viver. Pinto com a esperança de poder construir um mundo

no qual as culturas moldadas pelos povos – como o oleiro faz seu jarro – recebam os mesmos cuidados que o camponês amorosamente dedica à terra e à sua semente.”

“Tenho consciência de que proviemos de uma cultura milenar em torno da qual se formou uma civilização que atingiu momentos de grande esplendor.

Quando sabemos que eles tinham uma noção diferente do tempo, da vida e da morte; quando pensamos em Quitumbe, fundador de Quito há três mil anos atrás, como Cidade Divina do Sol, colocada exatamente na metade do mundo; quando descobrimos que eles sabiam que a Terra é redonda; quando vemos suas construções, sua cerâmica, as pedras maravilhosamente talhadas, os cantaros de água que emitem sons mágicos, os jarros que cheios de líquido permanecem de pé e ao serem esvaziados adormecem tranqüilamente; quando vemos que conheciam a física, a astronomia e a medicina; e tudo isso num ambiente de socialismo original, humanista, no qual os silos eram construídos para armazenar as colheitas que eram depois repartidas segundo as necessidades de cada família, de cada aldeia;

Quando conseguimos compreender esse universo, como é possível não sentir orgulho e admiração ao pensar que nosso presente tem raízes tão transcendentais?”

“Permaneço no mesmo ponto, porém cada vez mais profundamente, batendo sem cessar do lado de dentro. Procurando. A América Latina tem sua própria raiz, que é preciso encontrar e remexer para que possamos nos expressar com nossa própria voz, que vem da terra profunda e germina.

O pesadelo da fome que se espalha cada vez mais, o medo de uma guerra atômica, o terror e a morte semeados pelas ditaduras militares, a injustiça social que fere sempre mais profundamente, a discriminação racial que destrói e mata, tudo isso corrói lenta e fortemente o espírito dos homens sobre a Terra.

A velha e longínqua esperança de paz é ainda nosso único apoio na angústia.

Se não tivermos força para apertar todas as mãos, se não tivermos ternura para tomar nos braços todas as crianças do mundo, se não tivermos vontade

de varrer da Terra todos os exércitos, este pequeno planeta será um corpo seco e negro no espaço negro”.

“O artista não pode absolutamente fugir de sua época. Não tem outra opção. Nenhum criador é somente espectador. Se não participar do drama, não será criador.

Pintar é uma forma de oração, mas é também uma forma de gritar. É quase uma atitude psicológica e a mais elevada consequência do amor e da solidão. Eis porque quero que tudo seja límpido, claro, que a mensagem seja simples e direta. Quero que nada seja deixado ao acaso, que cada figura, cada símbolo sejam essenciais, porque a obra de arte é uma pesquisa incessante para ser como os demais sem se parecer com ninguém”.

“Meu avô era um homem cheio de cores. Vestia ponchos verdes, vermelhos. A lembrança mais viva que guardo dele évê-lo sobre um monte de argila, descalço e com as calças arregaçadas, fabricando tijolos grosseiros para cercar seu terreno, penso eu.

Era organista, tinha um harmônio em casa, e todos os sábados, todos os domingos, eu me sentava respeitosamente a seu lado para ouvi-lo. Era organista da igreja de Sangolqui.

Revejo-o assim, chegando a cavalo após uma árdua viagem e trazendo para mim um chapéu verde, de um verde gritante, que eu não tinha coragem de usar.

Assim era meu avô: um índio capaz de ler música com uma habilidade fantástica, de fabricar seus próprios tijolos amassando a argila com os pés e de me oferecer uma cor tão violenta em um pequeno chapéu.

Minha avó paterna se chamava Zoila Corredores. Era curandeira. Revejo-a claramente em minha infância, ocupada em cuidar de muitos doentes que vinham de toda parte para curar-se com ervas, conselhos sábios, imposição das mãos e preces. Era ao mesmo tempo um pouco de feitiçaria e uma espécie de medicina. Hoje se sabe que tudo isso fazia parte de uma medicina essencial no antigo mundo da América e que continua a ser, em nossos dias, medicina de primeira categoria.

Meu pai era um homem duro e decidido. Nos últimos anos de sua vida estivemos muito próximos, mas em silêncio. Acho que não nos compreendemos.

Minha mãe era um ser feito de poesia. Estava sempre grávida. Tocava violão e cantava maravilhosamente. Ela me ensinou os primeiros acordes, as primeiras vozes.

Lembro-me que quando criança tentei reproduzir um céu vermelho e atormentado. Naturalmente não conseguia dar-lhe luminosidade; e então minha mãe, compreendendo minha angústia, verteu um pouco de leite do seio em um pires de barro cozido e me deu, para que eu visse se ao misturar sua substância a minhas cores conseguiria capturar a luz. Minha mãe era como o pão que acaba de sair do forno. Ela me deu as duas vidas que tenho. Era, e será sempre um terno poema.

Enquanto tiver vida, lembrar-me-ei de ti.
Voltarei sempre, deixe uma luz acesa”.

Fonte: Velasco, Alejandro e Madriñan, Eduardo (orgs). *Guayasamín. L'époque où il m'a fallu vivre*. Quito: Fundación Guayasamín, Instituto de Cooperación Ibero-americana. Poligrafica Division Editorial, 1988. DEP

Oswaldo nasceu em Quito, capital do Equador, a 6 de julho de 1919. Graduou-se como pintor e escultor pela Escola de Belas Artes de Quito. Realizou sua primeira exibição aos 23 anos de idade, em 1942. Em sua juventude, foi agraciado com todos os Prêmios Nacionais e foi merecedor, em 1952, aos 33 anos, do Grande Prêmio da Bienal da Espanha e mais tarde do Grande Prêmio da Bienal de São Paulo. Faleceu em 10 de março de 1999, aos 79 anos.

Realizou mais de 180 exposições individuais e teve ampla produção de pinturas, murais, esculturas e monumentos. Seus murais podem ser encontrados em Quito (Palácio do Governo e do Legislativo, Universidade Central, Conselho Provincial); Madri (Aeroporto de Barajas); Paris (Sede da UNESCO).

Fonte: www.guayasamin.com



Guayasamín – auto-retrato

Tradução: Sérgio Duarte

Construtora Norberto Odebrecht

As implicações econômicas e sociais das obras
de infra-estrutura no Equador



Projeto Santa Elena (Equador)

www.odebrecht.com.br

H

á 20 anos a Construtora Norberto Odebrecht iniciou sua primeira obra no Equador. Ao todo, são 10 projetos de grande porte – variando entre as áreas de transportes, irrigação, energia e saneamento – já implementados ou em implementação no país. A primeira obra desta parceria foi realizada na região de Santa Elena, península situada a noroeste de Guayaquil, a maior cidade equatoriana. O projeto, empreendido pela Comissão de Estudos para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Guayas (Cedegé), teve como objetivo tornar produtivas as terras da Península de Santa Elena ao permitir o cultivo irrigado de 42 mil hectares. Além disso, possibilitou a chegada de água potável e de sistemas de esgotamento sanitário a diversas cidades e localidades da região. As obras, de grande impacto socioeconômico, geraram avanços importantes na efetivação de parte do grande potencial de desenvolvimento daquele país. A iniciativa foi o primeiro passo do duradouro relacionamento que se estabeleceria entre a Odebrecht e o Equador, contribuindo também de forma significativa para o aprofundamento da parceria Equador-Brasil.

O exemplo mencionado demonstra com clareza como a infra-estrutura física atua como protagonista da integração tanto bilateral quanto regional, ao trazer inúmeros benefícios para todos os envolvidos. Entre as consequências de investimentos desta natureza, estão a incorporação e valorização das comunidades que são, direta ou indiretamente, beneficiadas pelos projetos. Além disso, tais iniciativas demonstram a articulação entre, de um lado, os investimentos de parceiros regionais e, de outro, a franca melhoria nas condições de produção local e nacional.

A grande potencialidade destes empreendimentos é reconhecida por organismos internacionais como a Corporação Andina de Fomento (CAF). Até o final de 2006, a referida instituição aplicou não menos que US\$ 4 bilhões em projetos de infra-estrutura física na América do Sul. A lógica que informa o aporte de investimento da CAF é a mesma que motiva a crescente aproximação entre os países sul-americanos: ambos têm entre seus objetivos aprimorar a malha infra-estrutural do continente. Em outras palavras, é consenso que ao viabilizar a integração das cadeias produtivas regionais, podemos formar economias de escala e, consequentemente, aprimorar as condições de competitividade dos produtos sul-americanos.



Projeto Santa Elena (Equador)

Trata-se, em última análise, de reconhecer a necessidade de se trabalhar constantemente pela redução das vulnerabilidades regionais. Tanto no plano econômico quanto no energético, estamos diante de questões que estabelecem imperativos estratégicos a todos os países da América do Sul. No caso do Equador, não será diferente.

Neste momento, a principal fonte de energia do Equador são as usinas termelétricas. Contudo, essas fontes são insuficientes para suprir a necessidade local, obrigando o país a importar energia da Colômbia. Neste cenário, o Projeto Hidrelétrico San Francisco, na região de Baños, Província de Tungurahua, surge como um empreendimento de caráter estratégico para compensar o atual déficit de energia elétrica no Equador. Através dele, estima-se que o Governo equatoriano economizará mais de US\$ 30 milhões por ano. O valor corresponde ao petróleo utilizado nas usinas termelétricas e que poderá ser exportado quando a hidrelétrica estiver operando sua capacidade total de 212 MW.



Usina hidrelétrica San Francisco (Equador)

O consórcio responsável pela execução das obras – que consistem na feitura de túneis, galerias e cavernas subterrâneas – é formado pela Odebrecht, a Alstom e a Vatech. O projeto, considerado de alta complexidade, exige muito dos trabalhadores, que em sua maioria são habitantes da região e não tinham experiência anterior em grandes obras. Para desenvolver técnicas que até então nunca tinham exercitado, cursos de capacitação foram desenvolvidos com o

intuito de orientar os trabalhadores em suas tarefas, tendo sempre em mente a extrema importância da segurança no trabalho.

Esses constantes treinamentos realizaram-se de mãos dadas com outros projetos de apoio à comunidade, gerando oportunidades variadas para os moradores, tanto durante a execução da obra, quanto após a saída da Odebrecht da região. Como exemplo deste trabalho continuado, podemos mencionar o projeto de turismo e preservação ambiental implementado em Baños. A cidade é famosa por suas cataratas e pelo vulcão Tungurahua, situado 5.016 metros acima do nível do mar. Juntos, as duas atrações trazem turistas do mundo inteiro ao local. Através dos projetos sociais implantados, os moradores foram capacitados para atuar no mercado de ecoturismo e passaram a recepcionar os visitantes que vinham à região para conhecer a beleza de seus recursos naturais. Esta via paralela de atuação junto à comunidade, sempre em interação sinérgica com as obras de infra-estrutura promovidas pelo consórcio, foram responsáveis por acarretar uma melhoria das condições gerais de vida dos habitantes.

Este engajamento ativo é um tradicional compromisso da empresa com a comunidade onde seus projetos são executados. Mais do que uma postura socialmente responsável, essa proposta é inspirada pela noção de que a efetividade da integração depende da capacidade adquirida pelos envolvidos de usufruir da infra-estrutura oferecida.

A concepção de se disponibilizar infra-estrutura aliada ao espírito de interação com a comunidade também se faz presente nos demais projetos da Odebrecht no Equador. O caso das obras em Manabí – situada no oeste equatoriano – constitui um exemplo digno de menção. A região, a terceira província mais populosa do país, convivia com o problema de falta de água durante os períodos secos e inundações no inverno. A dificuldade foi contornada com a realização das obras do Sistema Carrizal-Chone. Parte do Sistema Integrado de Trasvases de Manabí, o projeto consistiu na implantação de uma rede de canais para irrigação que beneficia, ao todo, 120 mil pessoas. O objetivo com a realização da obra era a elevação da produtividade agrícola. A meta foi alcançada não apenas com a finalização do projeto, mas também com a execução de programas de responsabilidade social. As iniciativas visavam capacitar jovens para a geração de oportunidades de trabalho. Mais que isso, objetivavam contribuir para a efetiva erradicação da pobreza e da fome na área afetada. Como resultado imediato destas ações, agricultores da cidade

tiveram um aumento em seus rendimentos, o que os possibilitou investir na diversificação de seus produtos e, posteriormente, vendê-los para clientes tanto nacionais quanto internacionais. Desta maneira, houve um aprimoramento geral na condição socioeconômica da região, fazendo com que a província, antes conhecida pelo alto nível de emigração, pudesse oferecer melhores oportunidades profissionais aos seus moradores, induzindo-os a permanecer na localidade.



Sistema Carrizal-Chone (Equador)

Desse modo, faz-se evidente a crucial importância do investimento em infra-estrutura para a comunidade sul-americana como um todo, tendo sempre em mente a integração continental. Para que tenhamos esforços conjuntos e viabilizemos resultados positivos compartilhados, a região precisa que cada uma das partes atuantes tenha força própria. Portanto, para que possamos obter êxito em uma iniciativa tão complexa quanto a integração da América do Sul, é indispensável enfatizar a importância de cada projeto, analisando suas implicações econômicas e sociais. Somente quando cientes desta dimensão, podemos trabalhar no sentido de inserir todas as nações e comunidades sul-americanas de forma igualitária e efetiva no projeto de integração continental.

Grupo Andrade Gutierrez

América Latina: oportunidades, desafios e progresso

Ricardo Castanheira*



Catapata (Bolívia)

* Ricardo Castanheira é Diretor de Coordenação da América Latina da Andrade Gutierrez.

www.agsa.com.br

A

engenharia brasileira tem qualidade internacional. E a Andrade Gutierrez tem o orgulho de ser uma das responsáveis por este reconhecimento. Provavelmente, esse foi o principal facilitador na abertura das portas de entrada de uma empresa 100% brasileira em seus países vizinhos. O primeiro passo, em 1984, foi chegar à Bolívia. Hoje, a América Latina assumiu um papel fundamental na estratégia de expansão da Construtora Andrade Gutierrez e faz parte do DNA da empresa. A experiência adquirida em construção de grandes obras, em inovação de tecnologias e nos desafios conquistados faz parte da essência da Andrade Gutierrez, dos valores reconhecidos em seus funcionários e na qualidade de seus projetos.

Criado em 1948, com a fundação da Construtora Andrade Gutierrez, o Grupo Andrade Gutierrez estabeleceu-se entre os mais importantes do país. A internacionalização da empresa aconteceu em 1983, por meio de um grande desafio: a construção de uma rodovia no Congo, com 130 quilômetros de extensão, em meio à floresta africana.

Após ter conquistado seu espaço no Brasil, espalhando sua marca em uma infinidade de obras por todo o país, nos mais variados segmentos, e, com o sucesso na empreitada no Congo, a empresa decidiu voltar sua atenção para a América Latina, assinando, seu primeiro contrato na região: a construção da rodovia Chimoré–Yapacani, na Bolívia.

A dimensão latino-americana

A busca por novos negócios, aliado a um cenário macroeconômico favorável ao crescimento consistente de países latino-americanos foram as premissas para despertar o interesse na região. Assim, a empresa abraçou o novo desafio e passou a investir, cada vez mais, nesse mercado. Com 55 projetos executados no continente americano, a Construtora conta atualmente com sete escritórios atuando em 15 países, e 12 contratos em execução somente na América Latina. Seu projeto de expansão contempla alcançar o faturamento de US\$ 1 bilhão até o ano de 2016, o que representa um crescimento de mais de 15% ao ano na América Latina.

Durante todas essas décadas de atuação em países latinos, a Construtora enfrentou dificuldades que foram importantes para a formação de um portfólio significativo. Desafios naturais – do frio intenso ao calor extremo – fizeram



Aqueduct (República Dominicana)

parte de projetos desenvolvidos nas regiões andinas, desérticas e até mesmo em mata densa, como foi o caso da Amazônia Peruana. Nesse desbravamento, a Andrade Gutierrez se viu à frente das diferenças culturais. Embora vizinhos, e sempre mais próximos, cada país tem suas particularidades e seus diferenciais, sejam eles políticos, econômicos ou sociais, principalmente no que diz respeito à cultura empresarial e à legislação. A adaptação aos hábitos locais foi mais um passo importante para fixar-se na região. A natureza adaptável e flexível da empresa, assim como a compreensão do respeito à sociedade e cultura do país onde atua, facilitou a integração aos diferentes panoramas e à entrega de projetos de sucesso.

O perfil de ser uma empresa realmente forte em engenharia de soluções, reduziu barreiras econômicas e logísticas. A Andrade Gutierrez sempre trabalhou em harmonia com clientes, comunidades e governos. Parcerias com empresários locais firmaram a marca da Construtora não como uma rival, mas sim uma importante parceira na fomentação de negócios. Essa proximidade com as empresas dos países, além do forte investimento em mão-de-obra local,

foi determinante para que a Andrade Gutierrez conquistasse seu espaço como um *player* regional. E não uma empresa estrangeira.

Com presença na Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, México, Panamá, Peru, República Dominicana, Venezuela, El Salvador e Honduras, a Andrade Gutierrez preserva uma infra-estrutura importante, além de relacionamentos fortes, que permitem o seu crescimento duradouro e contínuo na região. Seus escritórios contam com mão-de-obra, diretoria e gerência regionais. E, atualmente, a empresa emprega 5 mil funcionários locais – alguns com mais de 15 anos na casa. A expansão de seus negócios leva, hoje, cerca de 100 brasileiros a trabalhar e residir em países latino-americanos, onde a Construtora tem projetos. Os investimentos na região envolvem programas contínuos de capacitação profissional e processos de sustentabilidade sócio-ambiental.

Casos de sucesso

A Andrade Gutierrez entende seu papel na construção da infra-estrutura da América Latina, na execução de obras que ultrapassam tempo e espaço. São construções feitas para atravessar gerações e que têm ação fundamental em suas vidas. São projetos de infra-estrutura, urbanização e saneamento, transporte e energia. É criar ambientes que fazem a diferença no dia-a-dia da população: aeroportos, portos, rodovias, pontes, hidrelétricas, aquedutos, metrôs, refinarias e termelétricas, etc.

E cada uma delas tem história, uma superação. Adversidades de solo, ciclos das marés, complexidade da estrutura, foram fatores presentes na construção da Ponte de Guayaquil, uma obra emblemática para o Equador, e que hoje integra as cidades de Guayaquil, Samborondon e Duran ao resto do país.

Também o Equador é palco de outro projeto marcante. Considerado um dos projetos mais estratégicos e de maior investimento no exterior – no valor de US\$ 600 milhões – devido à sua grandiosidade e importância para a região, a construção do Aeroporto de Quito, iniciada em janeiro de 2006, que inclui a concessão para operar o aeroporto por 35 anos pela AG Concessões, associada à construtora canadense AECON. A perspectiva é de que o aeroporto receba 3,6 milhões de passageiros por ano.

País importante na estratégia de expansão da Andrade Gutierrez na América Latina, o Peru apresenta grandes oportunidades. Há 15 anos, a Construtora desembarcou na região, e hoje realiza obras principalmente no



Aeroporto de Quito

segmento de transportes, como as rodovias Interoceânica Norte e o Eixo Sul, esta última que conectará o Brasil ao Oceano Pacífico. Ainda em processo de construção e, por ser uma região desabitada, o consórcio enfrenta dificuldades logísticas para o transporte de equipamentos e materiais em longas distâncias. Outra dificuldade é a altitude: grande parte da obra está localizada acima de 3.500 metros acima do nível do mar.

A Andrade Gutierrez participará da licitação das obras da ampliação do Canal do Panamá, considerado um dos maiores projetos em andamento no mundo. Essa será uma experiência única, que reúne a ação integrada das engenharias brasileira, francesa e chinesa, que constituem o consórcio. A experiência mundial da Construtora em obras hídricas foi um ponto importante para sua participação no projeto. O relacionamento com o país vem desde a construção da duplicação da Ponte das Américas, o que leva a empresa a acreditar no sucesso deste empreendimento.

Também bastante significativos no portfólio da Andrade Gutierrez estão a República Dominicana, a Argentina e a Venezuela. No primeiro, a Construtora realiza uma das maiores obras de infra-estrutura do país, a hidrelétrica Las Placetas. Já na Venezuela e Argentina, tem planos importantes na área petrolífera.



Rodovia Panamericana (Perú)

Know-how brasileiro: atuação global

Para alguns segmentos específicos, a engenharia brasileira além de ser altamente qualificada, é verdadeiramente uma *expert*. Deste modo, há alguns setores em que a atuação internacional da Andrade Gutierrez ganha maior peso: hidrelétricas, aquedutos, grandes rodovias, refinarias, termelétricas, saneamento, portos, metrôs, aeroportos. São nichos em que a empresa agrega valor ao negócio do cliente.

O modelo atual de construção de infra-estrutura exige o apoio ou a solução na estruturação financeira do projeto e a Andrade Gutierrez é uma parceira estratégica de seus clientes. A experiência em concessões, operações

de infra-estrutura, *project finance*, o relacionamento com os diversos organismos multilaterais e fomentadores do desenvolvimento da América Latina habilita a Andrade Gutierrez a encontrar soluções estruturais aliadas à capacidade e credibilidade na entrega das obras nos prazos e com a qualidade necessária à operação a que se destina.

Em quase 60 anos de existência, o Grupo Andrade Gutierrez se renovou, evoluiu, ganhou novos mercados e alcançou valores que hoje o tornam uma referência nacional e internacional. É marca de excelência, não apenas dentro do mercado de Construção Pesada, mas também em setores como Concessões, Telecomunicações, Transportes e, mais recentemente, Energia, com a aquisição da Light, empresa que fornece energia ao Estado do Rio de Janeiro. A experiência e a excelência são, sim, a porta de entrada para a conquista de novos mundos.

Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.

A internacionalização da Embraer

ntrodução

A Indústria Aeroespacial, da qual a Indústria Aeronáutica constitui o segmento mais expressivo, reúne uma combinação de características altamente demandantes, que a fazem especial e diferenciada.

Poucas indústrias no mundo embutem combinação de desafios tão formidáveis como a indústria aeronáutica: do emprego simultâneo de múltiplas tecnologias de vanguarda, passando pela mão-de-obra de elevada qualificação, pelas exigências de uma indústria global por definição, à flexibilidade necessária para reagir a abruptas mudanças de cenário e os grandes volumes de capital exigidos em sua operação.

Como fruto da experiência acumulada em mais de três décadas de atuação neste mercado competitivo, agressivo e sofisticado, na Embraer costumamos afirmar que o negócio aeronáutico se fundamenta em cinco grandes pilares,

que tem como base única a satisfação dos nossos clientes, fonte geradora dos resultados que permitirão o retorno aos nossos acionistas e a continuidade da Empresa ao longo dos tempos:

- Tecnologias avançadas: em decorrência de requisitos operacionais muito exigentes quanto à segurança, de variações ambientais extremas, e de restrições de peso e volume, a indústria aeronáutica emprega uma multiplicidade de tecnologias de ponta e reconhecidamente constitui laboratório para o seu amadurecimento, antes que sejam repassadas a outros segmentos e atividades produtivas. Tecnologias complexas e sofisticadas estão presentes não somente no produto, mas também nos métodos e processos de desenvolvimento e fabricação, sendo necessário ainda a utilização das melhores práticas disponíveis no que concerne à gestão financeira e de pessoas.
- Força de trabalho de elevada qualificação: para que se possa fazer uso eficiente e produtivo compatível destas tecnologias avançadas, é fundamental que pessoas capacitadas estejam disponíveis, em todos os níveis de atividades da indústria: no projeto apoiado por computadores, no relacionamento com fornecedores e clientes baseados nos cinco continentes, na manufatura com base em máquinas de controle numérico sofisticadas, e na construção de elaboradas soluções financeiras com instituições internacionais.
- Flexibilidade: abruptas mudanças de cenário afetando a economia e a ordem geopolítica em escala mundial, das quais o exemplo mais recente vem dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, tem imediato impacto sobre a indústria de transporte aéreo e, por decorrência, sobre os fabricantes de aeronaves. A flexibilidade para adaptar-se a estas mudanças, com mínima perda de eficiência e custos, constitui característica crucial para assegurar sua sobrevivência e preservação.
- Intensidade de Capital: investimentos maciços requeridos para o desenvolvimento de novos produtos e melhorias em qualidade e produtividade, aliados a longos ciclos de desenvolvimento e maturação, fazem da intensidade de capital outra característica marcante deste negócio. Apenas para exemplificar, o desenvolvimento da nova família de aeronaves comerciais EMBRAER 170/190 requereu investimentos



Legacy 600 em voo

da ordem de US\$ 1 bilhão e o novo avião Airbus A350 deverá requerer nada menos que US\$ 15 bilhões!

- Indústria global: os baixos volumes de produção e os custos elevados fazem com que a indústria aeronáutica seja exportadora e global por natureza, tanto no que se refere à sua base de clientes, como a de fornecedores, ou das instituições financeiras e investidores que a apóiam. A mesma aeronave EMBRAER 170 que opera sob as cores da empresa finlandesa Finnair no rigoroso inverno escandinavo deve igualmente suportar as condições de elevadas umidade e temperatura do sul dos Estados Unidos, operando sob as cores da United Express. Em ambas as circunstâncias, a Embraer deve se fazer permanentemente presente junto a seus clientes, provendo apoio técnico local e acesso imediato a peças e componentes, demonstrando compromisso com o êxito de seus negócios e objetivando, sempre, a satisfação plena que assegura novas encomendas no futuro. Ao mesmo tempo, tem que viver os diversos ambientes em que opera para perceber tendências e mudanças nos cenários, positivas ou adversas, e ter a capacidade de reagir com rapidez.

Todas essas características tornam a indústria aeronáutica um negócio, ao mesmo tempo, fascinante e de elevado risco. O insucesso de um novo produto pode implicar a inviabilidade e consequente saída do mercado da empresa que o desenvolveu. O desaparecimento de empresas tradicionais, como a holandesa Fokker, e a saída da sueca Saab do mercado aeronáutico civil, dentre outras, constituem duro atestado desta realidade.

A despeito dos grandes riscos envolvidos, desenvolver uma indústria aeronáutica autóctone, forte e autônoma, tem sido parte da agenda estratégica de muitas nações, que através dos anos investem pesadamente em sua implantação, apoiando-a de forma recorrente por meio de vários expedientes: firmando grandes contratos de sistemas e produtos de Defesa, financiando programas de desenvolvimento de novas aeronaves em condições favoráveis e propiciando incentivos fiscais de toda a sorte

A internacionalização da Embraer

Consciente de que a conquista de novos mercados, fundamentais para o crescimento e consolidação da empresa, somente se dará de forma efetiva se acompanhada de sua presença física nestes mercados, por meio de unidades industriais ou de prestação de serviços de pós-venda e apoio ao cliente, a Embraer adotou, a partir de sua privatização, em 1994, a progressiva internacionalização de suas operações como um objetivo estratégico a perseguir.

Longe de significar perda de sua identidade brasileira e afastamento de suas origens, a internacionalização da Embraer assegurará novos negócios, o fortalecimento da nossa marca e a criação de mais empregos de alta qualificação no Brasil, em proporções sempre superiores aos empregos gerados em suas subsidiárias e controladas localizadas fora do país.

A partir do ano de 1997, já em franca recuperação após o lançamento no mercado do jato regional ERJ 145, a Embraer deu partida à sua estratégia de internacionalização por meio de um misto de ações que envolveram: 1- a expansão ou implantação de escritórios de vendas e marketing e centros de distribuição de peças de reposição; 2- realização de “joint ventures” e; 3- aquisição de empresas especializadas em serviços aeronáuticos tradicionais e reputadas no mercado.



Phenom 100 e Phenom 300

Estados Unidos e Europa: presenças consolidadas

Em território norte-americano e europeu a Embraer encontra-se presente de longa data: desde 1978 e 1983, respectivamente, por meio de escritórios de vendas e marketing e unidades de apoio ao cliente (peças e serviços).

Ambas as unidades tiveram e têm papel vital na expansão de seus negócios nos dois principais mercados de Aviação Comercial em todo o mundo, onde voam hoje, aí incluído o Brasil, cerca de 950 jatos comerciais, que se somam aos cerca de 800 aviões turboélices e mais aviões militares fabricados pela Empresa. Os mercados norte-americano e europeu são responsáveis por cerca de 95% do total das exportações.

No caso da unidade norte-americana, baseada em Fort-Lauderdale, no Estado da Flórida, as instalações foram expandidas para fazer frente ao crescimento dos negócios da Empresa a partir da primeira entrega do jato regional ERJ 145, em dezembro de 1996. Em novembro de 2006 esta

unidade empregava 234 pessoas e gerenciava um estoque de peças com mais de 50 mil itens.

Como resultado do aumento de seus negócios e da base de clientes estabelecida em território europeu, a Embraer decidiu reunir em uma única sede, localizada em Villepinte, nas proximidades do aeroporto de Roissy-Charles de Gaulle, em Paris, suas unidades de vendas e marketing e apoio ao cliente, incluindo importante depósito de peças sobressalentes, até então divididas entre a mesma localidade de Villepinte, e o aeroporto de Le Bourget. As novas instalações, integradas, deverão proporcionar maior eficácia operacional a um corpo de 194 empregados, responsáveis pela gestão de € 172 milhões de ativos e servir mais de 37 clientes.

China e Ásia-Pacífico: mercados estratégicos

Pela importância de sua economia, que cresce ininterruptamente a taxas elevadas há mais de duas décadas, somada ao valor estratégico do transporte aéreo como elemento integrador e viabilizador do desenvolvimento em um território dimensões continentais, a China foi eleita pela Embraer como objetivo estratégico a alcançar, exigindo tratamento próprio e diferenciado, em face de características culturais próprias, muito distantes do mundo ocidental.

O estabelecimento da presença da Embraer em território chinês deu-se inicialmente em maio de 2000, por meio da abertura de um escritório de vendas e marketing, na cidade de Pequim, logo seguido da abertura de um centro de distribuição de peças de reposição na mesma cidade.

Nos anos 2001 e 2002, a Embraer negociou com autoridades chinesas um acordo que lhe permitisse instalar uma unidade industrial destinada à fabricação de aviões da família ERJ 145 destinadas ao mercado chinês.

Finalmente, em dezembro de 2002, foi firmado um acordo com a Aviation Industry of China II (AVIC II), que levou à criação da Harbin Embraer Aircraft Industry (HEAI), “joint venture” da qual a Embraer detém o controle, com 51% das ações com direito a voto.

Em fevereiro de 2004, a Embraer anunciou a sua primeira venda na China por meio da HEAI – seis jatos ERJ 145 para a empresa China



Vista aérea da sede da Embraer de São José dos Campos

Southern. Seguiram-se outras importantes vendas, do mesmo modelo e na mesma quantidade, para a China Eastern Jiangsu, março de 2005, e para a China Eastern Wuhan, em janeiro de 2006.

Em agosto de 2006, a Embraer anunciou a venda de 50 aviões ERJ 145 e 50 jatos EMBRAER 190 ao Grupo HNA, quarta maior empresa aérea da China. O negócio representou o primeiro contrato de venda de um E-Jet na China continental. O valor total das encomendas firmes, ao preço de lista, é de US\$ 2,7 bilhões. As entregas dos ERJ 145 começarão em setembro de 2007. O jato, de 50 assentos, será produzido pela própria HEAI, na cidade de Harbin, Província Heilongjiang.

Até o final de 2006 a HEAI terá entregado 13 unidades do ERJ 145 que, somadas às cinco aeronaves vendidas em 2000, antes da implantação de sua “joint venture”, para a Sichuan, totalizarão 18 jatos em operação por empresas aéreas chinesas.

Com respeito à região da Ásia Pacífico, desde dezembro de 2000, a Embraer opera um escritório de vendas e marketing localizado em Cingapura, com a responsabilidade de desenvolver a estratégia comercial da companhia para os mercados da região, incluindo o subcontinente indiano.

O mercado aéreo indiano passa por processo de desregulamentação e com interessantes perspectivas de crescimento. Nesse cenário, a empresa Paramount, recentemente criada, anunciou o início de suas operações, com base em dois jatos EMRAER 170 e três EMBRAER 175, sob o regime de “leasing operacional”.

Foi também na Índia, com governo local, que a Embraer assinou importante contrato de venda de cinco jatos Legacy 600, configurados especialmente para atender a requisitos de conforto e segurança aplicáveis às autoridades daquele país.

Expandindo a base de serviços e apoio ao cliente

A Embraer deverá continuar expandindo a área de serviços, não só no que diz respeito a assegurar os excelentes índices de despachabilidade para a frota de seus aviões, mas também servir seus clientes com outros serviços, como a manutenção e o reparo de aviões, garantindo a sua plena satisfação, condição essencial à geração dos nossos resultados e crescimento das nossas operações.

Assim é que, além de consolidar sua base de atendimento no Brasil, com a transferência de seu Centro de Serviços para a Unidade Gavião Peixoto, foram expandidas sua participação nos Estados Unidos, com a adição de novas instalações da Embraer Aircraft Maintenance Services (EAMS), em Nashville, Estado do Tennessee, e também na Europa, com a aquisição da OGMA – Indústria Aeronáutica de Portugal S.A, em Alverca, Portugal, anunciada em dezembro de 2004, ao final do processo de privatização.

No início de 2005, a EAMS expandiu suas instalações no Aeroporto Internacional de Nashville para aumentar a capacidade de realização de serviços de manutenção, em vista da crescente frota de aviões da Embraer em operação nos Estados Unidos. Como consequência dessa importante decisão, a partir de 2005, novos empregados foram progressivamente



Família EMBRAER 170/190 em vôo

contratados pela EAMS, cujos quadros contavam, em novembro de 2006, com 277 empregados.

A OGMA, fundada em 1918, tem desde então se dedicado à manutenção aeronáutica, sendo hoje importante representante da indústria aeronáutica européia, oferecendo serviços de manutenção e reparo de aeronaves civis e militares, motores e componentes, modificações e montagens de componentes estruturais e suporte de engenharia.

Seus principais clientes militares são a Força Aérea Portuguesa, a Força Aérea Francesa, a Força Aérea e a Marinha dos Estados Unidos, a Agência de Manutenção e Suprimento da OTAN e as Marinha da Noruega e Holanda, entre outros. No segmento comercial, a OGMA vem prestando serviços a empresas aéreas como a TAP, Portugalia, British Midland e Luxair, e também para companhias como a Embraer e a Rolls-Royce.

Além de trabalhos na área de manutenção, a OGMA fabrica componentes estruturais e materiais compostos para a Boeing, Airbus, Lockheed Martin, Dassault e Pilatus. Em novembro de 2006 contava com 1.606 empregados, constituindo-se na maior das unidades e subsidiária da Embraer.

A preservação da cultura, valores e atitude: desafio permanente

A velocidade da expansão da Embraer a partir de 1996, ano que marcou a entrada em operação da aeronave ERJ 145, trouxe consigo enormes desafios sob os enfoques da preservação da cultura, valores e atitudes que norteiam e deverão continuar norteando suas ações.

Apenas para exemplificar a dimensão desse desafio, basta citar que, em abril de 1997, a Empresa contava com apenas 3.200 empregados distribuídos em um total de cinco unidades operacionais, sendo três no Brasil e duas no exterior. Hoje, decorridos nove anos, são 18.670 empregados distribuídos em treze unidades operacionais, sendo cinco no Brasil e oito no exterior. Em apenas uma de suas unidades, situada na França, existem cerca de 26 nacionalidades e 19 línguas distintas dentre 194 empregados.

Saber reconhecer a rica diversidade étnica e cultural de seus empregados e os diferentes ambientes em que desenvolvem suas atividades, aí incluídas as legislações trabalhistas específicas, e, ao mesmo tempo, desenvolver seu máximo potencial criativo, canalizando suas energias para os objetivos do negócio, em perfeito alinhamento com os valores éticos e morais da companhia, constitui uma das grandes prioridades de seus administradores.

O principal elemento no alcance desse intento é a chamada Metodologia de Gestão pelo Plano de Ação. Anualmente, a Embraer elabora um Plano de Ação com uma visão de cinco anos e segue um modelo de planejamento estratégico considerando mercados, competidores, competências da Empresa, oportunidades e riscos, prioridades e resultados, dentre outros fatores.

O Plano de Ação da Companhia é resultante do desdobramento interno de planos equivalentes para cada área corporativa, funcional e de negócio, chegando ao nível de chão de fábrica, a partir da divulgação, na estrutura organizacional, de diretrizes gerais emitidas pela administração superior para a Empresa. A política de remuneração variável da Companhia, que se estende a todos os seus empregados, leva em conta as metas pactuadas entre líderes e liderados ao longo de toda a cadeia de comando. Em assim sendo, o Plano de Ação passa a constituir o instrumento central de empresariamento do negócio, alinhamento e comprometimento de todos os empregados com as metas e resultados planejados.

Juntamente com a Metodologia do Plano de Ação, a Embraer pratica uma forte cultura de Comunicação Interna direcionada para a integração entre empregados e seus familiares e para a disseminação dos principais valores e conceitos Embraer.

A Comunicação Interna da Embraer atua de forma global e integrada, lançando mão de ferramentas modernas e de grande atratividade junto aos empregados:

- O Diretor-Presidente da Embraer dispõe de ferramenta própria de comunicação com os empregados, denominado Em Tempo, produzido simultaneamente nos idiomas português e inglês. Mais recentemente, passaram a serem produzidas edições especiais do Em Tempo gravadas em vídeo;
- A Intranet Embraer constitui hoje ferramenta de alcance corporativo e a principal fonte de informações de nossos empregados, com uma média de 24,5 mil acessos diários;
- Cerca de 600 comunicados internos são produzidos anualmente e disponibilizados aos empregados via Intranet e em quadros de avisos, sendo 25% destes comunicados de alcance corporativo;
- O informativo Embraer Notícias divulga temas essenciais à cultura Embraer: a Metodologia de Gestão pelo Plano de Ação, a importância do discernimento e contenção de custos, o combate ao desperdício, a integração entre equipes em torno dos grandes objetivos empresariais da Embraer, etc;
- Entrevistas concedidas pelos principais executivos da Empresa são traduzidas e enviadas para as unidades situadas fora do país. Por abordarem, invariavelmente, avaliações de mercado, assim como estratégias e objetivos da Companhia, constituem objeto de grande atenção por parte dos empregados;
- Artigos publicados na mídia nacional e internacional, abordando temas de interesse aos negócios da Embraer, são traduzidos e disponibilizados aos empregados.

Com essa visão e determinação, centrada em valores éticos e morais, e tendo a integridade como base do desenvolvimento das ações, a Embraer se

lança ao empresariamento de um negócio global, extremamente desafiante e competitivo. E o faz levando aos diversos mercados a imagem de uma empresa brasileira eficiente, ágil e com produtos de qualidade e atualidade tecnológica.

DEP

DIPLOMACIA

Número 5

ESTRATÉGIA POLÍTICA

Janeiro / Março

2007

Sumário

-
- 5** Idéias, ideologias e política exterior na Argentina
José Paradiso

-
- 26** A integração da infra-estrutura na América do Sul:
um impulso ao desenvolvimento sustentável e à
integração regional
Enrique García

-
- 36** Paciência e eleições
Antônio Delfim Netto

-
- 40** Perspectivas das relações entre o Chile e a Bolívia
Luis Maira

-
- 56** Fatores de força da Colômbia
Fernando Cepeda Ulloa

-
- 78** Política exterior e segurança democrática e humana
Diego Ribadeneira Espinosa

-
- 86** A nova ordem humana global de Cheddi Jagan
Ralph Ramkharan

92

Situação econômica e perspectivas do Paraguai
Dionisio Borda

108

Visão estratégica regional da política externa
do Peru

José Antonio García Belaunde

128

Suriname por seus autores
Jerome Egger

144

Mercosul: *quo vadis?*
Gerardo Caetano

182

Plena Soberania Petrolífera
Rafael Ramírez

191

Silvano Cuéllar – *Alegoria da Nação*
Maria Victoria de Robayo

DEP

DIPLOMACIA
Número 4

ESTRATÉGIA POLÍTICA
Abril / Junho 2006

Sumário

-
- 5 Objetivos e desafios da política exterior argentina
Jorge Taiana
- 16 Bolívia, fator de integração
Evo Morales
- 28 Desafios e perspectivas da economia brasileira
Paulo Skaf
- 44 Programa de governo (2006-2010)
Michelle Bachelet
- 66 A armadilha do bilateralismo
Germán Umaña Mendoza
- 86 A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (Otca): um desafio permanente
Rosalía Arteaga Serrano
- 101 A Guiana – vinculando o Brasil ao Caribe: um potencial que encontra a sua oportunidade
Peter R. Ramsarop
Eric M. Phillips
-

-
- 120 A encruzilhada política paraguaia
Pedro Fadul

-
- 134 A grande transformação
Ollanta Humala

-
- 155 Suriname, uma visão macroeconômica:
desafios e perspectivas
André E. Telting

-
- 169 A inserção externa do Uruguai:
uma visão política e estratégica
Sergio Abreu

-
- 206 “Há um outro mundo, e está neste”
José Vicente Rangel

-
- 232 Pedro Lira
Milan Ivelic

DEP

DIPLOMACIA ESTRATÉGIA POLÍTICA
Ano I Número 3 Abril / Junho 2005

Sumário

-
- 5 A Argentina, rumo a outra dimensão de país
Roberto Lavagna
-
- 12 Os movimentos indígenas na Bolívia
Álvaro García Linera
-
- 32 Vinte anos de democracia
José Sarney
-
- 42 Perspectivas eleitorais no Chile.
Rumo a um quarto governo da “Concertación”?
Carlos Huneeus
-
- 68 O verdadeiro desafio do atual processo
de paz na Colômbia: a aplicação da lei de verdade,
justiça e reparação
Marta Lucia Ramírez de Rincón
-
- 81 Os problemas de governabilidade da
democracia equatoriana
Osvaldo Hurtado
-

95

Guiana: entre a história e a realidade
Christopher Ram

106

Objetivos e desafios da economia paraguaia
Ernst Ferdinand Bergen Schmidt

119

A economia peruana: balanço,
perspectivas e propostas
Enrique Cornejo Ramírez

142

As relações entre o Brasil e o Suriname:
ponto de vista de um empresário
Robert J. Bromet

150

Uruguai: critérios básicos para uma
proposta de esquerda
Alberto Couriel

178

O regime democrático pode ser imposto?
Alfredo Toro Hardy

193

Documentos:
Carta dos Presidentes Hugo Chávez e Tabaré Vázquez
aos Presidentes dos países da América do Sul

197

A reinvenção do real
Ferreira Gullar

DEP

DIPLOMACIA ESTRATÉGIA POLÍTICA
Ano I Número 2 Janeiro / Março 2005

Sumário

-
- 5 Perspectivas do Mercosul
Eduardo Duhalde
- 29 Educação e cultura na Bolívia
Fernando Cajías de la Vega
- 42 Aliança argentino-brasileira
Hélio Jaguaribe
- 53 Panorama da segurança na América do Sul
Francisco Rojas Aravena
- 78 Drogas, conflito e os Estados Unidos.
A Colômbia no princípio do século 21
León Valencia
- 105 A política petroleira e o futuro da
Amazônia Equatoriana
Guillaume Fontaine
- 119 Uma odisséia constitucional
David de Caires
-

135

O fracasso da política na democracia
e a marca da realidade

Carlos Mateo Balmelli

157

Comunidade Andina:
integração para o desenvolvimento na globalização

Allan Wagner Tizón

176

O sistema eleitoral da República do Suriname

Samuel Polanen

182

Uruguai integrado

Tabaré Vázquez

198

Venezuela: de um sistema político a outro

Carlos A. Romero

223

Gil Imaná Garrón

José Bedoya Sáenz

D E P

DIPLOMACIA

Ano I Número 1

ESTRATÉGIA POLÍTICA

Outubro / Dezembro 2004

Sumário

-
- 5** A política externa da Argentina no quadro da integração regional

Rafael Bielsa

-
- 22** A nova política externa da Bolívia

Juan Ignacio Siles del Valle

-
- 41** Conceitos e estratégias da diplomacia do governo Lula

Celso Amorim

-
- 49** A política externa do Chile no início do milênio

Maria Soledad Alvear Valenzuela

-
- 67** A política exterior da Colômbia: governabilidade

democrática. Responsabilidade compartilhada e solidariedade

Carolina Barco

-
- 91** A política externa do Equador

Patricio Zuquilanda-Duque

-
- 112** A política externa da Guiana: respostas a um contexto

mundial em transformação

Samuel Rudolph Insannally

125

Política externa da República do Paraguai

Leila Rachid

138

A política exterior do Peru:

uma opção nacional no processo global

Manuel Rodríguez Cuadros

171

A política externa da República do Suriname

Maria Levens

180

A política exterior do Uruguai

Didier Opertti Badán

203

Os venezuelanos e sua democracia

Jesús Arnaldo Pérez

223

Antonio Berni – Primeiros Passos

Alberto G. Bellucci
